

CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

REVISTA PIBIC 2018





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: O Trabalho do Profissional de Serviço Social na Política de Assistência Social no Brasil

Autores: Larissa da França Medeiros (Estudante-bolsista); Robson Roberto da Silva (Professor-orientador)

Departamento/Unidade: Departamento de Serviço Social de Niterói (SSN)/ Escola de Serviço Social (ESS)

INTRODUÇÃO:

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, que apresenta uma concepção de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em construção em todo o país é um dos principais espaços de inserção dos profissionais de Serviço Social, mas nota-se que ainda hoje que os estudos e pesquisas vêm se concentrado principalmente no exame dessa política e/ou do SUAS, sem, portanto, analisar as particularidades do trabalho profissional nessa área social. Por essa razão, a pesquisa procurou identificar e compreender as principais demandas dos usuários e dos empregadores, competências/atribuições profissionais, condições de trabalho e práticas inovadoras de assistentes sociais que atuam no âmbito dessa política social, a partir do exame dos trabalhos publicados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) entre 2004 e 2016.

Para tanto, a pesquisa orientou-se pelo método dialético e como recursos metodológicos utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A inserção do professor-orientador e da estudante-bolsista no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política Social e Desenvolvimento (GPODE) contribui para a análise do material coletado por meio da pesquisa bibliográfica e documental, sobretudo de trinta trabalhos publicados no ENPESS, que foram selecionados a partir dos títulos que abordam a temática. A síntese das discussões e dos resultados da pesquisa apresenta-se neste resumo, que trata, a seguir, da gestão do trabalho na PNAS/SUAS e do trabalho de assistentes sociais nessa política social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O trabalho é a atividade fundante do ser social. Portanto, corresponde a base ontológica primária da vida social. Por meio dessa

atividade desenvolve-se um conjunto variado de outras práticas, todas elas estão relacionadas em última instância à prática produtiva; e no capitalismo vivenciam as mesmas premissas desse sistema. Particularmente, no âmbito do Estado, os trabalhadores que atuam no campo da prestação de serviços sociais participam do processo de redistribuição de uma ínfima parcela da mais-valia, via fundo público: hoje cada vez mais disputado pelo capital de dominação financeira.

Na PNAS (2004) está previsto a prestação de serviços sócio assistenciais pelos seus diferentes equipamentos (CRASs e CREASs), embora o montante de recursos seja destinado principalmente para os benefícios e programas de renda mínima. Tal política social é resultado dos conflitos e acordos entre representantes de grupos e classes sociais antagônicas. Portanto, ela reflete as contradições da sociedade capitalista, sendo importante destacar aqui uma das suas inovações: a criação da política de recursos humanos, que é um dos eixos estruturantes do SUAS.

A chamada gestão do trabalho no SUAS corresponde a uma dimensão/área da gestão deste Sistema, que trata das questões referentes ao trabalho e aos profissionais e técnicos que atuam nesta política social. O assistente social é um dos profissionais que compõem as equipes de referência dos equipamentos deste Sistema e, como parte da classe trabalhadora, também vivencia as consequências da neoliberalização, da contrarreforma do Estado e da reestruturação produtiva comandada pelo capital de dominação financeira.

A análise do trabalho profissional na PNAS/SUAS, considerando a “questão social” como objeto de intervenção, as competências e atribuições profissionais e as condições do trabalho no âmbito dessa política social, partiu do pressuposto que a atuação do assistente social dispõe de uma relativa autonomia por

situar-se no campo de disputa de interesses das classes sociais e de tensões, que limitam, mas também criam as condições reais para que seja redirecionada o sentido social do seu trabalho (BRAGA; MOTA, 2016).

A respeito das demandas dos usuários no âmbito da PNAS/SUAS percebe-se que elas têm sido compreendidas como divulgação de atividades dos equipamentos, o esclarecimento de direitos e serviços, a participação e controle social democrático. Embora se note a importância da investigação (a partir da perspectiva da totalidade) sobre o modo de vida e do trabalho da população atendida, com vista a reorganizar os planos de trabalho de modo a considerar as condições reais da vida dos usuários, percebe-se a necessidade de um maior aprofundamento sobre as necessidades sociais dos usuários a partir das suas condições de classe, gênero, raça e etnia, pois ao contrário pode-se cair no risco de compreender tais demandas como individuais, morais e/ou psicológicas.

Em relação às demandas institucionais, identificam-se demandas referentes ao trabalho coletivo com famílias, e ao atendimento individual e emergencial, através dos chamados plantões sociais. Constatou-se também que “emergem diversas demandas para o Serviço Social, sendo as principais postas pela instituição empregadora: a capacitação profissional; a necessidade de trabalhar políticas públicas orientadas por suas legislações específicas e elaborar e realizar pesquisas” (MEDEIROS; RAMOS, 2008, p. 7).

Sabe-se que o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, é um dos princípios do Código de Ética Profissional de 1993. Entretanto, nem todo aprimoramento intelectual contribui com o aperfeiçoamento profissional na direção apontada pelo projeto ético-político e em particular pela Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.

No que tange às competências e atribuições privativas dos assistentes sociais, nota-se em razão das condições objetivas e subjetivas que as atribuições têm sido pouco desenvolvidas ou sendo compreendidas como competências institucionais. Em especial, constatou-se que o trabalho profissional vem se restringindo à execução de procedimentos operacionais previstos nessa política social e nos manuais que dela se derivam. Tais procedimentos pautam-se principalmente num conhecimento

meramente instrumental, que está voltada para eficiência e eficácia, ao cumprimento de metas e à produtividade, não sendo assim constatado nenhuma experiência apontada pelos assistentes sociais como inovadora.

Em relação às condições e relações de trabalho desses profissionais na PNAS/SUAS, percebe-se uma vasta precarização, que se expressa na insuficiência de recursos financeiros e materiais; na falta ou insuficiência de concursos públicos; e nas contratações por via das terceirizações, das contratações temporárias, do primeiro-damismo, do trabalho voluntário e das indicações (político-partidárias, clientelistas, patrimonialistas) de profissionais.

CONCLUSÕES:

Assim, pôde-se perceber que as condições para o trabalho dos assistentes sociais (muitos formados no contexto de mercantilização e privatização do ensino superior) são expressões do conservadorismo e da neoliberalização. Essas oferecem determinações propícias à precarização e alienação profissional, que podem restringir o exercício da sua relativa autonomia, distanciando desse modo o Serviço Social dos seus objetivos. No entanto, o trabalho na PNAS/SUAS pode expressar a possibilidade de a profissão nesse contexto de correlação de forças apresentar saídas distintas, na medida em que os assistentes sociais, na condição de intelectuais dotados de consciência individual e coletiva, dominam as categorias ontológicas, reflexivas e explicativas da realidade, enfrentando as condições objetivas, como o domínio institucional.

AGRADECIMENTOS:

Ao PIBIC/CNPq, à UFF, à ESS, ao GPODE e ao professor-orientador.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Demanda turística na cidade do Rio de Janeiro: planejamento da pesquisa, pré-teste e análise de seus resultados.

Autores: Ingrid Braz do Nascimento

Departamento/Unidade/Laboratório: Observatório de Turismo do Rio de Janeiro da Faculdade de Turismo e Hotelaria.

INTRODUÇÃO: O trabalho teve como intuito construir o planejamento da pesquisa de demanda turística na cidade do Rio de Janeiro, através da construção das diversas etapas necessárias a este planejamento.

Um dos instrumentos utilizados para levantar informações e conhecer a demanda turística é a pesquisa de demanda. Os resultados da pesquisa possibilitam direcionar o planejamento turismo da cidade visando melhorar a competitividade turística, analisar sua demanda efetiva, com o objetivo de criar diferentes experiências baseada no público alvo através da elaboração de produtos e estratégias de mercado para atender a demanda e também viabiliza a de definição de estratégias com foco na segmentação de mercado. Dessa forma, o estudo da demanda turística é de extrema importância porque possibilita conhecer e analisar os turistas.

O objetivo deste trabalho, foi reunir os elementos necessários à aplicação da pesquisa, incluindo, inclusive, elaboração do questionário a ser aplicado, validação do questionário através da realização do pré-teste e reestruturação do questionário a partir pré-teste.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Em relação à

forma de análise dos resultados, está se deu através da descrição da elaboração e estruturação do questionário, análise e relato sobre o pré-teste e alterações e versão final do questionário.

A estruturação do questionário aconteceu através do levantamento da literatura especializada, e o propósito foi compreender os fatores e características da demanda para direcionar a elaboração do questionário em relação as variáveis básicas para a quantificação do fluxo turístico de acordo com as pesquisas de demanda turística. Foram analisadas pesquisas de demanda do Ministério do Turismo e pesquisas de demanda turística realizada na cidade de São Paulo – SP, cidade de Belo Horizonte – MG, cidade do Rio Branco – AC e cidade de Porto Seguro – Bahia.

Após essa análise foi elaborado o questionário da demanda turística da cidade do Rio de Janeiro que tinha objetivo de definir o perfil do turista. Ao todo foram desenvolvidas

29 (vinte e nove) perguntas e algumas continham sub perguntas, e também a divisão das perguntas por determinantes. O questionário foi estruturado por determinantes de ordem sociológicas, econômicas e relativos à viagem, assim como a utilização de duas perguntas filtro com intuito de selecionar o público-alvo.

Posteriormente a elaboração do questionário foi feito o contato com os locais que seria realizado o pré-teste da pesquisa de demanda turística da cidade do Rio de Janeiro. São eles: Rodoviária Novo Rio e Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (Galeão), e pós toda a questão burocrática a pesquisa foi realizada.

Com relação à quantidade de repostas obtidas, o número foi de 33 repostas no total. Mesmo a amostra sendo pequena o objetivo do pré-teste foi alcançado, pois a intenção do trabalho era elaborar o instrumento de aplicação da pesquisa - questionário, aplicá-lo em áreas turísticas, além de validar com o pré-teste para, se necessário, aplicar mudanças. E essa amostra nos possibilitou tais elaborações, aplicações e alterações para a versão final.

Em seguida da realização do pré-teste, a alteração do questionário se pautou em função da dificuldade e incompreensão obtida nos locais de pesquisa. A mudança não ocorreu em relação a quantidade de perguntas, mas sim nos enunciados apresentados que causavam dificuldades na compreensão. As perguntas que sofreram alterações foram as perguntas de

número 9 e número 22 e como citado anteriormente, a alteração foi feita no enunciado.

CONCLUSÕES: A pesquisa de demanda da cidade do Rio de Janeiro é um campo pouco explorado, no qual não existe uma pesquisa sobre essa demanda e este trabalho surgiu com a intenção de ampliar o estudo com o desenvolver do planejamento da pesquisa de demanda turística na cidade do Rio de Janeiro.

O trabalho teve como objetivo geral desenvolver o planejamento da pesquisa de demanda turística na cidade do Rio de Janeiro. Quanto ao objetivo principal deste trabalho, buscou-se a partir da elaboração do questionário, validá-lo com a realização do pré-teste para posteriormente reestruturá-lo. Percebeu-se que através da validação o questionário possuía algumas perguntas que deveriam ser alteradas, em função da dificuldade de compreensão delas e após serem efetuadas as alterações necessárias, o questionário foi reestruturado para uma versão final.

Como sugestão para as pesquisas futuras pode-se realizar uma pesquisa de demanda, utilizando-se do questionário já reestruturado e mudado para aplicação em diferentes locais de coleta e a partir disso, com maiores quantidades de repostas, tabular e analisar gráficos referentes aos dados obtidos.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer e dedicar este trabalho à minha família, minha mãe, meu pai, minha irmã e minhas avós Odete e Lourdes. À minha amiga da universidade Luiza, ao Observatório de Turismo da Universidade Federal Fluminense, à Rodoviária Novo Rio e ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. Gostaria de agradecer em especial ao professor Osiris Marques, que foi gentil e amigável e sempre me ajudou em cada passo deste trabalho.



ARABIC 1: Logo PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

Capacidades de Inovação para Mestrados Profissionais: um estudo com Mestrados Profissionais em Administração.

Nathalia Vieira Vargas (Bolsista)

Murilo Alvarenga Oliveira (Orientador)

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Departamento de Administração/Laboratório de Multi-Aplicações em Gestão – LAMAG.

INTRODUÇÃO:

A avaliação dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) é realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, instituição que procura assegurar e manter a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado no país por meio da certificação da qualidade e identificação (Capes, 2014). O processo de avaliação dos Programas realizado pela CAPES, é reconhecido como um dos sistemas mais modernos e eficientes do mundo (MACCARI et al., 2011).

Entretanto, mesmo sendo um tema de interesse para os programas de pós-graduação e para os pesquisadores, esse campo de estudo ainda não foi mapeado. Surge, então, a seguinte questão de pesquisa, como são abordados os estudos sobre os Programas de Pós-Graduação no Brasil nos últimos anos? Para responder a esta questão foi definido como objetivo deste trabalho analisar, por meio da revisão integrativa, a produção bibliográfica sobre os Programas de Pós-Graduação nos últimos anos. Neste sentido, os resultados deste trabalho podem colaborar não só para o mapeamento do tema, mas também para direcionar futuras pesquisas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O desenvolvimento da análise foi realizado por meio de um conjunto de procedimentos estabelecidos de acordo com o modelo definido por Botelho, Cunha e Macedo (2011).

A seleção dos artigos para constituir a amostra foi realizada tendo por base um conjunto de palavras-chave regularmente citadas em estudos da área de Pós-Graduação publicados entre 2006 e 2017

Após a definição dos termos, busca e download dos artigos que ocorreram nas bases SciELO, Web of Science, Scopus, SPELL e em anais de ventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e Seminários de Administração (SEMEAD). A escolha dessas bases ocorreu em função da amplitude e relevância do conteúdo disponível por elas.

A busca nas bases de dados resultou em 164 artigos, que após breve leitura foram descartados 20 por consistirem em assuntos diversos do campo de Pós-Graduação e 48 por serem repetidos, restando assim 95 trabalhos. Foi realizada uma leitura dos artigos selecionados e registrado os seus dados principais como: título, nome dos autores, ano, afiliação dos autores, resumo, palavras-chave, referências, evento ou periódico onde foi encontrado e veículo onde foi publicado.

No percurso temporal de 2006 a 2017 observase uma oscilação na distribuição dos artigos e que os anos de 2011 e 2014 foram os anos que mais contribuíram com a pesquisa, com 12 e 11 artigos, respectivamente.

Foram identificadas 188 palavras-chave nos 95 artigos, na tabela 1 apresenta as palavras-chave mais pertinentes à área e a quantidade de vezes que ela foi citada.

Tabela 1: Distribuição das palavras-chave

Palavras-chave	Quantidade de citações
Pós-Graduação	21
CAPES	13
Administração	10
Produção Científica	5
Redes Sociais	5
Avaliação	4
Avaliação da Pós-Graduação	4
Pós-Graduação em Administração	4
Sistema de Avaliação	4

No estudo, verificou-se que 38 autores realizaram entre 2 e 13 contribuições cada enquanto 176 foram responsáveis por 1 artigo cada. Como pode ser observado na Tabela 2, Emerson Antonio Maccari é um dos maiores contribuintes da área, estando bem à frente dos outros autores e possuindo coautoria com Augusto Takerissa Nishimura e Cibele Barsalini Martins. Notou-se também, uma significativa colaboração entre os autores João Marcelo Crubellate, Luciano Rossoni e Cristiane Marques de Mello.

Tabela 2: Distribuição da colaboração dos autores entre 2006 e 2017

Autores	Frequência de contribuições
Emerson Antonio Maccari	13
João Marcelo Crubellate	6
Luciano Rossoni	6
Cristiane Marques de Mello	5
Sandra Rolim Ensslin	4
Adriana Backx Noronha Viana	4
Leonardo Ensslin	4
Amanda Ribeiro Vieira	3
Augusto Takerissa Nishimura	3
Cibele Barsalini Martins	3

CONCLUSÕES:

Respondendo objetivo da pesquisa, é possível constatar como autor mais prolífero Emerson Antonio Maccari com 13 artigos e após ele encontra-se João Marcelo Crubellate e Luciano Rossoni com 6 artigos cada. Na distribuição de artigos por ano, apesar de haver uma oscilação, foi possível identificar um crescimento significativo, apresentando um avanço no número de publicações. Esse fato indica que a área está se fortalecendo e aumentando sua atuação na produção científica.

Adicionalmente, o trabalho apresenta-se em andamento, sendo assim, ainda será realizada a análise de referências, afiliação dos autores e apresentada uma classificação geral dos artigos selecionados.

REFERÊNCIAS:

- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. D. A.; MACEDO, M. O Método Da Revisão Integrativa Nos Estudos Organizacionais. *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 1–16, 2011.
- MACCARI, E. A. et al. Sistema de avaliação da pós-graduação da Capes: pesquisa-ação em um programa de pós-graduação em Administração. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 5, n. 9, p. 171–205, 2011.
- SOBRAL, F. A. DA F. Qualidade acadêmica e relevância social e econômica da educação superior. *Cadernos CEDES*, v. 29, n. 78, p. 227–241, 2009.
- CAPES, 2014. Sobre a avaliação. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>> Acesso em 18 de setembro de 2017.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

Agradecimentos:

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC
Laboratório de Multi-Aplicações em Gestão – LAMAG.



Ciências Sociais Aplicadas

**IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DO PODER DE MERCADO NO
SEGMENTO DE TELEFONIA MÓVEL NO BRASIL, NO PERÍODO
DE 2005 A 2017**

Scheila de Jesus Braga / Graciela Aparecida Profeta

Departamento de Ciências Econômicas

INTRODUÇÃO: O setor de Telecomunicações no Brasil se expandiu com a necessidade de gerar novas estruturas de comunicação e de processamento de dados do mundo globalizado. Isso fez com que a iniciativa pública, preocupada com o desenvolvimento econômico do país no que tange a modernização dos processos produtivos, criasse a Telebrás – Sistema de Telecomunicações Brasileiro – em 1972. Esse complexo foi privatizado em 1997 com a Lei Geral de Telecomunicações no esforço de implementar uma dinâmica de concorrência e eficiência nesse setor e democratizar esse serviço, refletindo as novas configurações de interação de indivíduos e de corporações. A Telefonia Móvel se situa nesse panorama como a área de mais expressividade nas telecomunicações e como a atividade principal das empresas que lideram o mercado no país. Diante disso o trabalho procura analisar de forma quantitativa e qualitativa se há poder de mercado nesse setor por parte das quatro principais empresas de Telefonia Móvel no Brasil (Vivo, Tim, Oi e Claro). Esse questionamento se faz necessário devido ao fato de que a Telefonia móvel foi absorvido por cerca de 90% da população brasileira e apenas essas quatro operadoras monopolizam 98% dos acessos, linhas de telefonia móvel. Objetivando uma análise quantitativa, o método de estimação utilizou-se dos modelos de equações simultâneas aplicados ao contexto de dados em painel a partir da construção de curvas de oferta e demanda. Nesse modelo, são construídas as curvas de demanda e relação de oferta, que determinam o equilíbrio de mercado por meio da estimação de um parâmetro que permite a inferência sobre a conduta (as “variações conjeturais”) das empresas no mercado: se não cooperativa (competitiva) ou se cooperativa (colusiva e com racionalidade de cartel). Esse modelo pode ser aplicado por 3 métodos: MQO agrupado (pooled), Efeitos Fixos

(EF) e Efeitos Aleatórios (EA). Dado isso, foi necessário escolher via testes formais como o teste Chow, de Breusch-Pagan e o teste de Hausman, qual o melhor método a ser aplicado tanto para a estimação da equação de demanda quanto para a estimação da equação de oferta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A análise qualitativa mostra que após a privatização em 1997 as empresas de telecomunicações passaram por diversos eventos de fusão que cooperaram para uma possível concentração do mercado de telefonia móvel nas quatro principais operadoras, Vivo Tim, Oi e Claro. As fusões tiveram uma dinâmica intensa até 2010 e esses processos ficam evidenciados nos dados retirados dos relatórios trimestrais dessas quatro empresas que mostravam um salto na quantidade de acessos, no custo operacional, na receita da telefonia móvel, no lucro/prejuízo e outras variáveis dos relatórios que refletiam as transações financeiras dessas operadoras. A obtenção dos resultados empíricos se baseou em etapas que foram desde o levantamento das variáveis utilizadas, percorrendo a observação do comportamento das mesmas via testes formais aplicados ao contexto de dados em painel e estimação do modelo de equações por dados em painel. Posto isto, os resultados dos testes de raízes unitárias para as seguintes séries em logaritmos: quantidade de acessos (Q) preço do serviço (P) salário mínimo (SM), $P \cdot SM$ (PSM), Custo Operacional (CO) e Nova variável Q formada a partir dos parâmetros estimados na demanda (QEST) mostram que todas elas eram estacionárias em nível, pelo teste de Hadri. Tanto os resultados da demanda quanto da oferta foram estimados por meio do modelo de EA, conforme indicaram os testes Chow, e o teste de Hausman. Destaca-se que

tanto para a estimação da equação de demanda quanto da relação de oferta é possível observar que alguns parâmetros estimados não se mostraram estatisticamente significativos nem a 10%. No caso da demanda tem-se que o coeficiente de P, importante no cálculo da nova variável (QEST) da oferta só pode ser considerado significativo a 41% de significância estatística. Embora tal resultado possa causar viés na estimação da oferta, o que se vê na literatura, a exemplo Zeidan (2005) é que este tipo de modelagem é comum gerar resultados, tal como os obtidos neste trabalho. Para a oferta notou-se o mesmo problema, inclusive observado um parâmetro de poder de mercado não significativo do ponto de vista econométrico e também com magnitude muito baixa.

CONCLUSÕES:

A dinâmica O presente estudo tinha como objetivo principal mensurar e analisar o grau de poder de mercado no segmento de telefonia móvel no Brasil, considerando os anos de 2005 a 2017. Para tanto. Além de mensurar o parâmetro de conduta médio do setor, procurou-se também estudar a dinâmica de fusões no setor, que sugere uma concentração do mercado. Todavia a pesquisa bibliográfica mostra que o setor de telecomunicações demanda altos e contínuos investimentos a fim de acompanhar a modernização do setor e atender as exigências de qualidade e funcionamento da ANATEL. Isso indica que a concentração de mercado da ordem de mais de 95% em relação aos acessos na Telefonia Móvel nas quatro operadoras principais mostra que estas tiveram mais potencial para manter a capacidade do investimento no setor e a expansão na quantidade de acessos. Além disso, com o avanço tecnológico e até das leis que regulam o setor, como por exemplo possibilidade de portabilidade para o cliente, faz com que essas empresas, possam não conseguir usufruir de posição dominante no mercado. Quanto ao parâmetro de poder estimado, este apontou para uma situação de concorrência perfeita. Sabe-se que este se trata de um modelo teórico, mas importante, pois demonstra qual seria a melhor estrutura de mercado para garantir o maior nível de bem-estar social, pois nesta estrutura de mercados vigora preços ao nível de custo marginal e quantidade de produção maior do que em qualquer outra estrutura de mercado. Destaca-

se que o fato de o setor de telecomunicações ser regulado pela ANATEL pode ser que as empresas ali atuantes não tenham de fato oportunidade de exercerem suas posições dominantes e auferir lucros supranormais e com isso ganhar bem-estar do consumidor. Com isso a hipótese levantada na presente pesquisa foi parcialmente refutada, pois esperava-se haver poder de mercado significativo no segmento de telefonia móvel no Brasil no período analisado, o que não ocorreu, mesmo que a demanda seja inelástica ao preço. Entretanto, o modelo proposto não é capaz de avaliar a qualidade ofertada pelo serviço, apenas o comportamento dos preços, e são constantes as reclamações dos consumidores em relação a esta oferta de infraestrutura no Brasil. Então, como sugestão de pesquisa futura, acreditam-se ser importante avaliar a questão da qualidade do serviço de telecomunicações no Brasil.

Agradecimentos:

Agradeço a Deus, a parentes e a amigos que me incentivaram a absorver, expandir, desenvolver e expressar o conhecimento gerado na produção desse artigo. A universidade e docentes que disponibilizaram essa oportunidade. A minha orientadora que foi paciente e colaborativa e a todos que contribuíram direta e indiretamente para minha formação. E ao PIBIC UFF por me contemplar com a bolsa de IC que além de me dar suporte financeiro me permitiu dedicar à pesquisa e, com isso, contribuiu de forma direta para meu desenvolvimento acadêmico.

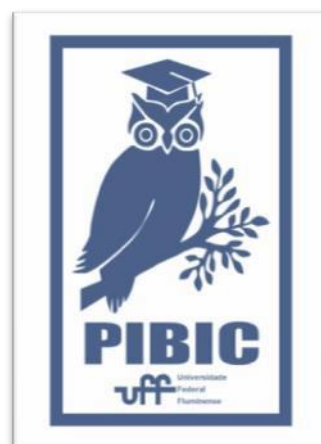


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

DESENVOLVIMENTO RURAL E REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO DE FARIAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

Autores: Carlos Magno Moço Marques, Israel Martiniano Furtado, Vanuza da Silva Pereira Ney

CEC/NEEA/NERU

INTRODUÇÃO:

O projeto buscou analisar a dinâmica do desenvolvimento rural e sua relação com a agrária e a agricultura familiar no Assentamento Antônio de Farias, localizado em Campos dos Goytacazes, RJ. O projeto buscou analisar como se deu o processo de reforma agrária no Assentamento Antônio de Farias, localizado em Campos dos Goytacazes, RJ. Para isso, a revisão teórica e histórica acerca da reforma agrária no Brasil foi feita com base na literatura sobre o tema, bem como os indicadores disponíveis nos sites sobre o tema, como o INCRA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os chefes de famílias são na maioria do sexo masculino, atingindo 82%, enquanto que, com relação aos beneficiários do lote, este percentual cai para apenas 57%. Tal distorção pode ser explicada pela impossibilidade do chefe de família assumir como beneficiário do lote por ser aposentado. Com relação à distribuição dos chefes de família de acordo com sua faixa etária, 47% dos mesmos se situam entre 61 anos ou mais e 29% entre 51 e 60 anos. Com relação aos conjugues, a distribuição se modifica, 19% se situa entre 51 e 60 anos e para as demais faixas etárias a porcentagem é igual a 27%, com exceção da faixa etária de 20 e 30 anos que não possui representação, como também mostra a tabela 2 acima. O estudo realizado pelo NEAD (2004) que teve como foco as áreas com elevada concentração de projetos de assentamentos e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial, implantados pelo INCRA no período de 1985 a 1997 (implementação do Plano Nacional de Reforma agrária), encontrou

que 85% dos beneficiários são do sexo masculino semelhante ao perfil verificado no assentamento Antônio de Farias. A escolaridade dos chefes de família é baixa, pois 59% possuem somente até a terceira série do ensino fundamental. Os conjugues possuem percentual similar nesta categoria, ou seja, 60% possuem até a terceira série do ensino fundamental. Destaca-se também que, 33% dos chefes de famílias são analfabetos, enquanto que 20% dos conjugues o são, e apenas 10% dos conjugues possui ensino médio completo, enquanto este percentual chega a 14% para os chefes de família. O estudo realizado pelo INCRA (1996), a Pesquisa Amostral nos Projetos de Reforma Agrária com objetivo de traçar o perfil sócio econômico dos beneficiários que correspondeu a um subconjunto do universo de famílias encontradas em todo o país, aproximadamente 9000 famílias, com relação à educação mostra que, aproximadamente 12% dos beneficiários possuem até a quarta série do ensino fundamental, enquanto que, cerca de 40% são analfabetos e apenas 2% possuem no mínimo até a primeira série do segundo grau. A pesquisa do NEAD (2004) aponta que 28% dos beneficiários nunca foram à escola e 28% possuem até a segunda série do ensino fundamental. Assim como nas pesquisas do INCRA (1996) E NEAD (2004) no assentamento Antônio de Farias foi constatada a baixa escolaridade dos chefes de família. Sendo que o percentual de analfabetos no assentamento Antônio de Farias é um pouco menor (33%) do que o encontrado no estudo do INCRA (40%). O número total de crianças e jovens no assentamento em idade escolar, ou seja, as pessoas que possuem entre 6 anos e 24 anos somam 24. Realizando a distribuição destes por faixa etária descobrimos que entre 11 e 14 anos, 89% freqüentam a escola. Entretanto,

este percentual diminui para as faixas entre 6 e 10; 15 e 20 anos (67%) e entre 21 e 24 anos (33%). O local de moradia anterior ao assentamento é composto principalmente por cidades do próprio estado do Rio de Janeiro (94%), seguidos por assentados provenientes de Minas Gerais (6%). Grande parte residia na zona urbana. Dentre as cidades de moradia anterior dos chefes de família se destaca Campos dos Goytacazes com 82%, revelando que a grande maioria dos assentados. A pesquisa realizada pelo INCRA (1996) apontou que cerca de 70% dos beneficiários são oriundos do meio rural e, aproximadamente 70% também vieram do próprio município ou de municípios do próprio estado. Os dados obtidos pelo NEAD (2004) apontam que a maioria (80%) morava na área rural e somente 20% na área urbana. Dos responsáveis pelo lote, 58% morava no mesmo município anterior ao assentamento, enquanto que 23% moravam em municípios vizinhos, 12% em outro município do estado e apenas 7% em outro estado. As duas pesquisas confirmam, portanto, que a maioria dos assentados é proveniente do próprio município onde o assentamento é criado. O perfil dos beneficiários do assentamento Antônio de Farias em Campos dos Goytacazes não se distancia muito do perfil verificado pelas demais pesquisas analisadas. O percentual de beneficiários do sexo masculino (82%) se mantém próximo aos percentuais encontrados na pesquisa do NEAD (2004). O percentual de analfabetos é menor, mas a escolaridade dos chefes de família continua precária. Os dados referentes ao local de moradia anterior também seguem a mesma tendência verificada nas demais pesquisas, ou seja, grande parte dos assentados se origina da mesma cidade e no mesmo estado. As condições de moradia dos assentados podem ser analisadas de acordo com os dados obtidos sobre o material utilizado para a construção das casas, a presença ou não de banheiros e redes de esgoto, entre outros. As residências que possuem quatro cômodos atingem 30%, cinco cômodos, 35% e seis cômodos, 35%. A construção das moradias ficou a cargo do ITERJ e inicialmente as casas possuíam quatro cômodos. Os banheiros estão presentes em 100% das casas, e o destino do esgoto para a totalidade dos domicílios é a fossa séptica. A água é encanada para 71% dos assentados e é proveniente de poço. A análise realizada pelo NEAD (2004) revelou que as moradias estão localizadas no próprio lote e apresentam condições razoáveis, apresentam

quatro cômodos em média (sem incluir o banheiro) e quanto ao material utilizado nas construções predominam os tijolos (74%) e madeira (18%). Os banheiros estão presentes em 63% das moradias. Na pesquisa do INCRA (1996) os tipos de habitação que prevalecem são os de madeira (32%), taipa (28%) e alvenaria (23%). Os banheiros estão presentes em apenas 19% das residências. Dessa forma, na pesquisa do NEAD (2004) as construções de alvenaria alcançam 74% enquanto no estudo do INCRA (2004) representam apenas 23%. Com relação à água o NEAD (2004) constatou que o acesso é feito, principalmente, por meio de poço comum (37%), poço artesiano (27%), nascente (34%), rio (18%), açude (10%), rede pública (5%) e outros (43%). A pesquisa do INCRA (1996) encontrou em sua pesquisa que três tipos predominantes de acesso a água: poço (46%), riacho (14%), e cacimba (13%), sendo que a água encanada é utilizada apenas por 13%. No que diz respeito ao escoamento de esgoto a pesquisa do NEAD (2004) constatou uma situação bastante precária, com 80% dos lotes sem nenhum tipo de escoamento. As fossas comuns estão presentes em 40% dos projetos e as fossas sépticas em 35%. A pesquisa do INCRA (1996) constatou que 33% utilizam fossas.

CONCLUSÕES:

O caso do assentamento Antônio de Farias reflete a realidade brasileira de políticas de assentamentos rurais resultante da pressão dos movimentos sociais. Além disso, os governos brasileiros não criaram condições institucionais e financeiras suficientes para uma real estruturação dos assentamentos e de seus sistemas produtivos, evidenciando a inexistência de um plano de desenvolvimento rural integrado às ações de distribuição de terras. O Estado distribuiu terras, mas não investiu recursos necessários num planejamento de longo prazo. O assentamento Antônio de Farias compartilha desta realidade e os principais problemas encontrados foram: a dificuldade de acesso a assistência técnica, e a dificuldade de acesso ao crédito. Nesse sentido, os principais entraves ao êxito da produção agrícola, e, portanto, da geração de emprego e renda, persistem no Assentamento e carecem de políticas que ofereçam acompanhamento e treinamento às famílias. O impacto dos créditos na produção pode ser percebido quando se analisa

a finalidade mais usual dos mesmos. A utilização dos créditos para custeio da produção agrícola é de 100% no caso do assentamento Antônio de Farias, o que demonstra a necessidade que os assentados possuem de recursos para a manutenção e reprodução da produção agropecuária, o que nem sempre é possível devido ao atraso na liberação dos recursos. As assistências técnicas prestadas pelo estado do Rio de Janeiro, como EMATER, não tem sido proveitosa a ponto de não considerar as peculiaridades e especificidades do assentamento nas suas características físicas e humanas. Tais problemas como falta de assistência técnica e atraso na liberação de recursos representam a política adotada durante os anos 90, ou seja, a de simplesmente criar projetos de assentamentos e disponibilizar, embora precariamente, acompanhamento, assistência e recursos financeiros para garantir a permanência e consolidação das famílias no lote. A criação de assentamentos não é acompanhada de medidas que garantam às famílias condições efetivas de produção, comercialização e melhoria das condições de vida, uma vez que as obras de infra-estrutura - produtiva e social - necessárias não são realizadas na maior parte dos assentamentos criados. Não há estradas para escoamento da produção, não há assistência técnica, ou esta é precária, não há escolas nem postos de saúde, ou há, mas não funcionam. Alentejano (2004). O assentamento Antonio de Farias e os projetos de assentamentos de um modo geral têm sua capacidade de geração de emprego e renda freados dadas as dificuldades encontradas. Com os estímulos corretos, quais seja a presença de assistência técnica para diminuir a dificuldade em lidar com a terra, o crédito liberado no momento adequado e a criação de canais de comercialização direcionados aos produtos da reforma agrária, os resultados poderão se transformar em estruturais e permanentes.

REFERÊNCIAS:

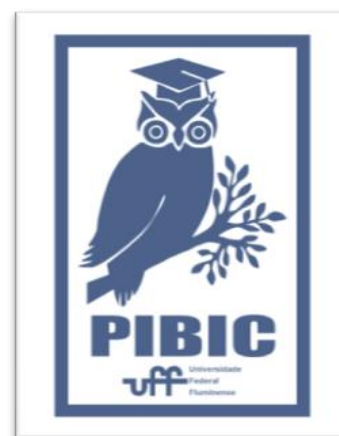
GRAZIANO da Silva, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

GUANZIROLI, Carlos E. *Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil*. Janeiro de 1998.

GUANZIROLI, Carlos E. [et al.]. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

ITERJ. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Antônio de Farias*. Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro. 80 p. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

LEITE, Sérgio; Heredia, Beatriz. [et al.]. *Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, 2004.





Ciências Sociais Aplicadas

Parâmetros para melhoria do conforto térmico nas cidades

Julia de Melo Amaral

Escola de Arquitetura e Urbanismo - LabLegal

INTRODUÇÃO:

Ao longo dos trabalhos desenvolvidos pelo projeto de pesquisa procuramos compreender as origens dos parâmetros urbanísticos no Brasil, tendo como marco o Plano Agache, que pela primeira vez sistematiza a cidade em um zoneamento e estabelece parâmetros construtivos para cada zona.

Em sequência a disciplina Seminário Avançado IV nos permitiu estabelecer correlações entre o clima urbano e a legislação que orienta o ambiente construído.

Ao mesmo tempo, os Projetos de Lei complementares ao Plano Diretor que no momento tramitam na Câmara Municipal do Rio de Janeiro se colocaram como interessante objeto de estudo, com o objetivo de compreender se os mesmos estão de acordo com os conceitos de sustentabilidade. Aparentemente os Projetos andavam na contramão do que se considera um caminho para um cidade mais habitável.

Compreende-se que a legislação urbanística é socialmente produzida e deve atender a demandas reais da sociedade, não aquelas criadas por um mercado que possa se beneficiar delas. Nesse campo, o Rio de Janeiro tem sido palco de relevantes mudanças em sua administração, intensificadas pela atual gestão do prefeito Marcelo Crivella, que se refletem no campo ideológico e material da cidade.

O modelo de cidade amplamente produzido e reproduzido nos nossos dias é esse: interiores de edifícios totalmente fechados, dependentes de uma ventilação mecânica forçada ou de condicionamento de ar, que por sua vez jogam para fora todo o ar quente ou impuro do interior das edificações, pelo uso de energia elétrica. Bônus para o espaço fechado, ônus para o espaço público, que recebe o ar de baixa qualidade e sofre com as irradiações de materiais utilizados nas fachadas. Aliado a isso, vimos apontando a transferência da vida pública dos cidadãos dos espaços abertos e externos

para espaços fechados e privados. Diante disso nos dedicamos a procurar soluções de técnicas de climatização passiva ou de baixo consumo de energia, de modo que não sobrecarregue os espaços externos, que possam ser viáveis para aplicação em edificações na cidade do Rio de Janeiro. Procuramos soluções que dependessem pouco de energia elétrica e atendessem bem os parâmetros de conforto térmico, de maneira que o condicionamento de ar normalmente não faz.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram levantadas no Projeto do Código de Obras e Edificações Simplificado (PLC 43/2017) alguns parâmetros devido à sua relevância para a habitabilidade da edificação, tais como: prismas de ventilação e/ou iluminação, vãos mínimos e área mínima, estabelecendo uma comparação com a recomendação da bibliografia de referência. As disparidades que as comparações apresentaram são espantosas. Na Lei de Uso e Ocupação do Solo a principal problemática apresentada foi a Superfície Livre Mínima, que isenta pequenos lotes de manter uma área permeável no terreno, o que poderia desencadear efeitos como as ilhas de calor em áreas de residência unifamiliar.

Para buscar soluções passivas para o conforto térmico das edificações procuramos entender o contexto bioclimático que o Rio de Janeiro se encontra, com base na NBR 15220-3. Essa compreensão orientou o levantamento de diversas soluções que compreendem desde a escolha de vedações, passando por estratégias de ventilação natural, sombreamento de fachadas, redução do aquecimento através de superfícies transparentes ou opacas, chegando até outras soluções de climatização com baixo uso de energia elétrica.

CONCLUSÕES:

Acreditamos que se o Rio de Janeiro fosse expandido à maneira que os Projetos de Lei estabelecem a tendência seria uma crescente dependência de soluções não passivas climatização, ambientes com baixa qualidade do ar e outros fatores determinantes para a qualidade da vida urbana. As propostas permitem uma densificação sem precedentes, que sobrecarrega a infraestrutura urbana já limitada. Seriam consideravelmente reduzidas as nossas possibilidades de produção de espaços públicos de qualidade, dado o impacto das novas construções ou modificações no ambiente já consolidado.

Identificado esse caráter da legislação urbanística carioca, de ir na contramão da sustentabilidade, foi possível apontar para soluções aplicáveis no clima urbano do Rio de Janeiro, com a adoção de soluções passivas para o desempenho térmico das edificações, de maneira que entre em acordo com o microclima do entorno.

Dessa maneira, foi possível levantar algumas soluções simples e outras mais sofisticadas, que utilizam de tecnologias para promover a melhoria da qualidade dos ambiente internos e externos. Foram perpassadas diversas questões que devem ser levadas em conta ao pensarmos a construção do edifício e do conjunto urbano.

Uma das conclusões a serem salientadas é que as vedações externas não podem apenas ser pensadas enquanto proteção e invólucro do edifício, mas como uma interface entre o meio interno e o externo, que em diferentes proporções afetam o microclima e a percepção do espaço urbano.

Para a produção de um espaço mais adequado às vivências humanas, em uma cidade que não só garanta condições para a reprodução da vida cotidiana dos cidadãos, mas que também ofereça boas condições de conforto ambiental para os que dela se apropriam é necessário pôr em questão as dimensões que permeiam essa produção, como a legislação e a produção imobiliária.

Agradecimentos:

Agradeço à professora Cristina Lontra Nacif, por sempre permitir, em sua orientação, que eu pudesse desenvolver os temas de maneira autônoma e por trazer intervenções esplêndidas.

Agradeço ao colega bolsista Vinicius Lobo da Nóbrega e às suas inquietações diante das questões do mundo, sem as quais não seria

possível desenvolver grande parte desse trabalho.



Grande área do conhecimento

Título: O legado dos jogos olímpicos de 2016: um estudo em mídias sociais sobre a imagem do Rio de Janeiro

Autora: Fernanda Wermelinger Haikal

Departamento de Turismo, Faculdade de Turismo e Hotelaria, LABCONS – Laboratório de Estudos de Consumo e Comportamento

INTRODUÇÃO:

Com o avanço das novas tecnologias da comunicação, mudanças vêm sendo notadas na experiência turística ao longo de todo o ciclo de uma viagem, à medida que os turistas podem compartilhar experiências e avaliações sobre a qualidade de serviços desde o início até o final da experiência. Este fenômeno, conhecido como boca a boca eletrônico (eWom), influencia o comportamento de outros consumidores. Essas mudanças impõem uma nova dinâmica às relações de consumo no mercado turístico e desafios à imagem dos destinos. Por conta disso, este estudo tem como objetivo analisar o teor de opiniões disseminadas por turistas, postadas em redes sociais de turismo, durante o período posterior à realização dos jogos olímpicos Rio 2016, a fim de identificar a percepção de turistas nacionais e estrangeiros sobre o legado deixado pelo megaevento em diferentes dimensões na cidade. Além disso, pretende-se também analisar qual o reflexo deixado pelos grandes investimentos públicos feitos para a organização dos jogos olímpicos de 2016 e como eles serão percebidos pelos turistas. O site escolhido para integrar o estudo foi o TripAdvisor, por sua relevância no cenário de conteúdos gerados por turistas. O tratamento dos dados coletados foi feito com o método de análise de conteúdo, cujo objetivo é encontrar ideias e estruturas de pensamentos comuns no discurso dos indivíduos, com o auxílio do software NVivo. Este projeto dá continuidade a outras investigações relacionadas à imagem do Rio de Janeiro, e integra a linha de pesquisa "Consumo e Demanda no Turismo" do LABCONS - Laboratório de Estudos de Consumo e de Comportamento, grupo de pesquisa certificado pelo CNPq e ligado ao PPGTUR - Mestrado em Turismo da Faculdade de Turismo e Hotelaria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram analisados 413 comentários postados no período de dezembro de 2016 a março e 2017, além de julho do mesmo ano. A coleta foi feita por meio de sorteio aleatório com intervalos específicos para cada atrativo. Os locais escolhidos foram o Boulevard Olímpico, VLT, Praia de Copacabana, Maracanã, Lagoa Rodrigo de Freitas e Museu do Amanhã, que foram construídos ou reformados para os jogos olímpicos Rio 2016.

Quanto ao perfil dos usuários, 37,05% foram masculinos, 35,84% femininos e 27,12% optaram por não informar o sexo. 40,92% dos turistas optaram por não informar também a faixa etária. Sendo assim, a faixa etária mais significativa da amostra foi a de 35-49 anos, com 21,79% dos usuários. Quanto à procedência, 258 (62,47%) foram turistas domésticos, com destaque aos do estado de São Paulo (70 pessoas) e 155 (37,53%) internacionais.

Nos 413 comentários, foram feitas 856 menções às categorias de análise escolhidas para a pesquisa: qualidade do serviço (310 – 36,21%), experiência (340 – 39,72%), percepção de preço e valor (54 – 6,31%), hospitalidade (2 - 0,23%), alimentos e bebidas (21 - 2,45%), exaltação e encantamento (22 - 2,57%) e descritivo/informativo (87 - 10,16%).

A dimensão qualidade do serviço foi subdividida entre os quesitos confiabilidade, empatia, prontidão e tangíveis (limpeza, conservação e infraestrutura) (PARASURAMAN *et al*, 1985) e acesso (acesso à banheiros, ao atrativo, acessibilidade para pcd, transporte/localização, espera pelo serviço e capacidade de carga) e segurança (MONDO, 2014). Dentre esses quesitos, tangíveis foi o mais citado com 120 menções as quais 39,16% foram referentes a limpeza. Ao falarem sobre isso, os turistas elogiaram o VLT, por ser um transporte limpo e

surgiram por conta da Rio 2016, como o Museu do Amanhã e o Boulevard Olímpico, foram alvo de elogios nos comentários analisados na dimensão estética, consolidando assim uma nova forma de turismo para os que desejam visitar a cidade. As intervenções artísticas e arquitetônicas foram motivo de destaque e influenciaram na forma como o turista vê e passa a informação da cidade do Rio de Janeiro. Nas dimensões educação, escapismo e entretenimento, o Museu do Amanhã também se destacou, tornando-se um importante ponto de referência para aqueles que desejam interação e aprendizado, e não somente turismo de sol e praia.

As mudanças no sistema de transporte da cidade também podem ser consideradas um legado positivo deixado pela Rio 2016. As expansões nas linhas do metrô e do BRT, por exemplo, facilitaram a mobilidade entre as regiões da cidade. No entanto, as avaliações analisadas nesta pesquisa ressaltaram principalmente as melhorias trazidas com o VLT que, além de ser um meio de transporte agradável para passeios turísticos por rodar em baixa velocidade e passar por belas paisagens da cidade, ainda revolucionou o modo de locomoção na região central do Rio. Já com relação à segurança, pode-se dizer que ela não se manteve tão eficaz quanto no período do megaevento, sendo motivo de preocupação por parte de alguns turistas, principalmente os estrangeiros.

Nos quesitos percepção de preço e valor, a cidade foi considerada cara principalmente no setor de alimentação, porém os valores considerados altos pelos turistas não impediram que a avaliação geral fosse positiva, o que demonstra que, apesar dos preços, os demais sacrifícios psicológicos e de tempo não foram tão prejudiciais ao turista. Sobre isso, a pesquisa demonstra que, para muitos turistas, apenas o fato de estar em um lugar da cidade considerado icônico, como a praia de Copacabana ou o Maracanã, já compensa os sacrifícios pelos quais essas pessoas tiveram que passar para estar lá.

Contudo, o quesito acesso ao atrativo trouxe um resultado preocupante com relação ao legado deixado pelas olimpíadas, uma vez que, por questões administrativas e burocráticas, o

Maracanã, que recebeu tantos investimentos e ganhou tanta visibilidade durante os jogos, permaneceu fechado para visitação durante um período de 2017. Esse fato frustrou muitos turistas que ansiavam conhecer o est dio, principalmente porque, apesar de estar fechado, os veículos de informa o sobre o Maracanã não informaram sobre a situa o, fazendo com que os visitantes descobrissem da impossibilidade de visitar o atrativo apenas no local.

A categoria satisfa o do TripAdvisor também foi analisada e por ela foi feita uma média da satisfa o dos turistas com rela o   todos os atrativos e equipamentos analisados na presente pesquisa. As notas de satisfa o de cada usuário, que podem ir de 1 a 5, onde 5 significa excelente e 1 significa horrível, resultaram na média de 4,23 aproximadamente, o que demonstra que os turistas que visitaram a cidade do Rio de Janeiro ficaram satisfeitos com o que encontraram.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço   professora Ver nica Feder Mayer pela oportunidade de participar deste projeto; aos coordenadores do Centro Avançado de Pesquisas em Turismo e Hotelaria (CAPTH); A Faculdade de Turismo e Holetaria da Universidade Federal Fluminense e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por me proporcionar a oportunidade de participar de projetos de inicia o científica e ampliar os meus conhecimentos adquiridos na gradua o.

REFERÊNCIAS

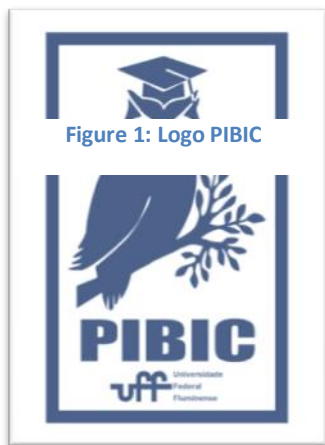
MONROE, K. B. Pricing: Making profitable decisions. 3^a ed, New York: McGraw-Hill. 2007

PARASURAMAN et al. SERVQUAL: A multiple-item scale for measuting consumer perceptions of servisse quality. 1985.

MONDO. T. Tourqual: proposta de um modelo de avalia o da qualidade de serviços em atrativos turísticos. 2014.

PINE, B.; GILMORE, J. The experience economy. 1999.

TRIPADVISOR. Disponível em:
<<https://www.tripadvisor.com.br/>> Acesso em: 3
de jun de 2016.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

**DIAGNÓSTICO DA LOGÍSTICA REVERSA DO ÓLEO VEGETAL
RESIDUAL EM FAST FOODS NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA/RJ**

**Lucas de Souza Carvalho, Luciana Paiva de Abreu, Ana Paula
Martinazzo**

Engenharia de Agronegócios/Escola de Engenharia de Volta Redonda

INTRODUÇÃO:

A disposição imprópria dos resíduos sólidos, sem o devido tratamento, pode ocasionar sérios danos ao meio ambiente e à saúde humana. A contaminação de nascentes de água potável – superficiais ou subterrâneas – e a propagação de doenças por meio de vetores, pela criação do ambiente propício para a sua proliferação, são alguns dos danos. Dentre os resíduos gerados que representam riscos de poluição ambiental relevante está o óleo vegetal utilizados em processos de fritura (SANTANA, G., 2010). Pelo fato de ser um produto utilizado no preparo de alimentos nos mais variados estabelecimentos ou residências, o descarte do óleo de cozinha é um tópico importante a ser examinado pelo meio acadêmico, pois possibilitar uma sociedade sustentável para as próximas gerações é de interesse e obrigação de todos (SANTOS, 2013). Visando aliviar o impacto ecológico criado pela expansão do consumo e também se desenvolverem como atividades econômicas, surgem os canais reversos, que reduzem o uso de matérias-primas naturais através do reaproveitamento e reprocessamento de materiais obtidos a partir da pós-venda. Diversos produtos, como biodiesel, sabão, detergentes, tintas e óleos industriais, podem ser fabricados a partir do óleo de cozinha usado. Sendo assim, o ciclo reverso do produto pode trazer ganhos econômicos e evitar a degradação ambiental e falhas no sistema de tratamento de água e esgotos (PITTA JR. et al., 2015). Na Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a logística reversa fica sob responsabilidade compartilhada dos geradores do resíduo, indo desde os fabricantes até os consumidores. Tendo como objetivo criar metas de eliminação dos lixões em todos os níveis da administração

pública. Prevê como medida impor a elaboração por parte das empresas, de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010). A logística reversa é caracterizada por um conjunto de ações, parâmetros e meios destinados que possibilitam a coleta e a entrega dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para que o mesmo possa ser reaproveitado, em seu ciclo ou na fabricação de outros produtos, ou outra destinação final ambientalmente correta, tornando-se uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2010). A implantação da logística reversa é fundamental para o reaproveitamento de resíduos como o óleo vegetal residual, já que o descarte inadequado pode gerar prejuízos ao meio ambiente.

O propósito do presente trabalho foi realizar o levantamento de informações junto a lanchonetes e Fast Foods na cidade de Volta Redonda-RJ, com o objetivo de conhecer o destino dado ao óleo vegetal residual e o funcionamento da logística reversa deste resíduo no município.

RESULTADOS:

Na amostra de 26 lanchonetes, 8 não souberam quantificar o uso, foi identificado em 18 estabelecimentos que o recolhimento total de aproximadamente 2.820 litros de óleo vegetal usado por mês, o que resulta média de aproximadamente 156 L/mês referente a cada estabelecimento.

Nas visitas aos estabelecimentos, foi possível observar que a maioria possui fritadeira elétrica, principalmente para fritura de batata, isso, de acordo com Sanibal (2002), acarreta numa menor taxa de oxidação do óleo. O tempo de utilização do óleo varia de um estabelecimento para outro, o que segundo

Costa Neto (2000), ocorre principalmente pela falta de legislação que determine a troca do óleo usado, o que, segundo os autores, dificulta a realização de um levantamento preciso da disponibilidade desse resíduo em grandes centros urbanos.

Ao serem questionados se acreditavam haver desperdício de óleo no estabelecimento, ou seja, se alguma quantidade de óleo era lançada nas pias, mesmo com o recolhimento do resíduo, 50% afirmaram categoricamente não haver, 24% não soube responder à pergunta e 26% admitiram que ocorria ainda um pouco de desperdício.

Um fator observado durante o trabalho foi o valor de iniciativas para conscientização da importância de um destino adequado aos óleos vegetais residuais, devido ao fato de 90% dos restaurantes afirmarem que a coleta do resíduo só deu início após iniciativa das empresas coletoras em apresentar a proposta de recolhimento do resíduo.

Estas cooperativas mencionadas anteriormente, entretanto, em 70% dos casos não forneceu nenhum tipo de treinamento quanto à armazenagem ou informações quanto ao destino que seria dado ao produto. O que pode indicar negligência de ambas as partes, da empresa por não passar esse tipo de informação ao dono da lanchonete e do mesmo por não se importar com o destino que será dado ao produto. A falta de conhecimento à respeito do dano ao meio ambiente também foi algo observado durante as entrevistas.

CONCLUSÕES:

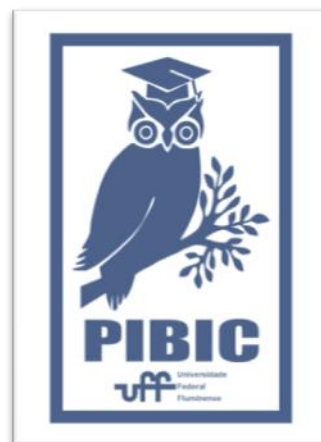
Em virtude do que foi mencionado na discussão, percebemos que a atuação das empresas recolhedoras do resíduo foi de suma importância no processo da logística reversa, visto que em 90% dos Fast Foods a coleta só deu início após a proposta de recolhimento.

Apontou-se que dos Fast Foods entrevistados, a grande maioria, possui um correto destino para o óleo residual gerado, porém grande parte deles afirmou desconhecer o desígnio final dado ao resíduo, o que demonstra a necessidade de maior transparência na relação entre a empresa coletora e o estabelecimento.

Foram identificadas três empresas que realizam a coleta do óleo vegetal residual no município de Volta Redonda, e que em 63% dos estabelecimentos o óleo vem sendo recolhido a mais de dois anos, o que aponta que a logística reversa do resíduo vem melhorando ao longo do tempo.

Agradecimentos:

Ao PIBIC/UFF pela concessão da bolsa.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais e Aplicadas

Título do Projeto: Local de moradia no Rio de Janeiro: por que as pessoas moram longe de seus locais de trabalho?

Autores: Ana Beatriz Ferreira de Almeida e Danielle Carusi Machado

Departamento/Unidade/Laboratório: Faculdade de

Economia/UFF/Campus Niterói

INTRODUÇÃO:

Há três questões eleitas cruciais para percorrer o caminho da relação entre deslocamento casa-trabalho e organização espacial: “onde ofertar trabalho?”, “como se locomover?” e “onde morar?”. No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, notadamente por ser uma grande metrópole, todas as três perguntas acima estão muito entrelaçadas. A decisão de onde ofertar trabalho está fortemente associada ao custo de se locomover, seja em termos de tempo ou em termos de gasto monetário. Por outro lado, a decisão de moradia, muitas vezes, dependerá do quão próximo as pessoas estão do local de trabalho, dos familiares e dos serviços básicos necessários, tais como saúde, educação e segurança pública.

Este trabalho, então, busca entender os principais motivos para os trabalhadores morarem longe de seus locais de trabalho, notadamente em outras cidades, dadas suas características pessoais, do imóvel e outros custos. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) foi escolhida para a análise por ser uma região metropolitana que de acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE) apresenta o maior tempo de deslocamento casa-trabalho do país. Isso se dá pela forma de uso do solo e pelas grandes distâncias entre moradias dos trabalhadores e seus locais de trabalho, potencializada pelo crescimento da taxa de motorização na região. A consequência deste processo foi o aumento do tempo gasto na locomoção casa-trabalho. De acordo com Vianna e Machado (2017), o tempo gasto com locomoção, classificado como improdutivo, apresenta um custo de oportunidade estimado entre 6,7 e 9,4 bilhões de reais para o ano de 2010 na RMRJ.

O trabalho foi desenvolvido a partir da análise descritiva de variáveis que caracterizam os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em termos de características sócio

economicas. Na literatura de decisões locacionais muitas vezes se discutem as amenidades e “desamenidades” urbanas do local de moradia.

A partir do Censo Demográfico de 2010 foram feitas várias estatísticas descritivas dos municípios que compõem a RMRJ de forma a caracterizar a situação, seja em termos de renda média do trabalho (mais relacionado a situação da inserção no mercado de trabalho), quanto em aspectos diretamente relacionados à caracterização dos domicílios (qualidade dos domicílios, como densidade de moradores). O tempo de deslocamento casa trabalho também foi considerado como uma desamenidade urbana pois afeta negativamente a vida das pessoas que gastam muito tempo na movimentação pendular. Também olhamos para as diferenças em termos de valores de aluguéis para termos uma idéia de valorização ou não da localidade. Por fim, captamos também informações municipais sobre a oferta de serviços de saúde e educação e informações sobre criminalidade. Os dois primeiros garantem algum grau de bem estar social à medida que ter escolas ou hospitais disponíveis garante o atendimento de crianças bem como dos indivíduos quando necessitam de serviços de saúde. Por outro lado, vários indicadores de criminalidade, como furtos e roubos, traçam um perfil sobre as desamenidades das localidades. A partir deste panorama, entendemos as diferenças e dificuldades encontradas nas localidades seja para o estabelecimento de uma moradia ou para inserção de seus moradores na atividade econômica. Um próximo passo deste projeto é estimar um modelo econométrico que considere estas amenidades e desamenidades para o entendimento da valoração dos aluguéis nas diferentes localidades.

Referências bibliográficas:

MACHADO, D. C.; PERO, V.; MIHESSEN, V. Mobilidade urbana e mercado de trabalho na

Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Revista da ABET, v. 14, n. 2, 2016.

PERO, V.; MIHESSEN, V. Mobilidade urbana e pobreza no Rio de Janeiro. Revista Econômica, v. 15, n. 2, 2013.

ROCHA, R. d. M.; MAGALHAES, A. Valoração das amenidades urbanas: uma estimação a partir dos diferenciais salariais e do custo de habitação para as Regiões Metropolitanas Brasileiras. Revista de Economia Contemporânea, Scielo Brasil, v. 17, n. 1, p. 69–98, 2013.

SILVEIRA NETO, R. d. M.; MENEZES, T. A. d. Preferência revelada e arbitragem espacial: determinando um ranking de qualidade de vida para as Regiões Metropolitanas do Brasil. Revista Brasileira de Economia, Scielo, v. 62, p. 361 – 380, 12 2008.



Ciências Sociais Aplicadas

Vulnerabilidade Socioambiental a desastres naturais: Desenvolvimento e indicadores

Maria Izaura Felipi Manço
Gustavo Henrique Naves Givisiez

GRC/NEED

INTRODUÇÃO:

A vulnerabilidade social e ambiental é um tema abrangente, tendo em vista que engloba aspectos em diversas escalas e abordagens e afetam diretamente na qualidade de vida. Os desastres naturais têm registrado numerosos mortos, feridos e grandes perdas econômicas, em especial em ambientes urbanos. O cenário de mudanças climáticas é ainda um fator agravante para os eventos ambientais que podem apresentar características mais virulentas e destrutivas ao longo dos séculos.

Para o caso brasileiro, considerando número de pessoas afetadas na base de dados do EM-DAT, entre os anos de 1970 e 2016, são mais comuns os seguintes tipos de desastres naturais, considerando o total de pessoas afetadas: seca, com 78,8 milhões de pessoas; enchentes, com 18,2 milhões; e, Epidemias, com 1,9 milhão (Tabela 1). Nesses termos,

estudos subnacionais no Brasil: Secas, Enchentes, Tempestades e Deslizamentos.

Este projeto de iniciação científica é parte integrante de um projeto de pesquisa cujo objetivo é estudar a associação entre aspectos socioeconômicos da população e desastres naturais, em especial, enchentes, alagamentos, deslizamentos e seca. O objetivo específico deste projeto é estimar a vulnerabilidade socioambiental a enchentes, alagamentos e deslizamentos em municípios da região Norte Fluminense. Inicialmente o estudo será delimitado ao município de Campos dos Goytacazes, caracterizado por grande área territorial e extensa variedade de paisagens (campos, áreas pantanosas, encostas, ocupações legais e ilegais em margens de rios e lagoas, costa, dentre outras). Posteriormente, em edições futuras desse projeto, pretende-se estender a área de estudo para os municípios

Tabela 1
Total de Desastres Naturais, Óbitos, Pessoas Afetadas e Perdas Econômicas, por Tipo de Desastre. Brasil. 1970-2016

Desastre Natural Tipo	Frequência Absoluta	Óbitos		Total de Afetados		Perdas Econômicas (Milhares US\$)	
		Abs	Média	Total	Média	Total	Média
Seca	18	20	1,1	78.812.000	4.378.444,4	11.183.100	621.283,3
Inundação	116	5.542	47,8	18.175.439	156.684,8	9.214.770	79.437,7
Epidemias	16	2.217	138,6	1.982.376	123.898,5	0	0,0
Tempestades	16	159	9,9	226.390	14.149,4	533.000	33.312,5
Deslizamento	20	878	43,9	91.000	4.550,0	231.000	11.550,0
Terremotos	2	2	1,0	15.280	7.640,0	5.000	2.500,0
Incêndios	3	1	0,3	12.000	4.000,0	36.000	12.000,0
Infestação de insetos	1	0	0,0	2.000	2.000,0	0	0,0
Temperaturas Extremas	7	242	34,6	0	0,0	1.075.000	153.571,4
Total	199	9.061	45,5	99.316.485	499.077,8	22.277.870	489.272,3

Fonte: EM-DAT, 2017

consideram-se como principais desastres naturais que deveriam ser contemplados em

da Região Norte e Noroeste Fluminense adotado em projetos de pesquisa anteriores.

PROCEDIMENTOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS

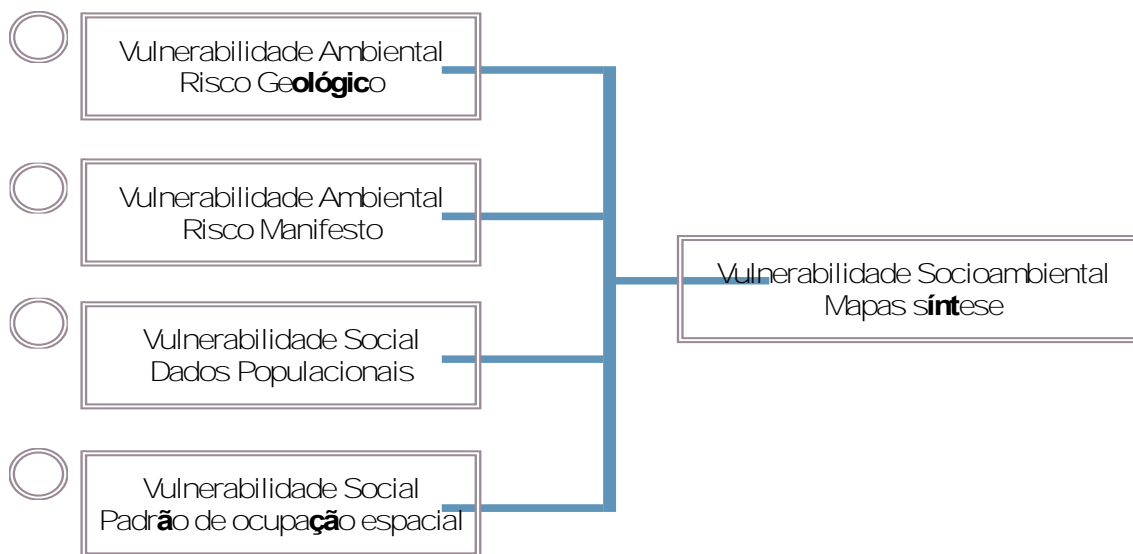
Há uma diversidade de métodos e técnicas para a estimativa de indicadores socioambientais, que abordam diferentes variáveis socioeconômicas e tipos de desastres, ou seja, abordagens distintas são adotadas de acordo com o lugar, escala de análise e tipo de desastre. Aquino *et al.* (2007), por exemplo, propuseram indicadores de vulnerabilidade ambiental abordando os movimentos de massa. Os trabalhos de Ross (1994, 1995) e Ross e Moroz (1996), por sua vez, propõe uma hierarquia de variáveis a ser seguida nas análises sugerindo abordagens distintas e que utilizam as fragilidades ambientais, considerando o relevo, o tipo do solo, o grau de proteção do solo e a pluviosidade. Crepani *et al.* (1996), por outro lado, aborda a vulnerabilidade ambiental à erosão utilizando técnicas de sensoriamento remoto.

Sinteticamente representada no organograma da figura 1, a metodologia se subdivide em mapear e identificar: (1). O risco ambiental a

informações demográficas por setor censitário; e, por fim, (4).

No caso deste estudo, a vulnerabilidade ambiental (Risco Geológico – Item 1) será obtida por um conjunto de cartas e mapas produzidos pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), disponibilizados pela Geologia de Engenharia e Riscos Geológicos, por se tratar de uma abordagem mais simples e coerente com um estudo de iniciação científica. Dessa forma, a compilação e compreensão das cartas, mapas e malhas digitais da CPRM é um dos produtos esperados ao fim deste projeto. Além dessas fontes, pretende-se utilizar bases de dados que ampliem o registro de desastres abordando o Risco Manifesto ao desastre (Item 2), ou seja, os registros históricos de desastres naturais. Para isso, a fonte de dados a ser utilizada são os dados do AVADAN/SINDEC (documento oficial de comunicação de desastres do Sistema Nacional de Defesa Civil). Esta fonte traz dados sobre pequenos, médios e grandes eventos e é de abrangência municipal. Os registros do AVADAN trazem informações de

Figura 1
Organograma síntese dos procedimentos metodológicos



Fonte: Elaborado pelos autores

desastres, ou a Vulnerabilidade Ambiental (Risco Geológico) identificados a partir de trabalhos do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM); (2). O risco manifesto a desastres, registrados nos relatórios de avaliação de danos da Defesa Civil (AVADAN); (3). A Vulnerabilidade Social, estimada com base nas

mortalidade, pessoas afetadas, perdas econômicas, perdas de infraestrutura urbana e de infraestrutura de serviços de saúde e educação, dentre outros. O AVADAN foi adotado de forma obrigatória a partir de 2000, como parte integrante dos processos de declaração de estado de calamidade e

emergência pública e é registrado nos três níveis federativos: município, unidades da federação e país.

Para cumprir com os objetivos do presente projeto pretende-se aplicar metodologia adaptada de Alves (2006, 2013, 2014) para estimativa da vulnerabilidade socioambiental. O autor identifica a vulnerabilidade social com base na proporção de domicílios vulneráveis segundo variáveis socioeconômicas e, a vulnerabilidade ambiental é identificada de acordo com a proporção da área do setor censitário que se localiza em áreas próximas de cursos d'água ou em áreas íngremes. A identificação qualitativa da vulnerabilidade social e ambiental, como alta ou baixa, produz uma tabela de contingência em que os setores são divididos em quatro categorias de vulnerabilidade socioambiental. Ou seja, o resultado síntese, pretende categorizar os setores censitários em, pelo menos, oito categorias de vulnerabilidade socioambiental, a partir de duas categorias mensuradas para cada uma das quatro abordagens metodológicas indicadas anteriormente: categorias alta ou baixa, considerando as vulnerabilidades social e ambiental.

RESULTADOS ESPERADOS

Esse projeto pretende abordar cientificamente conceitos estatísticos e demográficos pouco explorados nos cursos de Geografia do país. O desenvolvimento dos trabalhos, além de gerar mapas, tabelas e gráficos síntese, poderão ainda gerar ter como produtos para publicação em congressos de abrangência nacional e internacional.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVES, H. P. D. F. Análise da vulnerabilidade socioambiental em Cubatão-SP por meio da integração de dados sociodemográficos e ambientais em escala intraurbana. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, n. 2, p. 349–366, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000200002>.

ALVES, H. P. D. F. Análise de um indicador de vulnerabilidade socioambiental da Região Metropolitana de Campinas no contexto das mudanças climáticas Análise de um indicador de vulnerabilidade socioambiental da Região Metropolitana de Campinas no contexto das mudanças climát. 2014, [S.l: s.n.], 2014, p. 0–20.

ALVES, H. P. D. F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 1, p. 43–59, 2006.

AQUINO, A. R. DE; PALETTA, F. C.; ALMEIDA, J. R. DE. *Vulnerabilidade Ambiental*. [S.l: s.n.], 2007.

CREPANI, E. *et al.* Curso de Sensoriamento Remoto aplicado ao zoneamento ecológico-econômico. *INPE(Inpe-6145-PUD/028)*, p. 33–41, 1996. Disponível em: <<http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/05.13.15.34/doc/publicacao.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.

ROSS, J. L. S. ANÁLISE E SÍNTESE NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA PESQUISA PARA O PLANEJAMENTO AMBIENTAL. *Geography Department, University of Sao Paulo*, n. 9, p. 65–75, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53692>>.

ROSS, J. L. S. ANÁLISE EMPÍRICA DA FRAGILIDADE DOS AMBIENTES NATURAIS ANTROPIZADOS. *Geography Department, University of Sao Paulo*, p. 63–74, 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47327>>.

ROSS, J. L. S.; MOROZ, I. C. *Mapa Geomorfológico Do Estado De São Paulo*. *Geography Department, University of Sao Paulo*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53703>>. , 1996



Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: População em situação de rua, migração e políticas sociais públicas em Campos dos Goytacazes/RJ: a dependência química em questão

Autora: discente Thaís Souza Miranda Vasconcelos e orientadora Leda Regina de Barros Silva

Departamento/Unidade/Laboratório:SSC/ESR/NETRAD –

Campos dos Goytacazes/RJ.

INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho, objetiva-se discutir as múltiplas dimensões que englobam a pessoa em situação de rua a sua condição de migrante associadas à dependência química ao álcool e a outras drogas, sobretudo na perspectiva das aproximações que os mesmos estabelecem com a rede sócio assistencial no âmbito das políticas de Assistência Social e de Saúde. Neste sentido, retomar os estudos e pesquisas realizadas sobre o tema e avançar no âmbito da esfera local é fundamental para a sua compreensão, ampliação do entendimento e elaboração de proposições a respeito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, a migração interna da população em situação de rua, associada ao fenômeno social da dependência química tem como marca histórica o aprofundamento dos processos desiguais em que esta população foi e tem sido submetida. Atualmente, o uso de drogas é considerado um grave e complexo problema de saúde pública. Cientificamente categorizada como um fenômeno da drogadição, entende-se que se requer reconhecê-la em suas várias faces, sobretudo implica discutir a relação entre a saúde e a doença, com o destaque para os modelos que contribuem para a compreensão do fenômeno e das estratégias de intervenção estabelecidas. Assim, é preciso abordar o ambiente institucional e social em que se debate acerca do assunto e como se materializam as respostas no âmbito das políticas públicas. Desta forma, resgatar a dependência química exige também reflexões sobre como a droga foi tratada nos vários contextos históricos, considerando-se as demandas advindas desta relação entre a saúde e a doença bem como

dos paradigmas que se constituíram hegemônicos em cada tempo. Em Campos dos Goytacazes, RJ, nos anos de 2016 e 2017, em pesquisa realizada com esse público, entre as razões apresentadas para estarem na rua, reedita-se o álcool e outras drogas igualmente ao primeiro resultado do 1º Censo Nacional e a Pesquisa amostral (2007 a 2009). No ano de 2003, a dependência química foi reconhecida como doença pela Organização Mundial da Saúde, assim como são atribuídas múltiplas características de natureza social. A reincidência diagnóstica da dependência química ao álcool e a outras drogas presente no cotidiano da população em situação de rua é comumente registrada nos documentos das instituições de saúde e da Assistência Social assim como é autodeclarada pela mesma, o que requer respostas institucionais direcionadas a essa particularidade. Entretanto, a maior parte das instituições do Estado, especializadas e abrangentes, em atendimentos destas demandas como a sociedade, ao não compartilharem dessas informações, tendem a enquadrá-los, moralmente, como aqueles que portam esta doença, e com elevado nível de preconceito e discriminação, o que se agrava quando se trata das populações advindas de classes empobrecidas. O migrante em situação de rua busca por políticas públicas e espera da cidade onde está, condições de emprego, moradia e possibilidades para se estabelecer, e, muitas vezes tem suas necessidades ignoradas por parte do olhar e das ações do poder público. Neste sentido, o tripé que envolve as raízes dos processos migratórios contemporâneos à condição de pessoa em situação de rua e com dependência química (álcool e outras drogas), impõem às instituições e aos movimentos sociais, estudos e pesquisas com vistas a construção de respostas para o enfrentamento deste cenário. Para tanto,

urge que se desmistifique as condutas moralizantes, próprias das práticas sociais fundadas no preconceito para com as pessoas com dependência química, sobretudo se são vinculadas às pessoas em situação de rua. Ao Estado e à esfera local, enquanto entes institucionais, de natureza política, cabem o cumprimento de suas responsabilidades em respostas pontuais e de direção social ampla frente às demandas, com políticas públicas, especialmente fundadas e organizadas com projetos e programas intersetoriais.

Palavras-chave: População em situação de rua, Migrante, Dependência química.

CONCLUSÕES

A escolha do tema relaciona-se à duas das fases do projeto de pesquisa no que diz respeito à observação com levantamentos documentais, com vistas à atualização e análise de dados e registros realizados pelos órgãos e instituições de pesquisa. Ressaltam-se os seguintes parâmetros de observação com levantamentos: o perfil da migração interna na cidade de Campos dos Goytacazes e de seus sujeitos; o perfil das políticas públicas e as demandas sociais dos migrantes; a reincidência diagnóstica da dependência química ao álcool e outras drogas após 10 anos do I Censo Nacional e pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua e a necessidade de estudos e pesquisas para mapear a relação entre as demandas sociais recorrentes e as respostas institucionais e políticas no âmbito das políticas sociais públicas e dos movimentos sociais da população em situação de rua.

Agradecimentos

Após 12 meses como iniciante em pesquisa através da inserção via PIBIC/UFF – 2017/2018, agradeço à Universidade Federal Fluminense e ao curso de Serviço Social de Campos pelo amplo e profundo aprendizado acerca do tema e suas correlações teórico-metodológicas e por ter proporcionado ao projeto algumas importantes contribuições através de elaboração e apresentação em eventos no âmbito local, nacional e internacional.



Ciências Sociais e Aplicadas

Iniciativas de Economia Solidária e Administração de Conflitos em Segurança Pública: levantamento de projetos de políticas públicas de economia solidária em territórios populares em Niterói; experiências no Morro do Preventório

Camilla de Azevedo Pereira

Departamento de Segurança Pública

INTRODUÇÃO:

Uma das tecnologias sociais resultantes da Economia Solidária são os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), que “são serviços financeiros em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda numa perspectiva de organização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária”

(REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2007, p. 01). Eles são organizações que se definem como constituintes do movimento de economia solidária no segmento de finanças solidárias. Quase sempre criado pela própria comunidade, o BCD visa contribuir para o desenvolvimento local, inclusão financeira e bancária do território.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Algo que nos chamou atenção ao estudarmos o Banco do Morro do Preventório diz respeito à participação das mulheres no mesmo. É importante levar em consideração, também, quando falamos da questão de gênero, o contexto histórico e político que cerca a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Essa inserção ganhou mais força nos últimos 40

anos, mas as leis trabalhistas criadas para o público feminino acabam por não promover uma igualdade de gênero. Por esta razão, com a inserção de novas tecnologias e com o atual cenário de crise do país, que vem contribuindo cada vez mais para a precarização do trabalho, as mulheres vêm ocupando este espaço das finanças solidárias. Dessa forma, este relatório se propõe a entender o porquê desta ampla participação feminina neste espaço e como ele contribui para retirá-las de uma situação de possível vulnerabilidade social.

Adotamos uma metodologia de caráter qualitativo, baseada na pesquisa bibliográfica seguindo as considerações metodológicas de autores como Minayo (2002), Pires (2008) e Lakatos e Marconi (1991). Assim, os processos metodológicos adotam como objeto de pesquisa as finanças solidárias, no campo da economia solidária, e permitem estudar sua trajetória ao longo dos anos no Brasil. Este trabalho justifica sua importância na possibilidade de oferecer informação que permita uma leitura da situação das finanças solidárias, no campo da economia solidária e da criação dos BCD, em relação à problemática da exclusão sócio econômica e

cultural da população de baixa renda,

levantando informações e questionamentos sobre a trajetória das finanças solidárias e seu acesso às mulheres no Brasil, o papel das políticas públicas. Busca ressaltar uma visão da economia solidária no caso brasileiro, no que tange à intensa participação feminina.

CONCLUSÕES:

Por meio dos relatos, notou-se nas mulheres uma enorme vontade de mudar, e que de forma persistente e coletiva conseguiram realizar transformações em sua própria vida e na comunidade. Não só, os estudos demonstraram que o trabalho das mulheres em associações permite uma forma de organização diferenciada da atuação em empresas ou em casa. Apesar da continuidade de contradições e das desigualdades, as associações, os

empreendimentos ou redes, permitem experimentar e explorar novas sociabilidades, que no campo da economia solidária, incluindo as finanças solidárias, trazem um elemento importante que é a autogestão. Por permitir rediscutir a toda a forma de organização do trabalho, incide nas relações de gênero presentes nas organizações. A importância que encontramos e destacamos nesse trabalho é que no Banco do Preventório também foi possível transformar.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a professora Ludmila, que me deu a oportunidade de ser sua bolsista nestes doze meses, e sempre se mostrou extremamente aberta a sugestões, críticas e novas ideias acerca da pesquisa. Em segundo lugar, gostaria

de agradecer ao Marcos Rodrigo e a todos os integrantes do Banco Comunitário do Preventório, que se dispuseram a falar de suas vivências pessoais para que esta pesquisa pudesse se concretizar. Por fim, gostaria de agradecer ao Departamento de Segurança Pública como um todo, por me fazer refletir, a cada período, mais sobre a problemática da Segurança Pública no nosso país, e em especial no nosso estado, dando uma atenção maior para os setores mais vulneráveis da sociedade.

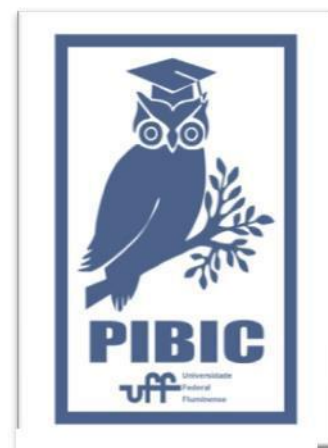


Figure 1: Logo PIBIC



**Grande área do conhecimento
Ciências Sociais Aplicadas - CSA**

**Título do Projeto
O HOJE E O AMANHÃ DA RELAÇÃO URBANO -
AMBIENTAL NO BRASIL. EXPERIÊNCIAS
AVANÇADAS**

**Autores
Maria de Lourdes Pinto Machado Costa -**

**Coordenação
Heloisa da Silva Marques - Pesquisadora PIBIC/UFF**

**Departamento/Unidade/Laboratório
Escola de Arquitetura e Urbanismo- EAU/PPGAU -**

UFF

INTRODUÇÃO:

A urgência da preservação dos recursos naturais é um discurso latente da atualidade, em razão da falta de controle do crescimento das cidades, de novos discursos disponibilizados, e a atuação no planejamento e gestão em curso. Paralelamente, conta com a informatização e a rápida transmissão de informações entre diferentes grupos sociais, o que leva as questões ambientais a uma visibilidade e conscientização global, permeadas pelo variado discurso da sustentabilidade. Muitos teóricos estudados pontuam uma apropriação deste discurso pela sociedade que, quando voltada ao mercado, propõe soluções que embasam rasos discursos sustentáveis, em grande medida sem intenção de solucionar as reais questões ambientais, hoje tão complexas e vinculadas às questões sociais, o que, na maioria das vezes, contribui para a sustentação do capitalismo.

Assim, a pesquisa teve a finalidade de desvelar temática inovadora, desenvolvida de modo a dar ênfase ao processo de evolução urbano-ambiental, no presente estágio de maior conscientização das concernentes questões por parte das sociedades. Os recursos utilizados recorreram à informatização, práticas de intervenções urbanísticas promissoras, tanto no País quanto no exterior, o que propiciou o acesso a novas visões no âmbito de iniciativas de gestão nestes dois meios. Apoia-se em reflexões que

associam teoria e prática no campo da sustentabilidade, no cenário atual do sistema capitalista e das relações socioeconômicas existentes. Buscou-se revelar experiências diversificadas, segundo escalas e localização geográfica, no intuito de gerar um panorama exemplar na temática, ao ponderar, questionar e confirmar gestões eficientes conviventes com intervenções urbanístico-ambientais.

A contemporaneidade no trato dos aspectos envolventes, segundo temporalidades, mostrou novas perspectivas das relações e apropriações entre o habitat humano e natureza, ao atingir os meios rural e urbano, em face de uma conjuntura que envolve a falta de controle do crescimento das cidades, a ineficácia da implementação de instrumentos de uso e ocupação do solo, mas tendo como contrapartida a iniciativa de assentamentos humanos que se fizeram sustentáveis. Como consequência, induziu à necessidade de uma revisão e atualização de conceitos, de modo a contemplar uma sintonia com questões e agentes que atuam no meio natural e construído, e também a geração de diretivas de planejamento e gestão, baseadas em uma melhor qualidade de vida.

A metodologia da investigação baseou-se em leituras de bibliografia disponível, incorporação de resultados obtidos em investigações anteriores desenvolvidas no

âmbito do Grupo de Pesquisa Transformação, intervenção e gestão do território – GP TIGT/PPGAU/UFF, elaboração de exercícios de fixação de conteúdos sobre textos selecionados, somado a levantamento de dados e informações relativos a experiências urbanísticas mitigadoras. Estas se estenderam a aspectos positivos e negativos do processo de ocupação dos espaços, consideradas as devidas dimensões de sustentabilidade econômica, social, histórica, cultural e ambiental, com ênfase no pós-1990. A primeira etapa propiciou o recolhimento de material básico, de suporte bibliográfico e iconográfico, para apoio da seleção de casos, adoção de conceitos e elaboração de argumentação, divulgados por vários autores e especialistas no trato com o objeto da pesquisa. Entre os exercícios previstos no projeto original foram desenvolvidos elaboração de resumos e de sínteses parciais, coleta e sistematização

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Dentro do quadro estudado, algumas experiências externas mostraram, a exemplo do referente à cidade de Paris, os esforços para privilegiar os espaços públicos destinados aos pedestres e ciclistas, em diferentes escalas de atendimento. O conjunto de ações empreendidas pela Prefeitura de Paris desenvolveram-se sob concertação oficial, sobre a atuação das empresas, garantindo conexões institucionais e articulações formais, que passaram por compatibilização com os instrumentos de planejamento e gestão, além de a incorporação da participação da população. O planejamento parisiense, ao incentivar propostas para o futuro de Paris, estimou projetos, que se desdobraram segundo planejamento a longo prazo, baseando-se em conceitos ambientalmente consistentes e considerando os diferentes agentes sociais, contemplando conexões interinstitucionais.

A pesquisa, ao enfatizar a experiência brasileira que conseguiu fugir da lógica hegemônica, inferiu um outro tipo de inserção na questão ambiental, motivo pelo qual tais experiências conseguem estabelecer novas relações urbano-ambientais, a par de novas relações sociais. São esses grupos que, através de um urbanismo de baixo impacto, inclusive em regiões mais afastadas da cidade,

de informações através de montagem de fichamentos de textos e da efetivação de análise crítica e de reflexões referentes ao conjunto da temática trabalhada.

As elaborações então decorrentes embasaram a observação dos casos indicados. O exame das experiências parte da análise de suas inserções na cidade, periferias e áreas rurais, examinou os processos constitutivos de tais intervenções, e a solução dada no quadro da infraestrutura existente e as relações sociais criadas nesses meios e com o seu entorno.

Os estudos foram norteados pela análise geral da aplicabilidade do conceito de sustentabilidade, começando por escala e enfoque global, refletidos em suas formas de uso e apropriação do espaço, até chegar à escala local, no Brasil e exterior, de acordo com a consideração de experiências onde as relações entre sociedade, urbano e ambiente fossem respeitadas e adequadas.

propõem novas formas de viver em sociedade, no caso as ecovilas. Através dos registros de imagens e descritivos recolhidos, evidenciou-se que essa nova inserção apresenta novos diálogos, resiliências e/ou total subversão ao sistema imposto.

No Brasil, considerou-se uma amostragem de cidades, entre as experiências de capitais de estado, e chegou-se ao estudo dessas ecovilas, em diferentes municípios e regiões do País. As ecovilas como contraculturas espaciais (SILVA, 2011), convivem em geral com os princípios da permacultura e se inserem em um utopismo dialético, segundo HARVEY (2000), na tentativa de resgatar e formular novas relações homem-natureza. Subsídios importante refletiram o trabalho de Togashi e Majerowicz (2015), que mergulharam nesses estudos. Outros cientistas dão suportes às análises de contextos estudados, entre outros, Lefebvre (1968), Acselrad (2001), Harvey (2006), Santos (2008) e Limonad (2013).

Práticas de planejamento em menores escalas também foram consideradas, como o projeto de hortas comunitárias da Prefeitura do Rio de Janeiro que, com pequenas dessas ocorrências em diversos bairros, encaminha solução para a melhoria da qualidade do alimento, no caso a menor custo.

CONCLUSÕES:

A temática leva a refletir como a sociedade contemporânea busca novas formas de interação urbano-ambiental, ação que se intensificou nos últimos anos paralelamente a uma maior conscientização das sociedades em relação à preservação ambiental. E chama a atenção para as necessidades reveladas pela população, com morosidade ou nulidade de atendimento de suas reivindicações. São inúmeras as ações positivas vivenciadas por diferentes grupos sociais, no Brasil e exterior. Na fase dos estudos é possível concluir que as experiências sustentáveis possuem grande abrangência, identificação de problemas comuns às comunidades

Agradecimentos:

Os agradecimentos são dirigidos à Universidade Federal Fluminense, através do PIBIC, pela política de apoio aos graduandos que se iniciam na pesquisa

urbanas, que apontam para a urgência de maior efetividade na ação dos poderes públicos, através de políticas públicas, sociais e urbanas, segundo diferentes instâncias administrativas, responsáveis pela mitigação e integração dessas políticas, segundo várias dimensões no tratamento das questões concernentes. É possível concluir que as transformações sustentáveis do espaço, mesmo ocorrendo em diferentes escalas, revelam nas experiências, o anúncio de modificações no processo de gestão intersetorial, prenúncio de uma possível e maior convivência entre ecossistemas originais e sociedade.

científica, um dos braços estruturantes da formação e campo do conhecimento.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades. Sustentabilidade e riscos nas políticas públicas.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

ASCHER, François. "As duas formas de compartilhar uma rua". In: BORTHAGARAY, Andrés (Org.). **Conquistar a rua! Compartilhar sem dividir.** São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BARROSO, L. de S. **Sustentabilidade e cidade.** UFF/PPGAU, 2016.

CARLOS, Ana F. A. **A produção o espaço urbano – agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Editora contexto, 2014.

COSTA, Maria de Lourdes P. M. **Relatório do Grupo de Trabalho Meio Ambiente Construído da ANPPAS.** Brasília 2008.

COSTA, Maria de Lourdes P. M. e BATISTA, Marcia A. N. "Os avanços da ocupação na periferia da cidade do Rio de Janeiro: Um alerta para a relação urbano-ambiental". **Anais do ENANPPAS**, 2015.

DIÓRIO, Ana C. D.; TIBÚRCIO, Túlio M. de S. "Sustentabilidade de Alternativas Socioespaciais: análise de três comunidades intencionais no sul de Minas Gerais." **Anais do IV ENANPARQ**, 2016.

GAETE, Constanza Martínez. **7 espaços públicos de Paris que serão remodelados para acolher pedestres e ciclistas** [7 lugares de Paris serán remodelados para que el 50% de su superficie sea para peatones y ciclistas] 20 Mai 2016. (Trad. Baratto, Romullo). Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/787751/7-espacos-publicos-de-paris-que-serão-remodelados-para-acolher-pedestres-e-ciclistas>>Acessado em: 6 de fevereiro de 2018.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo Edições Loyola, 2006.

_____. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **La vie quotidienne dans le monde moderne.** Paris: Éd. Galimard, 1968.

_____. **Le Droit à la ville.** Paris: Ed. du Seuil (Collection "Points") (2ª Ed.), 1968.

LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. **Cadernos Metrópole.** São Paulo, v,15, 2013

SANTOS Jr., S. José dos. “Ecovilas e comunidades intencionais: ética e sustentabilidade no viver contemporâneo”. In **Anais do III Encontro da ANPPAS**. Brasília, DF, 2006.

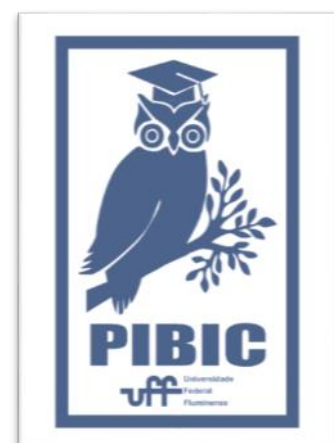
SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SILVA, Luís Fernando de Matheus e. **Ilusão concreta, utopia possível: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul)**. São Paulo, 2013. Tese Doutorado – Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

SOJA, E. **Geografia pós-moderna a reafirmação na teoria social**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1993.

REKACEWICZ, Philippe. “Un monde toujours plus urbain”. **Jornal Le Monde Diplomatique**. Paris, 01/04/2010.





Grande área do conhecimento: Ciências sociais Aplicadas

Título do Projeto: Radicalidade de Inovação em Produtos: Como a Agilidade e Flexibilidade dos Sistemas de Manufatura Influenciam a Performance dos negócios? A Experiência das Empresas *High Tech* Brasileiras.

Autores: Angélica da Silva Azevedo e Prof^a Dr^a Selma Regina Martins Oliveira

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Ciências Contábeis de Volta Redonda – Instituto de Ciências Humanas e Sociais

INTRODUÇÃO:

Recentemente, os modelos de negócios vêm se reconfigurando. Produtos com ciclos de vida mais curtos, assim como consumidores mais exigentes. Respostas vêm sendo dadas a esses desafios. Novos implementos técnicos são demandados e potencializados rumo ao alcance de ganhos de vantagens competitivas, projetos inovadores muitas vezes revelam ambiguidades, convertendo-se em barreiras rumo ao alcance de resultados substanciais, particularmente em empresas *high tech*. Para lidar com tais oscilações, as empresas de alta tecnologia ou *high tech* têm investido em estratégias distintas, dentre elas a inovação radical de produtos (Baković, Lazibat, e Sutić 2013; Camisón e Villar López 2010; Duguay, Landry, e Pasin 1997; Lafou et al. 2016; Perin 2016; Schuh et al. 2016, 2017; Slack 2005; Spina et al. 2016; Woschke e Haase 2016). Neste sentido, as empresas têm, em sua produção, privilegiado a flexibilidade e agilidade nos sistemas de manufaturas (Camisón e Villar López 2010; Dubey e Gunasekaran 2015; Duguay, Landry, e Pasin 1997; Kara e Kayis 2004; Schuh et al. 2016; Slack 2005; Vokurka e O’Leary-Kelly 2000; Zhang e Sharifi 2000). Nesta perspectiva, esta pesquisa tem por objetivo avaliar a influência da agilidade e flexibilidade dos sistemas de manufatura na *performance* do negócio em espectro de radicalidade de inovação de produto. Neste sentido, procura-se estabelecer um equilíbrio entre radicalidade em inovação de produto, agilidade e flexibilidade nos processos produtivos, e *performance* dos negócios nesta categoria de empresas à luz da experiência brasileira.

METODOLOGIA:

Para que fosse possível alcançar os objetivos pretendidos e os questionamentos levantados, um *survey*, em empresas *high tech* de distintos setores situadas no Brasil, foi realizado. Os dados foram extraídos por meio de uma matriz de julgamento (aplicada de maneira eletrônica por meio de e-mail e da janela de contato da rede profissional LinkedIn) endereçada a 170 especialistas com conhecimento sobre o objeto de investigação: gestores de desenvolvimento de produtos, gestores em inovação em produtos, gestores em P&D, gestores de negócios; gestores de produção (entre outros), das referidas plantas produtivas investigadas. O questionário aplicado foi adaptado do trabalho realizado por Oliveira (2017) para a ferramenta de coleta de dados do Google Formulários. Sua estrutura é do tipo escalar (1 – menor grau de importância e 5 – maior grau de importância). Para isto foi aplicado o método de escalagem psicométrica Lei dos Julgamentos Categóricos de *Thurstone* de 1927. O mesmo contém oito seções que estão divididas como segue: na primeira seção contém a identificação do questionário e os objetivos que se procura alcançar com a pesquisa; a segunda seção contém perguntas quanto a informações do respondente e da empresa; na terceira e quarta seção estão contidas as primeiras perguntas diretamente ligadas ao tema do questionário, que são as perguntas quanto a existência e características da inovação radical de produtos; a quinta e sexta seção tem foco em perguntas quanto a agilidade e flexibilidade nos sistemas de manufatura respectivamente; na sétima seção as perguntas se referem à relação existente entre agilidade e flexibilidade nos

sistemas de manufatura e *performance* da empresa; a oitava seção é uma área aberta onde os respondentes podem fazer considerações que acharem pertinentes quanto ao tema.

Antes da aplicação do questionário foram realizados quatro pré-testes com especialistas da área, os quais possuem capacidade técnica para responder o mesmo, e que puderam dessa forma confirmar o modelo conceitual, julgar a influência das variáveis e validar o mesmo. O objetivo dessa aplicação foi de eliminar qualquer dúvida que pudesse surgir durante a aplicação do questionário, subjetividades nos resultados e redundâncias das perguntas. Após a realização dos pré-testes foi possível alterar a maneira da apresentação das perguntas de forma a melhorar o entendimento dos entrevistados e evitar possíveis imprecisões nas respostas obtidas. Para análise dos resultados foram utilizadas técnicas de correlação de dados às quais se seguem a Lei dos Julgamentos Categóricos de *Thurstone* e o sistema *Neuro Fuzzy* de redes neurais.

RESULTADOS:

Os resultados e análises subjacentes estão estruturados através das fases a seguir:

Fase 1: Determinação da radicalidade (características) das inovações em produtos em empresas high tech no Brasil. Esta fase está estruturada conforme as seguintes etapas:

Etapa 1: Identificação das características de radicalidade em inovação em produtos; e Etapa 2 – Avaliação da radicalidade (características).

Fase 2: Determinação da agilidade (dimensões) e flexibilidade (dimensões) dos processos de manufatura nas empresas high tech no Brasil. Esta fase está estruturada conforme as seguintes etapas: Etapa 1 – Identificação da agilidade e flexibilidade (dimensões) nos processos de manufatura; e Etapa 2 – Avaliação das dimensões de agilidade e flexibilidade.

Fase 3: Avaliação dos influências do grau de agilidade e flexibilidade dos processos de manufatura na performance dos negócios, em espectro de radicalidade em inovação de produtos;

Desta forma, a primeira fase permitiu identificar as características de inovação radical, as quais se seguem: (i) Produtos com nova *performance* para a empresa e mercado; (ii) novas funções para a empresa/indústria; (iii) grau de incerteza; (iv) descontinuidade potencial de mercado, tecnologia e organizações; e (v) novo conjunto de engenharia e princípios científicos que abrem possibilidades de novos segmentos de mercado e ameaça a posição competitiva existente. Foram levantadas como as mais importantes na visão dos especialistas a V e a II (Figura 1).

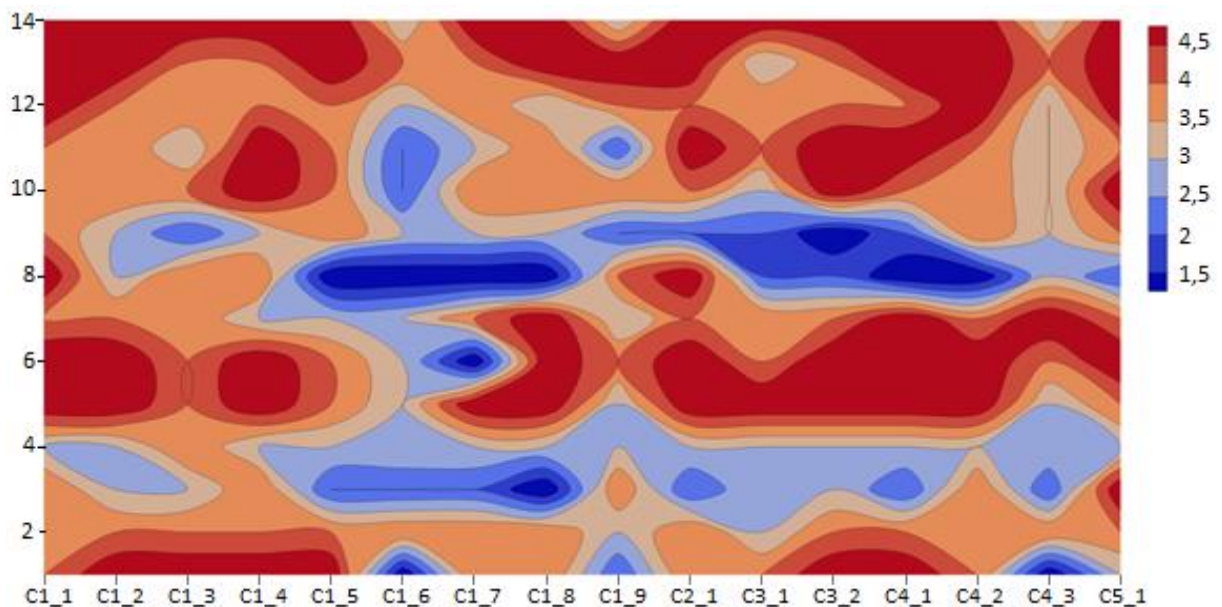
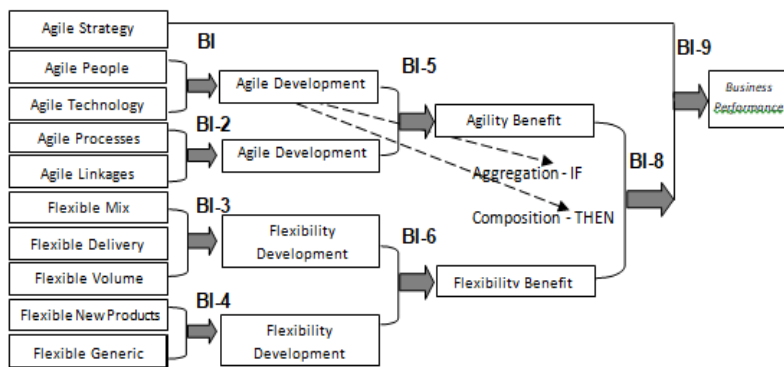


Figura 1: Mapa de Superfície – Características de Inovação Radical de Produtos.

A segunda fase permitiu identificar as dimensões de agilidade (processos, interfaces, estratégias, pessoas e tecnologias ágeis) e flexibilidade (entrega, novos produtos, mix, volume flexíveis e flexibilidade genérica). Sendo as mais importantes, na visão dos especialistas, para as empresas, os processos e as interfaces (relações) ágeis; e as opções de entrega flexíveis e os novos produtos flexíveis.

A última fase permitiu avaliar a maneira como a agilidade e a flexibilidade impactam a performance da empresa, dentro de um cenário de inovação radical. Após processados os dados coletados, e aplicado sistema de redes neurais *Neuro-Fuzzy* (Figura 2) foi possível perceber uma influência substancial sobre a performance, cerca de 81%.



Ou seja, o resultado das avaliações da modelagem *Neuro-Fuzzy* permitiram um valor numérico igual a 81%, confirmando a hipótese de que a agilidade e flexibilidade dos sistemas de manufatura tem influência, em maior ou menor grau, na performance do negócio, em espectro de radicalidade de inovação de produto. Tal resultado permite pontuar que tal influência é significativa dentro das empresas, de maneira que a agilidade e flexibilidade se tornam ferramentas importantes e de grande influência para empresa e para suas respostas ao ambiente fluido e inconstante no qual as empresas *High Tech* brasileiras se encontram.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo avaliar a influência da agilidade e flexibilidade dos sistemas de manufatura na performance do negócio em espectro de radicalidade de inovação de produto. Neste sentido, procura-se estabelecer um equilíbrio entre radicalidade em inovação de produto, agilidade e flexibilidade nos processos produtivos, e performance dos

negócios nesta categoria de empresas à luz da experiência brasileira. Esta pesquisa partiu de um *gap* na literatura sobre este objeto. Baseado nos resultados encontrados é possível afirmar que há influência da agilidade e flexibilidade dos sistemas de manufatura na performance global das empresas *High Tech* brasileiras, num contexto de radicalidade de inovação radical de produtos. É possível referenciar também que a agilidade e flexibilidade influenciam o resultado do negócio em 81%, evidenciado na Figura 2, do modelo *Neuro-Fuzzy*. Este resultado foi alcançado a partir da combinação e interação das variáveis agilidade e flexibilidade dos sistemas de manufatura. Esse resultado provém da importância dada à características de inovação radical de produtos, bem como deriva de processos e interfaces ágeis, os quais são ferramentas de auxílio ao funcionamento adequado e mais estabilizado das empresas, ao manter um bom relacionamento com os clientes e também com fornecedores, assim como investimentos em tecnologias que auxiliem nos processos. Fatores como entregas flexíveis e novos produtos flexíveis também impactam esse resultado, uma vez que num mercado de constante inovação e mudanças, com clientes que a cada dia possuem uma nova preferência e que também se encontram em ambientes complexos e altamente inconstantes, se adaptar às necessidades destes é uma ferramenta fundamental para alcançar diferencial e vantagem competitiva.

Agradecimentos:

Agradeço à Universidade Federal Fluminense/Pró-Reitoria de Pesquisa/Departamento de Ciências Contábeis, pela oportunidade de ampliar os meus conhecimentos por meio do desenvolvimento desta pesquisa.

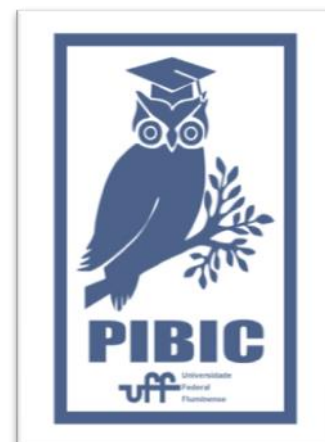


Figure 3: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título: “POLÍTICA E LEGISLAÇÃO SEXUAL: práticas sexuais homossexuais e o direito brasileiro”.

Autor: Leonardo Martins Costa

Orientador: Eder Fernandes Mônica

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Direito Privado (SDV) – Faculdade de Direito

INTRODUÇÃO:

A sexualidade se manifesta de diferentes maneiras, a depender do momento histórico analisado. Durante muito tempo, o ordenamento jurídico brasileiro foi utilizado pelo Estado como um mecanismo regulatório sexual, o que corroborou para a manutenção do *status quo* da heterossexualidade como um paradigma para a sociedade. A sexualidade

De maneira geral, a presente pesquisa se propôs a realizar uma análise crítica da política sexual desenvolvida pelas ciências jurídicas na execução das legislações a respeito das práticas sexuais homossexuais no Brasil

É importante ressaltar que a relação entre direito e sexualidade pode ser percebida principalmente na atenção – e também nos silêncios – que o direito dispensa às práticas da sexualidade.

Nesse sentido, o estudo buscou compreender o momento histórico e o motivo pelo qual o direito brasileiro, em especial o direito civil e o direito penal, começou a se interessar pelo estudo da sexualidade e das práticas sexuais homossexuais no país, visto que, durante um significativo intervalo de tempo, a homossexualidade foi vista como um estigma pela sociedade e pelos operadores do direito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A iniciação científica se desdobrou em 3 (três) etapas: a doutrinária, a legislativa e a jurisprudencial.

(1) A pesquisa doutrinária foi realizada a partir de uma divisão nos seguintes marcos temporais: (I) Época da consolidação

das leis de Teixeira de Freitas: Clovis Beviláqua e Teixeira de Freitas; (II) Do ano de 1916 até 1959; (III) Do ano de 1960 até 1987; e (IV) A partir do ano de 1988

No momento posterior, houve a seleção de 8 (oito) autores de direito civil e 8 (oito) de direito penal, de acordo com a relevância desses nos referidos marcos temporais.

A partir da seleção dos conceitos-chaves encontrados nos textos, esses foram dispostos em quatro marcadores diferentes: (a) sexualidade; (b) estigma; (c) afetividade; e (d) conceitos independentes.

Os primeiros dados tabulados foram os do marcador “sexualidade”. Cumpre destacar que, embora o título do projeto de iniciação científica fale sobre as práticas homossexuais, os conceitos dispostos nesse momento não diziam respeito somente a sexualidade homossexual, mas a heterossexual.

A respeito disso, é importante esclarecer que das 57 (cinquenta e sete) obras que foram analisadas durante o desenvolvimento deste mercador, foi verificado que os conceitos-chaves estavam presentes em 14 (quatorze) das obras de Direito Penal e em 10 (dez) de Direito Civil, demonstrando que as obras de direito passaram a falar mais sobre a temática da sexualidade.

A partir da tabulação dos dados no marcador “estigma”, foi possível a que as obras doutrinárias de Direito Penal foram as que mais se referiram, de maneira pejorativa, aos homossexuais e as suas práticas sexuais, inclusive pelos autores do quarto marco temporal.

O marcador da “afetividade” foi o que apresentou os avanços mais significativos no que se refere às práticas sexuais homossexuais no direito brasileiro. Ademais, salienta-se que

todos os autores que mencionaram a afetividade homossexual nos seus textos pertencem e são considerados importantes para o período a partir do ano de 1988.

Por fim, o último marcador analisado durante a pesquisa foi o denominado “conceitos independentes”. Este indicador foi concebido pela exclusão dos demais. Em outras palavras, todos os conceitos-chaves que não se encaixam nos outros, foram tabulados nesse.

Infelizmente a disciplina Direito Penal mais uma vez fica atrás do Direito Civil no que diz respeito aos avanços relacionados às homossexualidades no direito brasileiro. Somente 2 (dois) dos 17 (dezesete) autores selecionados para a presente pesquisa compuseram esta tabulação, sendo esses autores de Direito Civil: Maria Berenice Dias e Caio Mário da Silva Pereira.

Os conceitos-chaves foram: Civil Marriage Act; Comissões da Diversidade Sexual; Discriminação da homossexualidade; Discriminação sexual; Estatuto da Diversidade Sexual; Homofobia; Lei nº 1.004; Ley de Matrimonio Igualitario; Ley nº 26.618; Loi Ouvrant le mariage; e Preconceito heterossexista.

O conceito “Estatuto da Diversidade Sexual” foi utilizado 5 (cinco) vezes pela civilista Maria Berenice Dias nas suas obras de Direito de Família e Direito das Sucessões. Cumpre salientar que, por ser um projeto relativamente recente, já era de se esperar a omissão por parte significativa da doutrina.

Por fim, é interessante destacar que, os conceitos-chaves encontrados nas obras de Caio Mário da Silva Pereira dizem respeito às legislações internacionais que possibilitaram casamento homoafetivo em diversos países, sendo o único dos autores selecionados para a pesquisa que citou tais leis.

(2) A pesquisa legislativa foi realizada nos repositórios on-line da Câmara dos Deputados e do Senado Federal Durante.

Durante o levantamento dos dados legislativos da Câmara dos Deputados, 158 (cento e cinquenta e oito) projetos de lei foram encontrados, sendo que 21 (vinte e um) desses PLs foram compreendidos como negativos, pois, além de possuírem o propósito de restringirem – ainda mais – os direitos sexuais dos homossexuais, quando os seus textos não concebiam a homossexualidade como uma doença passível de cura, os dogmas religiosos foram utilizados para deslegitimar moralmente a homossexualidade

Cumpre ressaltar que, em questões numéricas, a pesquisa no âmbito do Senado Federal não foi tão expressiva. Durante o estudo, somente foi possível encontrar 11 (onze) Projetos de Lei do Senado, sendo que todos foram compreendidos como positivos.

(III) A pesquisa jurisprudencial foi realizada nos repositórios on-line do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Durante a análise das jurisprudências do STJ, foi possível encontrar 30 (trinta) ações julgadas pelo Tribunal, sendo 8 (oito) no âmbito do Direito Penal e 22 (vinte e duas) no âmbito do Direito Civil. Desses julgados, 23 (vinte e três) diziam respeito aos Recursos Especiais, sendo que somente 2 (dois) desses foram do direito penal.

Até o momento da finalização da iniciação científica, a ADI 5543 – ação sobre a doação de sangue de homossexuais – ainda não tinha sido julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, a pesquisa somente encontrou 3 (três) ações que versassem sobre a homossexualidade no âmbito do STF: o RE 477554 AgR, a ADPF 132 e a ADI 4277.

Ademais, é importante destacar que, no momento posterior ao marco da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi possível observar uma mudança em relação à aceitabilidade social da homossexualidade e das suas práticas sexuais no ordenamento brasileiro.

CONCLUSÕES:

Durante muito tempo, o ordenamento jurídico brasileiro foi utilizado pelo Estado para coibir e marginalizar as práticas sexuais e as identidades homossexuais, o que corroborou para a manutenção do *status quo* da heterossexualidade como o padrão que deveria ser seguido pela sociedade. Esse fato influenciou que os direitos sexuais da população LGBT não fossem nem mencionados nas obras doutrinárias, nos Projetos de Lei do Congresso Nacional e nas decisões jurisprudenciais dos Tribunais Superiores do nosso país.

A partir da análise dos textos e obras de doutrinadores do Direito Civil e do Direito Penal de diferentes marcos temporais, foi possível evidenciar moderadamente a influência desse poder regulatório no direito brasileiro. Durante um significativo intervalo de tempo, os relacionamentos e as práticas sexuais homossexuais foram vistas como estigmas não só para a sociedade, mas também para os autores do Direito civil e do Direito penal.

Em outro momento, durante o aprofundamento e o estudo dos Projetos de Lei da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, foi possível constatar a omissão legislativa dos políticos brasileiros, considerando que o primeiro Projeto de Lei sobre direitos sexuais foi proposto somente no ano de 1995. Assim, foi possível compreender que ocorreu uma mudança na concepção do Poder Legislativo Federal, considerando o giro positivo-permissivo do direito no que se refere aos direitos sexuais de LGBTs no país.

Na mesma linha do âmbito do Poder Legislativo, não houveram ações jurídicas reivindicando os direitos sexuais como instrumentos para a afirmação e da autodeterminação das pessoas homossexuais na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Atualmente a atuação do Poder Judiciário tem demonstrado e garantido diversos avanços nos direitos sexuais da população LGBT.

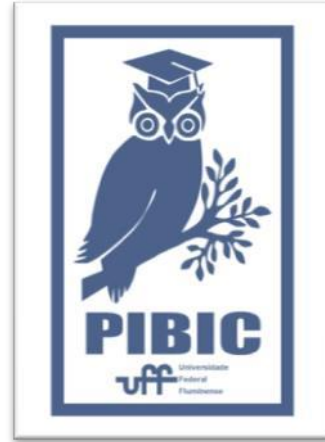
A modificação doutrinária foi evidenciada a partir de uma quantidade expressiva de referências não pejorativas e não estigmatizantes nos textos e nas obras doutrinárias de direito penal e direito civil.

Por fim, foi possível concluir que, embora os direitos sexuais dos homossexuais ainda não sejam plenamente garantidos e protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, o momento histórico atual do Brasil tem favorecido a busca pela igualdade e pela efetivação da dignidade humana da população LGBT, influenciando positivamente as obras doutrinárias, nos Projetos de Lei e nas jurisprudências.

Agradecimentos:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de iniciação científica.

Ao meu orientador Eder Fernandes, por ampliar os meus horizontes acadêmicos.





Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Porto Velho e seus tempos: registros da memória urbana local

Autor: Caroline Ribeiro de Souza Pessoa

Universidade Federal Fluminense / Escola de Arquitetura e Urbanismo / Laboratório de Estudos do Patrimônio /

Departamento de Urbanismo.

INTRODUÇÃO:

O projeto tem como estudo de caso o conjunto urbano do centro da cidade de Porto Velho, no estado de Rondônia. A cidade surgiu a partir da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, em 1907, às margens do rio Madeira.

No último quartel do século XX experimentou grande crescimento populacional, porém sem o devido respeito à memória da cidade original. Sendo assim, parte do traçado urbano original se perdeu e junto a ele, também, parte do patrimônio arquitetônico local.

O trabalho tem como objetivo elaborar uma reconstituição digital do conjunto urbano e edifícios históricos do centro da cidade de Porto Velho, através de documentação histórica. Buscou-se possibilitar o encontro entre fotografia e cidade, destacando a importância do patrimônio arquitetônico e urbanístico para a mesma e para seus habitantes, e desta maneira, reavivar a memória da expansão urbana e a transformação do ambiente local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir de busca documental e iconográfica realizada em arquivos e bibliotecas acerca da cidade de Porto Velho, foram desenvolvidos apontamentos dos bens arquitetônicos de maior destaque na memória de Porto Velho, datados a partir do ano de 1907 até a década de 1960, e a elaborado um histórico com os principais marcos que ocorreram na história de cidade, desde sua criação até a década de 1980.

Foram elaboradas também duas cronologias, uma baseada no livro “A Ferrovia do Diabo”, de Manoel Rodrigues Ferreira, que aponta toda a trajetória da construção da Ferrovia Madeira Mamoré, principal obra que influenciou a construção de Porto Velho, e uma

segunda cronologia tendo como base os apontamentos históricos levantados.

Outro resultado alcançado, em parceria com o projeto de extensão desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos do Patrimônio – LEP/UFF, foi a reconstituição de mapas das décadas de 1910, 1920 e 1930 com o intuito de fazer o reconhecimento da área, com destaque para o primeiro arruamento urbano e a localização dos bens históricos de maior relevância. Alguns logradouros tiveram seus nomes alterados ao longo dos anos e a produção de tais mapas permitiu conhecer melhor a região de estudo.

Dessa maneira foi possível, na segunda metade do ano, aprimorar o entendimento da localização de construções nas décadas iniciais da cidade, todavia sem garantir a exatidão do ano de alguns registros. Percebe-se que a cidade atual difere bastante da cidade das primeiras décadas do séc. XX, tanto em ambiência quanto em extensão: Porto Velho da primeira metade do séc. XX sequer ocupa a parte equivalente ao centro da cidade. Porém, utilizando alguns pontos como referência, foi possível identificar a localização das fotos obtidas nos acervos pesquisados e ao final reconstruir graficamente o modelo 3D de uma casa referência.

O acervo particular utilizado pelo LEP que registra imagens da casa onde residiu Armindo C. Rodrigues e sua família garantiu a recomposição das ambiências urbanas e formas de morar, oriundas da década de 1910. Em comparação aos registros das residências e equipamentos comunitários realizados pelo fotógrafo oficial da construção da EFMM, Dana B. Merrill, esse exemplar da residência em madeira é semelhante aos demais, sendo, construção de madeira assentada sobre pilares de alvenaria, isolando-a do nível do solo; beirais generosos, protegendo a construção da insolação e das chuvas amazônicas; e parte

avarandada protegida por tela contra mosquitos, abraçando parte considerável da construção.

O trabalho de resgate da compartimentação da residência contou com a colaboração de uma das moradoras, que se mudou da residência quando tinha apenas nove anos de idade. Um esboço da planta-baixa por ela elaborado e confirmado por suas duas irmãs revela uma moradia composta por sala, dois quartos principais, um terceiro quarto/depósito auxiliar, banheiro, cozinha, e duas varandas: uma com formato em “L”, abraçando parte da residência em sua orientação Sul/Oeste, e outra em sua face Leste, o que seria a parte de serviço da construção, muito embora fosse essa a fachada voltada para a Praça Marechal Rondon.

Com base na análise das bases cartográficas, análise e comparação dos registros fotográficos e nas informações obtidas em entrevista com as moradoras, foi possível tanto identificar a localização dessa moradia no contexto urbano de Porto Velho da primeira metade da década de 1940, bem como produzir um modelo tridimensional dessa construção.

CONCLUSÕES:

O levantamento iconográfico e documental realizado contribuiu para o entendimento do contexto histórico arquitetônico e urbanístico da época da construção da cidade de Porto Velho e da sua evolução posterior.

Compreender a cidade a partir dos registros históricos e mapas levantados foi fundamental e de extrema importância para esse trabalho, já que, segundo eles, pode-se visualizar a evolução urbana, como os traçados das ruas, a disposição dos bairros, a disposição dos marcos e edifícios arquitetônicos, das praças e de muitos outros componentes da cidade.

O trabalho de resgate da memória urbana mostra a importância dos relatos e vivências daqueles que efetivamente participaram da história da cidade. Os olhares do cotidiano, em sua escala pontual, enriquecem o entendimento da própria dinâmica urbana local. Sendo assim, o modelo tridimensional de uma residência característica dos primeiros anos de construção da cidade, foi o principal e mais importante produto elaborado ao longo desse ano. Tal produto, busca compreender e registrar com um olhar mais apurado, exemplares da arquitetura urbana de madeira que não mais existem em Porto Velho,

fortalecendo a memória dessa cidade que possui importância histórica no desenvolvimento daquela região do Brasil.

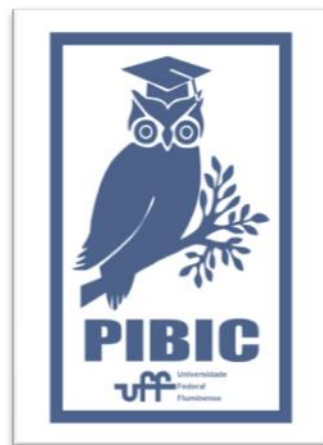
AGRADECIMENTOS:

Agradeço pela a oportunidade de participar desse projeto de pesquisa que tanto contribuiu para a minha formação acadêmica.

Ao professor orientador Sergio Rodrigues Bahia, pela orientação no desenvolvimento da pesquisa, por todo material de apoio fornecido, pela disponibilidade e pelas nossas conversas.

Aos professores da UFF, em especial Ana Lucia Vieira dos Santos, Anna Rachel Baracho Eduardo Julianelli e Felix Carriello, integrantes do Laboratório de Estudos do Patrimônio-LEP/UFF, que estiveram sempre por perto oferecendo apoio.

Por fim, a todos que estiveram ao meu lado e que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento do projeto.





Social (IACS)

Grande área do conhecimento: Ciências sociais aplicadas

Título do Projeto: Gestos, corpos e atrações no cinema contemporâneo brasileiro

Aluno-bolsista: Gustavo Soares de Almeida Oliveira

Orientadora: Profª Drª Mariana Baltar Freire

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Cinema e Vídeo (GCV) – Instituto de Arte e Comunicação

INTRODUÇÃO:

Regime de atrações é um termo cunhado por Tom Gunning para se referir ao regime estético proposto pelos filmes do primeiro cinema. Esse regime, cuja proposição teórico-metodológica era tirar os primeiros filmes de uma leitura historiográfica teleológica na qual eles eram o germen daquilo que se tornaria o cinema de fato, tinha algumas características particulares, entre elas o endereçamento direto ao espectador e o preterimento do *mostrar* – uma certa dimensão espetacular, ligado ao modo socioeconômico de entretenimento das variedades – e uma evocação do sensório através da mobilização dos corpos dos espectadores, como consequência. Esse regime foi subjugado pela narrativização do cinema, mas todos os pesquisadores do tema concordam que ele nunca deixou de existir, não só nos produtos que, como prática, desrespeitam o que se estabeleceu como código de leitura hegemônico audiovisual, mas também naqueles que o seguem.

O que procuramos fazer na pesquisa foi evidenciar a atualização desse regime, através de *inserções de performances no cinema brasileiro contemporâneo*, observando, através de um consideravelmente extenso corpus fílmico, que essas performances tinham um caráter simbólico particular e coerente, que as afastavam do modelo narrativo hegemônico que preza mais pela continuidade e pela causalidade, enquanto propunham uma fruição estética que, se direcionando ao espectador e suspendendo o modo narrativo temporariamente, provocasse um mobilização afetivo-sensorial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A principal maneira de analisar os filmes foi a confecção de um vídeo-ensaio, que será apresentado durante a Semana Acadêmica e está incluído no relatório final da pesquisa, uma vez que, a partir das discussões com a professora-orientadora, nas tentativas de conectar a bibliografia e o material fílmico que tínhamos em mãos, percebemos que uma produção audiovisual, e aqui entendendo o papel da montagem como elementar, não só para o processo audiovisual, mas em particular para as inserções que analisamos, faria mais sentido na construção de uma linha de raciocínio coesa acerca dessas inserções.

Antes disso, porém, diagnosticamos os principais filmes – longas e curtas – que apresentavam tais inserções, para além dos já propostos no projeto de pesquisa e aumentamos o corpus fílmico, incluindo também filmes lançados nesse ano, para criar uma pesquisa viva e contemporânea de fato.

Além disso, averiguamos, que das inserções que selecionamos, haviam pelo menos dois tipos, no que diz respeito à maneira com a qual elas interagiam com o enredo dos filmes. Então, para dar conta de analisá-las com plenitude, elaboramos dois conceitos: o *insert de atrações* e as *atrações integradas*.

Os primeiros são inserções autônomas, que pouco ou nada acrescentam à narrativa propriamente dita, e, rompem com o pacto diegético/narrativo de maneira brusca, de modo que sua única justificativa, se é que há a necessidade de uma, é o convite ao espectador a uma experiência de uma outra fruição estética e, por conseguinte, uma outra posição frente ao corpo fílmico. No vídeo-ensaio, o trecho que escolhemos para guiar o raciocínio dos inserts de atração foi a sequência da dança de funk no

longa *Mate-Me Por Favor* (dir: Anita Rocha da Silveira, 2015), que literalmente convida o espectador a tomar parte na coreografia, e pouco ou nada acrescenta aos conflitos do enredo. Para citar outros filmes catalogados e analisados sob esse conceito, falamos da performance de Márcia pantera e de Linn da Quebrada em *Corpo Elétrico* (dir: Marcelo Cavalcante, 2016), a performance da mulher-cavalo em *Boi Neon* (dir: Gabriel Mascaro, 2015) e das sequências de dança d'Ela em *Pendular* (dir: Julia Murat, 2017).

As atrações integradas, por sua vez, mantêm um diálogo com o enredo dos filmes, mas esse diálogo é um de tensionamento, e geralmente de questionamento do próprio elemento narrativo. O exemplo que nos guia é a sequência de dança em *Doce Amianto* (dir: Uirá dos Reis e Guto Parente, 2013), na qual a conjunção entre um conflito narrativo apresentado de maneira superficial, uma coreografia transgressora e uma decupagem “brincalhona” transformam o que seria uma possível resolução do enredo – Amianto sendo incluída e encontrando o verdadeiro amor – numa experiência estética que vai muito além disso. Outros filmes que propõem inserções semelhantes são as longas cenas de sexo em *Pendular*, *Tatuagem* (dir: Hilton Lacerda, 2013) e *Boi Neon*, as dublagens em *Convite Vermelho* (dir: João Victor Almeida, 2017) – e aqui faço um adendo à nossa posição política de incluir curtas de jovens egressos de escola na nossa análise – e o canto melancólico de Jaqueline em *Amor, Plástico e Barulho* (dir: Renata Pinheiro, 2013).

CONCLUSÕES:

A primeira e mais importante conclusão que obtivemos foi não só a verificação da nossa hipótese da permanência do regime de atrações, mas da recorrência de uma dinâmica que o atualizasse e o tornasse vivo e contemporâneo. Para além disso, percebemos, pela manipulação das imagens em consonância com a análise delas à luz da bibliografia, que elas carregam um potencial mobilizador muito mais latente que o modelo narrativo; mesmo dentro dos próprios filmes, as sequências que mais evocam uma resposta do espectador, e do seu corpo, sensorialmente, são aquelas que preterem esse dito modelo das atrações em relação a um monólito narrativo.

Por fim, a conclusão teórico-metodológica é a de que, ao pensarmos o cinema e o audiovisual,

é imprescindível não afastar teoria e prática. Não só pela confecção do roteiro e pela produção do vídeo-ensaio, mas também pela própria análise da materialidade dos filmes enquanto *corpos*; o rompimento dessa dicotomia estabelecida entre teoria e prática no campo que estamos tem que ser rompida, para favorecimento daqueles envolvidos em ambos os lados. Por isso, reitero o vídeo-ensaio como principal produto dessa pesquisa – que gerou muitos: fichamentos, artigos, reflexões escritas e orais – mas, para este campo e para esta pesquisa, o fazer audiovisual foi a melhor maneira de devidamente compreendê-lo.

Agradecimentos:

Agradeço a Prof^a Dr^a Mariana Baltar, pela parceria, pela paciência, pela compreensão nos momentos difíceis e pela imensa vontade de compartilhar o seu aparente infinito conhecimento.

Agradeço à PROPPI, ao CNPq, e à todas as instituições que têm lutado para não deixar a pesquisa no Brasil cair nas mãos daqueles que não acreditam no nosso potencial.

Agradeço a Vítor, meu namorado e companheiro de vida, pelo auxílio, pela paciência e pelo afeto, que me permitiu entender de verdade as teorias de mobilização dos corpos quando me amou do fundo do coração.

Agradeço, por fim, à minha família, que sempre acreditou em mim, principalmente quando eu mesmo não acreditava.





Ciências Sociais e Aplicadas

Análise da Legitimidade do Controle de Convencionalidade no Brasil

Estudante: Carolina de Carvalho Byrro. Orientador: Sérgio Gustavo de Mattos Pauseiro

**SDV – Departamento de Direito Privado; Faculdade de Direito;
Universidade Federal Fluminense**

INTRODUÇÃO:

O Controle de Convencionalidade é um instituto sobre o qual a doutrina brasileira, mais notadamente seus internacionalistas, tem se debruçado de forma relativamente modesta nos últimos anos, quando se leva em conta o nível das abordagens encontradas em lugares como a União Europeia e alguns países latino-americanos, como a Costa Rica. Entende-se tal instrumento como a análise da adequação de normas nacionais e atos de agentes públicos aos tratados e convenções internacionais dos quais é signatário o país ao qual pertençam.

Desse modo, essa ferramenta sobre a qual o projeto versa caracteriza-se como extremamente útil à garantia de direitos humanos, frequentemente protegidos por tratados e convenções de Direito Internacional, tanto em 1ª Instância, o juízo *a quo*, quanto em 2ª Instância, o juízo *ad quem*. Inclusive, o exercício do mesmo por esses dois graus de jurisdição é lembrado ao longo da Constituição Federal, em trechos como os artigos 109, V, e o 105, III, a.

Apesar de tais previsões normativas, percebe-se um grave déficit no uso desse instrumento.

Portanto, o presente projeto tem como objetivo geral a análise da legitimidade do Controle de Convencionalidade no Brasil e verificar como tal instrumental pode ser aperfeiçoado para efetivar a tutela de direitos humanos e fundamentais na realidade brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Primeiramente, foi estruturado um breve histórico sobre o nascimento do instituto do Controle de Convencionalidade.

Esse instituto foi construído, progressivamente, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, iniciando pelos votos individuais do magistrado Sergio García Ramírez e concretizado no julgamento do caso *Almonacid Arellano y otros vs. Chile* (BURGORGUE-LARSEN, 2016). Definiu, ainda, a Egrégia Corte Internacional os parâmetros para o mesmo: deve ser *ex officio*, exercido por todos os órgãos que fazem parte

do Poder Judiciário, vez que é obrigação do Estado como um todo; no exercício do controle de convencionalidade, deve o Poder Judiciário considerar não apenas os tratados pertencentes ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, mas também a jurisprudência da CIDH sobre a interpretação dos mesmos; e pode assumir o instituto duas facetas: *inter partes*, quando o Estado foi parte no caso cuja sentença está sendo tratado, determinando sua obrigação em cumprir todos os termos da mesma, e *erga omnes*, quando o Estado, ainda que não seja parte, está vinculado à decisão proferida pela Corte, vez que ela deve ser parâmetro, também, para sua atuação estatal, uma vez pertencente ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Após, verificou-se como é apresentado o Controle de Convencionalidade no Brasil. Representativo de um novo Constitucionalismo, o qual reverbera também no restante da América Latina, através do qual o Direito Constitucional se ressignifica, sendo seu núcleo central a proteção dos direitos humanos, tornando-o permeável pela ordem jurídica internacional e modificando os conceitos de soberania (FACHIN, RIBAS, CAVASSIN, 2016). Entretanto, são reconhecidas dificuldades em relação a esse Novo Constitucionalismo no Brasil. São elas, conforme narrado por Fachin, Ribas e Cavassin, o fato de não contar com o apoio de uma cooperação mútua dos Estados em relação aos direitos humanos, bem como não haver um alto grau de respeito a esses direitos presentes internamente nos Estados, o que seria reminiscência dos períodos autoritários, nos quais os direitos humanos eram concebidos apenas como uma agenda contra o Estado. (FACHIN, RIBAS, CAVASSIN, 2016).

Reflexo prático desse fato é o escasso número de decisões judiciais aplicando tal o Controle de Convencionalidade, apesar de sua obrigação legal em garantir o cumprimento dos tratados e convenções internacionais ao prolatar suas sentenças. Ainda, ao ser utilizado, o Controle não é objeto de qualquer parâmetro

interpretativo para os tratados ou convenções que busca aplicar, entendendo-se aqui como parâmetro as decisões já proferidas pelas Cortes Internacionais, cuja função é interpretar e garantir a aplicação das convenções internacionais (PAUSEIRO, 2016).

Por fim, com o objetivo de oferecer um diagnóstico inicial sobre os problemas para a aplicação do Controle de Convencionalidade no Brasil, os mesmos podem ser resumidos no diminuto conhecimento da classe jurídica sobre o Direito Internacional dos Direitos Humanos (aí abarcados tanto os tratados de direitos humanos quanto a jurisprudência das Cortes Internacionais), fortalecida por uma tendência tipicamente nacionalizante enraizada na formação dos operadores do direito (RAMOS, 2016) e embasada no dualismo jurídico e numa estreita abertura à teoria do bloco de constitucionalidade.

CONCLUSÕES:

O projeto de iniciação científica foi iniciado em agosto de 2017 e cumpriu rigorosamente o cronograma de atividades e apresentação de resultados.

A contínua leitura e pesquisa bibliográfica sobre o tema, bem como a análise jurisprudencial de decisões de Cortes Internacionais e locais, permitiram o desenvolvimento de uma teoria que explique o modo em que se dá o uso do Controle de Convencionalidade na realidade brasileira, bem como a análise de sua legitimidade e a reflexão sobre possibilidades de usos de tal instituto para ampliar a proteção aos direitos humanos e fundamentais no Brasil.

O projeto de iniciação científica, portanto, se mostrou extremamente produtivo e capaz de trazer contribuições para o aperfeiçoamento das ciências jurídicas no Brasil.

Agradecimentos:

Agradeço, primeiramente, ao Professor Sérgio Pauseiro que, desde o 4º período da faculdade, de forma extremamente atenciosa e competente, me introduziu no mundo da pesquisa, primeiro como sua monitora, e agora como sua orientanda de iniciação científica. Espero ter correspondido às expectativas depositadas em mim com a realização deste trabalho e desejo continuar essa parceria em trabalhos futuros.

Agradeço, também, à Universidade e seu programa de iniciação científica, por ter me

dado os subsídios necessários para o meu desenvolvimento acadêmico durante esse último ano.



Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Diagnóstico da Estrutura de Capital das Empresas Brasileiras

Autores: Breno F. R. Leite; Erika Burkowski

Departamento de Administração/ICHS/PUVR

INTRODUÇÃO:

O seguinte trabalho de pesquisa teve por objetivo realizar um diagnóstico da estrutura de capital das empresas de sociedade anônima (capital negociado na B3) brasileiras. Disso, foi estudado, a priori, a teoria abordada ao redor do assunto, "Estrutura de Capital", busca-se entender sobre a relevância da escolha da estrutura de capital da empresa para o valor da mesma. Os trabalhos seminais de David Durand - *Costs of debt and equity funds for business: trends and problems of measurement* (1952) – e Franco Modigliani e Merton H. Miller - *The cost of capital, corporation finance and the theory of investment* (1958); *Corporate income taxes and the cost of capital: a correction* (1963) –, esses últimos lançam os fundamentos teóricos para o desenvolvimento da literatura na área e hipóteses e mensuração sobre o essa relação de escolha da empresa. Contudo, após 60 anos e muitos desdobramentos teóricos e evolução nos métodos econométricos, a relação escolha da estrutura de capital e valor da empresa permanece em discussão entre as diversas correntes teóricas, não havendo um consenso sobre os fatores determinantes da estrutura de capital das empresas nem se há uma estrutura de capital ótima, isto é, que maximize o valor da empresa.

Duas correntes teóricas destacaram-se na explicação dos comportamentos das empresas sobre a decisão de financiamento, os Modelos de *Trade-Off* e a *Pecking Order Theory*. Os Modelos de *Trade-Off*, os principais modelos abordados por Milton Harris e Artur Raviv - *The theory of capital structure. The Journal of Finance*, v. 46 (1), 1991 –, têm a finalidade de alcançar uma estrutura de capital ótima para a empresa pelo balanceamento entre os custos e benefícios do endividamento e de agência. Inicialmente, a estrutura ótima tinha sua abordagem estática, relacionando as variáveis num tempo específico, evoluindo para uma abordagem dinâmica, *Dynamic Trade-Off*

(DTO), integrando fatores determinantes de uma estrutura de capital ótima variante no tempo e os custos de ajustamento da dívida, ou seja, a estrutura de capital ótima não é estática, variando com o tempo, e a empresa para alcançar essa otimização precisa fazer alterações em seus níveis de endividamentos e essas alterações carregam custos, chamados custos de ajustamentos da dívida. Se a empresa irá ou não ajustar sua estrutura de capital em direção ao nível ótimo irá considerar a relação entre os custos de ajustamentos da dívida e os benefícios e custos do alcance ao nível ótimo de endividamento.

A *Pecking Order Theory* (POT), elaborado inicialmente por Stewart C. Myers - *The Capital Structure Puzzle. The Journal of Finance*, v. 29 (3), 1984 – expõe que não existe uma estrutura de capital ótima como meta para a empresa e que suas decisões de financiamentos estão de acordo com uma hierarquia de preferência de fontes de financiamentos dada a existência de assimetria informacional e problemas na sinalização de informações privadas ao mercado, isto é, o nível de endividamento seria resultado de um conjunto de escolha sob uma hierarquia de preferências dos instrumentos de financiamentos ao longo do tempo, e as mudanças dos níveis de endividamento seriam determinadas pela necessidade de fundos externos capazes de financiar os projetos atuais. A hierarquia encontrada nos estudos é capital próprio, empréstimos e ações. Além, em estudos mais recentes, colocam a POT em condições de restrições financeiras, apresentando que empresas que possuem restrições financeiras – dificuldades na captação de recursos – teriam preferências diferentes das que não possuem dessas restrições.

Por fim, Sheridan Titman e Roberto Wessels - *The Determinants of Capital Structure Choice. The Journal of Finance*, v. 43 (1), 1988 – sintetizam as linhas de raciocínio entre o nível de alavancagem e seus potenciais determinantes, com utilização da técnica de

análise fatorial, destacando as diferenças entre a DTO e POT através de algumas relações empíricas observáveis, essas sendo os fatores influenciadores de escolha da estrutura de capital e os meios de endividamentos da empresa. Os primeiros a serem construídos são: tamanho da empresa; valor colateral dos ativos; outros benefícios fiscais que não os da dívida; crescimento; volatilidade; lucratividade; fluxo de caixa livre. Outros atributos foram adicionados ao longo do desenvolvimento, associados a novas proposições teóricas, tais como: idade/maturidade; e janelas de oportunidade (*Market Timing*). Outro fator determinante é a singularidade do setor, nas quais as empresas cujos serviços e processos muito específicos incorrem em maiores custos de liquidação.

Finalizando, foi elaborado um mapa mental que ilustra o desenvolvimento da teoria sobre estrutura de capital desde o seu início, Modigliani e Miller, em 1958, até as perspectivas e aplicações atuais que são abordados pelo tema. Esse mapa mental é, principalmente, um esforço inicial dos autores para organizar, de maneira didática, em estrutura e temporalidade sobre o tema, sendo um esboço primário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para o trabalho, objetivou-se para uma análise estatística descritiva sobre as bases de dados através de dois olhares: macroeconômica – análise vertical e horizontal dos passivos financeiros das empresas não financeiras da Conta Patrimônio Financeiro – e microeconômica – base de dados do Econômica e identificação da estrutura de capital das empresas sociedade anônima por setor de atuação, de acordo com a classificação setorial da B3 (Bolsa, Brasil, Balcão). Ambas no período de 2005 a 2014. A principal objetivo levantar um quadro sobre a composição do passivo (origem dos financiamentos) pelas empresas não financeiras de duas formas, a primeira pela visão agregada da economia (macroeconômica) e, pela outra, diretamente das demonstrações financeiras das empresas de capital aberto por setor de atuação (microeconômica). Para a análise, apoiamos sobre o trabalho de Mark J. Flannery e Kasturi P. Rangan – Partial adjustment toward target capital structures. *Journal of Financial Economics*, v. 79, n. 3, 2006 –, utilizando a alavancagem setorial média para capturar o efeito da característica da indústria.

A análise macroeconômica possui como base de dados as Contas de Patrimônio Financeiro, divididas em duas séries: 2005-2009, publicada em 2011 pelo Banco Central do Brasil e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2009-2014, pela *Organisation for Economic Co-operation and Development*, em 2017. Os dados são organizados de acordo com as características dos agentes econômicos (governo, empresas, famílias, simplificado) e do montante dos instrumentos financeiros detidos por cada agente. Realiza-se a identificação do montante dos passivos obtidos via cada instrumento financeiro (Ações e outras participações; Empréstimos; Títulos; Outros Débitos e Créditos) detidos pelo agente econômico empresas não financeiras.

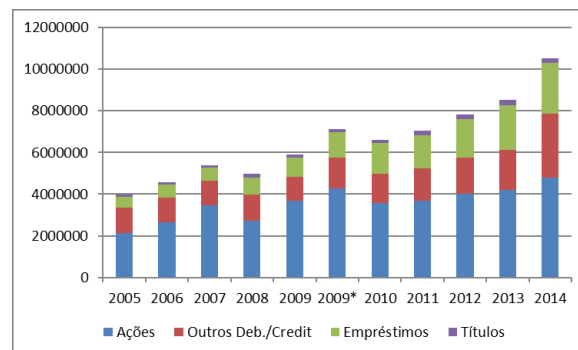


Figura 1. Evolução da estrutura de capital análise macro (em milhões de R\$)

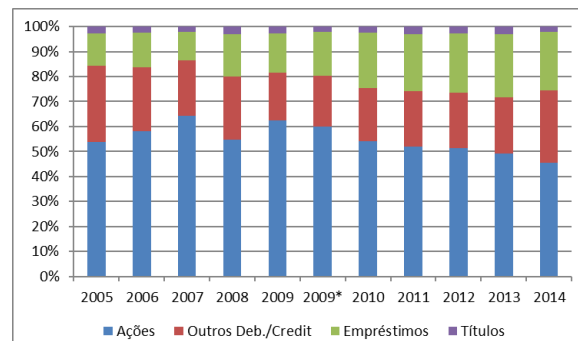


Figura 2. Evolução da estrutura de capital análise macro (participação percentual dos instrumentos financeiros)

*Indica a segunda sequência de dados 2009-2014.

Tabela 1. Análise horizontal dos passivos das empresas não financeiras brasileiras, 2005 a 2009

PASSIVOS	2006	2007	2008	2009	2005-2009
Ações	24%	31%	-21%	36%	72%
Empréstimos	20%	-1%	36%	9%	76%
Outros Deb./Credit	-3%	2%	4%	-8%	-6%
Títulos	10%	-1%	34%	5%	54%

Tabela 2. Análise horizontal dos passivos das empresas não financeiras brasileiras, 2009 a 2014.

PASSIVOS	2010	2011	2012	2013	2014	2009-2014
Ações	-17%	3%	10%	4%	14%	12%
Empréstimos	20%	9%	15%	15%	15%	100%
Outros Deb./Credit	-4%	11%	11%	11%	59%	110%
Títulos	-6%	40%	-2%	24%	-20%	28%

Como pode ser observado, houve considerável crescimento do volume de capital de terceiros (empréstimos; títulos; outros déb./cred.) no último período, dando a inferência de que o custo de oportunidade está menor, sendo preferível o investimos por capital próprio (ações).

Pela análise microeconômica, a amostra foi composta por todas as empresas com capital aberto negociado na bolsa de valores (B3), de todos os setores, exceto o setor Financeiros e Outros. A série de dados pela é dada por todas as empresas que estiveram presentes em todos os anos de 2010-2014 e excluídas as que possuíam algum nível de endividamento superior a 100%, resultando em 212 empresas na amostra. Para a série de dados de 2005-2009, foram utilizados os mesmos critérios, contudo, a partir das 212 empresas da série anterior, assim tendo um conjunto de séries com as mesmas bases de empresas em seu todo, totalizando 140 empresas essa última. Os classificação dos setores pode ser acessada no próprio site da B3 (< http://www.b3.com.br/pt_br/antigo/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/criterio-de-classificacao/ >).

Os setores são: (1) Petróleo, Gás e Biocombustíveis; (2) Telecomunicações; (3) Utilidade Pública; (4) Saúde; (5) Consumo Cíclico; (6) Materiais Básicos; (7) Bens Industriais; (8) Consumo Não Cíclico; (9) Tecnologia da Informação. Além do setor Financeiro e Outros, excluído.

Tabela 3. Endividamento total por setor, nos anos 2005, 2009, 2010 e 2014.

SETOR	2005	2009	2010	2014
(1)	52%	55%	20%	25%
(2)	50%	51%	33%	36%
(3)	59%	54%	35%	41%
(4)	59%	48%	44%	47%
(5)	54%	52%	41%	43%
(6)	53%	53%	41%	47%
(7)	53%	58%	45%	51%

(8)	64%	54%	47%	55%
(9)	47%	60%	55%	57%
Total (média)	54%	54%	40%	45%

Tabela 4. Análise horizontal do desenvolvimento do nível de endividamento, período 2010 a 2014.

SETOR	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2010-2014
(1)	-5%	10%	1%	17%	24%
(2)	-11%	14%	14%	-8%	7%
(3)	9%	1%	-1%	9%	20%
(4)	-15%	8%	9%	6%	6%
(5)	4%	1%	1%	0%	6%
(6)	2%	-2%	8%	6%	15%
(7)	5%	3%	2%	3%	13%
(8)	1%	6%	0%	10%	18%
(9)	-7%	-5%	22%	-4%	3%
Total (média)	3%	2%	2%	4%	12%

Também pode ser observado que houve aumento do endividamento das empresas, com aumento do volume de capital de terceiros mais que capital próprio.

O trabalho também teve como produto uma pesquisa bibliográfica no período de janeiro de 2015 até julho de 2018, utilizando-se da classificação Qualis Capes (quadriênio 2013-2016), pela plataforma Sucupira, na área "Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo", com os seguintes critérios: 2 periódicos em cada classificação Qualis Capes; acessibilidade ao periódico; existência de ao menos um artigo com o tema "estrutura de capital". Usou-se desse termo para busca dos trabalhos. Os dois principais periódicos com Qualis A1, segue o número de publicações sobre o tema.

THE QUATERLY REVIEW OF ECONOMICS AND FINANCE					
	2015	2016	2017	2018	Total
Tema Est Cap	2	1	1	4	8
Total public	67	77	125	127	396
INTERNATIONAL REVIEW OF ECONOMICS & FINANCE					
Tema Est Cap	4	2	5	6	17
Total public	148	187	177	187	699

CONCLUSÕES:

O objetivo do trabalho foi estudar as teorias de estrutura de capital, verificando se o tema continua sendo debatido e relevante em periódicos classificados e realizar um diagnóstico, através da análise descritiva, da estrutura de capital das empresas brasileiras sob duas óticas: macro e microeconômicas.

Do desenvolvimento da teoria de estrutura de capital, essa possui 60 anos desde o trabalho seminal de Modigliani e Miller, em 1958, oferecendo o ponto pé inicial para discussão sobre o tema e arcabouço teórico e aplicado específico. As correntes teóricas principais, *Trade-Off* e *Pecking Order*, possuem relevância nos trabalhos publicados sobre o tema.

Pelas duas análises, buscou-se oferecer uma ilustração sobre as variações na composição da estrutura de capital ao longo do período de 2005 a 2014, de forma agregada na economia, através das Contas de Patrimônio Financeiro e setorial, utilizando da base de dados Economática para as empresas capital aberto com negociações na B3.

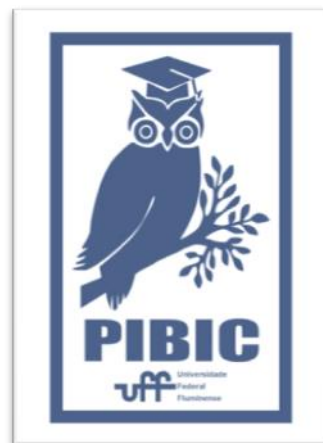
Sobre as limitações, a disponibilidade das séries de dados, dependendo de órgãos específicos para a elaboração das mesmas, e a análise puramente descritiva, como tratamento primário dos dados, além das decisões de exclusões na amostra microeconômica.

Sugestões estão para o acompanhamento dos dados e aprofundamento nos métodos de análises, como investigações mais detalhadas sobre os setores, desagregação do plano de contas e composição da estrutura de capital, identificando as fontes de financiamento.

Agradecimentos:

À FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) pelo financiamento do projeto.

À Profa Dra Fernanda Finotti Cordeiro Perobelli, do Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF), pelo acesso à base de dados do Economática.





Ciências Sociais Aplicadas

Análise da Teoria da Utilidade de Carl Menger

Victor Nobre da Silva Villacorta, Vanuza da Silva Pereira Ney

CEC/ESR

INTRODUÇÃO:

Um conceito muito abortado e debatido no campo das Ciências Econômicas, são as escolhas e preferências que os indivíduos apresentam na sociedade. As escolhas e preferências nascem de características intrínsecas aos seres humanos, muitas das vezes por meio de causas sociais, políticas e principalmente psicológicas. Uma das principais características psicológicas a serem destacadas diz respeito a utilidade, ou seja, o quão útil e satisfatório uma determinada coisa, pode tornar-se, afim de atender uma determinada necessidade de um indivíduo em questão. Para explicar isso de forma mais clara e detalhada, um autor e economista em questão, Carl Menger (autor que junto a William Jevons e Leon Walras, foram responsáveis pela teoria de que um determinado bem quando relacionado as necessidades humanas, passa a perder seu caráter valorativo a medida que as necessidades individuais são saciadas), busca explicar isso por meio de uma teoria, atribuiu o nome de Teoria da Utilidade Marginal. Por meio desse campo teórico, tendo como foco a análise sobre a teoria propagada pelos utilitaristas, Menger busca entender as razões dos seres humanos apresentarem tamanha subjetividade ao longo de suas vidas, quando se tem como base a questão da utilidade. O objetivo do trabalho é identificar e analisar o uso do “valor utilidade” de Carl Menger, em uma abordagem histórico-contemporânea, evidenciando seus conceitos e diferenças em relação a Jevons e Walras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Segundo Feijó (2000), Carl Menger foi um teórico que revolucionou o campo das ideias em um século em que a grande predominância do pensamento econômico estava centrada na escola historicista alemã. Para Menger, a

questão de determinação dos preços, diferentemente dos economistas clássicos, estava centrada na ideia de uma relação entre necessidades e bens. O mesmo dizia que os preços eram determinados pelas necessidades individuais. Ele afirmava que a estrutura econômica é naturalmente construída como efeito das escolhas individuais objetivando um atendimento de necessidades. O pressuposto ontológico da análise é o indivíduo com sua escalada de necessidades e desejos que requerem permanentemente o seu atendimento. A causa da satisfação de necessidades é o consumo dos bens. Os bens por si só não têm sentido valorativo, até que passem a possuir uma utilidade, através do preenchimento de necessidades. A aptidão do bem que lhe possibilita ser colocado em nexos causal com a satisfação das necessidades é que lhe atribui “utilidade”. Uma distinção abordada por Menger seria a respeito da classificação dos bens, distinguindo bem econômico e bem não econômico. Bens econômicos, para o autor, são bens que possuem valor, devido a sua escassez, ou seja, bens de oferta limitada, diferentemente dos bens não econômicos, nos quais apresentam oferta alta ou ilimitada, ou seja, em caráter abundante.

Vale destacar também, que Menger, sobre a questão da teoria do valor, foge das ideias propagadas pelos clássicos e marxistas, no que diz respeito a questão de um paradoxo do valor. Para ele não há distinção entre valor de uso e valor de troca: o valor é algo que não possui distinções. O valor de um bem possui um caráter absoluto a partir do momento que ele atinge a sua utilidade, por meio das satisfações das necessidades individuais. Boa parte de seu debate é centrado nessa questão. Outro ponto importante a ser destacado, é a respeito do uso da matemática. Diferentemente dos demais teóricos, como os marginalistas, Menger não via à necessidade de formulações matemáticas para a explicação de sua teoria, salvo em casos que necessitassem de uma explicação mais

apurada sobre um determinado ponto. O autor atestava que apenas uma teoria, apresentada de forma retórica e explicativa, já era suficiente para um bom entendimento e interpretação dos leitores.

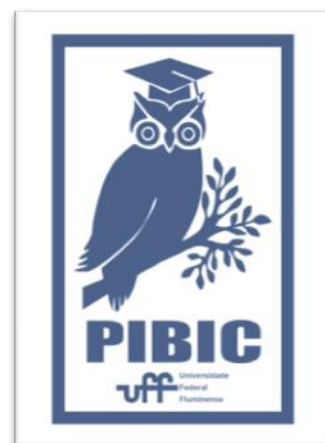
CONCLUSÕES:

O trabalho ainda está em fase de elaboração e as considerações são parciais. Cabe destacar que Menger se distingue dos demais autores da utilidade, uma vez que não preconiza a matematização da utilidade, entre outros pontos que serão abordados ao longo da pesquisa.

REFERÊNCIAS:

FEIJÓ, Ricardo. Economia e filosofia na escola austríaca: Menger, Misses e Hayek. São Paulo: Nobel, 2000

MENGER, Carl. Princípios de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.





Ciências Sociais Aplicadas

Uma análise da mão invisível smithiana pelo interesse próprio e pela simpatia

Ledson Luiz Gomes da Rosa, Vanuza da Silva Pereira Ney

CEC/ESR

INTRODUÇÃO:

É atribuído a Smith como uma de suas conclusões mais prolíficas a análise que leva ao entendimento de que a liberdade individual, guiada pelo interesse próprio, conduziriam ao crescimento da riqueza, proporcionando assim, o progresso geral de toda a economia. A ideia de que a liberdade dos indivíduos possibilita a harmonia social está condessado em uma mais famosa expressão, que é a da “mão invisível”. Essa visão que dá o embasamento prolífico ao ideário liberal ao conseguir desalienar o homem da moral, levando a posições em que tomam qualquer restrição as vontades privadas como algo prejudicial para o desenvolvimento social.

Tal visão vai, em parte, de contra o que o próprio Smith desenvolve ao logo d’A *Riqueza das Nações*, já que o mesmo apresenta que certas ações resultantes do interesse próprio podem ir de contra o interesse geral da sociedade. Tornando necessário contextualizar seu pensamento de forma mais ampla.

O presente trabalho tem por finalidade revisitar o conceito da “mão invisível” smithiana, abordando sua perspectiva não apenas pela visão do interesse próprio apresentada na *Riqueza das Nações*, mas também da simpatia, como apresentado na Teoria dos Sentimentos Morais.

A pergunta que se coloca é: haveria a possibilidade de abordar a “mão invisível” considerando só o interesse próprio? A hipótese a ser abordada é que a mão invisível não pode ser entendida considerando somente o interesse próprio. Isso se justifica por Smith entender a natureza humana se fundamentar em um conjunto de juízos morais, dado a entender que a totalidade das ações dos indivíduos em sociedade, não possa ser analisada somente

por um sentimento, tal como o interesse próprio, de forma exclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para Smith, uma pressuposição para que a “mão invisível” funcione está no fato da liberdade individual dar-se de forma plena. Contudo, há um pressuposto tácito nessa visão, de que ninguém usará sua liberdade para limitar a dos demais indivíduos. Napoleoni (1988) coloca essa noção, *stricto sensu*, ao falar propriamente do interesse próprio entre os indivíduos não serem conflitantes, e toma a Riqueza das Nações como uma obra onde se analisa esse ponto de vista.

Essa visão ignora a forte influência que Smith sofreu de Hutcheson, seu professor, e de David Hume, de que a simpatia é um elemento fundamental da condição humana e que a consideração da mesma é necessária para o entendimento da harmonia da sociedade.

Mesmo considerando somente A Riqueza das Nações, a abordagem de Napoleoni perde o sentido, já que Smith apresenta conflitos entre os interesses dos indivíduos, ao abordar questões tais como o interesse dos capitalistas para limitar a concorrência, sua luta para diminuir o salário dos trabalhadores, etc. Assim mostrando uma dimensão conflituosa para o interesse próprio, não o tratando, *per se*, como um elemento de auto-reforço para a liberdade propriamente.

Dada essa percepção, A Riqueza das Nações poderia ser entendida como contraditória, ora exaltando, ora desprestigiando o interesse próprio. Mas, abordando a Teoria dos Sentimentos Morais, surge a possibilidade da conciliação do interesse próprio privado para a harmonia da mão invisível obtida quando se leva em conta a simpatia, sendo esta entendida no sentido de colocar-se no lugar de outras

pessoas. Com isso, a simpatia seria um limitador para o interesse próprio, não o fazendo agir de forma desinibida, já que os indivíduos conduziriam suas ações de modo a obterem seus interesses, mas restringidos a não tentar prejudicar os demais, tendo em vista que seus sentimentos levados pela empatia não permitiriam perpetrar tais ações.

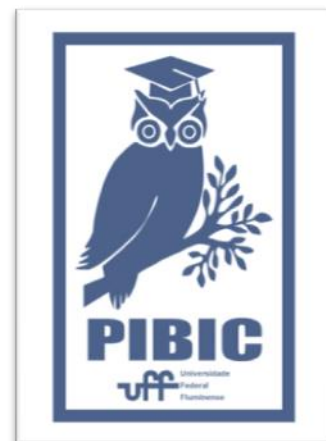
CONCLUSÕES:

Ao retirar a “mão invisível” de um ideário puramente voltado para a abordagem liberal, torna-se necessário contemplar o pensamento de Smith abarcando uma totalidade que vai para além do puramente econômico, entrando em uma dimensão filosófica e moral. Proporcionando uma amplitude no horizonte de análise, que não só consegue compreender os elementos da realidade em sua forma mais imediata, como também ligá-los às formas mais elementares da natureza humana, produzindo uma síntese dos juízos morais em sua forma social harmônica, que é a “mão invisível”.

REFERÊNCIAS:

NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo, Marx**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações - VOLUME I**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.





Grande área do conhecimento: Comunicação e Informação

Título do Projeto: Gênero e sexualidade no K-pop: uma análise de performances femininas em videoclipes

Autores: Isabelle Medeiros

Departamento/Unidade/Laboratório: GEC / IACS

INTRODUÇÃO:

O k-pop é um dos produtos culturais da Coreia do Sul de maior disseminação e consumo internacional atualmente¹. Esse fenômeno consiste não apenas em um gênero musical, mas é caracterizado por uma intrincada linha de produção que precede a realização musical.

Os aspirantes a *idol* (nome que se dá aos artistas dessa indústria) passam anos treinando dança, canto e artes cênicas, na esperança de serem selecionados para compor um grupo e debutar na indústria do k-pop – que é reconhecido por fãs (e até por não-fãs) a partir da mistura de gêneros musicais nas faixas (que vão além do pop) e das composições estruturais e estéticas dos grupos, dentre outros fatores.

Neste trabalho serão abordados os *girl groups* (grupos femininos) e artistas solo. Assim, tendo sido estabelecida uma contextualização de que tipos de padrões são recorrentes nessa indústria, serão analisados MVs (videoclipes) das artistas Jessi, Sunmi e HyunA, a fim de investigar como se dão as performativizações do gênero feminino no contexto sul-coreano, entendendo esses MVs a partir da noção de performances em arquivo (TAYLOR, 2013).

Sendo um país oriental conservador onde a teoria feminista não se consolidou com a mesma força e compasso com que vem se consolidando no Ocidente, a Coreia do Sul é cenário de uma sociedade que ainda traz em seus produtos culturais renitências fortes do machismo e do sexismo com que conta uma sociedade patriarcal. Com isso, há uma grande

pressão estético-comportamental sobre as mulheres nas produções midiáticas, que por sua vez são atravessadas pelo *male gaze* (MULVEY, 1975).

Este trabalho tem como objetivo principal compreender como se dá a performativização do gênero feminino no k-pop. Além disso, perceber quais tipos de representação da mulher estão tendo espaço e voz na produção musical recente na cultura pop sul-coreana. Com isso, se faz aqui um esforço para investigar e compreender que tipo de imagens e padrões comportamentais estão sendo veiculados a partir dessas performances e qual a relação destas com o feminismo e o empoderamento feminino na Coreia do Sul.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O corpus desse trabalho é composto pelos MVs das artistas mencionadas, lançados no período de 2017 a 2018, submetidos a uma análise comparativa com outros MVs da indústria do k-pop a partir de 2013. As performances femininas nesses videoclipes serão desenvolvidas a partir de elementos classificatórios como estética, ambiência, olhar e interação ou *skinship* (nome usado pelos fãs para se referir a contato físico) com o gênero masculino.

O recorte temporal foi feito entendendo os últimos cinco anos como um período de padrões cambiantes do feminino no k-pop, culminando nos anos de 2017 e 2018, marcados por acontecimentos importantes quanto às questões de gênero e quanto à cena LGBT na Coreia do Sul, como a entrada de artistas gays.

A análise feita de modo exploratório busca compreender os efeitos de sentidos produzidos a partir das performativizações do

1

Ver: <https://www.vox.com/culture/2018/2/16/16915672/what-is-kpop-history-explained>. Acesso: 12/09/18.

gênero feminino no k-pop, bem como a busca por uma coerência expressiva (PEREIRA DE SÁ E POLIVANOV, 2012) ou o rompimento dela em relação às mulheres dessas performances.

Esse padrão estético-comportamental sul-coreano consistiria na construção imagética da mulher enquanto feminina, dócil, magra e com uma beleza tida como clássica, muitas vezes sem a possibilidade ou liberdade de manifestar sua identidade e individualidade em razão de permanecer neste padrão. Muitas se submetem a dietas extremas, intervenções estéticas e cirúrgicas.

Seus corpos assumem um estatuto de casto e intocável, análogos a peças decorativas, cuidadosamente modeladas para observação, mas nunca para o toque. Portanto, ainda que seus corpos sejam sexualizados – como aconteceu em MVs e *comebacks* de diversos grupos por volta dos anos de 2013 e 2014 – esses corpos o são apenas em uma dimensão virtual, nunca realizável, pois a realização dessa dimensão resultaria na perda da aura de castidade que ronda a imagem ideal.

Nos MVs, a hipótese é sustentada através de elementos como o *male gaze*, um olhar voyeurístico que objetifica a mulher observando-a quase que por uma parede de vidro, que castra qualquer possibilidade de toque a partir da ausência de *skinship* nas cenas. Ainda, o olhar da mulher é raramente dirigido à câmera quando seus corpos são sexualizados, carregado da ideia de submissão feminina, que não ousar olhar de frente, porque ao ser mulher, automaticamente é passiva.

Enquanto isso, artistas como Jessi, Sunmi e HyunA rompem com esse padrão em performances que se contrapõem às performances de *girl groups*, colocando-se como sujeitos que agem conforme essa sexualidade performatizada como algo sob o controle das mesmas. A partir da inversão do olhar, que encara a câmera e não aceita a posição de castração e submissão, além da interação e *skinship* com o sexo masculino nas cenas e também da tomada de controle. Sendo

assim, entra no campo da performance a transição dessas mulheres de um lugar de objeto do desejo sexual a um lugar de agência, onde são sujeitos do próprio desejo sexual.

CONCLUSÕES:

Entende-se a música como plataforma de um processo de transição quanto ao feminino na Coreia do Sul, o que implica refletir sobre as influências do mundo ocidental e a diferentes olhares e desenvolvimentos que os feminismos constroem em contextos diversos.

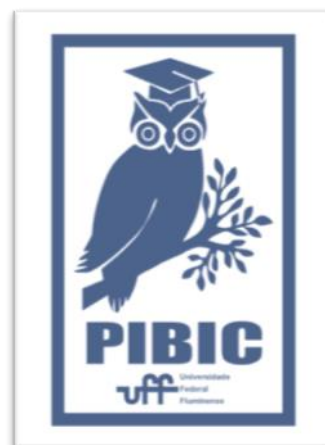
A pesquisa compõe também um esforço de agregar aos estudos feministas uma reflexão crítica de produtos midiáticos e das imagens criadas das mulheres, tendo em vista que são influências em potencial na formação do público consumidor desse tipo de produto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MULVEY, Laura. "Prazer Visual e Cinema Narrativo". In: XAVIER, Ismail. (org.) **A Experiência do Cinema**. Col. Arte e Cultura, no 5. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

PEREIRA DE SÁ, S.; POLIVANOV, B. Auto-reflexividade, coerência expressiva e performance como categorias para análise dos sites de redes sociais. **Contemporânea** – Revista de Comunicação e Cultura, Salvador, v.10, n.3, p.574-596, set./dez., 2012.

TAYLOR, D. **O arquivo e o repertório: Performance e Memória Cultural nas Américas**. Belo Horizonte: Editora UFMG.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ESTÉTICA, ÉTICA, DIVERSIDADE, PROCESSO E JUSTIÇA: Da Legislação penal ao código de ética da Magistratura.

Juliana Sanches Ramos (PIBIC) e Nathália Coutinho (FAPERJ)

Departamento Direito Processual

INTRODUÇÃO:

A pesquisa analisou a questão que envolve tolerância e respeito à diversidade e suas expressões estéticas no sistema de justiça, tanto internamente (em relação aos membros do poder) quando externamente (no que tange ao tratamento dispensado aos jurisdicionados e administrados). Talvez tudo se inspire nas indagações do tipo: uma travesti pode ser juíza sem que isso viole o “código de ética” da magistratura? Juiz pode ser tatuado? Especificamente buscou-se desvelar no discurso jurídico as inspirações patriarcais, racistas, misóginas e LGBTfóbicas em regra estão camufladas. Ademais, buscou demonstrar que a normatividade vaga e imprecisa da Lei Orgânica da Magistratura e do Código de Ética da Magistratura favorecem interpretações intolerantes à diversidade estética interna e que a falta de pluralismo reflete na intolerância externa. A pesquisa pautou-se em revisão bibliográfica, realização de entrevistas e análise de discurso.

Como resultado, os levantamentos bibliográficos e a análise dos discursos subsidiaram a produção de artigo publicado em extrato Qualis B1, artigo a ser submetido à exame de periódico Qualis, bem como resumo apresentado em Seminário Internacional de Metodologia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

De início vale destacar a grande dificuldade encontrada para se obter contato com membros do Judiciário, especialmente em se tratando de juízes e desembargadores. Na grande maioria das vezes, era imediata a resposta, por parte dos assessores, no sentido negativo, alegando-se agenda lotada.

Por outro lado, todos os que se dispuseram a nos atender, uma boa parte por conta de

intermediários que nos recomendaram, foram extremamente gentis e solícitos, se dispõem a responder todo o questionário de forma paciente e, em geral, elaborando suas respostas de forma que as perguntas restassem satisfatoriamente respondidas.

É interessante esclarecer que optou-se por não interromper, complementar ou mesmo se posicionar durante a entrevista, evitando qualquer tipo de retórica. Essa estratégia mostrou-se majoritariamente satisfatória. É que, assim, os entrevistados sentiram-se à vontade para elaborar seu pensamento como quisessem, levando o tempo que precisassem. A ausência de reação às respostas visou não influenciar o entrevistado a guiar sua fala conforme a satisfação ou desconforto que eventualmente causasse.

A revisão bibliográfica nos permitiu sistematizar conceitos não raro estranhos ao ramo do direito, como sexo, gênero e orientação sexual. Após a revisão da literatura e o aprofundado estudo teórico sobre a temática da ética, estética e da diversidade, a parte final da pesquisa dedicou-se ao campo, através do contato direto com alguns atores do Sistema de Justiça Criminal, a fim de colher dados concretos sobre as percepções e atuações de cada um deles diante do novo cenário de pluralidade vivenciado por todos nós. O objetivo das entrevistas realizadas foi, então, através da análise do discurso desses atores, compreender os pontos de vista de juízes, desembargadores, chefes de serventia em cartórios criminais e diretores de varas criminais e se, de alguma forma, estes posicionamentos interferem no resultado dos processos judiciais criminais e no tratamento dispensado entre os próprios, advogados e partes.

CONCLUSÕES:

De acordo com as narrativas colidas e a análise das diferentes perspectivas apresentadas por magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foi possível perceber que os índices de tolerância à diversidade, de forma geral, evoluíram sim, mas, principalmente, no seu sentido formal e não no seu sentido prático. Esta conclusão é baseada pela percepção de que todos os discursos colhidos tentam se alinhar ao chamado discurso do politicamente correto, ainda que detalhes de suas falas demonstrem alguns preconceitos no raciocínio da pessoa entrevistada.

É perceptível que os entrevistados sabem e entendem que devem respeitar às diferenças e responderam no sentido de ser importante garantir a autonomia privada de cada indivíduo. Porém, foi passada a sensação de que o discurso apresentado é mais político do que uma posição que, de fato, seja refletida no cotidiano prático do Judiciário. Tal impressão é corroborada, por exemplo, pelos discursos dos servidores que não apontam o mesmo sentimento sobre a realidade do cotidiano forense, elaborado pelo discurso dos magistrados.

Assim, mostra-se imprescindível que sigamos buscando um Estado Democrático de Direito que seja, de fato, representativo e que assegure que a diversidade não seja determinante ou de grande influência nos resultados e decisões no âmbito do Sistema de Justiça Criminal.

Diante de uma diversidade identitária e, por conseguinte, estética tão rica como a que presenciamos atualmente, a interseccionalidade é um fator demasiadamente importante para compreendermos as relações sociais que se constroem. O Judiciário não pode quedar-se inerte em suas próprias tradições e deixar de abarcar a mudança que irrompe de toda parte, inclusive e, talvez, justamente, para ser capaz de promover justiça social. O pluralismo, a diversidade e a ideia de alteridade, devem sair do plano discursivo para integrarem a construção existencial da justiça para todos.

Agradecimentos:

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiar a minha pesquisa através do fornecimento de bolsa de Iniciação Científica - PIBIC, o que possibilitou que eu, enquanto graduanda em Direito pela UFF, pudesse dar início aos meus aprendizados em pesquisa e extensão, o que me ajudou a decidir em

ingressar no programa de pós graduação da UFF. Agradecemos ao orientador Prof. Doutor André Nicolitt por possibilitar que essa oportunidade de concretizasse e pela orientação e pelos ensinamentos prestados ao longo da pesquisa.

Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Avaliação de Conforto Térmico e Satisfação dos ocupantes em Edifícios de Escritórios em climas quentes e úmidos 2

Autores Renan Brunoro Zigoni,, Louise Lomardo e Diego Caetano

Departamento/Unidade/Laboratório TAR/EAU/ LabCECA

INTRODUÇÃO:

O principal objetivo do projeto conjunto com a COPPE/UFRJ e a University for Applied Science Berlin é analisar a percepção e satisfação dos ocupantes a respeito do conforto térmico em edifícios de escritórios em região de clima quente e semi-úmido (ZB8 e ZB5) no estado do Rio de Janeiro. Os resultados são realizados em levantamentos de campo de longo prazo e por questionamento diário dos ocupantes e monitoramento da temperatura e umidade do ar com sensores de alta resolução temporal. Cinquenta por cento (50%) do levantamento de campo já havia sido realizado ao momento de implementação dessa bolsa, restando as fases finais do projeto PVE (Professor Visitante Especial) já aprovado junto ao CNPq que terminará em outubro/2018.

O estudo visa aumentar o conforto do usuário, reduzindo o uso de energia para refrigeração e aumentar a eficiência energética dos sistemas de refrigeração. Um estudo europeu em edifícios não residenciais mostrou que as diferenças na percepção do conforto térmico podem levar a uma redução significativa no consumo de energia para refrigeração e todas as consequências subjacentes, tais como a necessidade de investimentos em geração de energia e os impactos ambientais (Kalz e Plafferott 2014).

O trabalho seria realizado em seis edifícios de escritórios nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, todos localizados próximos um do outro, dos quais, quatro já tinham seu trabalho de campo totalizado e outros dois seriam analisados na vigência deste projeto, ao longo de um período de 12 meses. Os resultados em relação à aceitação e satisfação do usuário podem ser usados tanto em futuras normas nacionais como internacionais. Esses dados são de absoluta

necessidade para projetistas e arquitetos, a fim de aumentar a qualidade do projeto de construção, bem como para aumentar a segurança e confiabilidade de planejamento.

Informações detalhadas sobre a expectativa dos ocupantes sobre a sensação térmica são indispensáveis para melhorar o projeto de arquitetura dos edifícios e os conceitos para elaborar locais de trabalho saudáveis com um alto nível de satisfação do ocupante e menor consumo de energia para resfriamento.

O projeto proposto vem sendo realizado pela Universidade Federal Fluminense em Niterói, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto Fraunhofer para Sistemas de Energia Solar em Freiburg na Alemanha, tendo este último sido substituído recentemente pela Beuth University for Applied Science Berlin, devido a transferência da pesquisadora visitante especial (PVE) Doreen Kalz.

Já de início, participamos no XXVII Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal Fluminense apresentando o trabalho de pesquisa "Avaliação de Conforto Térmico e Satisfação dos Ocupantes de Edifícios de Escritórios de Climas Quentes e Úmidos", sendo ele a pesquisa de iniciação científica para a qual dou continuidade, uma vez que a bolsista anterior, Sheila Zani, encontra-se em mobilidade internacional.

Durante o período de vigência da bolsa os trabalhos foram divididos metodologicamente em etapas.

Inicialmente foram realizadas pesquisas e leitura bibliográfica, ao mesmo tempo em que éramos incentivados pela professora orientadora Louise Land B. Lomardo a elaborar fichamentos dos artigos lidos.

Posteriormente, partimos para o estudo dos equipamentos a serem utilizados na pesquisa para que pudéssemos iniciar os trabalhos de campo, sob orientação também do doutorando Diego Souza Caetano. A princípio o estudo seria realizado em seis edifícios de escritórios no Rio de Janeiro, localizados próximos um aos outros, dos quais quatro já haviam sido monitorados. Contudo agimos em cinco, já que o último prédio analisado é de maiores proporções, tendo também muitos usuários a mais e requereu todos os equipamentos disponíveis no Laboratório de Conservação Energética e Conforto Ambiental UFF, tendo trazido também o maior grupo de dados e informações para a pesquisa como um todo. O universo amostral foi considerado suficiente.

Como os edifícios escolhidos para o estudo empregam conceitos diferentes de refrigeração, por exemplo, descentralizado (unidades de divisão) versus unidades de refrigeração centrais, uso parcial da ventilação natural versus edifício totalmente condicionado, etc. Os dados obtidos na pesquisa foram abordados por:

- Uma pesquisa diária de curto prazo realizada com os ocupantes ao longo de 40 dias de período quente. Os ocupantes foram entrevistados na parte da manhã e à tarde com relação a sua percepção de temperatura e umidade e sua satisfação com o conforto térmico interior por um questionário curto com nove perguntas e respostas de múltipla escolha que são respondidos em cerca de 40 dias. Nos estudos de campo anteriores foram levantadas informações com 39, 59 e 16 pessoas para os prédios da COPPE, CISCEA e NAB, respectivamente, totalizando 114 entrevistas. No último estudo (Av Rio Branco, 1) chegamos ao número de 86 entrevistados.

- O período de aplicação dos questionários foi precedido pela preparação dos questionários, do software de questionamento, dos flyers de informação aos futuros respondentes de cerca de 2 meses. Visitamos o prédio em vários momentos para escolher os locais de aplicação e de instalação dos sensores.

- Um questionário abrangente com 62 perguntas também foi aplicado uma única vez ao início do trabalho, no sentido de coletar informações das percepções dos usuários sobre os ambientes de trabalho, e a relação do bem estar do usuário (produtividade, saúde, estado de espírito) com as características do prédio (conforto térmico, acústico, ergonômico etc.).

Durante o período de pesquisa conseguimos coletar informações do nosso maior grupo amostral até então, com 86 respostas ao questionário longo seguidas de respostas aos questionários curtos, aplicados duas vezes ao dia de forma automatizada durante 40 dias.

Com os novos dados coletados já pudemos chegar a conclusões sobre a interferência do sistema de climatização de edifícios em questões de conforto térmico e saúde do usuário. Ficou claro que não somente a temperatura programada pode gerar reclamações, mas também a forma de distribuição da refrigeração é fator determinante de bem-estar.

Espera-se que com a adoção do novo *setpoint* do ar condicionado, obtido com os questionários, possa-se conseguir uma economia de até 30% nas contas de energia elétrica.

De grande interesse também, é a possibilidade de melhorar o bem estar e produtividade dos empregados ao se identificar as principais causas de desconforto provocadas pelo prédio e suas instalações (nível de iluminação, umidade do ar, ruídos etc..).

Além disso, desde que ingressei na pesquisa, passei a ter contato com um meio acadêmico mais diverso, participando inclusive de matéria ministrada para mestrandos e doutorandos do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

Durante o processo de escolha dos edifícios a aceitação dos usuários em participar da pesquisa era fator determinante. Em alguns casos houve adesão apenas por obrigação: quando o dirigente do departamento determinava a participação por simpatizar com a pesquisa, daí a urgência de sempre conversar com todos para explicar a relevância e necessidade desse estudo, a fim de evitar já de início respostas dadas de forma mecânica e não empenhada.

Tivemos ainda problemas com equipamentos durante o processo de coleta de dados e dificuldades com usuários que foram realocados dentro do prédio para outras áreas, problemas esses que afetaram pouco os resultados devido à frequência que mantivemos de manutenção e vistoria dos aparelhos e ao grande número de participantes que compunham esse grupo amostral.

Por fim tivemos ainda dificuldade de compatibilidade de dados coletados anteriormente com os coletados por último devido à incompatibilidade dos softwares utilizados, o que foi resolvido por fim utilizando um programa compatível com ambos os que haviam sido empregados.

Todas as dificuldades foram superadas.

A partir dos dados coletados até agora pudemos chegar a muitas conclusões preliminares, contudo essas informações ainda são objeto de análises mais aprofundadas, usando-se para tal de softwares estatísticos mais consistentes (SPSS).

Assim sendo, seria de grande proveito uma continuidade da pesquisa tendo como objetivo exclusivo dissecar esse vasto material que já temos para chegar a novas resultantes. Pretendo ainda participar do XXVIII Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal Fluminense para apresentar esse projeto de pesquisa.

Conseguirei cumprir com tudo que foi prometido na inscrição do projeto, mas vejo que o levantamento de dados que realizamos nos 4 estudos de campo precisam ser estudadas de forma mais aprofundada. A Prof. Doreen, nos ajudará com a alocação de 2 bolsistas de IC na Beuth University para aproveitarmos esse vasto material.

Seria muito produtivo concluir um artigo que apresentasse os resultados à sociedade com meio de retribuir o apoio que recebemos com resultados que por certo serão relevantes no que se refere à economia de energia, produtividade do trabalho e bem estar dos usuários dos prédios.

Agradecimentos:

Agradecimentos ao CNPq pelo financiamento da pesquisa, à Universidade Federal Fluminense e às demais instituições envolvidas, além de todos que me ajudaram nessa presente



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Estudos para o Estabelecimento de Edifícios com Balanço ZERO de Energia (NZEB) no Brasil

Autora: Thayná Batista Rangel

UFF/Departamento de Arquitetura/ LabCECA

INTRODUÇÃO: Os edifícios são um dos mais pesados consumidores de recursos naturais da economia e causam uma parcela significativa das emissões de gases do efeito estufa que afetam a mudança climática. Apesar da energia elétrica no Brasil ser de origem predominantemente hidráulica, ainda assim há emissões de gases do efeito estufa não negligenciáveis. No Brasil recebemos uma quantidade de incidência solar muito maior que de muitos países, e mesmo assim não temos um aproveitamento minimamente eficiente da mesma. Há países centrais, que mesmo com recursos ambientais quantitativamente inferiores (menor radiação solar anual) e clima mais adverso (graus-hora de desconforto térmico) tomaram a decisão política de pesquisar e construir protótipos de NZEB¹s desde já e estabeleceram como meta torná-los obrigatórios a partir de 2020.

No Brasil, o setor Residencial e o setor Comércio/Serviços/Público foram responsáveis por mais de 47% do consumo de energia elétrica total em 2010: 23,8% em edifícios residenciais, 15% nos edifícios de escritórios e 8,1% nos edifícios públicos (BEN, 2011). A expansão econômica e integração regional no Brasil leva a uma crescente demanda por energia. O "Plano Nacional de Energia 2030" previu a duplicação das previsões de demanda de energia para o período de 2005 a 2030 (BEN 2011). Todo esse cenário em constante expansão requisita uma saída viável de eficiência energética para suprir a dada crescente demanda. Ainda que passemos por um período de crise econômica no curto prazo, o crescimento do consumo de energia é inexorável.

Reduzir o consumo de energia em edifícios é avaliado como a maneira menos onerosa para

atingir grandes reduções nas emissões de carbono (McKinsey, 2007). Arquitetos e urbanistas têm uma influência inegável nesse processo.

Edifícios energeticamente eficientes com baixa intensidade de consumo de energia e ainda autoprodutores de energia a partir de fontes renováveis constituem um potencial elevado no Brasil, e em todo o mundo. Dentre as fontes renováveis disponíveis no Brasil, a hidroeletricidade possui elevado potencial técnico (260GW), entretanto, devido aos problemas ambientais existentes para explorá-la, as outras fontes de energia renováveis como a eólica, a solar e a de biomassa chamam a atenção, visto que muito pouco exploradas.

O governo brasileiro tem implementado programas para promover a eficiência energética e energias renováveis com eficácia parcial. Até hoje, as respostas são consideradas insuficientes diante de sua imensa oferta (GTZ, 2011).

A maioria do consumo de energia (64 a 86%) em edifícios não residenciais no Brasil é usado para ar-condicionado e iluminação (Cademartori, 2011). No entanto, os sistemas de refrigeração são frequentemente projetados e operados sem ter em conta as despesas de energia. Temos como objetivo o desenvolvimento de projetos e conceitos, que se caracterizam por uma baixa demanda de energia para condicionamento de ar, mas cumprir sempre os requisitos para um local de trabalho de alta qualidade. Além dos requisitos de conforto acústico e visual, o conforto térmico desempenha um papel central na produtividade e saúde dos usuários.

- Sobre o projeto:

Os NZEBs são edifícios sustentáveis que otimizam o uso da energia e aproveitam a sua

¹ Do inglês, Net Zero Energy Building – NZEB, significa edificações com balanço anual nulo de energia.

forma arquitetônica, incorporando as energias renováveis, bem como características de design sustentável energeticamente eficientes, que evitem o esgotamento dos recursos e os impactos ambientais adversos da geração de energia a fim de proporcionar um ambiente interior de alta qualidade e com o mínimo possível de consumo de energia.

O objetivo do projeto proposto é desenvolver e avaliar o conceito inovador de edifícios com balanço zero de energia (NZEBs) para edifícios comerciais em regiões de clima quente e úmido do Brasil. Trata-se, então, na perspectiva global do edifício, da integração significativa de novas soluções tecnológicas, precedida de estudos e análises no que se referem ao clima e ao usuário. Seguindo estudos já realizados antes, onde a partir de um modelo base realizamos testes considerando algumas variáveis para três cidades representantes de zonas escolhidas. Pretende-se avançar nas simulações aliando recursos 3D, criação projetual, e soluções climáticas compatíveis para o Rio de Janeiro e posteriormente expandir para outras regiões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com a pesquisa sobre os conceitos de conservação de energia aplicados atualmente pude esclarecer como está sendo a visão mundial no que se diz respeito da economia de energia. Encontrei conceitos e nomenclaturas que antes não conhecia, e que esclareceram minha visão sobre os diferentes tipos de NZBs e como o mercado e o mundo os trata atualmente. Com a pesquisa sobre NZBs ao redor do mundo pude entender claramente as prioridades e problemas específicos de cada local quando se pretende criar um NZBD.

Foi realizada coleta de informações e estudos sobre dados dos painéis fotovoltaicos vendidos no Brasil. Foram analisadas os painéis fotovoltaicas etiquetadas pelo Inmetro disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia do Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE.

Com esses dados, tivemos base para selecionar das tabelas os 10 melhores índices de aproveitamento energético e as melhores relações custo benefício do mercado brasileiro.

Com a análise dos estudos de caso selecionados, obtive uma noção dos sistemas de captação e reuso de energia mais usados no mundo, e pude também ver como as ferramentas de conforto ambiental comumente utilizadas na busca do índice zero do consumo de energia são empregadas na prática, e como os relatórios de cada projeto estudar muitas das dificuldades e possibilidades que essas ferramentas podem apresentar nos casos mais diversos.

Fizemos também alguns testes de modelagem iniciais, que tiveram foco em estudo de forma e aprendizado dos *plugins* Grasshopper.

CONCLUSÕES:

Não foi possível concluir a pesquisa no prazo inicialmente estimado. Por conta disso o Prazo final foi prorrogado para Dezembro de 2018, e a pesquisa continuará até essa data.

No tempo restante, pretendemos fazer modelagem eletrônica, utilizando para prever conforto ambiental nos projetos com sombreamento e geração de energia PV nas áreas de fachadas, cobertura e disposição de cômodos a fim de potencializar o projeto.

Com os bancos de dados obtidos pela pesquisa até agora executaremos um estudo da geração de energia para as diferentes trajetórias solares e orientações dos painéis PV no Rio de Janeiro, testando, para tanto, diferentes ferramentas de eficiência energética.

Para esses estudos serão utilizadas as ferramentas que obtiveram os melhores resultados nos estudos de caso e com isso elaborar variações paramétricas dos modelos propostos. O objetivo da pesquisa é avaliar a geração de energia PV mensal e anual. Apoiada nestes resultados, farei um estudo preliminar de um edifício NZEB para Niterói.

Agradecimentos:

Agradeço a Deus, à FAPERJ, à minha família, à minha orientadora, ao LabCECA e a todos que me ajudaram a desenvolver essa pesquisa.



Ciências Sociais Aplicadas

A política de gestão de documentos e de arquivos no município do Rio de Janeiro: um olhar sobre os procedimentos de terceirização de serviços

Mario Cavalcante de Abreu; Alexandre Faben; Ana Célia Rodrigues.

Departamento de Ciência da Informação/Curso de Arquivologia

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa insere-se no campo teórico da Arquivologia abordando a terceirização de serviços de gestão de documentos no âmbito da política pública arquivística desenvolvida pelo município do Rio de Janeiro. Trata-se de recorte temático do projeto de pesquisa “Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios da Grande Rio” (apoio JCNE2015/FAPERJ e Universal CNPq), desenvolvido pelo aluno Mário Cavalcanti de Abreu, com a orientação de Alexandre Faben, mestrando do PPGCI/UFF, que integra a produção do Grupo de Pesquisa “Gênese Documental Arquivística”, UFF/CNPq.

A relevância deste tema se expressa no necessário dever de garantir a transparência do Estado e, sobretudo, da administração pública municipal em atuar na guarda, conservação, organização, controle e administração de seus arquivos. Entretanto, é recorrente, observar por parte do Estado, a contratação de serviços terceirizados para superar os obstáculos encontrados para tratar os documentos de arquivo que são produzidos e acumulados pelos órgãos públicos. A administração pública ao terceirizar serviços pretende otimizar espaço físico, dispor de equipe técnica qualificada e reduzir tempo e custos no tratamento arquivístico. Analisando a gestão de documentos sob o aspecto da terceirização, através dos editais, dos contratos firmados e dos pregões eletrônicos de serviços terceirizados pelo poder executivo municipal do Rio de Janeiro, nos perguntamos: Como são contratados os serviços arquivísticos de gestão, de guarda e de acesso são desenvolvidos por empresas terceiradas? O objetivo desta

pesquisa foi investigar os elementos da política pública arquivística e a terceirização de serviços de gestão de documentos desenvolvida pela administração municipal do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos são: descrever os fundamentos teóricos da política pública de arquivos municipais e de gestão de documentos e descrever a terceirização de serviços de gestão de documentos e sua aplicação no âmbito da administração pública. Para alcançar os objetivos, os procedimentos metodológicos foram os seguintes: realizar levantamento bibliográfico e revisão de literatura sobre os temas da gestão de documentos, arquivos municipais, políticas públicas arquivísticas e terceirização de serviços arquivísticos; realizar levantamento de dados sobre a gestão de documentos e a existência de instituição arquivística municipal; e analisar a legislação em vigor sobre a terceirização de serviços arquivísticos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O recorte temporal desta pesquisa compreende o período de 2003 a 2016, que se justifica a partir da vigência do Decreto Municipal nº 22.615 de 30 de janeiro de 2003 que regulamenta a Lei municipal nº 3.404 de 06 de junho de 2002, que dispõe sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados. Esta Lei atribui ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) a competência da gestão de documentos do poder executivo municipal tornando-o órgão responsável pela elaboração, implantação e acompanhamento da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados. Complementam a legislação que dispõe sobre a política municipal de gestão de documentos e de arquivos, o Decreto Municipal n. 24.008 de 05 de março de 2004, que institui o Sistema

Municipal de Gestão de Arquivos (SIMARQ) e o Decreto nº 29.996 de 08 de outubro de 2008, que institui o Conselho Municipal de Arquivos do Rio de Janeiro (COMARQ) e a Rede Municipal de Arquivos (ARQ-RIO). No município do Rio de Janeiro, campo empírico desta pesquisa, foram analisados 13 contratos de prestação de serviço terceirizados de guarda, eliminação e processamento técnico arquivístico presente em editais e pregões eletrônicos disponíveis, respectivamente, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (D.O.RIO) e no Portal E-compras Rio. Foi identificado nas consultas no (D.O.RIO) bem como, no portal de compras (E-compras Rio) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), que a Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (PGM)¹ realizou contratação de empresas de serviço terceirizado para executar atividades de guarda de documentos e eliminação de documentos, por exemplo. Foram identificados 4 (quatro) contratos com o objetivo de “guarda e eliminação de documentos”. O primeiro foi através do processo nº 11/000.206/2010, firmado entre as partes PGM e a empresa privada TCI BPO que foi contemplada no pregão eletrônico n.º 0002/2010. O segundo foi através do processo nº 11/506.062/2011, firmado entre as partes PGM e a empresa privada TCI BPO que foi contemplada no pregão eletrônico nº 0015/2011. O terceiro foi através do processo nº 11/509.802/2014, firmado entre as partes PGM e a empresa privada TCI BPO que foi contemplada no pregão eletrônico nº 0006/2014. É recorrente a contratação por parte dos órgãos públicos de empresas privadas para execução de serviços arquivísticos, no entanto, não tomamos conhecimento sobre as atividades desenvolvidas por essas empresas. Para isso, consultamos junto à Receita Federal, o cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) de cada uma das empresas licitadas. Vejamos abaixo a situação cadastral de uma delas: A empresa TCI BPO Tecnologia, Conhecimento e Informação tem sua natureza jurídica como sociedade anônima fechada, com situação

¹ Consulta disponível no D.O.RIO, publicação eletrônica, do dia 18 de julho de 2016, pág 25. Também é possível acessar a informação através do sítio eletrônico E-compras Rio e digitar o número do processo.

cadastral ativa. Tem sede no município de São Paulo e com data de abertura em 29 de dezembro de 2004. Sua atividade econômica principal é de consultoria em tecnologia da informação e não constam atividades econômicas secundárias. Entretanto, prestou serviços de transferência, armazenagem, guarda, consulta, gerenciamento informatizado, e eliminação de processos administrativos da PGM. A Resolução do CONARQ nº 6, de 15 de maio de 1997, que dispõe sobre diretrizes quanto à terceirização de serviços arquivísticos públicos, estabelece para a terceirização de serviços o veto para as etapas de avaliação e guarda de documento: “Art. 1º As atividades de avaliação serão reservadas para execução direta pelos órgãos e entidades do Poder Público, por ser atividade essencial da gestão de documentos, de responsabilidade de Comissões Permanentes de Avaliação, conforme determina o disposto no art. 2º do Decreto nº 2.182, de 20 de março de 1997, sendo vedada a eliminação de documentos sem prévia autorização da instituição arquivística pública de seu âmbito de atuação, conforme determina o disposto no art. 9º, da Lei nº 8.159/91. Art. 2º A guarda dos documentos públicos é exclusiva dos órgãos e entidades do Poder Público, visando garantir o acesso e a democratização da informação, sem ônus, para a administração e para o cidadão (CONARQ, 1997, p. 2)”. A referida resolução reserva às empresas terceirizadas, conforme determina no dispositivo. Art. 3º Poderão ser contratados serviços para a execução de atividades técnicas auxiliares, desde que planejados, supervisionados e controlados por agentes públicos pertencentes aos órgãos e entidades produtores e acumuladores dos documentos (CONARQ, 1997, p.2). Sendo vedada a guarda e eliminação de documentos, em decorrência dos procedimentos de gestão, é responsabilidade do poder público, sem prévia autorização da instituição arquivística pública de seu âmbito de atuação, conforme determina o disposto no art. 9º, da Lei nº 8.159/91. Art. 4º Para efeitos desta Resolução, a gestão de documentos, conforme preconiza o art. 3º da Lei nº 8.159/91, compreende o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente (CONARQ, 1997, p.2). Detectamos nos procedimentos de terceirização de serviços, à execução da

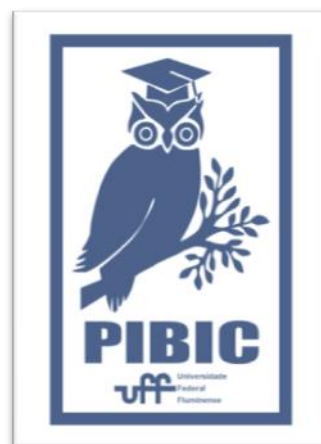
avaliação e guarda de documentos, atividades estas essenciais da gestão de documentos, sob a qual o poder público veta, conforme a resolução do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) n. 6 de 15 de maio de 1997. A implementação de programas de gestão de documentos deve ser executada no bojo da política pública de arquivos. Significa dizer que a alta administração deve impulsionar o programa de gestão de documentos, garantindo as premissas e sua sustentabilidade política, do mesmo modo, alocar recursos humanos e financeiros adequados.

CONCLUSÕES

Após análise da Resolução nº 6, do CONARQ, de 15 de maio de 1997, verificou-se que ela não foi criada para regular o uso dos serviços arquivísticos terceirizados, mas sim em virtude do crescimento do número de órgãos públicos que já utilizavam os serviços de empresas terceirizadas na organização de seus arquivos, bem como do interesse de alguns órgãos em terceirizar o armazenamento de seus documentos. É possível afirmar que a questão da terceirização de serviços arquivísticos no Brasil, embora formalmente regulamentada, nunca chegou a ser atendida, de fato, uma vez que traz em seu bojo dispositivos conflitantes e que não atendem à realidade das instituições e órgãos públicos quanto ao tratamento arquivístico necessário, que afetam decisivamente a regulamentação no município do Rio de Janeiro. É preciso atualizar a Resolução nº 6 do CONARQ, definindo-se o que sejam “atividades técnicas auxiliares”, principalmente após a entrada em vigor da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, sob pena de se tornar “letra morta”, sem nenhuma eficácia. É preciso que sejam definidas essas atividades para que se possa entender se serão caracterizadas como, por exemplo, prestação de serviços de digitalização, higienização, guarda externa de documentos, que podem ser realizados fora das instalações da empresa tomadora. Acredita-se que se for utilizado esta conceituação no ato de sua definição, isso auxiliará bastante aos profissionais de arquivo. Espera-se, dessa maneira, ter contribuído para o estudo da terceirização dos serviços arquivísticos e da gestão de documentos, assim como para a sua utilização pela administração municipal do Rio de Janeiro, por outros municípios do Estado do Rio de Janeiro e do país.

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Ana Célia Rodrigues pela contribuição acadêmica e pelo excelente trabalho de orientação. Ao coorientador Alexandre Faben, mestrando do PPGCI/UFF, pela coorientação e pelo apoio de fundamental para a realização desta pesquisa. Ao PIBIC pela oportunidade de participar deste seminário.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Título do Projeto: Trabalho, Precarização e Resistência na Periferia do Capitalismo: a região Norte Fluminense como cenário.

Autores: Bolsista de IC (FAPERJ) Pollyanna de Souza Carvalho, Profa. Dra. Érica Terezinha Vieira de Almeida (Orientadora).

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Instituto

de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, de Campos dos Goytacazes / Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD).

INTRODUÇÃO:

Às luzes de 1970, os países centrais e, até mesmo, os países periféricos, passaram por um novo padrão de acumulação capitalista com o advento da mundialização do capital, ancorada no capital financeiro, num movimento de reestruturação produtiva, na liberalização e na desregulamentação econômica. As repercussões desse novo contexto têm afetado de forma direta a classe-que-vive-do-trabalho, por meio do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, da privatização, de contrarreformas estatais, da mercantilização dos serviços sociais, da pilhagem das terras e do meio ambiente. É por meio desse cenário, que os conflitos e lutas sociais na Região de Campos dos Goytacazes se insurgem, no século XXI, em uma direção contra-hegemônica aos processos de expropriações do capital financeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa em tela, com base no mapeamento das manifestações coletivas e resistências de grupos sociais, coletados no Jornal Folha da Manhã (JFM), no período de 2000 a 2017, na Região Norte Fluminense (RNF), que abarca os municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Fidélis, Cardoso Moreira, Macaé, Conceição de Macabu, São Francisco de Itabapoana, Quissamã e Carapebus, buscou compreender como a RNF se expressa na órbita da mundialização do capital, no tocante à economia, política e cultura no processo de formação da hegemonia local e regional.

Em breves notas, a mesorregião NF, tradicionalmente, é reconhecida pelo monocultivo de cana-de-açúcar, desde o século XVII e, posteriormente, pela produção de açúcar e álcool, até o fim de 1980. Em meio à crise da cana – que fez desaparecer mais de 30 mil postos de trabalho no campo e nas Usinas –,

Campos e a região assistirão ao processo de produção de petróleo e gás na Bacia de Campos, ocasionando a vinda dos Grandes Investimentos (GI's) tanto para a Região, quanto para os municípios adjacentes, reorganizando os espaços sociais, a sociabilidade e a reprodução social dos trabalhadores.

O mapeamento demonstrou um quadro de intensa mobilização social em virtude do contexto neoliberal que retirou empregos, achatou salários e precarizou as condições e relações de trabalho, em especial com os processos de terceirização, o que, por sua vez, gerou conflitos e lutas sociais do movimento sindical ligado ao setor público e privado. Uma outra pauta de mobilização na entrada do século XXI foi a defesa dos direitos sociais num contexto marcado pelo desemprego e pelos cortes nas políticas públicas, particularmente, no âmbito da educação nas três escalas de governo. Aparecem, em cena, as mobilizações coletivas em relação ao processo de reprodução social na cidade, com destaque para as lutas sociais pelo direito ao transporte público, ao passe livre, à defesa da educação pública, à moradia, contra a insegurança pública representada pela violência no trânsito e, também, pelo crescimento dos homicídios e dos enfrentamentos entre as facções ligadas ao mercado de drogas. Compareceram também as mobilizações em defesa do saneamento básico e da coleta de lixo, assim como pela água potável e energia elétrica, direitos conquistados, mas, nem sempre, concretizados. Merecem destaque, as manifestações dos trabalhadores rurais das usinas em processo de falência (São João, Santa Cruz, Sapucaia, Cupim e Barcelos, do Grupo Othon Bezerra de Mello e Paraíso), cobrando os salários atrasados os direitos trabalhistas e denunciando os casos de trabalho

análogo à escravidão. Em se tratando do município de São João da Barra (SJB), ocorreu a emergência dos agricultores do 5º Distrito, em contraposição à desapropriação de suas áreas pela CODIN/RJ (Companhia de Desenvolvimento Industrial do estado do Rio de Janeiro), para o megaprojeto do Complexo Portuário do Açú. No que toca aos movimentos sociais, há protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no estado do Rio de Janeiro (FETAG), em defesa da reforma agrária e contra a reintegração de posse em favor dos latifundiários. O MST também esteve presente nos municípios vizinhos de Campos dos Goytacazes, como Conceição de Macabu, São Francisco do Itabapoana da RNF, e Bom Jesus do Itabapoana e Itaperuna da Região Noroeste Fluminense (RNOF). Os pescadores de Campos e de São João da Barra também denunciam os impactos ambientais dos GIs na RNF e que comprometem as suas atividades. Os catadores de materiais recicláveis surgem requisitando uma ação assistencial imediata, além de uma nova alternativa de trabalho. Em menor quantidade, aparecem as manifestações por reconhecimento cultural, étnico-racial, de gênero e de orientação social, cobrando tolerância religiosa e menos violência.

CONCLUSÕES:

É justificável, nessa conjuntura, que a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), atrelada a égide do capital financeiro é acompanhada de mutações não só no mundo do trabalho com a presença do toyotismo (ANTUNES; ALVES, 2004), mas, acima de tudo, no âmbito da proteção social pública, numa legível desconstrução da esfera pública e do campo dos direitos. A ofensiva neoliberal aparece cada vez mais vinculada ao padrão de acumulação por despossessão (HARVEY, 2013). Associado a isso, Mota (2017) defende que as expropriações contemporâneas são encontradas na mercantilização das políticas, no desemprego estrutural e na precarização das condições de trabalho dos trabalhadores. No caso da RNF, não se pode esquecer de que o contexto da crise nacional, nos anos de 1990, atuou concomitante com a crise da indústria sucroalcooleira da Região, reforçando o cenário de desemprego. Por último, a consolidação do capital financeiro provocando as contrarreformas do Estado e as expropriações contemporâneas, culminou em um panorama de

conflitos e lutas sociais na RNF em busca de mais cidadania e democracia, numa sociedade polarizada pela luta de classes.

Agradecimentos:

À Deus, primeiramente. À minha família, pelo amor. À minha querida Profa. Érica Almeida (UFF), por partilhar comigo os seus conhecimentos. À Crislaine Sousa (UFF), pelo companheirismo. À FAPERJ, pelo apoio financeiro.





Ciências Sociais Aplicadas

Luta e resistência: conflitos decorrentes das inundações marinhas no Pontal de Atafona/São João da Barra/RJ

Caroline Crespo do Nascimento¹
Antenora Maria da Mata Siqueira (orientadora)²

¹ Departamento de Serviço Social de Campos/ Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional / Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais – NESA/UFF Campos

² PPG em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas e PPG em Defesa e Segurança Civil. Departamento de Serviço Social de Campos/ Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional / Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais – NESA/UFF Campos.

INTRODUÇÃO:

A sociologia dos desastres os considera como fenômeno socialmente construído, e não apenas físico, que evidencia relações conflituosas preexistentes entre os atores sociais que estão envolvidos em seu processo, o que torna imprescindível análise dos conflitos no âmbito teórico e empírico para explicitar as contradições sociais a eles inerentes.

Este trabalho identificou, analisou e apresentou resultados parciais da pesquisa sobre conflitos sociais e atores neles imbricadas nas inundações no Pontal de Atafona/São João da Barra-RJ.

A perspectiva metodológica teve por base a teoria crítica, permitiu analisar a produção e reprodução histórica dos processos sociais, considerando as suas múltiplas dimensões. Para análise mais específica dos conflitos em desastres, utilizou-se de matriz organizada a partir de base teórica sobre conflitos sociais que os classifica em: a) conflitos preexistentes ao fenômeno físico que potencializam os desastres e b) os conflitos inerentes ao período de crise do desastre.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Atafona tem como principal atividade econômica a pesca artesanal marítima, que vem sendo afetada de diversas formas, principalmente pelo avanço do mar em sua foz e proximidades, possível pela conjugação de fenômenos físicos e intervenções antrópicas.

Considerando o contexto empírico da pesquisa, Atafona é um distrito localizado no delta do rio Paraíba do Sul.

Figura 1: Erosão costeira em Atafona



Foto: Carol Crespo/Arquivo do NESA, 2018

Segundo Ribeiro et. al:

Os fatores que estão causando a erosão ainda estão sendo discutidos pela comunidade científica, sendo mais importantes os seguintes: regime de ventos e de ondas; contenção de sedimentos nos barramentos ao longo do rio Paraíba do Sul; regularização da vazão do rio e sua descarga no Oceano Atlântico; crescente assoreamento do rio em seu baixo curso. (RIBEIRO *et. al*, 2004, p. 130)

Este fenômeno não é algo novo em Atafona, tendo sido estudado há décadas por universidades e institutos de pesquisa. Vários quarteirões de casas já foram “tomados” pelo mar.

Figura 1: Inundação em ruas de Atafona



Foto: Defesa Civil de São João da Barra, 2017

Por não haver respostas do poder público para a população da forma que esta esperava, conflitos são construídos entre os vários atores sociais envolvidos na questão.

Os principais conflitos identificados foram:

a) entre os moradores, veranistas, executivo municipal em relação aos executivos estadual e federal, por não destinarem recursos para obras de infraestruturas;

b) entre as famílias de pescadores, veranistas, o executivo municipal e o INEA, por licenciamento para remover areia da saída do rio para o mar (via de passagem dos barcos de pesca), ruas e acesso às casas;

c) moradores e defesa civil, pelos primeiros não aceitarem sair de suas casas e comércio devido as inundações.

Mobilizações de protesto têm sido feitas nas ruas por moradores reunidos em novas entidades como “Atafona Resiste” e “SOS Atafona”. Movimentos em busca de adesão de deputados estaduais e federais também foram feitos pela Prefeita e lideranças locais.

Figura 2: Manifestações populares



Fonte: Folha da Manhã, 2017

CONCLUSÕES:

Os conflitos identificados demonstram que não são recentes, mas sim reproduzidos pelas diversas vezes em que o fenômeno físico ocorre e que encontra uma base material já precarizada. Como identificado em outros casos na literatura, é um desastre que não termina.

A pesquisa precisa aprofundar suas análises em direção à dimensão social do desastre em curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata; MENDES, Juliana Nazareno; FILHO, Alex José Lemos. Desastres Ambientais e Conflitos Socioespaciais no Brasil. In.: **Geógrafos: Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFES**. Dezembro, 2016.

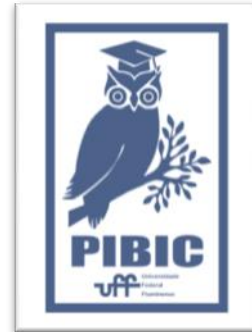
SIQUEIRA, A.M.M. Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas. In.: SIQUEIRA, A. M. M.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGOLI, M. A.S. (Org.). **Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**. São Carlos: RiMa Editora, 2015.

FERREIRA, Arleide Maria. **Os pescadores de Atafona:entre os desafios com a pesca e as respostas governamentais.** Monografia apresentada no curso de especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFF. 2012.

RIBEIRO, G.P. *et all.* Análise espaço-temporal no suporte à avaliação do processo de erosão costeira em Atafona, São João da Barra (RJ). **Revista Brasileira de Cartografia**, SBC:Rio de Janeiro, n.56/02, 2004.

Agradecimentos:

À FAPERJ, por financiar a bolsa da autora deste resumo e também o projeto intitulado “Cartografias Socioambientais e Mapeamento de Áreas de Risco de Inundações no Norte Fluminense: subsídios para a implementação de sistemas de alerta”. Ao PIBIC/UFF, pela oportunidade de um evento científico, e ao Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais – NESA/UFF-Campos, por todo arcabouço teórico, orientação e estrutura oferecidos.





Ciências Sociais Aplicadas

Arquivo e memória da Escola do Trabalho em Niterói:

levantamento de fontes, descrição e representação da informação

Profª Drª Elisabete Gonçalves de Souza/ Isabella Henrique Lima Pereira

**Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS)/Departamento de
Ciência da Informação (GCI)**

INTRODUÇÃO:

Os arquivos, entendidos como “lugares de memória” e relacionados à memória coletiva, acumulam documentos frutos dos complexos sistemas sociais nos quais estamos inseridos.

Esta pesquisa debruçou-se sobre os arquivos históricos escolares, locais que acumulam os documentos gerados pelas atividades desenvolvidas na instituição escolar, abrangendo diferentes tipologias e espécies documentais. A salvaguarda desses registros permite-nos conhecer o funcionamento dessas unidades de ensino além de proporcionar-lhes entendimento sobre si mesmas, afinal revisitar o passado é uma forma de entender os caminhos escolhidos no presente.

Iniciamos a pesquisa em 2015 estudando a Escola do Trabalho Masculina, cujos arquivos estão sob a custódia da Escola Técnica Estadual Henrique Lage (ETEHL). Em 2016 ampliamos nosso campo de investigação incorporando à pesquisa os arquivos da Escola Profissional Feminina, sendo o Colégio Estadual Aurelino Leal (CEAL) o herdeiro histórico desta instituição.

A origem do CEAL remonta às reformas da instrução profissional no decurso do governo Nilo Peçanha, tendo surgido como Escola Profissional Feminina através da Deliberação n. 49, de 21 de dezembro de 1922. Contudo, apenas no ano seguinte iniciou seu funcionamento, sendo este regulamentado pelo Decreto n. 1954, de 13 de maio de 1923.

Nossa perspectiva ao realizar o levantamento de informações foi buscar nos documentos o entendimento da história através não apenas da instituição, mas também das pessoas que a compunham, especificamente as alunas. A metodologia usada foi a pesquisa descritiva e o objeto empírico os dossiês de solicitação de

matrícula, pastas individuais contendo documentos administrativos (fichas de inscrição,

atestado de saúde e vacinação, dentre outros) e documentos escolares (históricos escolares, boletins, etc.). Por meio do inventário dos dossiês procurou-se identificar como funcionava a escola profissional feminina, seu corpo discente, seu currículo e suas relações social, política e econômica com a cidade de Niterói e adjacências.

A metodologia aplicada no processo de descrição priorizou tanto a abordagem arquivística, apoiando-se nas orientações prescritas pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), sendo descritos elementos essenciais como: o código de referência e nome(s) do(s) produtor(es), acrescidos de dados relativos à vida das alunas, como idade e residência, além dados curriculares imprescindíveis para os estudos sobre a história e historiografia da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Apesar de sabermos da existência de documentos da primeira fase da escola (1923) só conseguimos localizar os livros com as matrículas do ano de 1926. Suspeita-se que os livros dos anos anteriores tenham sido recolhidos e enviados ao Arquivo do Estado. Por isso centramos nossa investigação no inventário de cento e cinquenta e três dossiês de alunas matriculadas entre os anos de 1957 e 1976. Nesse processo identificamos cinco seções do fundo do CEAL que correspondem aos processos de reforma escolar pelo qual passou a instituição: Escola Profissional Feminina Aurelino Leal (1926-1942); Escola Industrial Aurelino Leal (1943-1965); Ginásio Industrial

Aurelino Leal (1965-1971); Colégio Técnico Estadual Aurelino Leal (1971-1976); Colégio Estadual Aurelino Leal (1976-).

Na análise preliminar dessas informações foram priorizados elementos tais como: idade e residência das alunas, a profissão dos responsáveis, o currículo cursado e a evasão escolar. Sobre esse último quesito observou-se que todas as alunas da fase de 1943-61 concluíram o curso, mas na fase 1961-1971, apenas uma.. Ou seja, a maioria das alunas inscritas no Ginásio Industrial nos cursos profissionais de corte e costura, flores, bordados e rendas não deram prosseguimento aos estudos. Esse panorama pode ser comparado ao da escola masculina, imaginando que, tão logo aprendiam o ofício, as alunas saiam em busca de trabalho. Outra hipótese identificada na análise é de que as alunas desistiam ou solicitavam transferência ao se tornarem repetentes. Avançando nas análises, percebe-se que partir da década de 1970 as taxas de evasão foram diminuído

No quesito “idade”, a maioria dos discentes que freqüentava a escola tinha entre 13 e 14 anos, diferentemente da hipótese inicial de que, tal como ocorria na escola profissional masculina, elas ingressariam aos dez anos. Essa percepção alavancou duas novas hipóteses: 1) as escolas femininas desde o início contavam com alunas mais velhas (o que seria comprovável com um contínuo documental); ou 2) a partir da metade do século XX, o perfil dos alunos em busca do estudo profissional havia se modificado em função das reformas no ensino e a criação de escolas profissionais mantidas, por meio de subvenção estatal, por empresários, como o SENAI e o SENAC. Os dados sobre a residência das alunas foram agrupados entre São Gonçalo e as regiões da cidade de Niterói. De uma fase para outra houve uma mudança: de 1943-61 as alunas em maior número vinham ou da Região Norte ou de São Gonçalo, ou seja, distantes da escola localizada no Bairro do Ingá, região das Praias da Baía; em seguida a maioria das alunas é das proximidades. A partir de 1976, a escola passa a receber alunos da região de Pendotiba. Essas informações, somadas aos dados acerca da profissão dos pais, na sua maioria empregados dos setores de comércio e serviços, reforça a tese de que a escola do trabalho foi pensada para atender a classe trabalhadora urbana e às demandas da indústria e comércio em expansão na região Leste fluminense, em que se destacavam as cidades de Niterói e São Gonçalo.

O currículo da escola foi analisado através dos boletins e/ou históricos das alunas, de modo que verificamos diferentes disciplinas técnicas/profissionais. Todavia, nos deparamos com um problema tão complicado quanto à ausência: informações manuscritas talvez escritas erroneamente.

A análise de dossiês da 1ª série, 1943-61, nos permitiu identificar que o ciclo básico arrolava as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Geografia, Ciências, História, Desenho e línguas estrangeiras (Francês e Inglês). Ao longo dos quatro anos, essas disciplinas se revezavam com exceção de Português, Matemática, Ciências e Desenho. As oficinas de profissionalização oferecidas eram: bordados e rendas, chapéus, corte e costura e culinária. Na fase 1961-71, as maiores diferenças eram relativas à 1ª série, já com menor presença das disciplinas práticas citadas acima.

Com a Reforma do Ensino (Lei 5692/71) a estrutura do ensino no Brasil mudou. Juntam-se a primeira etapa da escola básica (primário) com a segunda (o ginásio) dando origem ao 1º Grau; o ensino secundário passa a ser denominado 2º Grau, sendo a educação profissional compulsória. Nesse contexto a escola passa a chamar-se Colégio Técnico Aurelino Leal e oferece um curso básico e dois cursos profissionalizantes: Técnico em Secretariado e Técnico em Administração. Dos 40 dossiês levantados do período de 1971-1976 encontramos apenas 31 moças inscritas no curso de secretariado. Por ser historicamente uma escola profissional feminina, somente aos poucos, os rapazes foram dela se aproximando. Em 1974 encontramos dois alunos matriculados: um rapaz no Curso de Secretariado e outro aluno no Curso de Administração.

No que diz respeito à organização do arquivo, Em janeiro de 2018, iniciamos a identificação das espécies e tipos documentais encontrados nos dossiês. Para fins de esclarecimentos, entende-se por tipo documental a “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (exemplo, Certificado, Certidão, etc.) e por espécie a “configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (Certificado de aprovação em exame de admissão; certificado de conclusão de curso, etc. Até o momento forma cerca de 48 espécies documentais e mais de 60 tipos de documentos usados pela administração escolar. Para identificar, e definir os tipos documentais foram usados o tesaurus do INEP, dicionários e

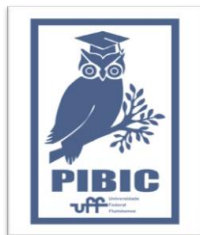
glossários das áreas de Arquivologia e Educação.

CONCLUSÕES:

A organização dos conjuntos documentais subsidia a produção de fontes que ajudarão os pesquisadores na construção historiográfica. Destacamos, mais uma vez, o caráter de registro dos documentos, produto das relações de força existentes e que propicia entendermos que tipo de projeto de educação profissional foi pensado para a juventude brasileira e de que forma este se coadunava com os interesses políticos e econômicos das classes dirigentes fluminenses. Infelizmente, a lacuna nos arquivos referentes à Escola de Trabalho Feminina dificulta a análise do processo num contínuo. Entretanto, a comparação entre os levantamentos realizados nos dossiês das alunas e a produção bibliográfica nos permite comprovar a relação da educação profissional com o desenvolvimento do projeto industrialista no Brasil, além de fomentar diversas indagações e discussões.

Agradecimentos:

PROPPI/UFF pela concessão da bolsa para a pesquisa; aos funcionários do Colégio Estadual Aurelino Leal.





Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: “Arquitetura da Violência: Regulações de uma ordem privada e consolidação de uma nova sociabilidade urbana excludente”

Título do Trabalho: Discursos Jornalísticos e sentidos em mudança: « sem-teto » ou « morador de rua »?

**Escola de Arquitetura e Urbanismo / UFF- Praia Vermelha/
Laboratório Arquitetura da Violência**

Orientadora

Profª Drª Sonia M. T. Ferraz

UFF-Universidade Federal Fluminense

Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Colaboradoras

Leticia Acioly

Pesquisadora de iniciação científica

Autora

Evelyn Garcia da Cruz

Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo - UFF

Bolsista de iniciação científica- CNPQ/UFF

Paula Andrea Santos da Silva

Bolsista de iniciação científica- FAPERJ

INTRODUÇÃO:

O presente texto é um desdobramento de uma pesquisa sobre a mitificação discursiva dos “sem-teto” e sobre as estratégias públicas e privadas para seu banimento das áreas nobres urbanas.

Como desdobramento o texto traz o desenvolvimento de uma análise que recairá sobre as práticas discursivas jornalísticas como agentes de promoção de alterações de significações e sentidos verbais, como resultado de “reavaliações” sociais. Os processos de diagramação, vizinhanças e ilustração empreendidos pelos jornais trazem construções capazes de produzir e alterar significações semânticas correntes. A frequência e a intensidade das repetições semânticas, que povoam os territórios discursivos, são capazes de provocar efeitos sociais permanentes de reconhecimento de determinadas referências simbólicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O objetivo é identificar as estratégias discursivas jornalísticas de engendramentos e retroalimentação, que tem produzido alterações

dos significados de população “sem-teto”, através de representações, relações, referenciações e categorizações construídas, antes de tudo, no campo da violência e da criminalidade.

A nossa premissa nesta reflexão é de que a violência nas cidades é antes provocada pelo visível aumento da concentração de riquezas do que pela imensa pobreza dela resultante.

A análise tem como universo as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e o material analisado será composto de extrações exemplares dos principais jornais digitais diários das duas cidades, englobando o período dos cinco últimos anos. Como sujeito da notícia, a população sem-teto instalada principalmente nos bairros nobres dessas cidades.

Os jornais têm enunciado, cada vez mais categoricamente, a parcela “sem-teto” da população como “morador de rua”, levando à produção do falseamento de sua real condição, criando o mito de que essa população - espoliada do direito à moradia – mora! O mito passa a ser necessário não só para falsear a condição de ausência de teto, como para consolidar o estigma da transgressão na apropriação privada do espaço público. De outro lado, é a parcela da população que, organizada no MTST - Movimento de Trabalhadores Sem Teto, ocupa terrenos vazios e prédios abandonados e que é noticiada e categorizada

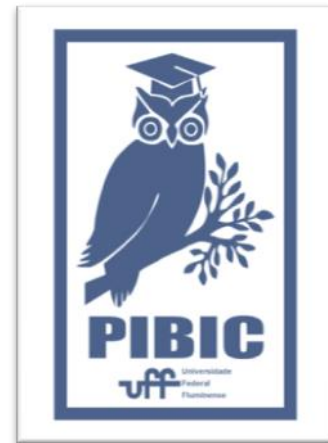
como “sem-teto”, o que, de certa forma a diferencia dos “moradores de rua”, mas a mantém no campo da criminalidade, pois não a reconhece como moradora na sua condição de ocupante, consolidando agora o estigma da transgressão na apropriação do espaço privado.

CONCLUSÕES:

Este trabalho e sua atualização diária possibilitam entender como os jornais produzem estigmas que influenciam profundamente o imaginário social que relaciona pobreza à sujeira, violência e insegurança, justificando violentos processos de limpeza urbana e humana nas cidades contemporâneas. As rajadas discursivas “mitificadoras”, que contaminam o imaginário social, produzem os consensos necessários, antes de tudo, à viabilização das atuais políticas de valorização imobiliária nos maiores centros urbanos nacionais.

Agradecimentos:

À UFF, ao CNPQ e à FAPERJ.





Grande área do conhecimento: Economia

Título do Projeto: Grafos em economia: uma análise da rede produtiva do Rio de Janeiro via centralidades

Autor(a): Rita de Cássia Marinho de Souza

Orientador(a): Renata Raposo Del-Vecchio

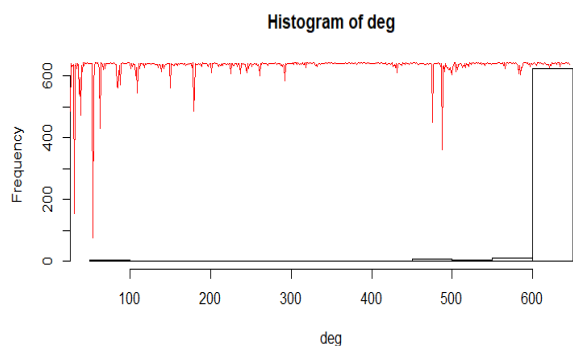
Departamento: GAN, Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO:

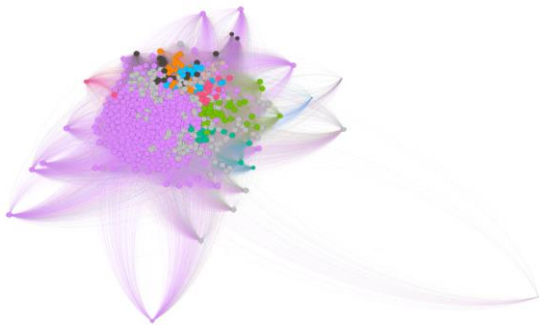
O objetivo deste projeto é analisar a estrutura produtiva do estado do Rio de Janeiro através da teoria de grafos, evidenciando as atividades mais centrais. Foi criada uma rede de compartilhamento de conhecimento baseada nas ocupações (tipos de empregos) compartilhadas pelas atividades produtivas exercidas no estado. De acordo com esta metodologia, há maior facilidade em transitar de uma atividade produtiva para outra se elas tiverem em comum o tipo de ocupação empregada. Logo, há uma relação de dinamismo na estrutura produtiva a ser explorada. Ao evidenciar quais atividades são mais centrais no contexto de diversidade de trabalhos compartilhados, torna-se possível um estudo da complexidade da economia atual. A base de dados advém do site *dataviva.info*, uma ferramenta que disponibiliza dados oficiais sociais e econômicos do Brasil. Para as atividades, utilizamos a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Para as ocupações, utilizamos a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), tal que a quantidade de trabalhadores por ofício advém de dados oficiais de Emprego e Renda (RAIS). Cada vértice representa uma atividade econômica produtiva (CNAE), enquanto cada aresta ligando dois vértices representa a existência de ocupações (CBO) compartilhadas entre duas atividades. As arestas possuem peso: para cada par de atividades, somam-se os empregos compartilhados, e, depois, divide-se esse valor pelo emprego total das duas atividades. O resultado do peso é a proporção dos empregos conjuntos de cada par de CNAE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foi construída uma rede para a estrutura produtiva do Rio em 2016, ano mais recente cujos dados estão disponíveis. A rede possui 646 atividades (vértices). E não se mostrou completa, isto é, há atividades produtivas que não compartilham ocupações com outras atividades. Não obstante, a maior parte das atividades compartilha ocupações com todas as demais, expressando uma rede altamente conexa. O histograma abaixo demonstra que quase a totalidade das atividades compartilham ocupações com mais de 600 outras.



A rede produtiva de 2016 é representada pela figura abaixo. O tamanho dos vértices (atividades) é diretamente proporcional à quantidade de conexões. As atividades mais conexas entre si aparecem de forma mais unida, em comunidades, enquanto as atividades menos conexas aparecem afastadas do núcleo. As cores dos vértices e das arestas facilitam a observação destas comunidades.



Foram calculadas três diferentes medidas de centralidade para gerar um *ranking* das atividades de destaque. São elas:

- 1. Centralidade de grau:** destaca as atividades com mais conexões. Os resultados sugerem uma grande concentração em atividades agropecuárias, tais como horticultura e criação de bovinos; em extração de pedra, areia e argila; e em construção de edifícios. Comércios varejistas também se destacam positivamente. As atividades de menor destaque no ranking são: o cultivo de uva e a fabricação de óleos vegetais em bruto. Estes resultados eram esperados, dado a dependência do setor primário para a sustentação econômica do Brasil.
- 2. Centralidade de autovetor:** destaca quais atividades estão diretamente ligadas às CNAEs mais centrais da rede. Estão no topo as atividades de pesquisa e desenvolvimento, seguidas por atividades em âmbito financeiro, como a previdência complementar aberta e atividades de administração de fundos. Além disso, o setor elétrico também surge no *top ranking* pelo ascendente ramo de distribuição de energia.
- 3. Centralidade de *strength*:** destaca as atividades que mais compartilham mão de obra com outras CNAEs. Novamente, lideram o ranking as atividades de pesquisa e desenvolvimento. Destacam-se também atividades fabris ligadas à indústria alimentícia e à informática, assim como atividades de manutenção de máquinas.

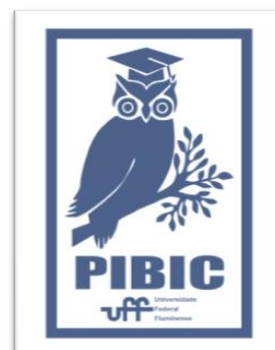
CONCLUSÕES:

A presente pesquisa cumpriu seus principais objetivos, que consistiam em caracterizar a rede produtiva do estado do Rio de Janeiro e analisar

suas atividades econômicas de destaque. A metodologia de medidas de centralidade mostrou-se, de fato, eficaz em classificar diferentes óticas da importância de cada atividade econômica no compartilhamento de conhecimento. Ademais, as redes criadas explicitaram o caráter de caráter complexo da estrutura produtiva do estado. Os resultados variam conforme a ponderação de pesos empregada. Por isso, a refinação da base de dados de modo mais qualitativo em vez de quantitativo mostrou-se crucial para os *rankings* obtidos. Os resultados evidenciam o progresso de atividades relacionadas à pesquisa e ao desenvolvimento no compartilhamento de conhecimento.

Agradecimentos:

Agradeço à minha família pelo apoio, sobretudo ao meu irmão Rodrigo Marinho; à minha orientadora, Renata Del-Vecchio, pela oportunidade; e à Doutora Mariana Piaia pelos ensinamentos. Agradeço ainda a FAPERJ pelo financiamento desta pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Pendularidade do trabalho na região Norte Fluminense

Autores: Ameliana da Silva Ferreira (Bolsista) Elzira Lúcia de Oliveira (Orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório: ESR/GRC/NEED

INTRODUÇÃO: A questão problema do trabalho é: como se caracteriza a mobilidade pendular por motivo de trabalho na Região Norte Fluminense? Visto que, na região norte do estado do Rio de Janeiro é possível identificar esse processo de seletividade do espaço urbano e periurbanos por meio de centralidades bem marcadas de Campos dos Goytacazes e Macaé. Além dos municípios da Região Norte Fluminense foram selecionados para o trabalho três municípios da Região das Baixadas Litorâneas, pela relação e proximidade com Macaé.

O objetivo geral deste trabalho é identificar o fluxo de movimento pendular diário na Região Norte Fluminense, Casimiro de Abreu, Cabo Frio e Rio das Ostras por motivo de trabalho. Os objetivos específicos são: I) quantificar os fluxos nos municípios da Região Norte Fluminense e nos municípios complementares; II) identificar o perfil sociodemográfico dos trabalhadores; III) identificar as estruturas produtivas dos municípios selecionados para o trabalho e IV) calcular o índice de pendularidade dos municípios.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O maior porte populacional na região é o de Campos dos Goytacazes, contando com 463.545 habitantes em 2010, Macaé contava com 206.748 habitantes, sendo o segundo maior da região. Em terceiro lugar está Rio das Ostras, que não pertence à Região Norte Fluminense, mas por sua forte conexão com Macaé faz parte deste estudo, contando com 105.757 habitantes. Cardoso Moreira era o município com o menor porte populacional, contava com 12.540 habitantes.

Pelo crescimento anual geométrico percebe-se que entre os doze municípios Rios das Ostras é o que teve maior crescimento (11,25% a.a.), cumpre ainda destacar o crescimento de Macaé (4,55% a. a), Quissamã (4,00% a.a.), Casimiro de Abreu (4,78% a.a.) e Carapebus (4,41%

a.a.). Por outro lado, os municípios de Cardoso Moreira e São Fidélis apresentaram crescimento populacional negativo e muito baixo, respectivamente.

Entre os municípios estudados Cardoso Moreira teve um saldo negativo no crescimento da população (-0,04%), que em 2000 contava com uma população de 12.595 habitantes, já em 2010, 12.540 habitantes.

Observa-se que, apesar de Campos dos Goytacazes contar maior porte populacional, o maior volume de pessoas empregadas por relações formais de trabalho é em Macaé (115.775), cujas maiores concentrações estão nos setores de Serviços (37%) e da Indústria Extrativa Mineral (23%) que somadas corresponde a 60% dos empregos formais do município. Campos dos Goytacazes tem maior percentual de pessoas empregadas no setor de Serviços (29%) e comércio (27%). Pode-se perceber que onde o emprego industrial é baixo, o setor que tem maior percentual de emprego é o de Administração Pública, Carapebus (89%), Quissamã (65%), São Francisco de Itabapoana (41%) e São João da Barra (48%). A maior oferta de empregos formais em Macaé produz maior fluxo de movimento pendular entre os municípios do entorno, sendo Rio das Ostras o principal município de origem. Segundo Paganoto (2008), quem se beneficia do aumento de empregos no setor de Petróleo e Gás em Macaé são os migrantes e os trabalhadores pendulares, uma vez que são mais qualificados que a população residente.

O total de pendulares diários e aqueles que permanecem até uma semana no local de trabalho totalizam 76.012 pessoas que se descolam para os municípios da RNF, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Cabo Frio.

Para a pesquisa selecionou-se apenas os pendulares que retornam diariamente para seus municípios de residência, sendo esses 58% (44.307) de 76.012. A migração pendular interfere na estrutura dos municípios, pois, os migrantes pendulares realizam parte de suas

atividades cotidianas no município de trabalho, se alimentam, circulam pelas ruas, realizam compras, procuram serviços médicos entre outros, como qualquer residente. Em Macaé esse fenômeno é de grande proporção, visto que em 2010, a população era de 206.748 e os trabalhadores pendulares diários totalizavam 20.358, ou seja, recebe diariamente cerca de 10% da sua população, sendo o município que mais atrai migrantes pendulares por motivo de trabalho na Região Norte Fluminense.

Os trabalhadores pendulares se caracterizam por um perfil etário de jovens adultos sendo maioria do sexo masculino, de média a alta escolaridade e de renda individual de até três salários mínimos em 2010. O que corrobora a muitas pesquisas sobre migração pendular nas regiões metropolitanas, que ganha mais destaques nos estudos, como Ojima (2012) e Moura (2010). Isto é uma evidência de que o perfil dos migrantes pendulares nas regiões não metropolitanas é semelhante ao perfil dos migrantes nas regiões metropolitanas, o que os diferencia é o volume absoluto dos fluxos.

A partir da análise da matriz de origem e destino pode-se compreender o movimento dos trabalhadores entre os municípios da região delimitada para estudo, sendo assim, Macaé e Cabo Frio são os que mais atraem migrantes pendulares em decorrência de suas atividades econômicas principais. O resultado do Índice de Eficácia da Migração Pendular indica que Macaé é o município com forte absorção pendular (0,93).

Os municípios considerados cidades dormitórias, de acordo com o Índice de Pendularidade, dependem das vagas de empregos de outros municípios e quando analisado junto ao Índice de Eficácia da Migração Pendular, percebe-se que Macaé é o grande centralizador de empregos na região. Para classificar um município como cidade dormitório é preciso entender que hoje no Brasil não existe só um tipo de cidade dormitório, mas, uma pluralidade de cidades dormitórias, não refletindo apenas uma precarização da moradia decorrente da segregação do espaço urbano, pode refletir uma opção pela qualidade de vida que incorpora também um espaço urbano menos adensado que ainda não foi afetado pela valorização dos lotes em função das economias de aglomeração. Rio das Ostras é uma cidade dormitório em função da proximidade com Macaé e que ainda não foi totalmente afetada pela especulação imobiliária como Macaé e ainda oferece uma qualidade de vida boa

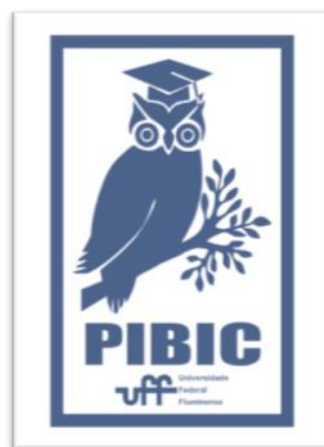
relativamente à Macaé e outros municípios da vizinhança

CONCLUSÕES:

Pode-se entender a dinâmica existente entre os doze municípios selecionados para o estudo, partindo do fato de que Campos dos Goytacazes perde o posto de polo da RNF, no que diz respeito à oferta de trabalho, lugar que é ocupado por Macaé, que sedia as instalações da economia do Petróleo e seus encadeamentos.

Agradecimentos:

UFF e CNPq que tornam possível desenvolver atividades de pesquisa para iniciantes, contribuindo para a formação geral e específica dos bolsistas.





Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: População em Situação de Rua, Migração e Resistências em Campos dos Goytacazes – RJ: limites no acesso ao direito ao trabalho.

Autora: discente Laura Alves Lima Ramos e orientadora Leda Regina de Barros Silva

Departamento/Unidade/Laboratório:SSC/ESR/NETRAD – Campos dos Goytacazes

INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho, objetiva-se apresentar reflexões acerca das aproximações sucessivas do cotidiano do sujeito social – população em situação de rua, no município de Campos dos Goytacazes – RJ – em relação à complexidade de sua condição de migrante e de suas lutas, resistências no contexto de vida na cidade e suas limitações frente ao acesso ao direito ao trabalho. Neste sentido, o perfil periférico de políticas públicas a ela direcionada, sobretudo na perspectiva das condições que os mesmos estabelecem com a rede sócio assistencial, especialmente a ausente e ou restrita interface com as políticas de Assistência Social, de Saúde e de Trabalho na geração de emprego e renda.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cotidiano do migrante interno no Brasil, em seus múltiplos processos de deslocamentos inter e intraregional se mostra complexo para estes sujeitos. A falta de acesso bem como de sua restrição às políticas públicas, especialmente em uma cidade desconhecida, certamente os tornam não só mais distantes ao acesso dos direitos sociais como tende a levá-los ao tensionamento e conflito entre os mesmos, com os setores empregadores da sociedade capitalista e com as instituições do Estado, a nível local. Os processos de resistências que constróem para a criação de alternativas de sobrevivência e de vida digna, embora ocorram de formas individualizadas envolvem desde a moradia na rua, seja permanente ou temporária, à busca por alternativas de trabalho/ocupação, de obtenção de rendimento e de negação às normas e

padrões estabelecidos pelas instituições. Enquanto expressões de um padrão de vida desigual, são agravadas quando relacionadas ao alcoolismo e outras drogas e também aos quadros revelados sobre conflitos familiares. Trata-se de um quadro que atualiza o I Censo Nacional e a Pesquisa Amostral, ambos realizados no ano de 2008, mesmo com 10 anos completos de sua realização. Essas questões são reiteradas na primeira pesquisa de grande abrangência realizada em Campos dos Goytacazes, RJ, no período de 2016/2017, o que caracteriza uma densa e impactante demanda para a reformulação e efetivação das políticas públicas, nacional, regional e local. Através de entrevistas realizadas com pessoas em situação de rua é recorrente nas narrativas que um dos principais motivos para a migração de muitos é o ideal de uma vida melhor onde buscam mais oportunidades que não conseguiram ter em suas cidades e nem junto de seus familiares, assim como relatam não se importarem se ocorrerá junto ou não da família. Por vezes, a migração também ocorre pelo rompimento dos vínculos familiares, ou, até para a construção de novos vínculos, assim como também ocorre de se afastarem por causa de estarem associadas ao vínculo e a problemas relacionados às drogas, seja pelo consumo, seja pelo tráfico na sua cidade de origem.

CONCLUSÃO PARCIAL

A população em situação de rua, uma vez que se trata de uma classe social advinda de trajetórias do empobrecimento, sob as marcas de desigualdades econômicas e sociais vividas por várias gerações, essa complexa base histórica e mobilidade social torna os indivíduos, não somente sem moradia e trabalho, em um território desconhecido como a grande maioria

'dependente' das políticas sociais públicas, sobretudo da proteção social especial da Assistência Social, submetida aos poucos recursos materiais, humanos e financeiros da rede socioassistencial, pública e privada.

Neste trabalho, a busca pela compreensão da realidade social, em suas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, situada como determinadas e exclusivas dos grandes centros urbanos, configura, deste modo, a população em situação de rua. Dentre os objetivos propostos, considerou-se relevante apreender as relações e significados que estes sujeitos estabelecem com a cidade e com os processos discriminatórios a que são submetidos cotidianamente, mesmo em Campos dos Goytacazes, um município utilizado pelos migrantes como rota entre os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e a Região Nordeste, onde muitos migrantes passam pela cidade seguindo para estas, ou então se os recursos acabam eles ficam pelas ruas. Neste sentido, retomar os estudos e pesquisas realizadas sobre o tema e avançar no âmbito da esfera local é fundamental para a sua compreensão, ampliação do entendimento e elaboração de proposições a respeito

Agradecimentos

Após 12 meses como iniciante em pesquisa através da inserção via PIBIC/FAPERJ – 2017/2018, e aprovada a sua renovação para o interstício 2018/2019, agradeço à Universidade Federal Fluminense e ao curso de graduação em Serviço Social de Campos, pelas oportunidades de amplo aprendizado coletivo junto à Iniciação Científica UFF/2017/2018, acerca do tema e suas correlações teórico-metodológicas e por ter proporcionado ao projeto algumas importantes contribuições através de elaboração e apresentação em eventos no âmbito local, nacional e internacional.



Ciências Sociais Aplicadas

Classificação de documentos de arquivo em cursos de graduação em Arquivologia do Brasil: perspectivas de um código disciplinar

Juliana Maia Mendes e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Departamento de Ciência da Informação/Instituto de Arte e

Comunicação Social

INTRODUÇÃO:

Nos últimos vinte anos, há um discurso epistemológico e interdisciplinar que introduz a Arquivologia na Ciência da Informação, estando presente, inclusive, nas propostas curriculares e estruturas departamentais dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil. Todavia, pode-se afirmar que não se trata de consenso na área. Desta maneira, pode-se dizer que os fatores mencionados contribuem na configuração de códigos disciplinares, capazes de legitimar a função educativa de uma disciplina e regular a ordem prática de seu ensino. Assim, busca-se, com esta pesquisa, investigar a constituição do código disciplinar da classificação de documentos de arquivo, função arquivística que está no epicentro das ressignificações teórico-metodológicas oriundas das relações interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, nos cursos de graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Unirio, e Universidade Federal Fluminense/UFF.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os cursos de graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Unirio e da Universidade Federal Fluminense/UFF datam da década de 1970. No caso da universidade carioca, o curso foi herdado do Arquivo Nacional, o Curso Permanente de Arquivo, sendo incorporado à universidade em 1977. Já a graduação de Arquivologia na UFF é de 1978. São dois dos três cursos mais antigos do Brasil, junto ao da Universidade Federal de Santa Maria. Ambos tiveram, até hoje, três currículos plenos implementados. Na Unirio, pela herança, seu primeiro currículo data de 1976. O segundo é de

1990 e o terceiro de 2006. Já a UFF contou com implementações em 1978, 1993 e 2006.

Os currículos da década de 1970 foram baseados no currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1974. Este apresentava um caráter interdisciplinar, determinando disciplinas introdutórias à inúmeras áreas afins à Arquivologia, como Contabilidade, Direito, História e Educação. Tais currículos eram voltados prioritariamente ao tratamento de arquivos permanentes. A função classificação não era contemplada com disciplina específica, apenas sendo abordada de maneira secundária no curso da UFF na disciplina de Introdução à Arquivologia. No currículo do Curso Permanente de Arquivo, herdado pela Unirio, existia a disciplina de Técnicas Especiais de Classificação no Ciclo Profissional, porém não foi encontrada na documentação analisada sua ementa para explorar seu viés e objetivos. Ambos os currículos abordavam o arranjo em arquivos permanentes – na UFF, na disciplina de Arquivos Permanentes, e na Unirio na disciplina de Arranjo e Descrição de Arquivos. No segundo currículo da Unirio, de 1990, não foi identificada nenhuma disciplina que tratasse de classificação arquivística. No da UFF, a função classificação aparecia apenas na disciplina de Gestão de Documentos I.

Por fim, os terceiros currículos, implementados em ambas universidades do ano de 2006, trazem finalmente uma disciplina específica para a classificação arquivística. No caso da UFF, esta foi implementada de forma obrigatória apenas em 2016, a partir de um ajuste curricular. Trata, porém, de maneira adequada a função, sob perspectiva arquivística. Já no currículo da Unirio, apesar da disciplina aparecer já na sua formação, não se percebe de maneira sólida a abordagem arquivística, caracterizado pela abordagem funcional, fato percebido ao analisar sua ementa e conteúdo programático.

O caráter interdisciplinar do curso de Arquivologia é percebido em ambas as universidades em todos os currículos. Inicialmente, porém, a aproximação se dava com disciplinas auxiliares tal como determinava o currículo mínimo. A partir das décadas de 1990 e de maneira mais forte nos currículos de 2006, voltou-se para a Ciência da Informação. No caso da UFF, tal característica é mais ostensiva por ter sido o curso de Arquivologia criado no então Departamento de Documentação, junto ao já existente curso de Biblioteconomia, herdando muitas de suas disciplinas. Isso é destacado ao perceber-se a presença maior de disciplinas voltadas à classificação biblioteconômica.

CONCLUSÕES:

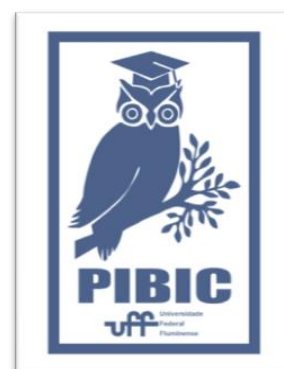
A pesquisa em torno do ensino de classificação arquivística – característica da natureza do trabalho arquivístico e distinção de áreas associadas – além de necessária pela escassez de produção na temática, nos permite explorar suas influências e atuações na formação do profissional de Arquivologia. Nota-se, desta forma, que durante os 40 anos de existência da graduação na Universidade Federal Fluminense e em seus três currículos plenos até então implementados, a classificação sempre esteve presente sob o ponto de vista biblioteconômico, mas não sob o ponto de vista arquivístico, mesmo sendo esta uma das funções basilares para a Arquivologia enquanto ciência autônoma e atuação do estudante como futuro arquivista. Na Unirio, não muito diferente, não se percebe discussões acerca da classificação e seu papel para a formação de futuros arquivistas. Como na UFF, uma disciplina específica à função classificação só passou a existir em seu último currículo, de 2006, mas ainda assim com pouco aprofundamento, como percebe-se a partir da análise de seu programa.

Agradecimentos:

Agradeço à coordenação do curso de Arquivologia e ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, pela disponibilidade e ajuda na pesquisa em seu arquivo. Aos professores Eliezer Pires e Anna Carla Mariz, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pelo auxílio e indicações durante a minha investigação do curso de Arquivologia da

Unirio. Agradeço também a ajuda de Juliana Pazos, aluna do Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, com quem compartilho o interesse pelo ensino de classificação arquivística nos cursos de graduação em Arquivologia brasileiros. Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/PROPPI da Universidade Federal Fluminense pelo apoio e incentivo que tornou possível o desenvolvimento desta pesquisa.

Figura 1: Logo PIBIC





Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto:

Niterói Pós-Fusão: A Perspectiva de Uma Cidade Autônoma

Autores:

Sophia Francês Mouzinho (bolsista PIBIC)

Gabriel Soares da Costa (ex bolsista)

Marlice Nazareth Soares de Azevedo (orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório:

Laboratório Documental Urbanismo no Brasil

Departamento de Urbanismo – Escola de Arquitetura e Urbanismo

Rua Passo da Pátria, 156 Bloco D, sala 564D – São Domingos – Niterói - RJ

INTRODUÇÃO:

A década de 1970 em Niterói foi marcante para a cidade sob diversas perspectivas, ou seja econômica, social, política e urbana. A conclusão da construção da Ponte Rio-Niterói e a perda da condição de capital em 1974 e 1975, constituem fatores de grande impacto no desenvolvimento da cidade. A pesquisa realizada no período de 2017/2018, procurou dar continuidade ao estudo dos períodos anteriores. Nesse sentido, aprofundou-se o conhecimento sobre a época ao recolher e analisar informações presentes no jornal O Globo. O intuito desse processo investigativo foi analisar o papel dos dados presentes na mídia da época, assim como identificar os principais problemas, motivações e seus agentes transformadores.

Buscando responder essas questões, na primeira fase da pesquisa foram recolhidas notícias do ano de 1974 que permitiam entender as expectativas da cidade em relação ao projeto da Ponte. E em um segundo momento, com a possível resolução de algumas deficiências de infraestrutura de suporte a pesquisa, o objetivo central passou a ser recuperar e digitalizar os acervos já existentes no laboratório para otimizar o seu acesso e armazenamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com foco no acervo do jornal O Globo, foram analisadas 618 páginas com os vocábulos "Niterói, São Francisco", e outras mais, não

contabilizadas, com os termos "fusão, Guanabara" e "Icaraí". As manchetes encontradas foram transcritas em 53 páginas de um documento, além de mais de 100 imagens dos jornais contendo as reportagens que agora agregam o acervo do laboratório.

No relatório, inicialmente, foi discutido o impacto da inauguração da Ponte Presidente Costa e Silva, as expectativas e os problemas causados devido ao despreparo dos agentes estruturais. A cidade teve grande crescimento imobiliário e consequentemente sofreu um processo de verticalização das áreas centrais, o que resultou em graves problemas de infraestrutura urbana - água, esgoto e mobilidade.

A partir do momento que a fusão do estado da Guanabara e do Rio de Janeiro foi decretada, ambas as regiões ficaram apreensivas. Enquanto alguns colonistas do Globo recebiam a perda de arrecadação da cidade do Rio de Janeiro e a questão do atraso econômico do estado homônimo, o governo argumentava que o objetivo dessa união seria a integração regional.

Quanto ao segundo período de estudo, a fim de criar um espaço de maior funcionalidade foi necessário reorganizar todo o laboratório, a começar pelas estantes de livros que foram agrupados nas prateleiras por temas, como "Rio de Janeiro", "Niterói", "Outras Cidades", "Urbanismo", "Paisagismo", "Espanha", "Portugal", "França", "América Latina", "Oriente Médio", "Arquitetura", "Habitação Social",

"Patrimônio", "Ciências Sociais", "Planos e Projetos de Desenvolvimento Urbano", livros e cartilhas da UFF. Ademais, até o momento, foram digitalizados e catalogados um total de 472 fotografias, 21 artigos de jornais e revistas, 19 textos gerais e 25 conjuntos de leis.

CONCLUSÕES:

Foi possível constatar através da observação dos periódicos a priorização do governo do estado e da prefeitura pela resolução dos problemas da Zona Sul de Niterói, área nobre e de grande interesse imobiliário, vide a publicidade referente em torno da área. Quanto aos projetos, de acordo com a situação atual da cidade, pode-se afirmar que muitos não foram consumados como planejados.

A partir da análise das reportagens, percebe-se que em momento algum foi discutida a situação de Niterói, que perderia o status de capital, e consequentemente, empregos, impostos, rendas e visibilidade. Logo, de acordo com o panorama da década de 1970, o desejo de tornar-se "cidade autônoma" permaneceu distante da realidade niteroiense.

Já na segunda metade do processo de pesquisa, a reorganização do laboratório e a recuperação de alguns acervos, facilitou o acesso da maior parte da bibliografia. Dessa maneira, o pesquisador além de otimizar o ambiente de trabalho, pode aprofundar o conhecimento acerca da temática ao entrar em contato com o acervo disponível e os estudos já realizados.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a oportunidade de estar fazendo parte desse projeto e destacar que o contato com as pesquisas anteriores, o auxílio do antigo pesquisador Gabriel Soares e a orientação da professora Marlice Azevedo tem sido muito importantes para meu crescimento acadêmico-científico, assim como para minha formação pessoal e profissional. Agradeço também ao incentivo do programa PIBIC da UFF, que apesar do contexto nacional de recessão, consegue manter o apoio às pesquisas.

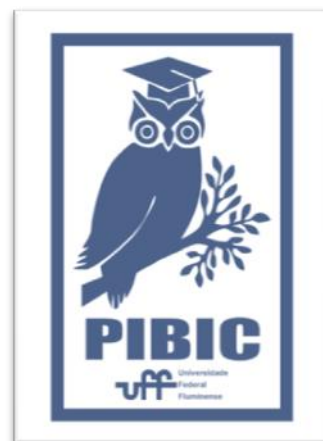


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

O cotidiano do Trabalho do assistente social no âmbito da Política de Saúde

Amanda Caroline de Souza Alves

Orientadora: Adriana Ramos

Departamento de Serviço Social de Niterói

INTRODUÇÃO:

Ao analisarmos a historicidade e a conjuntura nacional da Política de Saúde percebemos que seu trato foi perpassado pela dicotomia entre o atendimento público e o privado. Ocorre-se que esse embate em diversos períodos contou com sujeitos que a defendesse calcados em determinadas concepções de saúde. Essas podem ser vinculadas a uma determinada perspectiva de organização de proteção social em cada país, seja privado, previdenciário, público e/ou universal.

Veremos que o Serviço Social nesse contexto construiu formas de responder as demandas apresentadas para si coadunando ou em descompasso com a forma que profissionais da área da saúde e os movimentos sociais a defendiam.

Analisar o trabalho profissional na saúde nesse contexto é uma forma de apreender essas respostas profissionais ocorridas outrora, as atuais e as futuras atuações, considerando os determinantes que incidem e desafiam a atuação profissional. Estudar o trabalho propicia refletir a imagem que a profissão tem construído, a sua relação com os usuários dos serviços, contribuir para construção de estratégias e a possível reavaliação de práticas considerando os impactos de nossas ações nas instituições e na vida das pessoas que atendemos.

Para isso, realizamos como metodologia de pesquisa a continuidade da análise qualitativa sobre o processo de constituição e as problemáticas presentes na Política de Saúde. Posteriormente, demos prosseguimento a análise quantitativa de produções teóricas referente ao estudo sobre Serviço Social e Saúde realizadas em algumas universidades e Revistas de maiores circulação no Serviço Social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nas discussões percebemos que a saúde somente passou a ser assumida pelo Estado de forma sistemática após a década de 1930, quando surge a medicina previdenciária devido às precárias condições de saúde e habitação, decorrentes da alta urbanização, e a presença de reivindicações pelos trabalhadores.

Na medicina previdenciária só poderia ter acesso à saúde aqueles que possuíam um trabalho formal. Contudo, a grande maioria da população não possuía esse vínculo, o que ocasionava que tivessem apenas como meio o atendimento à saúde por entidades filantrópicas.

Com o passar dos anos o Estado foi assumindo a atenção à saúde devido a reivindicações de trabalhadores da área da saúde e posteriormente outros movimentos sociais. Contudo, apesar de assumir a atenção a saúde ainda havia a presença do setor privado crescendo. Esse fator é notado no contexto ditatorial após a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966, quando se privilegia o setor privado para compra de serviços de saúde e ocorre o crescimento da medicina previdenciária, desvalorizando a saúde pública.

A luta pela saúde pública foi expressa no movimento de Reforma Sanitária que ocorreu a partir da década de 1970 protagonizado por sujeitos profissionais, em sua maioria médicos, inseridos nas instituições públicas. Nesse contexto passaram a ocorrer encontros e produção teórica referente a saúde coletiva, articulando com as ciências sociais, correlacionando a saúde com efeitos da economia.

O Serviço Social nesse período do movimento de Reforma Sanitária não o acompanhou, sendo suas práticas não

vinculadas a saúde coletiva, mas centradas na perspectiva de atendimento restrito ao indivíduo. Havia ações pontuais em alguns lugares, mas ainda havia predominância do atendimento psicossocial que não considerava aspectos sociais, econômicos e políticos frente a saúde na sociedade. (BRAVO, 2011)

Já o movimento de Reforma Sanitária em sua trajetória defendeu uma concepção ampliada de saúde, ou seja, uma saúde não restrita a ausência de doenças. Concepção essa preconizada pela Organização Mundial da Saúde em 1948 “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença ou enfermidade”. No entanto, esse conceito tornou-se abstrato, pois não explicitou o que seria esse bem estar.

Por isso, a concepção defendida pelo movimento de Reforma Sanitária na VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986 é considerada mais avançada pois a conceitua como “resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer liberdade, acesso e posse de terra e acesso a serviços de saúde. [Assim a] saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas” (Relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde apud Bravo, 2011, p. 111)

A luta por uma saúde pública passou por pressionamentos do setor privado, representado pela Federação Brasileira de Hospitais. Embate esse expresso na Assembleia Constituinte, na qual foram aprovadas bandeiras do movimento sanitário, principalmente ao defender a saúde como universal e ao incorporar a definição de saúde que seria expressa na lei nº 8080/90 e na criação do Sistema Único de Saúde. No entanto, deixou brechas para a atuação do setor privado na saúde, quando a considera como complementar –art.4º- no seu atendimento.

Em nossas reflexões percebemos que apesar dos avanços da Constituição Federal Brasileira e da lei nº 8080/90 passamos por períodos de retrocessos da saúde pública. Esse retrocesso é notado quando vemos que a dita complementariedade para atuação do setor privado parece ter se tornado predominante frente ao serviço público. Essa predominância pode ser expressa na criação de Organizações Sociais (OS), Empresas Brasileiras de Serviços Hospitalares (Ebserh) e proliferação de planos

de saúde. Assim “a iniciativa privada, que era complementar à rede estatal, torna-se progressivamente predominante no interior do SUS e assistência estatal passa a ser complementar à iniciativa privada”. (GOMES, 2014: 28)

Frente a essas modificações percebemos que a saúde enquanto pública tem se tornado um desafio e perceber como a profissão tem estado inserida nesse processo tem sido uma necessidade urgente da profissão. Cabe nos indagar que se nas suas ações os assistentes sociais passaram a defender a saúde enquanto pública, considerando os determinantes sociais de habitação, lazer, educação, ou se tem ainda optado pelo prosseguimento de atuações psicossociais. Consideramos ser uma posição política refletir e pensar estratégias conjuntas com os profissionais sobre o fazer profissional nessa área de constantes mudanças em sua estrutura.

A partir dessas considerações demos prosseguimento ao segundo momento da pesquisa: análise quantitativa da produção técnico-científica sobre a temática do trabalho do Serviço Social na Política de Saúde.

O mapeamento da produção técnico-científica ocorreu nas dissertações e teses no período de 2000-2015, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio), na Puc – São Paulo, na Universidade de Brasília (UnB), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e artigos nas revistas: Serviço Social e Sociedade, Katálisis, Praia Vermelha, Serviço Social e Saúde.

No decorrer da pesquisa em nossas discussões percebemos que no mapeamento produzido havia eixos temáticos, ou seja, percebemos que todos os textos mapeados discorrem ao menos sobre um desses pontos: Política de Saúde, Serviço Social e Saúde, Trabalho e Saúde, Lutas e Movimentos Sociais, e Sujeitos.

Posteriormente também percebemos tendências no eixo “Serviço Social e Saúde”, no qual observamos a recorrência ao estudo sobre: Equipe Interdisciplinar, Formação Profissional do Serviço Social, Humanização, Projeto Ético - Político, Questões Éticas, Trabalho Profissional, Cuidado em Saúde e formas de violência.

A partir desses dados realizamos planilhas analíticas que considerassem os pontos principais dos textos, tais como: autores

recorrentes, principais conceitos, objetivo do texto e algumas observações que considerássemos pertinentes para a pesquisa.

Essa planilha continua sendo realizada, uma vez que são diversos textos que devem ser analisados de forma aprofundada com o devido rigor teórico. Apesar disso, podemos pontuar nesse momento que percebemos a recorrência da utilização como referências bibliográficas textos cujos autores são: Sônia Fleury, Emerson Elias Merhy, Maria Inês Bravo, Jairnilson Paim, Amélia Cohn, Telma Maria Gonçalves Menucci, Sarah Escorel.

Ao analisarmos o conjunto desses autores verificamos que alguns foram médicos vinculados a Saúde Coletiva, cientistas sociais que também se debruçam sobre a temática saúde e uma assistente social que se debruçou sobre o estudo referente ao Serviço Social e a Reforma Sanitária. Em sua maioria se graduaram na década de 1970, período em se iniciou o movimento de Reforma Sanitária, no qual muitos profissionais da área da Saúde juntamente a instituições como Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) lutavam pela saúde enquanto pública.

A partir desses dados percebemos que o Serviço Social tem buscado utilizar como referência autores que em algum momento obtiveram articulação com a Saúde Coletiva e correlação com o movimento de Reforma Sanitária, o que pode apontar para uma direção das concepções de saúde que o Serviço Social tem defendido. No entanto, percebemos que, apesar disso, há uma tendência ainda a recorrer as temáticas de humanização e cuidado, que são temas considerados distantes de uma concepção de atuação que reconheça os determinantes sociais e institucionais na atuação profissional.

CONCLUSÕES:

Ao articularmos os dados das produções com as reflexões teóricas adquiridas percebemos os profissionais tem recorrido estudar sobre a Política de Saúde, 53%, o que pode ser resultado das alterações na Política de Saúde. Nessa percebemos a constância da prevalência do embate atendimento público e atendimento privado.

No entanto, percebemos que somente o estudo da Política de Saúde, colocando a análise sobre o trabalho como forma subsidiária não proporciona um estudo a partir de uma ótica

que considere todos os determinantes que incidem dessa atuação. A ótica defendida e reafirmada com a pesquisa é que o estudo do trabalho do assistente social na saúde envolve analisar a Política de Saúde, Serviço Social e Saúde, Trabalho e Saúde, Lutas e Movimentos Sociais e os Sujeitos atendidos pelos profissionais. Essa visão proporciona compreender alguns pontos: como o Estado e sociedade civil tem respondido a necessidade social de se obter saúde, como os usuários estão reagindo as modificações na Política e como eles tem sido afetados, e por fim como os assistentes sociais tem respondido a essa demanda nas instituições.

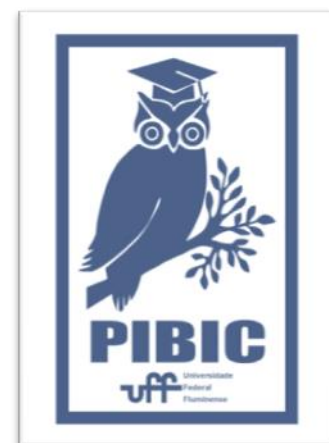
A pesquisa propiciou nessa etapa a considerar que os movimentos sociais em prol da saúde foram fundamentais para que abarcassem o conjunto da população e para que a concepção de Saúde fosse ampliada. Atualmente o Serviço Social parece estar mais articulado a esses movimentos, até mesmo pelo rearranjo da profissão nos anos 1990 a partir de um viés mais historicizado e que defende uma atuação comprometida explicitamente com a "qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual". (CFESS,1993)

Atualmente a profissão de Serviço Social tem se articulado a movimentos que lutam pela saúde, como a Frente Nacional contra a Privatização, criada em 2010, e Fóruns de Saúde que ocorrem em alguns municípios.

Esse estudo aprofundado faz com que compreendamos que as questões mais complexas a serem abordadas sobre o cotidiano do trabalho do assistente social na Política de Saúde -como as leituras de todos as produções mapeadas, entrevistas com assistentes sociais - serão realizadas no decorrer da continuidade dessa pesquisa. Mas o que podemos apreender nesse período é que se estamos comprometidos com nosso trabalho, urge refletirmos sobre nossas práticas e ações futuras, para que não sejamos meros reprodutores da história social e profissional já superada.

Agradecimentos:

À Deus que é tudo para mim, à minha família e a minha querida orientadora Adriana.





Grande área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto Desenhando a Vila Real da Praia Grande na Cidade de Niterói: a história urbana através da cartografia e da arquitetura

Autores Thamyres de Moraes Cannuto Lyrio (Mat. 114026026), José Pessoa, orientador (Siape 7223108)

Departamento/Unidade/Laboratório Arquitetura, TAR

INTRODUÇÃO:

As terras em torno da baía de Guanabara recebiam denominações distintas dos índios. De um lado no território correspondente a cidade do Rio de Janeiro, o nome Guanabara, que acabou batizando toda a baía, do outro lado Niterói, isto é, água escondida numa possível referência as enseadas muito fechadas que compunham aquele perfil. Os portugueses iriam denominar essas terras de “bandas d’além”, que foram dadas em sesmaria ao chefe indígena temiminó Araribóia, no ano de 1573, em reconhecimento pela sua participação na luta para a expulsão dos franceses. Araribóia instala-se no alto de uma elevação, iniciando a ocupação daquela que seria a aldeia jesuítica de visitação de São Lourenço dos Índios. Além da aldeia as terras das bandas d’além foram também ocupadas, dos séculos XVI até inícios do século XIX, por uma série de engenhos de açúcar e pequenos arraiais de pescadores que originaram os povoados de São Domingos e Praia Grande. O destino das terras das bandas d’além mudou durante o período de luto da família real, quando do falecimento da rainha D. Maria I em 1816.

Para se recuperar, D. João resolveu trocar de ares e se hospedar num casarão assobradado na praia de São Domingos que pertencia ao capitão e negociante Thomas Soares de Andrade. Em troca de mercês o proprietário doa o imóvel que passa a ser periodicamente frequentado pelo rei, tornando-se uma de suas residências. A presença do rei irá desenvolver o povoado, origem da criação da Vila Real da Praia Grande, por decreto de D. João VI de

1819, última vila erigida em solo brasileiro pela coroa portuguesa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foi percebida a relevância em ser pesquisador de arquitetura e urbanismo familiarizado com a documentação existente em arquivos, já que para a pesquisa foram feitos desenhos dos mapas históricos e atuais da Praia Grande, atual bairro Centro da cidade de Niterói, com a utilização do programa AutoCad, *software* utilizado principalmente para a elaboração de desenho técnico em duas dimensões, para estudo dos diferentes tipos de ocupação do solo urbano, o que permitiu analisar a evolução do centro de Niterói e a entender a transformação urbana e arquitetônica da cidade. Nesse estudo foi percebido que entre o projeto feito em 1819 para Praia Grande e o mapa de 1833, a principal mudança foi que as ruas perfeitamente ortogonais passaram a ser ruas de diferentes inclinações, já que, ao respeitar a topografia local, não foi possível construir ruas ortogonais. Agora, comparando os mapas de 1833 e o mapa cadastral atual, vimos que algumas mudanças ocorreram, sendo a maior delas o surgimento de novas vias, como a Avenida Ernani do Amaral Peixoto, Rua Coronel Gomes Machado, ambas paralelas à Rua da Conceição, e a Avenida Feliciano Sodré que ficou entre a sétima e a oitava rua perpendicular à praia do mapa de 1833. Uma rua na diagonal que antes ficava no encontro da rua da Conceição e a rua Maestro Felício Toledo deixa de existir e dá espaço a um quarteirão de formato regular, entre a Rua da Conceição e Avenida Ernani do Amaral Peixoto. Desde 1833, a maior parte do espaço construído se manteve (divisão de ruas e quarteirões), tendo, obviamente, um crescimento horizontal e vertical da cidade.

Algo curioso a ser mencionado é que no livro Documentos Históricos de Niterói, foi dito que as ruas teriam sido construídas com 60 palmos de largura, o equivalente a 13,20m. Medindo os desenhos feitos para estudo, a maioria das ruas apresenta entre 14 e 15 metros. Essa medida aproximada leva a crer que as ruas realmente foram construídas com os 60 palmos, pois os desenhos foram feitos por cima de mapas antigos, o que pode não ser muito preciso e induzir ao erro.

CONCLUSÕES:

Foi possível analisar a progressiva evolução da ocupação do solo urbano onde hoje é o centro da cidade de Niterói e compreender a importância do estudo da história local, para entender a transformação urbana e arquitetônica da cidade, observando suas permanências e modificações.

Muitas vezes encontraram-se lacunas de documentação durante o estudo da cartografia de um local, pois muitas informações já foram perdidas ou há ausência de informação sobre a época em que os documentos foram executados.

Agradecimentos:

Referências Bibliográficas

ABREU Mauricio de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2010, 2 vol.

CAMPOS, Maristela Chicharo de. *Riscando o solo: o primeiro plano de edificação para a Vila Real da Praia Grande*. Niterói: Niterói Livros, 1998.

GUELMAN Regina Prado (org.) *A preservação do patrimônio cultural de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2007.

KNAUSS Paulo (org.) *Sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

MARTINS Ismênia de Lima, KNAUSS Paulo (org.) *Cidade Múltipla: temas de história de Niterói*. Niterói: Niterói Livros, 1997.

PESSOA José. "Niterói, enquadramento histórico e urbanismo, in MATTOSE José. *Patrimônios de origem portuguesa no mundo, arquitetura e urbanismo. América do Sul*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 284/285.

REIS Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo: Edusp, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *Niterói: Patrimônio Cultural*. Niterói: Niterói Livros, 2000.

SILVEIRA Jorge Roberto. *Vistas e paisagens da Enseada de Niterói*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2002.

SOUSA, José Antonio Soares de. *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*. Niterói: Fundação Niteroiense de Arte, 1993.

WEHRS Carlos, *Capítulos da memória niteroiense*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2002.

Caderno 3: Documentos Históricos de Niterói. Niterói: DINIGRAF, 1998.

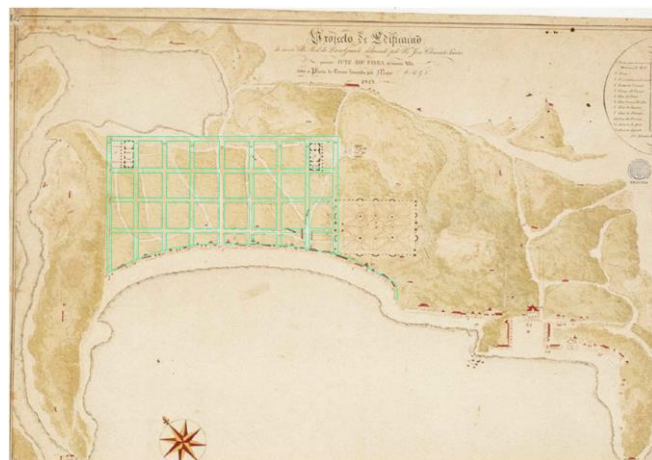


Figura 1 – Mapa de 1819, Projeto para edificação da então chamada 'Vila Real da Praia Grande'



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Águas Urbanas na Cidade Contemporânea: abordagens, exigências e possibilidades nas cidades de Maricá e Niterói

Autores : Nayara Helena Gomes dos Santos Moraes, Caroline de Oliveira Moura e Eloisa Carvalho de Araujo

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Urbanismo/Escola de Arquitetura e Urbanismo / Laboratório do Lugar e da Paisagem (Lupa)

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa é fruto do processo investigativo, em curso, relacionado inicialmente à pesquisa institucional, financiada com recursos FAPERJ através do Processo E-26/111.397/2013, intitulada “Infraestrutura e Cidade: relação entre espaço e meio ambiente”, no período 2013/2014. Na atual fase a pesquisa em pauta, cujo projeto passou a denominar-se “Águas Urbanas: novas abordagens no contexto da cidade contemporânea: abordagens, exigências e possibilidades nas cidades de Maricá e Niterói”, a ideia foi, ao ampliar o tratamento dado à temática ambiental urbana, abordar como a água se comporta no meio urbano. Reforça-se aqui a investigação quanto ao planejamento e a gestão das cidades alvo Maricá e Niterói, à luz do desenvolvimento sustentável. A investigação, em referência, se apoiou na fragilidade ambiental do território em análise e nas demandas decorrentes da expansão urbana crescente, recorrendo a partir desse propósito a uma revisão bibliográfica sobre o urbanismo e seu caráter reflexivo, pautado sobre o conhecimento quanto ao tema e as especificidades da área de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A análise das informações foi pautada na pesquisa documental e de campo, nas anotações, peças gráficas e fotografias visando a compreensão dos aspectos sócio espaciais e conexões externas com espaços urbanos das cidades alvo e localidades próximas, integrantes da Região Metropolitana. A fim de valorizar a compreensão da questão hídrica, procurou-se investigar as bases normativas como a Lei 9.433/97 e a Lei nº 11.445/ 2007, que determinam diretrizes para efetivar a política de recursos hídricos e a regulação do saneamento

básico no país, assim como as legislações municipais afetas a temática. Niterói apresenta 94% de cobertura de água e esgoto, já em Maricá o saneamento não soma mais de 20% de serviços ofertados (dados divergentes a serem mais bem investigados). Mesmo com um número tão discrepante de cobertura, em Niterói, as áreas carentes não compartilham da mesma realidade. Com isso é recorrente a carência da sistematização da gestão das águas urbanas, sendo averiguada a permanência de efluentes poluídos, a perda de áreas verdes e problemas recorrentes de enchentes. Para melhor compreensão do perímetro estudado nas cidades alvo, a transformação do espaço foi estudada entre os anos de 1900-2000, 2000-2010 e 2010-2018, verificando aspectos dos corpos d’água, das áreas verdes e das áreas urbanas consolidadas. Por certo se verificou a transformação de áreas verdes em meio urbano, e, sobretudo, na malha hídrica vem perdendo espaço para a urbanização, sendo modificada para usos como exploração da indústria e do mercado de habitação. Dentre os diferentes instrumentos utilizados pelo planejamento urbano nas cidades, como Plano Diretor (PD), a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), e Planos Setoriais buscou-se compreender a relação entre os conceitos das políticas públicas estabelecidas e suas aplicações territoriais.

CONCLUSÕES:

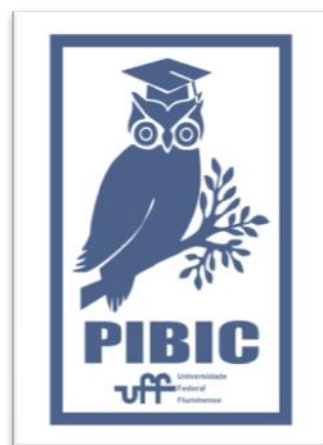
Através do processo de análise de dados dos instrumentos urbanísticos e das abordagens histórica e perceptiva, a pesquisa traçou um comparativo entre as áreas supracitadas para esboçar um retrato dos perímetros escolhidos. Fato é que a expansão urbana avança. No entanto, o bom desempenho do planejamento

municipal, considerando a temática das Águas Urbanas, depende da harmonização entre os diferentes instrumentos normativos produzidos, como o Plano Diretor, o planejamento Urbano Regional, o Plano de Saneamento e a Lei de Uso e Ocupação do solo entre outros.

Observou-se que os Planos de Manejo das Unidades de Conservação, são mais atuais do que a normatização restante, e portanto, estes precisam se adaptar às novas realidades das cidades. A legislação de Maricá foi constituída recentemente a partir dos anos 2000 e se apresenta como uma normativa mais ampla, diferente de Niterói, elaborada na década de 90 e alterada progressivamente ao longo dos anos por diversos complementos legais. Um destaque em Niterói é a formulação do novo Plano Diretor, em processo de aprovação na atualidade. O fator preocupante é que nesta conjuntura as legislações dos Planos Urbanísticos Regionais - PURs também se tornem passíveis de revisão para entrar em acordo com as modificações do PD e isto pode abrir margem para a flexibilização das leis vigentes em detrimento de questões ambientais. Sabemos que as leis nacionais articulam o gerenciamento ambiental com a urbanização, mas as esferas governamentais precisam evoluir na sua forma de sistematização e gestão para que este diálogo seja palpável e operante. O domínio das bacias pertence às esferas estaduais e federais, no entanto, o controle das bacias é um processo que deverá cada vez mais ficar sob a responsabilidade dos municípios, culminando numa gestão das águas urbanas. Os municípios precisam de mais autonomia para poder operar as águas dentro de seu território.

Agradecimentos:

Agradecimentos especiais são devidos à UFF, por meio do apoio do Programa PIBIC, da infraestrutura do Laboratório do Lugar e da Paisagem (TUR/PPGAU/EAU), onde se pode aprofundar a capacidade interpretativa nos variados instrumentos urbanísticos de análise e explorar habilidades, na confecção técnica de peças gráficas, para a produção de materiais visuais. Sem contar com as informações repassadas por técnicos das prefeituras das cidades alvo e da Cedae.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Curadoria Digital de Imagens de Lâminas Histopatológicas: Abordagem Teórico-Metodológica Visando à Gestão da Informação

Autores: Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza (SIAPE 2581076) e Melina de Brito dos Santos (415014047)

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Ciência da Informação – GCI/
Instituto de Arte e Comunicação Social - IACS**

INTRODUÇÃO: O projeto objetivou investigar princípios a serem adotados na curadoria digital de imagens biomédicas, mais precisamente das imagens de lâminas histopatológicas produzidas no âmbito da disciplina de Patologia Geral, do Departamento de Ciências Básicas (FCB) do Campus de Nova Friburgo da Universidade Federal Fluminense (UFF), de modo a obter subsídios para o desenvolvimento de modelo aplicável em bancos de imagens. Destaca-se o caráter interdisciplinar desta pesquisa, uma vez que propõe uma articulação entre diferentes departamentos da Universidade Federal Fluminense: o Departamento de Ciência da Informação (GCI), do campus Niterói; e o Departamento de Básicas (FCB) do Campus de Nova Friburgo. No âmbito de nossa pesquisa, mesmo com o avanço constante das tecnologias de informação e comunicação, proporcionando captura digital e armazenamento de grandes volumes de imagens, rápido acesso, implantação de extração automática de termos para a elaboração de índices, persistem as investigações sobre quais princípios devem orientar a gestão de coleções de imagens digitais produzidas pelos docentes de Patologia Geral. Realizou-se levantamento bibliográfico, onde consultou-se o *site* Periódico da Capes para identificar os títulos de periódicos internacionais classificados na área de conhecimento Ciências Sociais e Aplicadas e subárea Ciência da Informação. Também consultamos a seguintes bases de dados: DOAB: Directory of Open Access Books, Documentación, International Network for the Availability of Scientific Publications: INASP, International Nuclear Information System: INIS, Latin American Open Archives Portal: LAOAP, Latin American Periodicals Tables of Contents: LAPTOC, Latindex: Portal de Portales, Library of

Congress (United States Library of Congress (LOC)), LILACS - Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde, OAlster, Online Books Page, Open Access and Scholarly Information System: OASIS.BR, Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), SciELO Cuba - Scientific Electronic Library Online. Nessa etapa, focamos nos periódicos internacionais que ofereciam o artigo completo. A pesquisa foi realizada em inglês, com os termos no singular e no plural, em texto completo e sem delimitação de período de publicação. As estratégias de busca foram definidas a partir do tema e dos objetivos da presente pesquisa - curadoria digital de imagens biomédicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: No levantamento bibliográfico realizado nos *sites* de periódicos na área de Ciência da Informação foi encontrado o total de 4624 resultados, sendo 880 sobre "Digital curation of biomedical image" (392 artigos), "Pathological imaging digital curation" (208 artigos) e "Digital curation of histological imaging" (280 artigos). Desse total, procedeu-se a análise dos *abstracts* e *keywords* de modo a identificarmos os artigos que versavam sobre curadoria digital de imagens biomédicas, sendo selecionados 136 artigos. Apesar do número considerável de artigos e trabalhos obtidos, a maioria não abordava especificamente uma teoria a ser seguida por ocasião da curadoria digital de imagens biomédicas. Observou-se também que os trabalhos analisados que dissertavam sobre Curadoria digital, imagem biomédica e Curadoria digital de imagens biomédicas são em pequeno número em relação ao resultado primário do levantamento. Nos artigos estudados são comentadas as diferentes ideias sobre a necessidade da boa gestão e

preservação digital, e a atuação da Curadoria digital como forma de combater a obsolescência tecnológica. Dentre eles, o Digital Curation Centre(2016) define Curadoria Digital em sua página na *web* como, o processo que envolve manter, preservar e agregar valor aos dados de pesquisa digital em todo o seu ciclo de vida.

Artigo que se detém no processamento de imagens é o intitulado "Representation and indexing of medical images", dos autores Moreno, Rabelo e Gutierrez, que fazem uma reflexão sobre a importância dos conceitos envolvidos na representação, indexação e interpretação de imagens computadorizadas, principalmente em imagens médicas (MORENO; RABELO; GUTIERREZ, 2011). Nesse sentido, o artigo disserta sobre a imagem ser apenas uma aproximação de um objeto real, onde a representação de imagens é realizada por recursos de baixo nível (como cores e textura), bem como o uso de recursos de alto nível, como ontologias, além de explanarem sobre a existência uma enorme lacuna entre a compreensão humana e computacional das imagens e sua interpretação (MORENO; RABELO; GUTIERREZ, 2011). Já a atuação do profissional da informação na preservação e curadoria digital é questionada por Boeres e Cunha (2016), no artigo em que analisam sobre vários fatos, dentre eles: quais critérios capacitam um profissional para lidar ou trabalhar com preservação digital e curadoria digital. Com base no levantamento bibliográfico realizado, foi possível observar a baixa produção de artigos que abordassem curadoria digital de imagens biomédicas na literatura. Pode-se dizer que até o momento são escassos artigos que apresentem metodologia para curadoria e preservação digital de dados em imagens biomédicas.

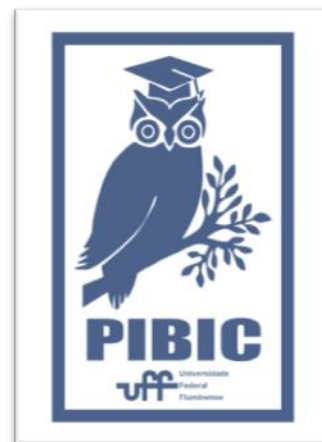
CONCLUSÕES: A partir da definição concebida por Abbot (2008) que estende o conceito de curadoria digital ao afirmar que consiste no gerenciamento e preservação de dados digitais por longo prazo, compreendemos as atividades de criação do documento, adoção de boas práticas na digitalização, além de assegurar sua disponibilização para ser recuperado e reusado no futuro. Com esse conceito, para efetuar o projeto foi feito um levantamento bibliográfico que teve êxito com o tema de curadoria digital, porém com relação à curadoria digital de imagem biomédica não se obteve um resultado positivo. Com a pesquisa realizada a partir do levantamento nas bases de dados internacionais sobre Curadoria digital de

imagens biomédicas pode-se constatar a gama de artigos científicos que abordam o processo de indexação de imagens em geral ou sobre preservação digital. Após análise dos títulos recuperados e a avaliação da pertinência do artigo ao escopo da pesquisa, pode-se perceber a inexistência de trabalhos científicos que se dedicam pontualmente a discorrer sobre um referencial teórico a ser aplicado sobre Curadoria digital de imagens biomédicas.

Referências:

ABBOTT, D. (2008). **What is digital curation?** Edinburgh, UK : Digital Curation Centre, 2008.
BOERES, Sônia; CUNHA, Murilo Bastos da. Competências para a preservação e curadoria digitais. **Rev. Digit.Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, v.14, n.3, p. 426-449, set/dez. 2016.
DCC. **What is digital curation?**, 2016. Disponível em:< <http://www.dcc.ac.uk/digital-curation/what-digital-curation>>. Acesso em: 14 jan. 2017.
MORENO, Ramón Alfredo; RABELO, Marina de Sá; GUTIERREZ, Marco Antônio. Representation and indexing of medical images. **Anales de Documentación**, 2011, vol. 14, nº 2.

Agradecimentos: Ao CNPq e PROPPI/UFF pela concessão de bolsa de pesquisa para que pudessemos realizar a pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: As práticas de Gestão Verde da Cadeia de Suprimentos (GVCS) adotadas pelas empresas do setor de madeira, papel e celulose: uma análise das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Autores: Felipe Coelho de Araújo Silveira e Prof. Dr. Marco Antonio Conejero

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Administração e Administração Pública, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense (VAD / ICHS / UFF)

INTRODUÇÃO:

O tema sustentabilidade tem recebido cada vez mais importância na mídia e na academia pela difusão global da consciência ambiental, contudo o tema em grande parte é abordado de maneira abstrata sem considerar práticas reais e efetivas para a busca da sustentabilidade na cadeia de suprimentos das organizações.

Dessa forma, este trabalho tem como proposta entender e comparar as práticas de Gestão Verde da Cadeia de Suprimentos (GVCS) adotadas pelas empresas do setor de madeira, papel e celulose listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), por meio da análise individual dos casos e triangulação da teoria com a prática.

Posto isso, a presente pesquisa tem como problema a seguinte questão: Quais as práticas de GVCS são adotadas pelas empresas do setor de madeira, papel e celulose no Brasil que estão listadas no ISE?

Para tal, neste trabalho foram coletados e categorizados os dados por intermédio de fontes secundárias utilizando os métodos de pesquisa bibliométrica, pesquisa documental e análise de conteúdo. A partir da pesquisa bibliométrica foram levantadas as seguintes práticas de GVCS: gestão ambiental, manufatura verde, eco design, compras verdes, cooperação com clientes e logística reversa. Em seguida, para realizar a pesquisa documental e a análise de conteúdo foram usadas essas práticas como categorias de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Inicialmente foram analisados os relatórios anuais das empresas Duratex, Fibria e Klabin, de 2015 a 2017, com o objetivo de identificar e categorizar os trechos dos relatórios de acordo com as categorias identificadas na literatura. Porém, após a leitura dos relatórios emergiu uma categoria não apriorística (relacionamento com comunidades). Isso pode ser explicado pelo motivo de que a literatura aborda as práticas de forma abrangente, assim, quando é preciso estudar um setor específico é necessário criar mais categorias de análise a partir da leitura dos relatórios.

Por fim, foi percebido que as três empresas, em geral, dão importância à sustentabilidade em todo seu processo, adotando uma postura proativa e conseguindo obter vantagem estratégica (GREEN; MORTON; NEW, 1996). E, conseqüentemente, adotando a maioria das práticas de GVCS, com destaque para práticas mais internas, como é o caso da gestão ambiental e da manufatura verde. Porém, como essas empresas ainda são verticalizadas, a logística reversa não é adotada, e assim, estão sendo pressionadas por partes interessadas a adotar essa prática.

Esses fatos expostos são esperados pela teoria, haja vista que a gestão ambiental é o primeiro passo para adoção de outras práticas sustentáveis, a manufatura verde compete diretamente aos processos internos da firma e a logística reversa requer que as empresas não sejam verticalizadas (NIKBAKSH, 2009; RAO, 2002; SRIVASTAVA, 2008; ZHU; SARKIS, 2006).

Ademais, cada empresa possui diferentes destaques individuais além dos destaques gerais mencionados (Figura 1). A

Duratex se destaca nas categorias eco design (inovação de produto) e cooperação com clientes, como ela está próxima aos elos finais da cadeia de suprimentos, isso facilita na influência da firma sobre toda cadeia, especialmente para com os seus clientes (LAMBERT; COOPER, 2000). Haja vista que a firma produz produtos mais elaborados como painéis de madeira, pisos laminados, chuveiros, torneiras, entre outros.

A Fibria se destaca nas categorias que englobam inovação, como é o caso do eco design, e no relacionamento com as comunidades. A inovação para a Fibria é muito importante, tendo em vista que o seu principal produto, a celulose, é uma commodity. Assim, por meio da inovação a firma procura ir além do conceito de commodity, desenvolvendo novos produtos e tecnologias. No que tange o relacionamento com as comunidades, a Fibria se destaca pelo alto investimento nessa prática, por meio de programas sociais e constante diálogo, e por possuir o desafio de lidar com um alto número de comunidades que são muito diferentes entre si, tentando mitigar qualquer conflito que possa surgir.

Por sua vez, a Klabin, que é produtora de celulose, papéis e embalagens, se destaca no âmbito das certificações, ainda que todas as empresas do estudo possuam as mesmas certificações, a Klabin procura relacionar todas as suas práticas com as certificações, de forma didática, explicando o significado de cada uma. Essa estratégia tem como objetivo comprovar de forma efetiva suas práticas sustentáveis e, portanto, atrair novos clientes e investidores, até mesmo aqueles que não sejam familiarizados com o setor.

CONCLUSÕES:

Um fato conflitante com a teoria é que vários autores afirmam que uma cadeia de suprimentos só é sustentável se a empresa focal não for verticalizada (BEAMON, 1999; CHOPRA; MEINDL, 2013; HUGOS, 2003; LAMBERT; COOPER, 2000; MENTZER et al., 2001). Contudo, as empresas do estudo são de certa forma verticalizadas, pois possuem florestas próprias e são autossuficientes em madeira, mas adotam quase todas as práticas verdes de acordo com a teoria, com exceção da logística reversa.

Esse trabalho possui algumas limitações de pesquisa, como o fato de que a análise das práticas é feita com base nas informações

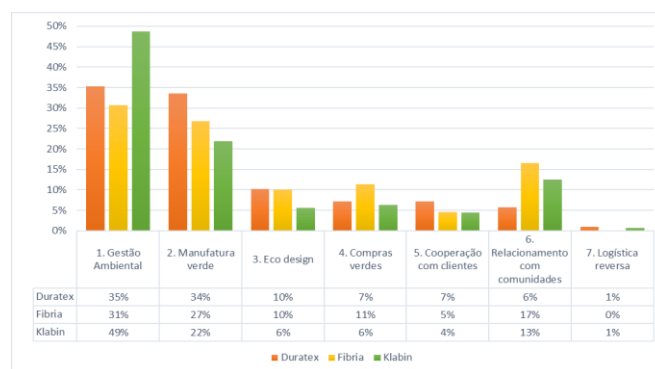
disponíveis nos relatórios de sustentabilidade, assim, não é possível saber se todas as ações estão documentadas nos relatórios. E como não foi realizada visita de campo, entrevistas ou qualquer contato direto com as empresas não é possível verificar a veracidade das informações disponibilizadas, restando aos autores confiar nos critérios utilizados pelo ISE.

Como sugestão de trabalhos futuros, recomenda-se que seja feito um estudo similar com empresas que não estão listadas no ISE, a fim de verificar se uma empresa que participe do ISE possui algum diferencial efetivo.

Agradecimentos:

A oportunidade de trabalhar em uma pesquisa científica foi essencial para o meu crescimento, tanto acadêmico como pessoal. Por isso, agradeço essa oportunidade ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), por ter possibilitado que essa pesquisa acontecesse, e ao meu orientador Marco Antonio Conejero pelo imenso auxílio durante todo o período da bolsa.

Figura 2 – Categorias de Análise





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

PedalUFF-Tur / Terceira Fase

**Fernanda Monteiro Lobão de Deus / Fátima Priscila Morela Edra
(Orientadora)**

**Departamento de Turismo / Faculdade de Turismo e Hotelaria
(FTH/UFF)**

INTRODUÇÃO:

Durante a realização da matéria de Turismo e Transportes, fui informada da possibilidade de candidatura à bolsa de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. O processo seletivo foi realizado, tendo uma etapa prévia por e-mail e uma entrevista presencial. O resultado foi liberado no mesmo dia, onde fui comunicada que seria a nova bolsista do projeto.

O objetivo do projeto foi fazer um levantamento de pesquisas sobre o perfil de cicloturistas em nível internacional e nacional. O cicloturismo se trata de segmento da atividade turística em ampla ascensão, principalmente em países onde a ciclomobilidade tem encontrado forte investimento por parte de poderes públicos e privados.

Neste projeto, buscou-se verificar os modelos de pesquisas sobre o perfil do cicloturista, dados que são considerados como importantes para subsidiar ações voltadas ao segmento. Com os modelos levantados, acredita-se ser possível identificar semelhanças e diferenças entre eles para fins de comparação a posteriori. Durante a vigência do projeto, este foi o cerne da pesquisa, se ramificando dentro desse contexto para produzir os conteúdos de diferentes eventos que foram participados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O levantamento e obtenção de dados foram realizados de diferentes formas. A primeira, uma pesquisa direta em sites de organizações nacionais e internacionais relacionadas à Cicloturismo e contato por e-mail. A segunda, uma pesquisa em bases de

periódicos, num viés acadêmico do segmento turístico. E, por fim, a pesquisa em secretarias de turismo Estaduais. Todos os métodos visavam o perfil do Cicloturista.

A primeira fonte internacional encontrada foi a *"The EuBike Background Analysis: European cyclotourism analysis; Focus group scripts & quantitative analysis"*, que visava compreender o perfil do cicloturista Europeu. Outro modelo foi obtido por meio da Eurovelo (rede de rotas de ciclismo de longa distância na Europa), foi encontrado um segundo modelo. Este tem o objetivo de identificar as preferências dos idosos praticantes de cicloturismo.

Nos modelos nacionais, dois modelos foram encontrados: o artigo "Cicloturismo no turismo religioso: perfis de viajantes pela Rota Franciscana Frei Galvão com destino à Aparecida (SP)" e uma pesquisa realizada pela Fundação Turística de Joinville.

As pesquisas seguiram num viés mais acadêmico, e a principal fonte obtida e tratada no decorrer do projeto foi o levantamento de artigos realizado na dissertação do mestrado de Luiz Saldanha, intitulado "Políticas Cicloinclusivas e Cicloturismo: O Caso do Rio de Janeiro/RJ". Artigos nacionais e internacionais foram inventariados, na temática do cicloturismo.

Foi realizado um filtro dentro da pesquisa acima citada, selecionando a temática da Análise do Perfil do Usuário. Quatro modelos internacionais foram encontrados, com alto nível de complexidade, enquanto apenas dois modelos nacionais foram encontrados.

Outra estratégia de pesquisa foi a pesquisa direta nos sites das secretarias de turismo de todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal como forma de obter novos dados e metodologias acerca do perfil de cicloturistas. Entretanto, nenhuma secretaria de turismo estadual possuía qualquer tipo de

material sobre o perfil de cicloturistas, ou qualquer informação realmente relevante acerca do cicloturismo. Essa realidade denota o quão recente é esse segmento no Brasil, ainda sem tanta atenção quanto poderia ter.

Apesar do pouco tempo na realização do projeto, com a vigência inicial no dia 01/01/2018, foi submetido e aceito um trabalho para o Bicultura 2018 - Encontro Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta e Cicloativismo, que ocorreu no Rio de Janeiro entre os dias 08 e 10 de Junho. Outra produção foi submetida e aceita, um resumo expandido para o Encontro Nacional de Estudantes de Turismo - ENATUR 2018. Também foi submetido um resumo para apresentação de pôster ao evento XVI Rio de Transportes, onde trabalhos poderão ser apresentados versando sobre as diversas modalidades de transportes.

CONCLUSÕES:

Ainda que o projeto de pesquisa tenha sido realizado num pequeno intervalo de sete meses, foi possível inferir que o campo do cicloturismo possui produções acerca desse segmento. Ademais, notou-se que a complexidade dos questionários internacionais é maior, consequência do investimento mais presente e das parcerias entre o público e o privado, cenário não observado no Brasil e demais países latinos americanos. Com as variáveis supracitadas, é compreensível que ainda haja espaço para mais e maiores discussões acerca desse segmento turístico.

Agradecimentos:

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, por terem me dado a oportunidade de estudar, me incentivando a ser a melhor em tudo o que eu fizesse.

Gostaria de agradecer também a professora Fátima Priscila Morela Edra, que optou por mim para a posse da bolsa, acreditando no meu potencial e meu trabalho, me incentivando a cada reunião para me esforçar mais.

E por fim, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter me dado a oportunidade de desenvolver o projeto, por meio do incentivo da bolsa do Programa de Iniciação Científica (PIBIC).

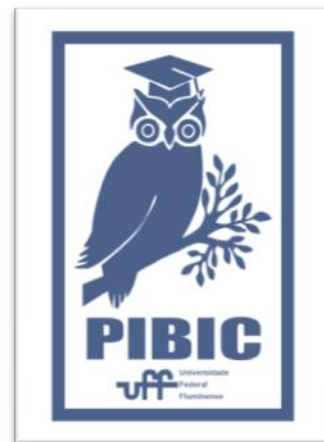


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

O Papel das Definições na Modelagem Conceitual de Domínio e a Visualização da Informação: uma investigação na literatura

Tainá Regly

Orientadora: Maria Luiza de Almeida Campos

Departamento de Ciência da Informação/UFF

INTRODUÇÃO

As definições são elementos básicos para o entendimento de objetos em um domínio específico do conhecimento. Elas evidenciam suas propriedades e conteúdo semântico através de relações que podem ser identificadas na enunciação de sua definição.

Os objetos de uma ontologia de domínio são representações das entidades como elas existem na realidade. Essa representação é construída através de definições que descrevem e representam os objetos de um domínio, constituindo assim um modelo conceitual que formará uma ontologia de domínio. Uma ontologia, por sua vez, é definida como uma especificação formal e explícita de um conceitualização compartilhada. Ela fornece uma compreensão comum e compartilhada de um domínio que pode ser comunicada a pessoas e sistemas. Uma ontologia é considerada uma abstração, uma visão simplificada do mundo, que tem o objetivo de auxiliar a compreensão, o compartilhamento e o consenso de determinada área do conhecimento.

No contexto deste estudo foram realizadas atividades que, além de instruir o bolsista quanto aos conceitos básicos da relacionados à pesquisa, produziram resultados gráficos acerca do mapeamento da literatura científica produzida na temática de Definições e Ontologia e geraram estudos sobre visualização de modelos conceituais em ontologias.

A pesquisa em questão foi realizada em duas fases. Na primeira foi realizado um levantamento exaustivo com o objetivo de identificar os autores seminais no âmbito das Ciências da Informação e Computação, sendo

especificamente no campo de modelagem conceitual de Ontologias, e Terminologia, relativos ao uso de definição na elaboração de modelos conceituais de domínio nas bases

Benancib, Brapci, Portal de Periódicos da Capes, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e Revista *Knowledge Organization*. Para tal levantamento, utilizamos os seguintes termos: Definição, Definição Terminológica, Definição e Ontologia, Definição Conceitual, Modelos de domínio, Modelagem Conceitual. Já na segunda fase do projeto foi adotada uma abordagem qualitativa de natureza aplicada e objetivo exploratório. A fase consistiu num estudo bibliográfico desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos que abordavam estudos sobre a visualização da informação e técnicas aptas a representar modelos conceituais em ontologias

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na sequência serão apresentados os resultados das primeira e segunda fases do projeto obtidos ao longo do ano de pesquisa.

Fase 1- Mapeamento do Levantamento Bibliográfico

Após a realização do levantamento a base Benancib nos retornou um total de 13 documentos, sendo, desse montante, 39 % Fora do domínio da pesquisa, 14% relacionado a Definição - Teoria, 33% dos itens tinham a ver com a aplicação de definições e, por fim, 14% relacionavam o estudo de definições ao de ontologias. Também pudemos analisar a classificação realizada nos anos selecionados para levantamento no Benancib (últimos 20 anos – 1997-2017). Os anos de 2000 e 2013 apresentaram maior índice de publicações fora do domínio da pesquisa, enquanto em 2009, 2010 e 2013 tiveram os maiores índices de itens relacionados à aplicação de definições. Em 2014 pudemos notar uma alta no número de documentos classificados como Definição – Teoria e Definição - Ontologia que não se manteve, caindo quantitativamente em 2016. Ao analisar a produção por instituição percebemos

a liderança da UFMG com 38,5% das publicações levantadas, seguida pela UFF com 20,5% e pela PUC – Campinas e UFPB com 15,4% cada uma. Já sob a perspectiva da temática em que classificamos os documentos e pela sua origem institucional, pudemos chegar às seguintes conclusões: toda a produção da UFPB, UFSC e PUC – Campinas levantada do Benancib se encontra fora do domínio da pesquisa. UFMG e UFF aparecem liderando as publicações relacionadas à aplicação de definições enquanto é bastante expressiva a atuação da primeira Universidade nas temáticas relacionada à Definição – teoria e Definição e ontologia

No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes foram recuperadas 43 dissertações e teses, onde 70% das publicações estão fora do domínio de nossa pesquisa, ao passo que 19% tem relação com a aplicação das definições, 8% com a teoria de definição e apenas 3% é pertinente com a temática de definições e ontologias. Pudemos notar que apenas nos anos de 2003 e 2009 não houve expressiva aparição de trabalhos de fora do domínio da pesquisa. O primeiro ano contou com publicações relacionadas à aplicação de definições e o segundo com teoria de definições. O ano de 2013 apresentou maior número de publicações relevantes à pesquisa, apresentando quatro documentos voltados para a aplicação de definições. No Catálogo da Capes notamos, mais uma vez, a liderança na UFMG com quase 30% das publicações do levantamento, seguida pela UnB e UNESP com cerca de 25% e 15% da produção respectivamente. Nesse levantamento tivemos a UnB, UNESP, UFMG e UEL com os maiores índices de revocação de publicações não relevantes para a pesquisa. Ainda que UFMG e UnB estejam nesse montante, a primeira obteve a maioria das publicações relacionadas à aplicação de definições do levantamento e a segunda a maioria da produção que trata da teoria da definição.

No levantamento realizado na base Brapci recuperamos 32 publicações dos quais 72% estão fora do domínio da pesquisa, 10% que falam da teoria de definições, 13% da aplicação de definições e 5% de definições relacionadas a ontologias. Além disso, notamos a recuperação de apenas documentos relevantes, quase exclusivamente, salvo pelo ano de 2010, nos anos de 1997, 2003, 2004, 2009 e 2011. Nesses

anos a maior parte das publicações foi voltada para a aplicação de definições, enquanto nos demais anos a categoria Fora do domínio da pesquisa foi expressivamente maior. Nesse período USP e UFMG lideraram no índice de publicações recuperadas na Brapci, ainda que a partir de publicações de fora do domínio da pesquisa. UFF, UFRJ, UFRGS e UnB ainda que com presença pouco expressiva, participaram com publicações concernentes à pesquisa.

No Portal de Periódicos da Capes foram recuperados 94 itens, sendo 43% fora do domínio da pesquisa, 30% relacionados à aplicação de definições, 17% tratam da teoria de definições e 10% dos documentos combina definições com ontologia. Observamos a grande distribuição das temáticas nos anos selecionados. Percebemos os anos de 2010, 2011 e 2016 com os maiores índices de publicações relacionadas à aplicação de definições, enquanto que os anos 2007 e 2016 tiveram a maior produção pertencente à teoria de definições. Documentos com temática que envolve definições e ontologias apareceram majoritariamente nos anos de 2006, 2015 e 2016. As publicações de fora do domínio da pesquisa se concentraram nos anos de 2008, 2012 e 2016.

Na base de dados internacional da revista Knowledge Organization (KO) nos retornou um total de 56 itens, sendo eles 53% fora do domínio da pesquisa, 4% relacionados à teoria de definições, 41% à aplicação de definições e apenas 2% tratar e definições e ontologias simultaneamente. Com exceção dos anos 1998, 2001 e 2008, todos os anos tiveram publicações de fora do domínio da pesquisa. No ano de 1996 tivemos a maior produção de documentos relacionados à aplicação de definições. A temática teoria de definições apareceu nos anos de 2000, 2001, 2003 e 2014, ao passo que documentos que relacionavam definições a ontologias foram encontrados apenas nos anos de 2013 e 2017.

Num um comparativo entre as bases que publicam periódicos nacionais e internacionais percebemos o Portal Capes liderando o número de publicações nas quatro categorias implementadas. Todas as três bases tiveram seu maior índice de documentos localizado na classificação de fora do domínio da pesquisa. A revista Knowledge Organization (KO) teve expressiva participação na temática de

aplicação de definições, bem como a Brapci, ainda que de forma menos aparente. As categorias que tratam da teoria de definições e ontologia com definições tiveram, de longe, maior contribuição do Portal Capes do que da Brapci ou KO.

Fase 2 – Estudos sobre Visualização da Informação

A expansão da tecnologia e a modernização das formas de comunicação permitiram que fossem disponibilizados crescentes volumes de dados para quem busca e necessita de informação. Entretanto, muitas dessas informações podem ser irrelevantes para o objetivo da tarefa realizada, causando sobrecarga de informações para o usuário do sistema. Por isso, necessitamos de métodos efetivos que nos permitam perpassar e manipular essas informações de modo que elas nos ajudem na tomada de decisões, por exemplo.

Nos últimos anos, a visualização da informação se tornou um tema com desenvolvimento e pesquisa significativos graças ao auxílio do computador para o entendimento do processo visual. Os avanços na área são estimulados pelo aumento no poder e disponibilidade de computadores e pelo avanço das comunicações, como é o caso do *World Wide Web*, que aumentou a quantidade de dados disponíveis num curto período. Nesse cenário, a visualização da informação se transformou em um recurso inovador para que pessoas consigam encontrar a informação de que precisam de maneira intuitiva e efetiva.

A visualização da informação ganha evidência na medida em que é reconhecido seu potencial no desenvolvimento de técnicas que apresentem dados de forma gráfica. Uma representação eficiente maximiza o aproveitamento cognitivo humano, além de permitir que os usuários encontrem com mais facilidade padrões e agrupamentos de dados organizados e possibilita a descoberta de características camufladas em um grande volume de dados.

A visualização da informação possui dois aspectos fundamentais: a modelagem estrutural e as representações gráficas. A modelagem se refere à detecção, extração e simplificação de conceitos e suas relações em dado domínio. Essas relações formam a estrutura que representará conteúdo modelado e dará origem

a uma linguagem para representar o domínio selecionado. No contexto do trabalho, a linguagem que enfatizaremos é a ontologia que possuem as definições como ponto chave para a modelagem conceitual. Podemos considerar as formas de representação gráfica como um dos métodos que nos permitem ter melhor acesso à informação. As representações visuais nos auxiliam a ilustrar conceitos que, se tivéssemos os expressado verbalmente, teríamos dificuldades em explicá-los claramente ao nosso ouvinte.

À vista disso, visualização da informação é um novo campo de pesquisa que foca no uso de técnicas de visualização para ajudar pessoas a entender e analisar dados. Sua aplicação à recuperação da informação pode transformar o processo de encontrar informações em uma tarefa simples e intuitiva, pois não exige conhecimento técnico complexo e nem grande esforço cognitivo para o usuário, essas representações devem suportar ações como análise de dados, exploração de informações, previsão de tendências, detecção de padrões, descoberta de ritmos, entre outros.

A visualização da informação é o uso de representações visuais computacionais e interativas de dados abstratos utilizadas para ampliar a cognição. A visualização da informação busca melhorar a interface de interação para que o olhar flua entre os dados expostos com o menor esforço cognitivo possível. Assim sendo, a visualização tem o papel de estimular a cognição e a percepção de seu usuário de modo que ele descubra novas informações a partir da interação com o que vê.

A aplicação de técnicas de visualização da informação bem estruturadas é uma solução usada para sanar os problemas relativos à aplicação de representações gráficas de forma que haja facilidade na percepção e interação. No desenvolvimento de sistemas de visualização, projetistas devem considerar a melhor forma de mapear informações para uma estrutura gráfica que facilite a interpretação das informações pelos usuários, forneça meios que permitam limitar e manipular a quantidade de informação que estes recebem mantendo-os conscientes do espaço total de informação com o qual estão interagindo.

A literatura demonstra ações que um usuário poderia realizar com essas técnicas de modo

que pudesse interagir de forma efetiva com a visualização. Diante disso, sete tarefas de interação que poderiam ser aplicadas às técnicas de visualização da informação da seguinte forma:

- Visão geral – ganha visão geral de todos os dados da coleção através da utilização do zoom para expor a coleção inteira;
- Zoom – permite ampliar os itens dos quais se tem interesse;
- Filtro – retira as informações que não são relevantes para o usuário;
- Detalhe por demanda – possibilita a seleção de um item ou um grupo de itens e a obtenção de detalhes quando solicitado;
- Relacionar – possibilita a observação do relacionamento entre os itens;
- Histórico – mantém um histórico de ações que permite desfazer, refazer e refinar progressivamente;
- Extrair – possibilita a extração de sub-coleções e parâmetros da consulta realizada pelo usuário.

O processo de escolha de uma técnica de visualização para representar uma ontologia não é um processo fácil visto que não há uma técnica que abarque a representação de todos os tipos de ontologia que dispomos e que ainda atenda a diferentes usuários e necessidades informacionais.

No projeto realizamos um mapeamento das técnicas de visualização da informação mais utilizadas em sistemas de recuperação da informação e verificamos como são as visualizações voltadas para a representação de estruturas tão abstratas e complexas como as ontologias de domínio.

CONCLUSÕES

Na primeira metade do projeto pudemos mapear a literatura científica através de um exaustivo levantamento que nos mostrou as instituições que mais estudam acerca da temática, a porcentagem dessa produção e em quais anos a produção científica foi maior. Além de compreender de forma empírica os procedimentos metodológicos necessários para realizar um levantamento terminológico e analisar dados quantitativos para entender como a temática vem sendo tratada na área em questão.

Na segunda metade do projeto pudemos perceber que nem todas as técnicas de visualização da informação usualmente aplicadas a sistemas de recuperação da informação possuem aplicação em sistemas que trabalham com ontologias. Constatamos que o uso de um padrão definitivo para formar uma ontologia é essencial para construir uma linguagem abstrata consistente apta a ser transformada em uma representação gráfica que potencialize o acesso, a localização e a recuperação da informação.

Diante dos resultados obtidos consideramos que as conclusões aqui apresentadas ainda estão em aberto. Percebemos a necessidade do desenvolvimento de estudos que integrem a representação gráfica a estudos que explorem o universo das ontologias e definições de modo que o processo de busca em um sistema de recuperação de informação seja mais eficaz e direcione informações relevantes aos usuários que os estão utilizando.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pela concessão de bolsa de pesquisa em 2017/2018 e à orientadora Maria Luiza de Almeida Campos pelas sábias palavras e boa vontade em ensinar.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicada

Título do Projeto: A POLÍTICA DOS MEMES E OS MEMES DA POLÍTICA: As recepções sobre a imagem do Cabo Daciolo no debate presidencial da Band

Autores: Carlos G. Bonifácio Oliveira da Silva; Viktor Chagas

Departamento/Unidade/Laboratório: DEPARTAMENTO DE ESTUDOS CULTURAIS E MÍDIA / INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL (GEC/IACS)

INTRODUÇÃO:

O trabalho tem como objetivo observar e levantar questões sobre a percepção da imagem de candidatos políticos em debates no ambiente de redes sociais, em especial através dos memes. O trabalho faz parte de uma tentativa de compreensão mais aprofundada sobre o fenômeno dos memes no contexto político e como estas peças gráficas interessam ao debate público.

No primeiro debate das Eleições presidenciais de 2018, assim como nos ocorridos em 2014, memes foram parte considerável das formas de recepção aos momentos do debate, assim como nas formas do público demonstrar suas opiniões e percepções sobre os candidatos presentes na ocasião. No debate da Band, realizado no dia 9/08/2018, um meme em específico tomou proporções representativas sobre as considerações sobre um candidato. No caso, o Cabo Daciolo, candidato a presidência pelo Patriotas. Numa pergunta próxima ao fim do debate, Daciolo direcionou uma pergunta ao candidato Ciro Gomes (PDT) sobre sua participação na criação do Foro de São Paulo e sobre o plano “URSAL”, sendo esse uma suposta estratégia das esquerdas da América Latina em unificar o continente numa só nação. A partir deste momento, começaram as repercussões sobre a fala na internet e o compartilhamento de memes de teor irônico sobre a fala do candidato. Tida como absurdista e conspiratória pelos internautas mais alinhados a esquerda. Os quais adotaram a ideia da URSAL (União das Republicas Socialistas da

América Latina) de forma irônica e passaram a produzir memes escritos e gráficos sobre a Nação imaginária. O candidato Daciolo, até então pouco conhecido, figurou entre os mais buscados e comentados no momento no debate e nos dias seguintes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir das imagens e textos produzidos pelos usuários do Twitter, pode-se perceber uma conotação de ironia clara nestes conteúdos relacionados ao Cabo Daciolo e sua fala sobre A URSAL. De imediato, o candidato foi estabelecido como uma figura digna de certo escárnio humorístico pelos internautas ainda que, suas associações com Jair Bolsonaro (PSL) fossem presentes, Daciolo e suas falas não eram tratados com a mesma seriedade pelos internautas.

A partir destes conteúdos, percebem-se alguns fenômenos que dizem respeito a cultura popular quando interfere em praticas mais tradicionais como o debate público/político. O que motiva uma maior atenção ao humor como parte fundamental deste tipo de debate e seu uso no contexto eleitoral. Visto que, como pratica, o humor possibilita formas menos tensas de lidar com situações de seriedade, além de promover solidariedade entre públicos semelhantes e infundir ações coletivas nas redes como neste caso.

Numa breve demonstração taxonômica, os memes sobre o Cabo Daciolo se configuram em sua maioria como memes de discussão pública, sendo piadas baseadas em comentários sobre um personagem político. Em sua totalidade, ironizar a ideia de uma grande pátria socialista na América latina é também ironizar a própria participação de Daciolo como concorrente a presidência da república. Ainda que este não esteja presente, visualmente ou textualmente em todos os exemplos do meme em si, a personalidade de Daciolo é fundamental para a construção desta forma humorística.

Assim, o trabalho objetiva a compreensão destas formas humorísticas não somente como pura expressão despreziosa, mas como, numa perspectiva macro, eles se apresentam como formas relevantes sobre a opinião pública direciona a um evento político ou a um candidato.

CONCLUSÕES:

A partir da análise dos memes relacionados ao Cabo Daciolo e a URSAL, pode-se perceber uma interferência da cultura popular na política tida como tradicional, no caso exemplo, um debate televisionado nacionalmente. A recepção humorística sobre uma fala de um candidato tem potência de se demonstrar como uma ação coletiva com caráter menos formal ou com menor tensão que se espera sobre esta situação em específico.

A figura de Daciolo ser apropriada como digna de ridicularizar demonstra que a recepção de um candidato não depende somente das formas como este se apresenta ou de seus objetivos discursivos. Mas sim como a participação do público nesta ocasião é fundamental para se perceber as nuances que envolvem o cenário eleitoral enquanto este está em andamento.

Esta apropriação reflete como parte dos usuários na internet percebem o candidato, como ele será considerado em próximos debates e aparições midiáticas ou quais expectativas serão depositadas sobre sua figura ou como o mesmo poderá moldar sua performance a partir destas repercussões. Demonstrando que os memes no contexto político realizam um papel relevante sobre a construção da opinião pública

através do humor. O que gera uma necessidade de atenção investigativa sobre estes fenômenos.

AGRADECIMENTOS:

A Universidade Federal Fluminense, em especial ao curso de Estudos de Mídia, pela oportunidade de pesquisa em temas tão variados e relevantes. Ao professor Viktor Chagas pela orientação, atenção e condução do projeto #MUSEUdeMEMES e ao CNPq pelo financiamento das bolsas PIBIC.



Ciências Sociais Aplicadas

DESENVOLVIMENTO DE MODELO METODOLÓGICO PARA ESTUDO E MAPEAMENTO DO TERRITÓRIO-REDE PRODUZIDO PELOS TRABALHADORES DO SETOR TURÍSTICO BRASILEIRO

Rachel Bruycker da Silva

Departamento de Turismo / Faculdade de Turismo e Hotelaria

INTRODUÇÃO:

Este projeto de pesquisa tem como proposta desenvolver um modelo metodológico para mapeamento e estudo do território-rede produzido pelos trabalhadores do setor turístico brasileiro.

O turismo, “em sua essência e natureza primeira se compõe dos movimentos e das paradas dos turistas pelo espaço” (FRATUCCI, 2014, p. 45). Dessas paradas resulta a territorialização do espaço pelos turistas, que com uma lógica reticular apropriam-se de alguns espaços e ignoram outros. Assim como os turistas, os demais agentes se apropriam do espaço do turismo e criam seus próprios territórios, com lógica própria. Desta forma, o território do turismo compõe-se por meio das sobreposições dos territórios e das territorialidades construídos pelos agentes sociais responsáveis pelo fenômeno turístico, a ver: o território dos turistas, dos agentes de mercado, do poder público, dos trabalhadores diretos e indiretos do setor turístico, e da população local dos destinos turísticos.

No planejamento e gestão de destinos turísticos torna-se essencial uma atenção às relações e interações que se estabelecem entre os territórios de cada agente social, pois são nessas relações que se produz o território do turismo.

Diante da complexidade do universo composto pelos trabalhadores do Turismo no Brasil, foca-se nesse projeto de pesquisa, na mão de obra empregada pelo setor hoteleiro devido a suas dimensões e importância dentro do setor turístico brasileiro, especialmente no que se refere à intensiva mão-de-obra em todos os níveis de formação e qualificação.

O projeto teve como campo de pesquisa nos hotéis Ibis Botafogo e Ibis da Av. Paulista, localizados na cidade do Rio de

Janeiro e São Paulo, respectivamente. Visamos lograr uma metodologia que nos possibilite mapear seus movimentos pendulares diários, entre suas residências, seus locais de trabalho e seus locais costumeiros de lazer, entretenimento e educação. A construção desse mapa nos permitirá visualizar o território-rede estabelecido por esses agentes sociais que, superpostos aos territórios-rede dos demais agentes sociais do turismo, poderá levar-nos a uma percepção mais complexa do território do turismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A construção da pesquisa aqui proposta abrirá caminhos para o avanço no conhecimento da complexidade do ordenamento territorial dos destinos turísticos nacionais, em especial os fluminenses, a partir do estabelecimento de uma metodologia de pesquisa específica e coerente com a dinâmica da realidade brasileira.

Trata-se, sobretudo, de uma pesquisa parcial que irá construir uma metodologia para mapeamento dos movimentos pendulares diários realizados pelos trabalhadores do setor hoteleiro de dois destinos brasileiros. Como consequência dela, será possível ampliar a coleta de dados para os outros tipos de empreendimentos turísticos (serviços de alimentação, agenciamento, transportes e entretenimento, especialmente) e, a partir dos mapas produzidos, orientar decisões estratégicas direcionadas para a definição de locais onde devem ser realizadas as ações de formação, capacitação e requalificação da mão de obra empregada no setor turístico; contribuir com o ordenamento dos transportes coletivos urbanos e interurbanos dos destinos turísticos brasileiros.

Como contribuição para o estudo acadêmico do

fenômeno turístico, a pesquisa possibilitará novas formas e ferramentas para o estudo de destinos turísticos, colaborando com o aprofundamento dos conhecimentos teóricos e empíricos sobre o tema.

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, porém está em sua fase final. As etapas da pesquisa já concluídas são:

1. Definição de palavras-chave para a busca de artigos científicos relacionados ao tema, em quatro línguas (português, inglês, espanhol e alemão) para a pesquisa bibliográfica.
2. Revisão bibliográfica sobre o tema, buscando na literatura nacional e internacional recente pontos de interesse para o objetivo da pesquisa: a partir de discussões semanais sobre os textos compilados pelas palavras-chave previamente definidas, o grupo de pesquisa selecionou os artigos que foram utilizados no referencial teórico de nosso projeto.
3. Estabelecimento de um preliminar de variáveis para direcionar o estudo. As variáveis utilizadas foram pensadas em um processo de *brainstorm* e discutidas durante as reuniões semanais. As variáveis empregadas no instrumento de coleta estão divididas em seis grandes grupos: Perfil sociodemográfico; perfil profissional; política empresarial – RH; deslocamento; motivação; orçamento tempo.
4. Apresentação da pesquisa com a gerente do setor Talento e Cultura (gestão de pessoas/RH) da rede Accor Hotéis. O projeto foi apresentado e aprovado para a senhora Jacinta Pereira – gestora do setor de Talento e Cultura da rede Accor na América Latina.
5. Definição do instrumento de coleta de dados: forma, estrutura e meio de aplicação. Decidiu-se que a coleta de dados aconteceria por meio de entrevista semiestruturada com a gestora do setor de Cultura e Talento (Gestão de Pessoas/Recursos Humanos) da rede Accor na América Latina, a Sra. Jacinta Pereira.
6. Entrevista com a assistente da gerente geral do setor de Talento e Cultura da rede Accor Hotéis na América Latina – Marcia Mendes. Nesta entrevista semiestruturada, obtivemos respostas para formular as entrevistas e

questionários com o gestor de cada hotel a ser pesquisado com todos os demais funcionários.

7. Aplicação de pesquisa com os trabalhadores da Rede Accor Ibis no Rio de Janeiro e em São Paulo. A coleta de dados ocorreu em quatro etapas: 1) entrevista estruturada com o gestor do hotel; 2) questionário presencial, com todos os funcionários dos hotéis, abarcando as variáveis de perfil sociodemográfico, perfil profissional, política empresarial, deslocamento e motivação; 3) questionário com uma amostra de cada setor do hotel, cobrindo a variável orçamento-tempo; 4) mapeamento do fluxo de amostra selecionada dos trabalhadores com a utilização de uma agenda diária.

8. Análise crítica dos resultados da pesquisa, especialmente quanto à: a) validade ou não das variáveis selecionadas preliminarmente; b) operacionalização das variáveis; c) meio utilizado para a aplicação da coleta de dados; d) dificuldades e obstáculos encontrados durante a pesquisa.

9. Bibliometria dos artigos científicos encontrados sobre o assunto. Foi desenvolvida uma análise sobre os artigos relevantes que cobrem mobilidade dos trabalhadores no turismo e em outros setores encontrados em nossos levantamentos bibliográficos.

10. Tratamento e tabulação dos dados colhidos. O tratamento e tabulação dos dados colhidos tanto nas entrevistas com os responsáveis pelo setor de Cultura e Talento da Rede Accor, como com os gerentes dos dois hotéis pesquisados e com os funcionários entrevistados nos dois hotéis do Rio de Janeiro e de São Paulo. Também foram tratados os dados levantados nos cadernos de pesquisas entregues aos funcionários que aceitaram participar desta etapa da pesquisa.

Estão em desenvolvimento as seguintes etapas:

11. Mapeamento dos resultados:
Os dados coletados deverão ser georeferenciados e aplicados à base cartográfica da região metropolitana das duas cidades pesquisadas (escala 1:10.000), incluindo os indicadores dos fluxos encontrados. Os dados já foram todos tratados de maneira que as latitudes e longitudes de cada percurso realizados pelos funcionários registrados em seus cadernos de campo estão prontos para o

georeferenciamento. Este está em curso, sendo realizado utilizando o Sistema Estatístico R.

12. Análise dos resultados encontrados

13. Elaboração de artigo científico para publicação.

Os resultados encontrados na pesquisa deverão constituir um artigo científico a ser encaminhados para apresentação em evento científico internacional e, posteriormente, para publicação em periódico científico internacional (Qualis B1 ou superior).

CONCLUSÕES:

A dimensão espacial inerente ao fenômeno turístico (FRATUCCI, 2014) não pode mais ser ignorada pelos gestores públicos e privados do setor turístico nacional, sob pena de assistirmos a uma série de equívocos nos seus processos de ordenamento. Partindo do entendimento do turismo como fenômeno socioespacial complexo e dinâmico, resultado da ação de diversos grupos de agentes sociais sobre determinados trechos do espaço, entendemos como é essencial a compreensão das lógicas territoriais que cada um desses agentes adota para a satisfação das suas demandas e expectativas.

Nesse contexto, a pesquisa aqui relatada busca propor uma metodologia que nos possibilite a compreensão dos processos de territorialização de um dos agentes sociais menos valorizados pelos estudos do turismo contemporâneo, seja dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente, com a produção e o fornecimento dos serviços consumidos pelos turistas.

Pretendemos encontrar respostas para algumas questões que consideramos fundamentais para a fundamentação dos processos de gestão dos destinos turísticos brasileiros: como ocorrem os movimentos pendulares diários dos trabalhadores das empresas e dos empreendimentos turísticos, especialmente nas áreas metropolitanas mais complexas? Onde eles residem permanentemente, onde estudam, onde mantêm seus encontros sociais, suas atividades de recreação e lazer? Quanto tempo despende nesses movimentos diários de ir e vir entre suas casas e seus locais de trabalho? Onde procuram oportunidades para se capacitar e se

reciclar: nas áreas próximas aos seus locais de trabalho ou onde moram?

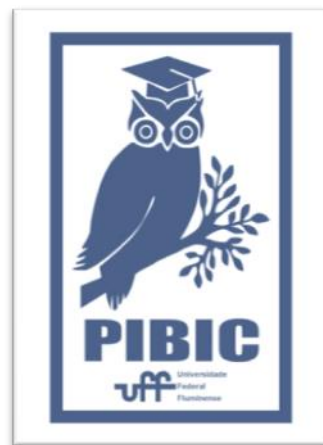
Agradecimentos:

Agradeço a todos os professores que me foram fonte de muito conhecimento durante essa pesquisa: Carolina Lescura, Cláudia Moraes, Fábila Trentin, Ana Paula Spolon e principalmente a Aguinaldo Fratucci por ter me dado a oportunidade de participar deste projeto. Agradeço também a todos os alunos que estiveram presentes no projeto antes e durante a minha participação, pelo trabalho realizado até aqui. Também agradeço ao PIBIC pela bolsa que me permitiu dedicação integral ao projeto e as minhas disciplinas da graduação.

REFERÊNCIAS

FRATUCCI, A. C.. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. IN: PIMENTEL, T.D.; EMMENDOERFER, M.L.; TOMAZZONI, E.L.(org.). **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

FRATUCCI, A. C.. **Turismo e território: relações e complexidades**. 2014. Texto inédito a ser publicado especial do Caderno Virtual de Turismo





Ciências Sociais Aplicadas

Cidade Marca, intervenções urbanas e conflitos, uma proposta de avaliação.

Fernanda Helena de Menezes Mello Alves; Poliana Monteiro; Fernanda Ester Sánchez García (orientadora)

GPDU/TUR/PPGAU/UFF

INTRODUÇÃO: Quatro anos após a Copa sediada no Rio de Janeiro, o mundo acompanhou o mesmo megaevento esportivo que ocorreu esse ano na Rússia. A pequena intermitência entre esses espetáculos mundiais pôde ser contraposta, aqui no Brasil, com os (des)legados que se alongam do período anterior aos eventos até anos mais tarde no momento atual. Em colaboração com a fundação Ford, o intuito da seguinte pesquisa tem sido analisar os efeitos e reações causados na Cidade Olímpica do Rio de Janeiro dois anos após os megaeventos. Esse projeto faz parte de um fio condutor sobre grandes projetos urbanos que vem ocorrendo criticamente antes, durante e, agora, pós-olimpíadas.

Enquanto na avaliação em processo do projeto olímpico, observamos as narrativas midiáticas tomando posicionamentos favoráveis a esses eventos, a partir de 2017, a balança política é modificada de forma que os holofotes se acendem para lados opostos. Essa dinâmica demonstra uma constante remodelação de alvos a serem eliminados para a ascensão, ou ao menos conservação, da pujança de grandes e poderosos interesses.

A realidade pós-megaeventos trouxe desafios diferentes dos experimentados em outras fases, uma vez que, passado o calor do encontro de nações e a chama da tocha olímpica, ficam as contas a serem pagas e as vidas cotidianas do povo a serem readequadas às diversas remoções, desvios, descaracterizações e desprezos causados a nós.

Buscamos, enfim, resgatar as previsões realizadas em períodos anteriores e investigar

os novos desafios que a cidade enfrenta. Entender o papel de cada agente é também perceber como o Poder é mantido e perpetuado. Por isso, a importância em examinar as construções da mídia hegemônica e sua relação com o Estado e a população. Fato é que, a cada quatro anos, certas repetições e reiterações ocorrem, vez por vez, em uma parte do mundo. Uma vez que tivemos a “sorte” de tê-las em sequência em nossa cidade, que possamos desvelar os rastros aqui deixados, emergir seus conflitos ainda latentes e expor suas incongruências.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A coalisão entre empresas e Estado é a grande ganhadora das Olimpíadas. Mesmo inseridas em um contexto internacional, e sabemos que há vencedores além dos aqui citados, a recorrência de certos grupos nas obras dos grandes eventos nos mostra como o (des)legado não era a futura gestão, pós-megaeventos, desses ginásios, estádios e edifícios para o uso da população, mas, sim o lucro em cima das obras justificado pela venda de um imaginário de cidade.

O evidente desgaste público das Olimpíadas demonstrou como o exacerbado tamanho do evento embasava um empecilho para sua realização, à revelia do que a ideia do “legado” instituía um pouco antes. O discurso sobre a necessidade de adaptação aos novos tempos, sugerindo inclusive uma alteração no sistema de candidaturas, e, especificamente, de redução dos custos financeiros vem na esteira da desistência de diversas cidades-candidatas nos últimos anos. No início de 2017 já aparecia a vontade de realizar uma escolha dupla das próximas cidades-sede, Paris e Los Angeles. De acordo com artigo do Globo Esporte, a

“manobra evitaria perda de candidata de peso e demandaria mudança na Carta Olímpica”. A “manobra” se efetiva e em julho do mesmo ano, o COI divulga comunicado oficializando a escolha da capital francesa para os Jogos Olímpicos 2024 e Los Angeles como sede em 2028.

Assim, após uma possível reavaliação, novos acordos foram feitos e a estratégia discursiva do “legado” parece ser revigorada para os megaeventos nos próximos anos. A ocorrência da palavra “legado” nos Dossiês de Candidatura das cidades-sede possibilita observar nitidamente a consolidação de uma estratégia discursiva delineada a partir de 2003, e iminentemente fortalecida após 2016. O crescimento gradativo da ocorrência da palavra “legado” nos Dossiês de Candidatura das cidades-sede começa com moderadas 16 citações da palavra nas mais de 500 páginas do Dossiê de Candidatura dos Jogos Atenas 2004. O Dossiê de Candidatura dos Jogos Rio 2016 apresentou o apogeu até então com 487 ocorrências em pouco mais de 600 páginas. Após queda significativa de ocorrências no Dossiê de Candidatura dos Jogos Tóquio 2020, há um brusco crescimento até os Jogos Los Angeles 2028 (o dossiê é referente à candidatura para os Jogos 2024), com pouco mais de 200 ocorrências em menos de 120 páginas. Assim, é precioso observar como a ideia se fortalece justamente em cidades ricas. Assim, depois da crise da estratégia discursiva gerada após os Jogos Rio 2016, o recado pode ser: o “legado” é real, se beneficia dele quem pode.

CONCLUSÕES:

Diante de um cenário político instável brasileiro, compreender as construções narrativas efetivadas no território e de que forma elas se consolidam na cidade é um instrumento para que possamos enfrentar os gestores e responsáveis pela mercantilização da vida da população. Os efeitos dos (des)legados olímpicos perdurarão por muitos anos e, apesar do entendimento de seu enorme impacto, ainda é incerto o quanto irão nos afetar a longo prazo.

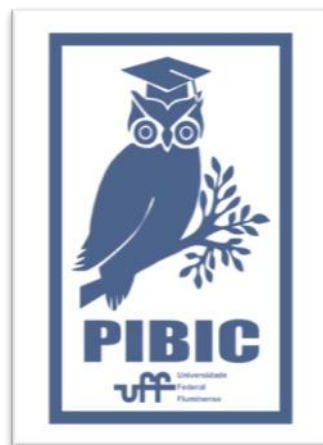
Por isso, a relevância em continuamente investigarmos as diversas

dimensões de todos os fatos ocorridos. As narrativas midiáticas se forjam diante dos interesses do momento para perpetuação de influências simbólicas, políticas e territoriais.

Os desafios de interpretar a construção política que permitiu ao Rio de Janeiro ser a cidade dos megaeventos são agora os de avaliar a maneira como essa mesma cidade vai superar os sintomas de um projeto contínuo de mercantilização.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a todas e todos pesquisadores do GPDU pelo árduo e responsável trabalho dentro e fora da Academia e à Escola de Arquitetura e Urbanismo.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas -
Direito**

**Título do Projeto: Adolescentes em conflito com a lei na
mesorregião norte-fluminense: perspectivas e paradigmas
contemporâneos ao Estatuto da Criança e do Adolescente.**

**Autores: FREITAS, Yan Felipe Assumpção; CÂMARA, Andreza
Aparecida Franco.**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Ciências da
Sociedade de Macaé (ICM)**

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA MICRORREGIÃO DE MACAÉ: REFLEXÕES A PARTIR DO CONTEXTO DA MICRORREGIÃO DE MACAÉ

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca apresentar a temática dos adolescentes em conflito com a lei na mesorregião norte-fluminense, trazendo à baila as perspectivas e paradigmas ao Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal de 1988. A metodologia empregada para a investigação do objeto da pesquisa foi composta primeiramente por revisão da literatura a respeito da temática e o problema da pesquisa. Em um segundo momento, foi coletado impressões a partir da vivência nas audiências de competência infracional na Comarca de Macaé/RJ. Por fim, foram obtidos dados quantitativos de atos infracionais praticados que se tornaram processos judiciais na Vara da Infância e da Juventude da referida Comarca.

Deste modo, a fim de iniciar as discussões e reflexões que embasaram o presente texto, deve-se explicitar o conceito de adolescência. Para o texto legal do Estatuto da Criança do Adolescente “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990). Todavia, não somente uma visão jurídica da idade serve para conceituar tal faixa etária que possui enorme complexidade.

Lehfeld e Silva (2015) trazem a brilhante conceituação de Calligaris (2000, *apud*, LEHFELD e SILVA, 2015) que identifica a adolescência como uma fase da vida dotada de inúmeras “transformações fisiológicas, psicológicas, afetivas, intelectuais e sociais”,

que transformam essa fase da vida em um processo com características singulares e peculiares. Nesta esteira, o indivíduo se desenvolve e constrói a sua identidade a partir de valores sociais e morais obtidos por meio das influências do meio em que está inserido.

A legislação pátria sobre as questões infracionais dos adolescentes inicia-se pela concepção penal na doutrina do Direito Penal do menor. Em um segundo momento, a análise passa a ser pela visão tutelar do Direito na doutrina da proteção irregular. Por fim, chega-se na doutrina da proteção integral que vige atualmente no cenário jurídico nacional, que trouxe consigo uma ruptura na conceituação de infância e adolescência que a partir de então passaram a ser sujeitos de direitos; a *contrario sensu* do que ocorria nas doutrinas anteriores quando eram objetos de intervenção do Estado quando não se enquadravam dentro dos modelos pré-estabelecidos pela norma jurídica (OLIVEIRA, s.d).

Assim, há de se analisar o conceito de ato infracional por meio de uma interpretação restritiva do texto legal remonta às bases do Direito Penal, pois é a “adequação do comportamento do adolescente ao fato definido na lei penal como crime” (MENESES, 2008, p. 61).

A temática relativa ao objeto da presente na dinâmica entre o ato infracional e o desenvolvimento do adolescente encontra bases na questão social que norteia os agentes envolvidos. A construção social brasileira apresenta desigualdades em todos os seguimentos da vida do adolescente que cresce

na medida em que ocorre a modernização da sociedade (LEHFELD e SILVA, 2015, p. 77). Sendo assim, uma das causas latentes para a prática infracional.

Destarte, dentre as teorias que tentam explicar a prática infracional e o comportamento dos adolescentes em conflito com a lei há de se destacar a Teoria da Anomia que segundo Varisco “é a falta de estrutura e desorganização das instituições sociais o maior responsável pelo ato infracional”, sendo certo que a conduta infracional ocorre “pela falta de estrutura social ou mesmo por fatores pessoais e situacionais” (2014, *apud*, SOUSA, 2015, p. 11).

Vale ressaltar que, em toda a sociedade irão existir comportamentos que fugirão dos padrões definidos, sendo certo que este é um fenômeno universal, mas que a disparidade entre as camadas da sociedade faz emergir com maior latência as práticas desviantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, o projeto foi feito a partir de pesquisas bibliográfica e legislativa acerca do objeto do presente trabalho. Deste modo, realizou-se fichamentos da bibliografia básica, com a sistematização das principais teses e análise do histórico da legislação menorista pátria para embasar a pesquisa.

Em um segundo momento, deu-se início à imersão nas audiências de competência infracional da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Macaé/RJ, pertencente ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ), momento em que se puderam observar na prática as teorias e sistematizações feitas na literatura e legislação pesquisada.

Desta forma, para melhor entender a dinâmica das audiências para apuração da prática de atos infracionais por adolescentes em conflito com a lei deve-se explicitar como elas ocorrem.

A Lei nº 12.594/2012, mormente conhecida como Lei do SINASE¹ e o Estatuto da Criança e do Adolescente preconizam os parâmetros e a ritualística das audiências. Observa-se na prática que ocorrem em média duas audiências para apurar os fatos narrados na representação proposta pelo Ministério Público. A primeira chamada de audiência de apresentação o

adolescente é ouvido e relata a sua verdade sobre os fatos e após é ouvido o seu representante legal, se estiver presente. A segunda audiência é chamada de audiência de apresentação em continuação em que estão presentes o adolescente e seu representante legal, e são ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa, se houver, momento em que encerra a instrução processual², e encaminha para a apresentação das alegações finais pela acusação e pela defesa e, conseqüentemente, a prolação da sentença, que, em regra, não ocorriam durante as audiências.

Há de se destacar alguns pontos que saltam aos olhos da observação e análise crítica da realização dessas audiências, como por exemplo, a pauperização dos adolescentes e suas famílias, a falta ou ausência de amparo familiar e a falta de participação escolar dos adolescentes, que serão melhor explicitadas nas conclusões do presente trabalho.

Em seguida, deu-se início à fase da coleta de dados para a realização da pesquisa, obtendo assim os dados quantitativos da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Macaé/RJ. Estabeleceu-se um recorte temporal que compreende os anos de 2013 até 2017 para a análise dos dados.

Deste modo, procedendo à análise dos dados obtidos verificou-se que entre os anos de 2013 e 2017 houve uma variação 130 (cento e trinta) atos infracionais cometidos. O ano de 2016 mostrou-se como o que teve maior incidência de prática de atos infracionais dentre todos os anos pesquisados totalizando 410 atos que representam 24% (vinte e quatro por cento) de todo o quantitativo apurado. Por sua vez, o ano de 2013 foi o que apresentou menor incidência na prática infracional com 212 atos infracionais que representam 13% (treze por cento) de todos os atos infracionais apurados.

Passando a análise dos tipos penais mais comuns na prática infracional, percebeu-se que o crime de tráfico e suas condutas análogas (dispostas na Lei nº 11.343/2006) tiveram maior incidência no cenário da cidade, sendo o ano de 2017, o que teve maior prática de atos infracionais. Os atos infracionais análogos aos crimes considerados contra o patrimônio, que inclui principalmente os crimes de furto, roubo,

¹ Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera determinadas Leis.

² A instrução processual é a fase do processo em que são colhidas as provas para que seja formado o convencimento do magistrado para prolatar a sentença.

extorsão e recepção em todas as suas modalidades ou variações, se apresentaram como segundo na lista dos atos infracionais mais cometidos nas cidades examinadas, sendo o ano de 2016 foi o que teve maior incidência na prática destes atos.

Por fim, será realizada pesquisa empírica na Instituição de cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade (CRIAAD-Macaé), situada na Comarca de Macaé, unidade que recebe adolescentes das Comarcas do Norte-fluminense, objeto do presente estudo. Além disso, serão analisados eventuais relatórios e registros do CRIAAD-Macaé para coletar maiores dados que auxiliarão a presente pesquisa e serão realizadas entrevistas com a equipe da referida instituição para poder coletar as impressões dos mesmos que lidam diariamente com os adolescentes que estão em conflito com a lei.

Iniciou-se também o trâmite administrativo para firmar um convênio junto à referida Instituição. Entretanto, em razão dos trâmites administrativos burocráticos ainda não foi finalizado, o que inviabilizou a entrada do discente na Unidade para cumprir com os objetivos iniciais do projeto. Todavia, o procedimento continua tramitando e, tão logo seja deferido, o discente iniciará as pesquisas no local supracitado, já que a bolsa foi renovada para o biênio 2018/2019.

CONCLUSOES

Algumas conclusões podem ser extraídas do presente trabalho com a realidade vivenciada nas audiências da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Macaé/RJ, e dos dados quantitativos obtidos.

A partir da vivência durante as audiências de competência infracional pode-se ressaltar três pontos que causam maior impacto para a problemática central do presente, quais sejam: condições sociais, financeiras e afetivas que concorrem em conjunto para fomentar a propagação infracional no *locus* pesquisado.

Primeiramente, a pauperização dos adolescentes e suas famílias denota claramente que as condições sociais têm forte influência sobre a vida dos adolescentes e concorrem diretamente para a prática infracional (CRUZ NETO *et al.*, 2001). Além disso, a partir dos relatos dos adolescentes torna-se evidente que a Teoria da anomia (OZELA, s.d.) encontra total embasamento prático, tendo em vista que

muitas vezes durante os depoimentos³ os adolescentes afirmam que a causa principal para a prática infracional é a ausência de recursos em sua família (VOLPI, 1999). A falta de recursos pode ser entendida por diversos ângulos, seja ela relacionada aos desejos pessoais de consumo do adolescente (RAMOS *et al.*, 2017, p. 1.489), seja referente às necessidades essenciais da família, que não consegue prover o básico para o seu lar. Além disso, é notório que ao citar o seu local de residência os adolescentes retratam os bairros localizados nas regiões periféricas da cidade, onde há forte pobreza, ausência de recursos básicos proporcionados pelo Estado e massivo controle da região pelo tráfico de drogas (WACQUANT, 1999).

O segundo ponto de destaque acerca das audiências reside na falta ou ausência de amparo familiar. Esta é uma das principais causas que concorrem para a prática infracional apontadas pela revisão de literatura estudada, e verificadas a partir dos relatos acompanhados nas audiências (RAMOS *et al.*, 2017). A partir desta constatação, ressalta-se que os adolescentes que foram observados nas audiências apresentam grande fragilidade no seio familiar que não proporciona a base sólida necessária para o desenvolvimento e crescimento pessoal do adolescente.

O terceiro ponto crítico observado nas audiências é a falta de participação escolar do adolescente em conflito com a lei. Grande parte desses adolescentes observados não possuía o ensino fundamental completo⁴, e um percentual mínimo chegava até o ensino médio⁵. Além disso, muitos encontravam dificuldades para escrever o nome completo, o que demonstra o grau de analfabetismo funcional da população objeto do presente trabalho.

Após a realização da pesquisa realizada, percebe-se que os preceitos entabulados na doutrina da proteção integral, bem como na Carta Magna Brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente não foram alcançados pelos

³ Ressalta-se que em razão dos processos tramitarem em segredo de justiça não é possível realizar qualquer transcrição dos depoimentos prestados.

⁴ Segundo o sítio virtual do Ministério da Educação (MEC) o ensino fundamental compreende a primeira etapa da educação básica e compreende do 1º ao 9º ano.

⁵ Segundo o sítio virtual do MEC o ensino médio o ensino médio compreende a última etapa da educação básica do adolescente.

gestores públicos quanto às garantias básicas concedidas as crianças e adolescentes. Desse modo, tampouco se alcança a real ressocialização preceituada pelo legislador pátrio, visto que o cerne do problema está longe de ser atingido.

Além disso, depreende-se da análise dos dados que houve um crescimento na prática de atos infracionais na cidade de Macaé/RJ tendo em vista a variação de 130 atos infracionais cometidos. Dessa constatação, pode-se suscitar três hipóteses para o aumento na prática infracional: a ineficácia das medidas socioeducativas aplicadas para aqueles que cometem o primeiro ato infracional e voltam a praticar posteriormente, ou a expansão da criminalização e razão da massificação da repressão na capital (ZALUAR, 2004), bem como com a grande queda econômica oriunda da crise do petróleo que é o principal meio de obtenção de riquezas da mesorregião objeto da pesquisa.

Por fim, é possível ainda identificar que a prática de atos infracionais é mais comum nos atos análogos às condutas previstas na Lei 11.343/2006 conhecida como Lei de Drogas, seguida pelos atos análogos aos crimes contra o patrimônio (roubo, furto, extorsão, receptação dentre outros).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MENESES, Elcio Resmini. **Medidas socioeducativas**: uma reflexão jurídico-pedagógica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. **Nem soldados nem inocentes**: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SILVA, Nelson Pedro. **Ética, indisciplina & violência nas escolas**. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

VIEIRA, Alessandra Kelly. **Dá nada pra nós (?)**: o real encarceramento de adolescentes. Tese (Pós-Graduação em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012.

VOLPI, Mario. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez/INESC, 2011.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

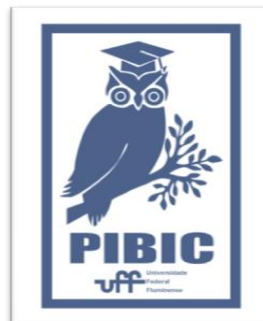
ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Fontes encontradas em sítios virtuais

OLIVEIRA, Salete Magda de. **A moral reformadora e a prisão de mentalidades**: adolescentes sob o discurso penalizador. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400008>. Acesso em: 21 set. 2017.

OZELLA, Sergio. **Adolescência & psicologia** – concepções, práticas e reflexões críticas. Disponível em <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

RAMOS, Camila Evelyn Simões; MARTINS, Juliana Freitas de Souza; FOCHI, Luis Fernando Tonelli. adolescentes em conflito com a lei: fatores que influenciam a conduta infracional. **Revista Conexão Eletrônica**, v. 14, n. 1, Mato Grosso do Sul, 2017, p. 1.486-1.496. Disponível em: <[file:///C:/Users/A/Downloads/148-ADOLESCENTES-EM-CONFLITO-COM-A-LEI-Fatores-que-influenciam-a-conduta-](file:///C:/Users/A/Downloads/148-ADOLESCENTES-EM-CONFLITO-COM-A-LEI-Fatores-que-influenciam-a-conduta-infracional.pdf)



[infracional.pdf](#)>. Acesso em: 08 ago. 2018.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos UFF e a PROPPi pela oportunidade de expormos o nosso trabalho, bem como ao CNPq/PIBIC/UFF pela concessão da bolsa como forma de apoio e incentivo ao desenvolvimento do estudo jurídico acima apresentado.



Ciências Sociais e Aplicadas

REPRESENTAÇÃO DA FORMA E SUAS RELAÇÕES COM A CRIAÇÃO PROJETUAL

Luciana Nemer e Igor Klein

TAR/TCA/ Grupo de Pesquisa Análise e Representação da Forma

INTRODUÇÃO:

O trabalho desenvolve pesquisa sobre a temática de representação da forma arquitetônica e sua análise. Atualmente a variedade dos meios de expressão tem alterado a forma de expressão das ideias arquitetônicas, no entanto, o processo de criação deve ser auxiliado pela linguagem que o estudante adquire nos primeiros períodos do curso, mais precisamente na fase de fundamentação.

Desenhos de qualidade valorizam a proposta, desde a fase do esboço ao mais complexo projeto executivo, desta forma, somente com sentimento e arte o usuário dos programas computacionais conseguirá ser de fato o autor de suas representações.

O trabalho está sendo desenvolvido registrando as mais diversas soluções no que diz respeito às representações bidimensionais e tridimensionais de projetos arquitetônicos, sejam analógicas ou digitais. O uso do caráter interdisciplinar possibilita a interlocução com representações manuais e digitais.

Os objetivos da pesquisa foram se materializando em forma de ideias para os artigos que foram concluídos, e ao longo da pesquisa foram surgindo novos assuntos para continuação nas próximas vigências.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Seguindo a linha proposta pela pesquisa, foram desenvolvidos sete artigos abordando diferentes tópicos da forma arquitetônica e a criação projetual, dois deles sendo a continuidade direta do trabalho desenvolvido no ano anterior. E cinco apresentando um novo conteúdo. As discussões e temas abordados pela pesquisa foram ampliados e aprofundados devido ao contado com o LAMO-UFRJ, onde foi possível acompanhar o uso de equipamentos de

fabricação digital como cortadoras a laser e impressoras 3D. Os cinco artigos produzidos integralmente durante a vigência da bolsa de iniciação científica abordam tema como a representação analógica, as ferramentas digitais e a expressão ligada a projeto.

1)- O DESENHO DA FIGURA HUMANA PARA A EXPRESSÃO - Este artigo foi produzido para a publicação no periódico acadêmico PRUMO (Revista Online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio). Nele é abordado o tema do desenho de observação ensinado no curso de arquitetura, tópico que apresenta um grande desafio: representar figuras humanas. O conteúdo é apreendido por parte dos estudantes como complexo, no entanto, desmitificar e destacar a relevância do mesmo ameniza preconceitos e torna o exercício da construção do desenho prazerosa e fundamental.

2)-TEXTURAS APLICADAS À EXPRESSÃO GRÁFICA - Artigo aprovado pela comissão científica do Congresso Egrafia 2018, a ser apresentado na Universidade Nacional de La Plata, Argentina. Nele é abordado o tema textura, que pode ser definida como tudo que pode ser percebido em superfícies referindo-se às características da mesma independente do formato. No artigo apresenta-se a importância da inclusão das texturas na expressão gráfica visto que são elementos do cotidiano. Aprender a lidar com o preenchimento é importante pelo grau de fidelidade e estética que o mesmo atribui ao desenho.

3)- SPATIAL ANALYSIS AND 3D MODELING: DRAWING THE BRASÍLIA CATHEDRAL IN DIFFERENT SOFTWARE - Aprovado para o XVIII ICGG (International Conference on Design and Graphics), pôster apresentado no Instituto Politécnico de Milão e resumo publicado nos

anais. O Pôster oferece uma proposta de experimentação com diferentes softwares de modelagem 3D, de modo a ampliar a compreensão destas ferramentas e estabelecer uma análise comparativa entre diferentes meios de expressão em ambiente digital. Na elaboração do mesmo buscou-se explorar os meios de modelagem digitais comuns e acessíveis aos profissionais e estudantes de arquitetura, se pautando principalmente na observação e análise da forma e nas possibilidades de representação em espaço virtual.

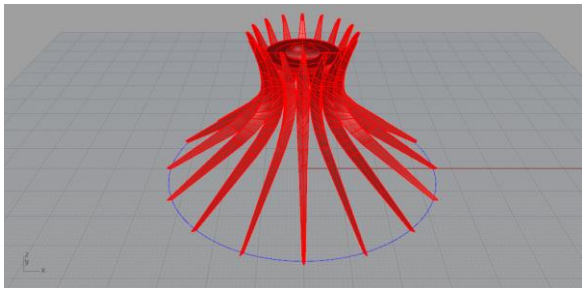


Figura 1: Modelagem da Catedral de Brasília – Rhinoceros

4)-THE IMPORTANCE OF CIRCULAR REFERENCES, ARCHITECTURAL MODELING, DIGITAL PROJECT AND COLLABORATIVE ACTIONS IN THE ARCHITECTURE LEARNING - Aprovado para apresentação e publicação no ICGG 2018. O Trabalho desenvolvido com o professor Ivan Silvio de Lima Xavier, membro do grupo de pesquisa Análise e Representação da Forma. O artigo apresenta as potencialidades da modelagem arquitetural no processo de aprendizagem dos Fundamentos da disciplina de Modelagem de Sistemas Estruturais - EAU, incorporando novos métodos de aprendizagem, utilizando processos de referência circular. As experiências e as tarefas realizadas em aula foram analisadas, tendo em vista a investigação a respeito dos métodos: estes são capazes de reforçar os conceitos teóricos, potencializando significativamente o potencial criativo?

5)- CAIS DAS ARTES: THE MUSEUM OF PAULO MENDES DA ROCHA IN VITÓRIA - Aprovado para o Eleventh International Conference on The Inclusive Museum, o trabalho participará de apresentação virtual na forma de pôster no dia 07 de setembro de 2018. O conteúdo trata de uma análise do Cais das Artes, um complexo cultural que está sendo construído à margem da baía de Vitória, no Espírito Santo, desenvolvendo suas relações com arquiteturas de outros museus brasileiros,

buscando enriquecer a o debate sobre o tema com informações sobre o projeto de Paulo Mendes da Rocha.



Figura 2 – Perspectiva Digital do Cais das Artes – Paulo Mendes da Rocha

CONCLUSÕES:

Durante o período de vigência da bolsa, foi possível apreender uma grande quantidade de conhecimento pela produção dos artigos e pelas visitas realizadas ao LAMO-UFRJ. A diversidade de temas tratados permite, um conhecimento amplo sobre o tema da representação e criação arquitetônica em suas diferentes camadas e por meio de diferentes ferramentais.

A participação em congressos feitas durante esse período se apresentou como muito produtiva, e a apresentação de trabalhos, permitiu o amadurecimento do ponto de vista acadêmico. Sendo a contribuição para a produção científica brasileira estimulante.

Agradecimentos:

Agradeço ao PIBIC por fornecer a bolsa de iniciação científica, pois é de extrema importância a participação dos discentes para o conhecimento de novas bases acadêmicas e que permitem o desenvolvimento crítico.

Agradeço a professora Orientadora Luciana Nemer, que me convidou para a pesquisa e me orientou ao longo de quase vinte meses, período que compreende a vigência de duas bolsas de Iniciação Científica.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: O homicídio em razão da condição de sexo feminino: análise da aplicação da Lei n.º 13.104/15 nas Varas Criminais da Comarca de Niterói

Autores: Nívea Ázara Rosa; Rodrigo de Souza Costa

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Direito Público/Faculdade de Direito

INTRODUÇÃO:

A questão da violência de gênero vem ganhando destaque ao longo dos últimos anos. Tanto na academia, onde o debate sobre o tema vem se ampliando, bem como na sociedade, sobretudo com o advento de legislações específicas, quais sejam, a Lei n° 13.140/2006, conhecida como Lei Maria da Penha e a Lei n° 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, objeto da presente pesquisa.

Tal questão não se desenvolve sem enfrentar forte resistência, no entanto. Entre tantas dificuldades e agressões constantes, faz-se necessário o debate sobre a violência de gênero e as possíveis formas de extingui-la. A Lei que tipifica o feminicídio é uma delas. Entretanto, é preciso que as legislações sejam, de fato, aplicadas. O presente estudo pretende analisar processos de homicídio com vítima mulher, pontualmente, na 3ª Vara Criminal/Tribunal do Júri da comarca do município de Niterói, de maneira a identificar a tipificação que vem sendo feita em relação a estes crimes de feminicídio e, portanto, a aplicação ou não da Lei n° 13.104/2015.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em um primeiro momento, foi realizada um estudo teórico acerca da tipificação do feminicídio e sua origem. Notou-se, observando a obra de algumas autoras, como Diane Russel (1992) e Isabel Gomes (2010) a importância da tipificação do feminicídio, tendo em vista que as mulheres morrem pelo fato de serem mulheres, ou seja, em razão de seu gênero.

A legislação brasileira, contudo, não traz a expressão “gênero” ao tipificar o crime de feminicídio, mas sim a expressão “em razão da condição de sexo feminino”, o que, claramente, denota uma tentativa do legislador de afastar a incidência da lei na proteção de mulheres trans.

Outro ponto de destaque com relação ao estudo da Lei n° 13.104/15 diz respeito à natureza jurídica da qualificadora de feminicídio, que é causa de divergência na doutrina e na jurisprudência. No entanto, nesta pesquisa compreende-se que o posicionamento correto é o que considera o feminicídio como qualificadora subjetiva, em razão de tratar-se da motivação do crime, a qual, inclusive, é o ponto central da questão, visto o homicídio ser cometido devido ao fato da vítima ser mulher. Ademais, os crimes praticados antes da Lei n°. 13.104/2015 já poderiam ser enquadrados como crimes hediondos, pela qualificadora da torpeza ou mesmo do motivo fútil, o que reforça a ideia da qualificadora subjetiva.

Após a etapa de pesquisa doutrinária e estudo da legislação, teve início a segunda etapa. Para que a análise dos autos processuais ocorresse de forma mais eficaz, foi desenvolvido um formulário de pesquisa. Nele foram distribuídas as questões em dois standards, sendo o primeiro relativo à tipificação do crime e o segundo referente ao perfil dos sujeitos envolvidos, ou seja, agressor e vítima.

Foram realizadas algumas visitas ao cartório da 3ª Vara Criminal do Tribunal do Júri da Comarca de Niterói, com intuito de ter acesso aos autos processuais físicos e realizar sua análise, utilizando o formulário de pesquisa como roteiro. No entanto, em decorrência da dificuldade de acesso aos processos, devido a questões burocráticas e organizacionais da

própria Vara Criminal, apenas foi possível a consulta efetiva de três processos, resultando em três formulários devidamente preenchidos.

Tentou-se realizar uma consulta processual online. No entanto, não há possibilidade de visualizar o processo na íntegra, portanto, diversas peças processuais importantes não podem ser verificadas, como, por exemplo, o registro de ocorrência realizado na delegacia e a íntegra da denúncia oferecida pelo Ministério Público. Sendo assim, a consulta online inviabiliza a devida análise dos autos processuais.

CONCLUSÕES:

Diante dos estudos realizados acerca da origem histórica e social do feminicídio e da legislação brasileira vigente, a criação de uma previsão penal específica para o homicídio contra mulheres é de extrema importância, pois nomear o problema e dar destaque a ele é o primeiro passo para que a sociedade admita sua existência e procure alternativas de resolvê-lo.

No que tange à Lei n.º. 13.104/15, apesar de render críticas, a mesma se faz importante no cenário brasileiro atual, onde a violência de gênero vem crescendo em números alarmantes. Ainda que os feminicídios já pudessem ser qualificados como crimes hediondos pela aplicação da qualificadora da torpeza ou do motivo fútil, fato é que havia divergência doutrinária e jurisprudencial sobre seu cabimento, o que, muitas vezes, deixava passar esta forma extrema de violência apenas como um “crime passionai”. Não há “crime passionai”, o que há é violência de gênero baseada em uma sociedade patriarcal, que insiste em subestimar a mulher e legitimar condutas machistas e agressivas dos homens.

Quanto à aplicação da Lei n.º. 13.104/15 na 3ª Vara Criminal/ Tribunal do Júri da comarca de Niterói, não foi possível concluir de forma concreta, tendo em vista a enorme dificuldade de acesso aos processos.

Esta pesquisa objetivou analisar um número razoável de autos processuais, de maneira a conseguir uma amostragem mínima para análise. No entanto, a quantidade irrisória de processos disponibilizados para acesso impossibilitou o devido andamento e conclusão da pesquisa, já que não foi possível, portanto, responder aos questionamentos propostos inicialmente.

É sabido, porém, que problemas como esse acontecem comumente e que realizar pesquisa científica não é tarefa fácil. Muitas vezes são necessárias diversas tentativas e anos de estudo para chegar a uma provável conclusão acerca de determinado tema. Dessa forma, o intuito desta pesquisa nunca foi o de dar uma resposta definitiva sobre a aplicação da lei do feminicídio, mas sim ampliar o debate e demonstrar como tem sido vista e posta à prova tal legislação, para, sobretudo, analisar sua relevância prática como forma de combate à violência de gênero.

Em resumo, considerando os três processos efetivamente analisados e o que se pode inferir durante o procedimento de pesquisa e de busca de dados, a legislação de combate ao feminicídio ainda encontra-se em estágio inicial. É pouco debatida, pouco aplicada e não tem grande incidência e relevância prática no dia a dia de uma Vara Criminal de Tribunal do Júri, tendo em vista a dificuldade de identificar processos com a tipificação de feminicídio.

Entretanto, sabe-se que não é por falta de crimes de violência de gênero, mas sim pela falta de amplo debate e, em última análise, de concreto interesse por parte de autoridades e do Poder Público em levar o tema à discussão da população, de forma aberta e informativa, procurando desmistificar tabus e desconstruir a mentalidade misógina e patriarcal que, infelizmente, ainda sedimenta a nossa sociedade. A tipificação é um passo importante e que deve ser feito, mas sozinha não resolve o problema. Não há como aplicar uma legislação especial de feminicídio, quando a maior parte da população ainda defende a culpabilização da vítima e a irrelevância de um crime específico para as mulheres. Enquanto o ódio às mulheres ainda for justificado como “crime passionai”, o cenário permanecerá o mesmo e as inovações legislativas de nada, ou quase nada, adiantarão.

Sendo assim, conclui-se, de maneira geral, que a tipificação do feminicídio é um avanço, porém é apenas um passo na caminhada para o fim da discriminação e da violência contra a mulher. Se a lei for devidamente aplicada e o debate for realizado francamente, de forma ampla, é possível que haja conscientização e mudança social, de maneira a proteger mais mulheres e a evitar que outras tantas sejam agredidas e mortas.

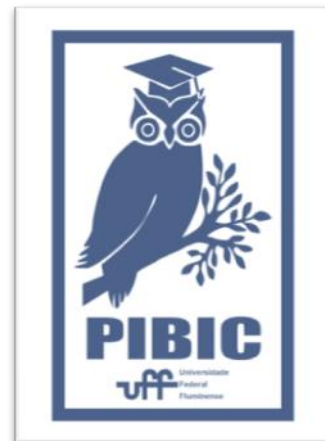
Agradecimentos:

Agradeço à Faculdade de Direito da UFF e ao Programa PIBIC pela oportunidade de realizar uma pesquisa científica e vivenciar um lado importante da academia, para além da sala de aula.

Agradeço ao meu orientador, por me auxiliar no estudo de um tema tão importante e que me é de grande interesse.

Agradecimentos vão, também, à 3ª Vara Criminal do Tribunal do Júri da comarca de Niterói, por ter me permitido, ainda com todas as dificuldades, ter acesso aos processos e por me receberem de forma solícita e gentil.

Figure 1: Logo PIBIC





Ciências Sociais Aplicadas

Experiências em Comunicação Popular em Niterói

Victor Martini Gabry (bolsista) / Marcio de Souza Castilho (orientador)

Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS)

INTRODUÇÃO:

O presente estudo busca compreender como se dão as experiências em comunicação popular na cidade de Niterói. Parte-se do entendimento de que os meios hegemônicos de comunicação se encontram diante de uma realidade distinta daquela predominante no século XX, com o advento de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's). Reconhecendo as limitações espaciais e financeiras da universalização do acesso à internet, norteamos o estudo com a pergunta: como se dão as apropriações das NTIC's pela comunicação popular na cidade de Niterói?

Através de levantamento bibliográfico, análises quantitativas de bancos de dados e entrevistas semi-estruturadas com os realizadores dos projetos, pretendemos elucidar a realidade da comunicação popular, como conceituada por Peruzzo (2006; 2009) naquele município, abordando a estrutura, o conteúdo, a apropriação das ferramentas web, a relação com o público e a forma de financiamento, buscando contribuir para o campo de pesquisa da comunicação popular.

De forma a elucidar a importância desse tipo de comunicação, identificamos a necessidade de complementar os estudos com textos que revisitem as definições de movimentos sociais (GOHN, 2011) e os direitos à comunicação. Em nosso entendimento, o perfil de lutas pelo espaço da comunicação como direito é análogo e constituinte àquele das lutas que constituem os direitos humanos, sejam eles civis, políticos, sociais, culturais ou econômicos (FLORES, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Identificamos dois movimentos sociais que se adequaram às definições dadas: O Conexão Favela & Arte e o Rap School. Os movimentos apresentam e se situam enquanto

lutas diferentes por direitos, como estruturados por Gohn (2011). Com isso, situam-se enquanto movimentos sociais e de comunicação popular, ambas as noções indissociáveis, levando-se em consideração os escritos de Peruzzo (2006; 2009).

Os movimentos se apropriam das comunicações de maneira análoga àquela observada por Certeau (2014) quando o mesmo fala das "andanças na cidade": como relatado durante a entrevista, os mesmos levam seus círculos de amigos e as práticas do dia a dia para os algoritmos, que aprendem a usar conforme "navegam" pela internet. Conhecendo o funcionamento de algoritmos de redes sociais pela experiência, e não pela teoria, desenvolveram meios pouco ortodoxos de garantir visibilidade para suas publicações. Repetindo o observado por Barbosa (2016), levam suas redes de sociabilidade para dentro do mundo web, exercendo o papel ativo do receptor sobre o qual discursa Martin-Barbero (2008).

Essa prática leva os movimentos a inverterem a hierarquia de pirâmide proposta por Tornero (2009), sendo as habilidades comunicacionais norteadoras de todos os outros segmentos da pirâmide. Observa-se ainda que, diferentemente do observado por Davis (2016) sobre a situação da mulher negra americana e por Fraser (2016) acerca da reificação das identidades (FRASER, 2002), os grupos, que apresentam objetivos distintos, entendem a cooperação como melhor modo de fazer valer suas iniciativas. Por fim, é marcante o vocabulário impregnado de termos combativos ("fortificar", "batalhas de rap", "ocupar"). Assim, dialogam diretamente com os postulados de Carballido (2009) e Flores (2014), lutando não apenas para o acesso ao território (Conexão) e à cultura (Rap School), como também à comunicação, exercendo, desse modo, seu agir comunicativo.

CONCLUSÕES:

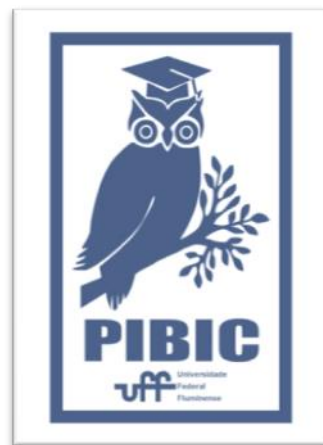
Concluimos que os movimentos estudados se apropriam das NTIC's de maneira análoga às análises de Certeau (2014) e Martin-Barbero (2009). Levando suas redes de sociabilidade para o mundo web (BARBOSA, 2016), põem de ponta cabeça a estrutura proposta por Tornero (2009), tornando a comunicação pilar para o desenvolvimento das demais competências da literacia.

Vimos também que os mesmos não exercem as reificações identitárias (FRASER, 2002), mantendo-se fortes e unidos a despeito do que foi observado em um contexto (com as devidas ressalvas) análogo (DAVIS, 2016). Tal fato pode levar a novos estudos e análises não apenas sobre as visões da mulher como sobre os componentes de classe envolvidos na luta por direitos.

Luta essa que é o terceiro ponto de interesse do estudo. Relacionando-se os postulados de Gohn (2011) e Peruzzo (2006; 2009) em contexto próximo ao exposto por Enne (2006), exercem nos perfis de suas lutas - por território (Conexão) e por cultura (Rap School) - uma luta pelo direito à comunicação. Se observado em conjunto com as considerações de Carballido (2009) e Flores (2014), estão contribuindo para a promoção dos direitos humanos no Brasil.

Agradecimentos:

À minha família, que sempre me apoiou
A minha Bruna, que não se cansou
Ao Castilho, pela bondade
A Universidade Federal Fluminense, pela oportunidade.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: PARA INTERVIR MELHOR: as requisições e competências do/ da assistente social no uso das regulações profissionais, das condições institucionais e técnicas no Norte e Noroeste Fluminense.

Autores: Thamyres Siqueira Freire; Isabela Sarmet de Azevedo.

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de Campos /ESR-UFF

INTRODUÇÃO:

O tema desta pesquisa surgiu como desdobramento e ou continuidade do PIBIC 2016/2017, que teve como gênese a assessoria em Serviço Social ao Ministério Público – CRAAI (Centro Regional de Apoio Administrativo Institucional) Campos dos Goytacazes. Ele é uma proposta associada ao projeto “guarda – chuva” sob o título “*Mercado de trabalho e espaços sócio ocupacionais do Serviço Social nas regiões Norte e Noroeste Fluminense*”. Este projeto é fruto da cooperação entre pesquisadores do Grupo de Assessoria em Serviço Social (GATAS), do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Sociais Rurais e Urbanas (GEPPRU) do Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense.

Serão apresentados os resultados da cooperação e evolução do projeto associado que problematizou as requisições e competências do/ da assistente social no uso das regulações profissionais, das condições institucionais e técnicas de seu trabalho, nos marcos do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Identificar as tendências para inserção dos/ das assistentes sociais nos espaços sócio ocupacionais e os desafios postos à profissão no Norte e Noroeste Fluminense é o objetivo geral proposto nessa pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Tendo aplicado o questionário do *Projeto Mercado de Trabalho e Espaços Sócio Ocupacionais do Assistente Social no Norte e Noroeste Fluminense* a Fundação Municipal da Infância e Juventude da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/ RJ, buscamos saber quais são as tendências atuais desta profissão nesta região, com o objetivo de mapear onde se encontra o assistente social e identificar seus vínculos e condições de trabalho, bem como seu cotidiano e fundamentos do trabalho profissional.

Em outubro de 2017, foi feita uma pesquisa na instituição que nos informou que apresentava um quadro de 42 (quarenta e dois) assistentes sociais. Enviamos questionários de acordo com o quantitativo de profissionais e 18 (dezoito) questionários foram devolvidos, (2) dois dos quais vieram em branco.

Conhecer os processos de trabalho, os meios que os assistentes sociais dispõem para realizar sua atividade, a matéria do Serviço Social e também o próprio profissional é essencial no presente momento em que há o esvaziamento do trabalhador e a plenitude do capital, como resultados simultâneos, (IAMAMOTO, 2015, p.65). Observamos que a sobrecarga de trabalho dos assistentes sociais tem sido fator impeditivo da participação efetiva deles nesse processo. Os mesmos, acumulam muitas funções e atuam em número reduzido e insuficiente, diante dos problemas sociais e da população demandante.

A sobrecarga de trabalho dos assistentes sociais decorre dos impactos das transformações societárias e da reestruturação do Estado, da economia e do trabalho na

profissão. As metamorfoses que resultaram em novas formas organizativas de produção incidem sobremaneira sobre o trabalho do profissional, que dentro desta lógica, compete tanto pelo emprego quanto pela manutenção da sua empregabilidade. De um modo geral, os assistentes sociais recebem requisições para exercer funções de controle social sobre os trabalhadores, atuando num campo político ideológico cheio de contradições, tensões e interesses de classes.

Os assistentes sociais, quando conhecedores da legislação, das políticas e dos direitos sociais estão em contato direto com os usuários e assim possuem condições de incentivar e politizar a participação da sociedade civil.

CONCLUSÕES:

Evidenciou-se, ao longo dessa pesquisa, a necessidade de um estado de alerta para com as regulações profissionais e as condições de trabalho dos assistentes sociais, como expressão de resistência aos modelos mercantilistas, reprodutores e conservadores quanto ao trabalho do assistente social.

A profissão é um trabalho historicamente determinado pelo modo como a sociedade se organiza e, ao mesmo tempo pelo posicionamento e pelas respostas oferecidas pela categoria profissional às demandas sociais de diferentes grupos e classes sociais

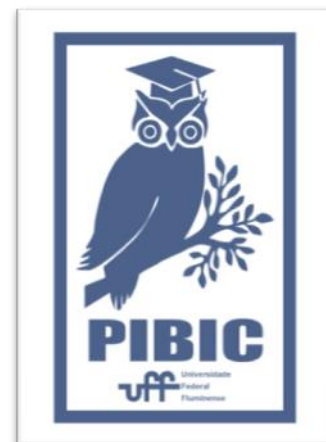
É preciso ultrapassar a histórica posição ocupada pelo assistente social frente às políticas sociais, de mero executor das políticas sociais, para que eles possam também participar do processo de formulação e fiscalização das políticas sociais. Observamos também que a sobrecarga de trabalho dos assistentes sociais tem sido fator impeditivo da participação efetiva deles nesse processo.

Agradecimentos:

A Universidade Federal Fluminense, pela oportunidade de experimentar no fim da minha graduação essa experiência de aprofundamento com o universo acadêmico, me propiciando construir e publicar trabalhos técnico-científicos. A professora Isabela Sarmet, que com seu empenho e sua didática me proporcionou

crescimento e amadurecimento acadêmico. A amiga Marlene Souza que em parceria dividindo a mesma temática de pesquisa, partilhou muito conhecimento e amizade. As instituições pesquisadas e principalmente as Assistentes Sociais que participaram deste trabalho respondendo aos questionários. Por fim, Fundação Municipal da Infância e Juventude da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes por abrir as portas para essa pesquisa.

Figure 1: Logo PIBIC





Ciências Sociais Aplicadas

Direitos Humanos e Jurisdição Internacional: O cumprimento de Sentença das Condenações da República Federativa do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos

Aluna: Luciana Moreno Toro Vidal

Orientador: Dra Letícia Virginia Leidens

Departamento de Direito de Macaé/ ICM

INTRODUÇÃO:

O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos (SIPDH) é constituído pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgãos especializados da Organização dos Estados Americanos. Uma das atribuições da jurisdição internacional cinge-se em analisar casos contenciosos que envolvem as violações das obrigações firmadas em tratados pelos Estados. Quando das condenações pela jurisdição internacional, oportuniza-se o debate sobre o âmbito e aplicabilidade do direito internacional pela sociedade civil e pelo Estado. Na atual instabilidade político-econômica, na qual os direitos individuais e sociais sofrem diversos ataques, é importante alinhar os entendimentos e fortalecer a promoção dos Direitos Humanos a partir da jurisdição internacional.

Dessa forma, no exercício de sua competência, após os trâmites processual e administrativo previstos em seu Estatuto, a Corte IDH fixa prazos para o cumprimento das penalidades conforme o caso concreto. A pesquisa cinge-se em analisar as condenações do Brasil na Corte IDH. Atualmente, já são nove as condenações, quais sejam: caso Damião Ximenes Lopes, com sentença exarada no ano de 2006; caso Gilson Nogueira de Carvalho - 2006; caso Arley José Escher - 2009; caso Sétimo Garibaldi - 2009; caso Gomes Lund e outros, (Guerrilha do Araguaia) - 2010; caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde - 2017; (caso Cosme Rosa Genoveva, Evandro de Oliveira e Outros (Favela Nova Brasília) - 2018; caso Povo Indígena Xucuru e seus membros - 2018; e Caso Herzog - 2018.

Considerando que não há um Comitê no âmbito da OEA, responsável por averiguar o cumprimento das sentenças, embora exista a

fase de Supervisão, a preocupação reside em averiguar se parcial ou integral o cumprimento das obrigações impostas ao Brasil. Logo, a pesquisa tem como objetivo investigar o cumprimento de sentença e suas implicações no aprimoramento da cultura de direitos humanos no Brasil e elencar um rol de direitos violados, para fomentar a discussão a partir da jurisdição internacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O método utilizado no desenvolvimento da pesquisa foi o indutivo, por isso se optou por fontes jurisprudenciais, sobretudo análise de casos em que o Brasil foi condenado pela Corte, além dos Relatórios de Cumprimento emitidos pelo Brasil nos anos de 2014 e 2015.

A fim de investigar o cumprimento integral, parcial ou descumprimento das Sentenças da Corte IDH, o primeiro caso estudado foi o Guerrilha do Araguaia. No desenvolvimento da primeira etapa discutiu-se: cronologia dos fatos; andamento processual; enumeração dos direitos humanos violados e seus respectivos instrumentos jurídicos; fundamentação das partes; argumentação dos juízes da Corte IDH; penalidades impostas e o respectivo *status* de cumprimento – total, parcial ou pendente.

Na segunda etapa avaliou-se a jurisprudência e os dispositivos legais brasileiros relacionados ao caso Araguaia, como a Lei de Anistia, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 e os instrumentos internacionais ratificados pelo Brasil vinculados ao tema. Após, houve o levantamento de hipóteses, de perspectivas positivas e negativas para o cumprimento, baseadas em aspectos políticos, sociais, históricos e jurídicos. Realizou-se, também, um paralelo temático do Caso Araguaia X Caso Herzog, já que a

declaração da responsabilidade internacional em ambos foi consequência de fatos que ocorreram no período histórico da Ditadura Militar.

Por fim, a partir dos diálogos estabeleceram-se quatro temas centrais: Ausência de tipificação do crime de desaparecimento forçado no Brasil e prescrição/coisa julgada; Lei de Anistia Brasileira; Teorias Monista e Dualista como pressupostos teóricos para aplicação do direito internacional no Brasil; e Ausência e necessidade de órgão de fiscalização na Corte e CIDH para aprofundamento do estudo.

No caso Araguaia o cumprimento ocorreu parcialmente, não havendo perspectiva positiva da realização integral. Tal cenário cinge-se no aspecto jurídico, especificamente no julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal, que decidiu pela constitucionalidade e vigência da Lei de Anistia, o oposto do que foi determinado pela Corte IDH. A análise interdisciplinar do tema que ocorreu no Simpósio Interdisciplinar do caso Araguaia evidenciou que o cumprimento da sentença vai além do universo jurídico, razão de forte influência histórica, sociológica e das relações internacionais para tanto.

CONCLUSÕES:

Para compreender as causas da inexecução/execução das Sentenças e suas contribuições no aprimoramento da cultura dos direitos humanos no Brasil, concluímos pela necessidade de uma abordagem interdisciplinar de seus impactos, superando olhar puramente jurídico.

O resultado atual perpassa pelo judiciário pátrio, principalmente, ante a ausência do diálogo com a Corte Interamericana e inobservância dos seus mandamentos.

A discussão sobre aplicação do direito internacional não deve cair em digressões puramente teóricas, impedindo a visualização de novas possibilidades de atualizar o direito interno. Desta forma, faz-se necessário analisar as outras condenações do Brasil para traçar a linha de comportamento do país, se por categorias de direitos violados ou a partir do direito internacional por si só, definindo o papel da jurisdição internacional.

AGRADECIMENTOS:

Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica 2017/2018; ao FOPESQ/UFF.





Ciências Sociais Aplicadas

Título: Poder Judiciário e internação compulsória: um mapeamento das decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Aluna: Gabriela Abreu Gualhano

Orientadora: Dra. Fernanda Andrade Almeida

Departamento de Direito de Macaé – ICM

INTRODUÇÃO:

As primeiras discussões sobre a saúde mental no Brasil surgiram na época da Ditadura Militar, por meio de alguns movimentos, grupos e instituições, como a Renovação Médica e o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. A partir desse contexto, surge o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental, sendo este fundamental para o surgimento, crescimento e fortalecimento do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial no Brasil¹.

A partir de muita luta, e aos poucos, o referido movimento ganha força, e começa a crescer e se espalhar pelo Brasil, sendo o grande impulsionador da aprovação da Lei 10.216/2001.

A referida Lei traz em seu texto a Reforma Psiquiátrica, solidifica as garantias sociais e humanitárias das pessoas que possuem transtornos mentais e privilegia o envolvimento da sociedade nessa esfera. Além disso, quebra a cultura manicomial pautada na exclusão, no medo, nas condições precárias de subsistências, no isolamento e na prática de diversas violências e torturas².

Dessa forma, a Lei 10.216/2001 entra em vigor para um redirecionamento do modelo assistencial à saúde mental, sendo pautado nos direitos humanos e, principalmente, na dignidade da pessoa humana. A necessidade de criar uma lei que dispusesse sobre os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais surgiu com a constatação de que, com a hospitalização, o paciente, além de sofrer com a doença, também sofre discriminação, pois é

excluído da comunidade e muitas vezes do convívio com a família.

A grande problemática é que a Lei Federal 10.216/2001 não fixou por quais meios ocorreria essa mudança. A lei não dispõe acerca das estratégias para a extinção dos manicômios e para a progressão dos tratamentos comunitários que geram a autonomia do paciente. Assim, instituiu o direito do paciente de ser tratado com respeito e humanidade, e estabeleceu que o tratamento deve ter por finalidade a recuperação, por meio da sua inclusão na comunidade, mas não especificou de que maneira isso seria feito³.

Sendo assim, o que a Lei faz é apenas regularizar o laudo médico como o instrumento autorizador que legitima a internação compulsória, mas não regula um meio de dar a esses pacientes um grau de autonomia, tirando, inclusive, o seu direito de optar pela internação ou não⁴.

Desse modo, questiona-se se os pacientes recebem o tratamento adequado para que tenham garantido o seu tratamento humanizado, ou seja, seus direitos fundamentais, uma vez que para cada tipo de enfermidade deve existir um tipo de tratamento diferenciado. Como visto, a internação psiquiátrica é complexa, podendo gerar uma infinidade de violações aos direitos dos pacientes, principalmente no que diz respeito aos direitos fundamentais.

¹ LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, Março/Abr. 2017

² CORREIA, Ludmila Cerqueira. O movimento antimanicomial: movimento social de luta. **Prima Facie - Direito, História e Política**, Paraíba, v. 5, n. 8, p.83-97, jan./jun. 2006

³ PAZ, Fernando I.; IBIAPINA, Érico F. V.; PARENTE, Ariela M. V.; CASTRO, Ulysses R. de; SILVA, Daniele O. F. da. Bioética principialista e internação compulsória: tensionamentos entre autonomia e vulnerabilidade, **Revista Psicologia & Saúde**, vol.8, n. 2, Campo Grande, jul./dez. 2016.

⁴ PAZ, Fernando I.; IBIAPINA, Érico F. V.; PARENTE, Ariela M. V.; CASTRO, Ulysses R. de; SILVA, Daniele O. F. da. Bioética principialista e internação compulsória: tensionamentos entre autonomia e vulnerabilidade, **Revista Psicologia & Saúde**, vol.8, n. 2, Campo Grande, jul./dez. 2016.

O presente resumo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa que tem como objetivo geral fazer um mapeamento das decisões judiciais proferidas em segunda instância no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ), no período de 2001 a 2016, em processos de internação compulsória.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Na primeira etapa do presente estudo foi analisada a Lei 10.216/01, a fim de compreender o processo de internação compulsória e suas problematizações.

Posteriormente, realizou-se a busca das decisões judiciais proferidas em segunda instância no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ) acerca do tema supracitado. As decisões foram selecionadas no banco de dados do TJ/RJ, através de uma busca em seu site institucional⁵.

A busca foi feita por assunto, dentro dos processos cíveis, utilizando-se o termo “internação compulsória”, no período de 2001 a 2016. O marco inicial da busca foi escolhido tendo em vista ser o ano do advento da Lei 10.216/2001. Sendo assim, os dados foram coletados, inicialmente, de forma quantitativa, objetivando mensurar: (i) a quantidade de decisões de segunda instância em processos de internação compulsória em cada ano; (ii) o perfil dos portadores de transtorno mental identificados nos processos; (iii) os tipos de transtornos psiquiátricos presentes nos casos analisados; (iv) o perfil de quem solicita a internação; (v) o perfil de quem recorre internação.

Na busca realizada no banco de dados do TJ/RJ – em conformidade com os parâmetros indicados anteriormente – foram encontradas 266 decisões de segunda instância em processos de internação compulsória no período analisado (2001 a 2016). Todavia, foram analisadas apenas 184 decisões, tendo em vista que as demais – 82 decisões – não possuíam a íntegra do acórdão, o que inviabilizava a busca pelas informações pretendidas.

Pela análise dos acórdãos selecionados foi possível concluir que o ponto destacável foi o fato da internação compulsória prevista na Lei 10.216/01 estar sendo usada, na maior parte das vezes, para a internação de dependentes químicos.

Verificou-se, também, que quem pede a internação, predominantemente, são os familiares dos pacientes, especialmente a mãe do possível internado. Observou-se, ainda, que não houve qualquer caso em que o poder público (municipal e estadual) tenha sido o responsável por solicitar a internação.

Por outro lado, o poder público (municipal e estadual) foi a parte que mais recorreu das decisões que deferiram a internação compulsória em primeira instância.

Nessas análises também foi possível observar que, apesar dos desembargadores alegarem que estavam levando em conta os laudos médicos em suas decisões, estas eram extremamente genéricas quanto ao assunto, o que nos leva a crer que os laudos médicos nos quais elas se fundamentaram também eram extremamente generalizados, não especificando a modalidade de droga utilizada pelo indicado à internação e/ou o motivo pelo qual ele deveria ser internado.

No momento, está sendo feita a análise qualitativa de um processo de internação compulsória em trâmite em uma vara cível de uma comarca do interior do Estado do Rio de Janeiro. O processo está sendo analisado de forma profunda, extraindo o máximo de informações, especialmente as seguintes: o perfil do portador de transtorno mental; quem solicitou a internação; se existe laudo médico e qual o seu teor; se há a presença de laudo psiquiátrico e psicológico; se o Ministério Público atua no processo. Também neste processo observa-se que a dependência química é um fator fundamental na solicitação da internação.

CONCLUSÕES:

O Movimento Nacional da Luta Antimanicomial teve o seu marco inicial na década de 1970, baseado nos debates sobre os meios utilizados na assistência psiquiátrica de pessoas com problemas mentais que se encontravam nos manicômios brasileiros⁶.

A lei 10.216 foi aprovada em 2001, depois de catorze anos tramitando no Congresso Nacional, e foi um marco na história da saúde mental. A lei disciplina em seu texto a Reforma Psiquiátrica brasileira, dispondo sobre os

⁵ <http://www.tjrj.jus.br>

⁶CORREIA, Ludmila Cerqueira. O movimento antimanicomial: movimento social de luta. **Prima Facie - Direito, História e Política**, Paraíba, v. 5, n. 8, p.84/85, jan./jun. 2006.

direitos das pessoas que são acometidas por transtornos mentais.

A primeira etapa da pesquisa objetivou verificar o perfil da pessoa que figura em um processo de internação compulsória, incluindo os tipos de transtornos psiquiátricos e outras condições imputadas ao indivíduo sujeito à internação. Ademais, procurou-se mapear quem são as pessoas ou entes que solicitam a internação compulsória, bem como aqueles que recorrem das decisões de primeira instância que deferem ou indeferem a internação.

Concluiu-se que, em geral, os pedidos de internação compulsória são solicitados pelos próprios familiares do internado, e que este, na maioria das vezes, é classificado nos processos judiciais como usuário de drogas. Ademais, observou-se um interesse do poder público (municipal e estadual) em recorrer nos casos em que a internação é deferida em primeira instância.

Constatou-se, ainda, que as decisões judiciais são muitas vezes genéricas, especialmente ao se referirem ao usuário de drogas, o que nos leva a supor que os laudos médicos nos quais elas se baseiam também são extremamente generalizados, não especificando a modalidade de droga utilizada pelo indicado à internação e/ou o motivo pelo qual ele deveria ser internado. Isso pode ser problemático na medida em que a Lei nº 10.216/2001, em seu artigo 6º, exige um laudo médico circunstanciado para a realização da internação psiquiátrica.

Na fase atual da pesquisa, está sendo feita a análise de um processo judicial que está tramitando em uma vara cível de uma comarca localizada no Estado do Rio de Janeiro. Também neste processo observa-se que a dependência química é um fator fundamental na solicitação da internação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZARRA JUNIOR, Benilton. Desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2007;

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988;

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e

redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm> Acesso em: 24/08/2018;

COELHO, Isabel; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Internação compulsória e crack: um desserviço à saúde pública, **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, V. 38, N. 101, p. 359-367, Abr-Jun 2014;

CORREIA, Ludmila Cerqueira. O movimento antimanicomial: movimento social de luta. **Prima Facie - Direito, História e Política**, Paraíba, v. 5, n. 8, p.83-97, jan./jun. 2006;

DELGADO, Paulo Gabriel Godinho. Democracia e reforma psiquiátrica no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(12):4701-4706, 2011;

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, Março/Abr. 2017;

PAZ, Fernando I.; IBIAPINA, Érico F. V.; PARENTE, Ariela M. V.; CASTRO, Ulysses R. de; SILVA, Daniele O. F. da. Bioética principialista e internação compulsória: tensionamentos entre autonomia e vulnerabilidade, **Revista Psicologia & Saúde**, vol.8, n. 2, Campo Grande, jul./dez. 2016.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq/PIBIC pela concessão da bolsa como forma de apoio e incentivo ao desenvolvimento do projeto de pesquisa acima apresentado.





Ciências Sociais Aplicadas

Avaliação do turismo de segunda residência na Praia do Bonfim, município de Angra dos Reis, RJ.

Luana Patrineri Tabosa; Wilson Martins Lopes Júnior.

E-mail: lupatrinieri@gmail.com

Departamento de Geografia e Políticas Públicas - DGP, Instituto de Educação de Angra dos Reis- IEAR, Universidade Federal Fluminense - UFF- Pólo de Angra dos Reis

INTRODUÇÃO:

Dentre a multiplicidade de conceitos que exprimem o que é o turismo e o quanto é complexa a sua discussão, pode-se evidenciar a afirmação de Beni (2008, p. 18) "O turismo é uma atividade que resulta do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos e, assim, o campo de seu estudo é abrangente, complexo e multicausal." No contexto internacional, pode-se mencionar Douglas Pearce e a sua contribuição "[...] o turismo pode ser pensado como conjunto de relações e fenômenos originados com as viagens e estadas temporária de pessoas que estão viajando sobretudo a lazer ou com finalidades recreativas" (PEARCE, 2003, p. 25). Na prática do turismo, são necessárias infraestruturas e equipamentos turísticos, por exemplo, os equipamentos de alimentação e de hospedagem. No caso do último, há diferentes tipos, como hotel, pousada, *resort*, *hostel* e também as segundas residências. As segundas residências, são propriedades privadas utilizadas por seus proprietários, geralmente nos finais de semana, feriados ou ainda nas férias com o intuito de lazer. Para Tulik (2001, p. 9) "[...] residência secundária, portanto, é um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que tem domicílio permanente em outro lugar." No entendimento de Silva (2012, p.31) "[...] residência secundária ou segunda residência são termos equivalentes e amplos, abarcam formas e usos distintos de um domicílio permanente, tendo como principal finalidade o lazer, a recreação e o descanso de seu proprietário e familiares, seja nos fins de

semana, feriados ou férias." No entanto, as segundas residências provocam diferentes impactos socioespaciais, como a especulação imobiliária, perda da cultura local, alteração da paisagem, problemas ambientais, entre outros. Diante do exposto, essa pesquisa teve o objetivo de compreender o fenômeno das segundas residências, enfatizando sua relação com o Turismo no município turístico de Angra dos Reis, mais precisamente a área circundante à praia do Bonfim. A Praia do Bonfim foi escolhida devido a sua localização, uma vez que representa a praia urbanizada mais próxima ao centro da cidade. No que tange a metodologia, empregou-se os métodos de revisão bibliográfica e metodologia quantitativa, a partir da coleta de informações primárias em fontes de dados demográficos do município e demais censos, e finalmente a metodologia qualitativa e os trabalhos de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No total dos domicílios, pode-se inferir a existência de 306 residências, sendo 213 primeiras residências e o restante, 93, segundas residências na Praia do Bonfim. Ainda sobre o total de 306 domicílios, identificou-se um prédio residencial contendo 10 apartamentos e 1 condomínio habitacional localizado na rua Avenida Vereador Benedito Aldelino, que possui 256 casas no total. Dentre as 256 residências existentes no condomínio, 180 unidades habitacionais são primeiras moradias, permanecendo ocupadas ao longo do ano, enquanto o restante, ou seja, 76 destas, são caracterizadas como segundas residências.

O restante dos domicílios está distribuído pelas ruas Pedro Eugênio de Oliveira, um beco sem saída que permite o acesso à praia, e na própria praia, na qual se tem a maioria desses. No total, são 50 casas, das quais com essa pesquisa podemos perceber que 33 são residências comuns e 17 são segundas residências.

É importante destacar as infraestruturas/equipamentos: estação de esgoto, escola, mercado, padaria e posto de saúde, bem como equipamentos de hotelaria e suporte turístico, tais quais uma pousada localizada na área da praia que conta com 10 dependências. Além disso, há 3 restaurantes na própria praia, e 6 outros comércios (bares e quiosques) que servem refeições. Abaixo o Mapa elaborado com os dados coletados:



FIGURA 1 - Mapa - Infraestrutura, equipamentos turísticos e residências na praia do Bonfim, Angra dos Reis, RJ
Fonte: Próprio autor.

CONCLUSÕES:

A partir do levantamento bibliográfico, tornou-se possível inferir a respeito da importância da produção de material acerca das segundas residências enquanto um instrumento social do espaço urbano nas localidades turísticas. Além disso, a partir deste estudo compreendeu-se os diferentes impactos dessa modalidade de turismo nas localidades onde se instaura. As segundas residências, podem apresentar aspectos positivos, no que diz respeito ao aumento na arrecadação de impostos, geração

de renda, oferta de emprego, dentre outros. Por outro lado, pode vir a submeter a localidade a lógicas externas em detrimento do bem-estar da população local, sendo claros exemplos o aumento do custo de vidas e a especulação imobiliária. Na Praia do Bonfim, conforme exposto nos resultados, um pouco mais de 1/3 é constituído por segundas residências. Esta quantidade expressiva de segundas residências, justifica os períodos mais dinâmicos do bairro e de seu comércio nos feriados e alta estação turística (verão). Ou seja, quando essas residências estão ocupadas por seus proprietários, contrastando com os outros períodos do ano em que passam vazias. Ainda em relação ao turismo, a estação de tratamento de água e esgoto, garante que a praia do Bonfim esteja própria para banho, bem diferente da principal praia do centro da cidade, a Praia do Anil. Existe também a presença de lixeiras ao longo da praia, assim como placas de conscientização ecológica, para incentivar o visitante a manter a praia limpa. As ruas são asfaltadas e possuem boa iluminação, e apesar do local, não possuir uma variedade de comércios, possui uma estrutura de suporte ao turista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 13. ed. São Paulo: Editora Senac, 2008

PEARCE, D. G. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

SILVA, K. de O. **A residência secundária no Brasil: dinâmica espacial e contribuições conceituais**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

TULIK, O. **Residências Secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo**. Tese (Livro-docência) - Ciências Sociais Aplicadas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 1995.

Agradecimentos:

Agradeço a Universidade Federal Fluminense – UFF, assim como ao meu orientador Dr. Wilson Martins Lopes Júnior, Coordenador do Grupo de pesquisa “Geografia, Espaço e Turismo – GEOETUR”. Aluno bolsista PIBIC 2017/2018.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: GESTÃO E POLÍTICA DA CULTURA E DO TERITÓRIO: PRESSUPOSTOS E PERSPECTIVAS

Autora: Roberta Francesca Teles Ramundo

**Departamento/Unidade/Laboratório: GAT/IACS/LABAC-
Laboratório de Ações Culturais**

INTRODUÇÃO: Olhando para a cultura de Niterói e utilizando como recorte o “Quilombo do Grotão”, localizado no Engenho do Mato, espaço de resistência e valorização da cultura afro, buscamos pensar a partir de alguns conceitos e vivências as relações sociais do local e discutir um pouco sobre os desdobramentos da gestão deste território em especial.

Pude participar, observar e conversar com os gestores responsáveis, sem me aprofundar tanto em questões específicas da gestão, tentei entender a origem, as motivações, os recursos, as relações com o entorno, levando em consideração a troca dos moradores com o bairro, impasses políticos, práticas religiosas não só do Quilombo, mas externas, buscando entender o que tudo isso significa na luta da cultura negra.

Foi importante buscar entender o que significa “Quilombo” e o que significa ainda hoje para a cultura de matriz africana, também como isso se encaixa e conversa com a pluralidade de práticas e influências que formam o mosaico que é a nossa cultura brasileira.

A proposta deste estudo foi olhar para o prisma cultural do Brasil e entender como ocorrem as lutas da cultura que descende da África. Olhar para a política cultural que é adotada por nós, brasileiros, e entender os lugares de fala, entender as dificuldades e exaltar as conquistas que vêm sendo feitas ao longo do tempo.

Eu, como estudante de Produção Cultural da UFF, sinto-me responsável por enxergar a pluralidade existente na cultura em que faço parte, também é importante ressaltar que ao escolher este espaço como objeto de estudo, compreendo que o contato direto e a troca com ele é imprescindível. Entender quem são os

agentes sociais facilita o desenvolvimento de projetos e novas visões para dentro deste sistema que estamos inseridos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Esta pesquisa é exploratória, e teve como objetivo entender questões socioculturais do Quilombo do Grotão.

A partir de visitas ao espaço, conversas com integrantes da família de Manoel Bonfim, responsável pelo desenvolvimento da família e personagem principal da identidade de remanescente quilombola, foi possível extrair pontos-chaves de sua estrutura como um espaço de resistência e daí seguir com análises acerca de questões importantes para a produção cultural e demais segmentos ligados a estudos etnográficos.

Foram usados alguns textos para darem o suporte necessário para uma pesquisa mais completa e centrada sobre o assunto em foco. Destacam-se os textos de José Guilherme Magnani (De perto e de dentro: notas para uma cenografia urbana); de Flávia Lages e Luiz Augusto Rodrigues (Cultura e gestão cultural); Luiz Augusto Rodrigues e Marcelo Silveira Correia (Gestão e Política da Cultura e do Território: Pressuposto e Perspectivas); de Teresa Sá (Lugares e não lugares em Marc Augé); de Gabriel Romagnose Fortunato Monteiro (O quilombo em questão: sobreposições e insurgências a partir do conflito socioambiental e territorial da comunidade negra do Grotão no Parque Estadual da Serra da Tiririca); de Munanga Kebenguele (A origem e histórico do Quilombo na África); de Darcy Ribeiro (O povo brasileiro- A formação e o sentido do Brasil); de Contardo Calligaris (*Hello Brasil*: nota de um europeu viajando ao Brasil); de Miriam Fátima de Chagas (A política do reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos); e dois textos de

Michel Pollak (Memória e identidade social; e Memória, Esquecimento, Silêncio).

Os dados desta pesquisa revelaram alguns fatos e algumas percepções sobre as questões que envolvem cultura, política e sociedade. A família do Quilombo do Grotão está na sua sexta geração, desde o início do século XX até este ano muito foi conquistado e muito do que envolve a luta negra está por vir, por isso, os resultados desta pesquisa envolvem algo que vem da formação do país e está caminhando à passos lentos, mas ainda hoje não existem respostas concretas. Os negros não possuem as mesmas oportunidades e não recebem o “sim” com precisão ou rapidez, pois não é de interesse geral. O território em que habitam há anos, os quilombolas em questão, somente agora pôde ser reconhecido como pertencente a eles, por isso há muito para se estudar, entender e compartilhar sobre suas lutas e objetivos.

CONCLUSÕES:

Esta pesquisa trouxe, até agora, como resultado, alguns pontos que ainda precisam ser analisados mais de perto. Mas, de primeira instância, conheci o espaço e acredito que posso fazer maiores recortes sobre o que pude conhecer e perceber. Há diversos segmentos e temáticas para serem explorados e ao conhecer a história, a família, as atividades realizadas no espaço e entender o que significava e o que significa quilombo no âmbito semântico e o que esta estrutura representava e representa, fui capaz de ir atrás de respostas.

Acredito que tenha extraído informações importantes e através dos textos lidos, casei ideias que me levaram a outros lugares e ao final desta etapa percebi que o Quilombo do Grotão é um espaço de resistência, luta negra e valorização e conservação da cultura que foi herdada de Manoel Bonfim.

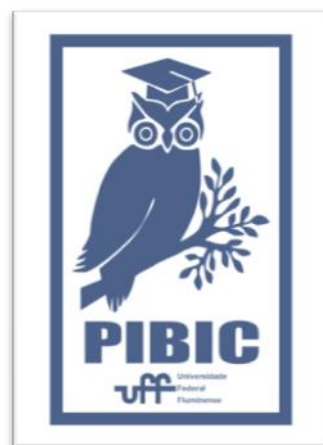
Pensando em questões territoriais, vemos que a sociedade, a medida que busca evoluir, exclui uma parcela que não faz parte do circuito comercial e econômico. Aqueles que participam como mão-de-obra, aqueles que possuem renda baixa ou inexistente, então, seu pedaço de terra é derrubado, ignorado e por cima dele é construído algo que, a partir desse prisma, algo que torne a cidade mais bela, comercial. Mas a questão é: Como podemos evoluir se pessoas são deslocadas constantemente para locais

inabitáveis? Geralmente não possuem saneamento, estruturas para uma educação digna e demais condições não lhes são oferecidas.

A luta do povo descendente dos escravizados é algo muito vivo e cada dia enfrentam diversos embates, mas pelo que foi percebido neste tempo em contato com eles, é que têm consciência das dificuldades e estão dispostos a protegerem suas práticas. Ao buscarem se conectar com outros grupos quilombolas, tem o objetivo de se re-apropriarem do que é deles e assim tornar pública a mobilização de resistência.

Agradecimentos:

A todo o pessoal do Quilombo do Grotão.





Ciências Sociais Aplicadas

A nova audiência de conciliação e de mediação do CPC: entre idealizações normativas e possibilidades empíricas

Otto Antonello Terrana de Melo Bezerra Brito

Departamento de Processualística e Prática Forense/Faculdade de Direito/ObservaProcessos

INTRODUÇÃO:

Partindo do contexto de uma crise do Judiciário, é possível observar os esforços do legislador em expandir a utilização de mecanismos consensuais de administração de conflitos.

Dessa forma, a entrada em vigor de um novo Código de Processo Civil, que privilegia os métodos consensuais, trouxe consigo a expectativa de solucionar muitas das dificuldades enfrentadas na prestação jurisdicional, notadamente com a pretensão discursiva de torná-la mais célere e efetiva, uma vez que incentiva a composição dos conflitos pelas próprias partes.

Nesse contexto, esta pesquisa objetivou dar continuidade ao projeto *Mediação e conciliação no Novo CPC: uma abordagem empírica*, financiado pelo Edital PIBIC/UFF 2016-2017. Partindo de dados empíricos coletados na pesquisa anterior, que identificou boicotes empíricos à realização da audiência do art. 334 do Novo CPC, que não tem sido designada, este projeto teve o propósito de compreender, então, os motivos e as justificativas dos operadores do direito, bem como suas representações sobre a importância, ou não, da conciliação e da mediação para o sistema processual, sendo certo que, mais especificamente, a proposta teve o escopo de entender por que a empiria tem oferecido tanta resistência à nova audiência do art. 334, circunstância que, só por si, já sugere a existência de um importante abismo entre discursos e práticas, notadamente, entre as perspectivas esperanças do legislador processual e as possibilidades empíricas impostas pela realizada forense, que, aparentemente, está resistindo ao fomento de uma (nova) cultura de consenso no processo brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A doutrina destaca que a mediação e a conciliação são meios adequados de administração de litígios, que devem ser cada vez mais valorizados pelo Estado e pela sociedade, já que contribuem para a diminuição da litigiosidade, permitindo a produção de resultados mais satisfatórios a todos os interessados. Entretanto, a observação das práticas sugere boicotes à adoção desses procedimentos, falta de uniformização em seu tratamento e discricionariedade na designação, ou não, das audiências de conciliação e de mediação [dados sugestivos de que a cultura da sentença e da centralidade do processo na figura do Juiz ainda prevalece].

O argumento da “busca pela celeridade” foi o maior obstáculo à implementação da audiência de conciliação e de mediação nas práticas forenses no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Foi possível concluir que a maioria dos juízes entende que a audiência do art. 334 obstaculiza o andamento do processo, porque desacelera a marcha do processo e na maioria dos casos não é exitosa.

A análise jurisprudencial demonstra ausência de consenso sobre a interpretação e os procedimentos a serem adotados em relação à audiência do art. 334. Nota-se, ainda, a ausência de um posicionamento uniforme entre os magistrados no que diz respeito à designação ou não da audiência, ou seja, sobre a obrigatoriedade prevista no *caput* do artigo, o que tem gerado problemáticas. Isso porque, ao menos em tese, o artigo é taxativo sobre as hipóteses em que a audiência não será designada, não cabendo a interpretação subjetiva, que acontece na prática.

Outra reflexão possível é a de que algumas decisões entendem pela obrigatoriedade da audiência, ainda que uma parte manifeste seu desinteresse e que, se assim não o for, geram a nulidade do processo.

Em contrapartida, outras decisões entendem que se uma parte manifestar o desinteresse, tal circunstância já fundamenta, por si só, a opção do magistrado em não designar a audiência, de modo que o processo não será anulado se não for comprovado prejuízo para a parte.

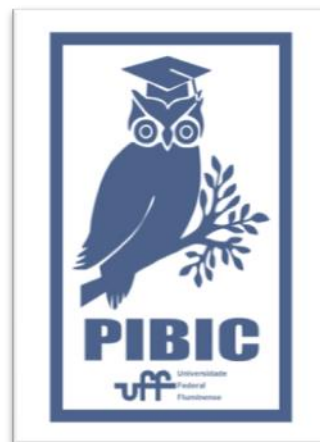
A impressão que a análise jurisprudencial deixa é de que a designação ou não da audiência do art. 334 e, por conseguinte, a importância ou não dos institutos da mediação e da conciliação estão muito mais vinculadas ao entendimento pessoal do magistrado sobre a relevância dos meios alternativos do que propriamente a um dever legal de observância à norma do CPC/2015.

CONCLUSÕES:

Os resultados da pesquisa permitem perceber alguns contrastes e dissonâncias entre normas e práticas, bem como a relevância metodológica do trabalho de campo. Foi possível constatar, ainda, diversas percepções dos operadores do Direito acerca da temática que motivou o interesse do projeto. Dessa forma, a pesquisa permitiu verificar, em suma: 1) a importância da pesquisa empírica para identificar aspectos do processo que a doutrina não privilegia; 2) a ausência de consenso sobre os conceitos de mediação e de conciliação e, por conseguinte, a falta de critérios objetivos para submeter conflitos a um ou a outro tratamento, deslocando para o julgador a escolha do método a ser utilizado em cada caso concreto; 3) a impossibilidade de identificar um sistema que, de modo objetivo, identifique critérios para definir, no caso concreto, quais demandas são mais adequadas a cada um dos institutos, sendo casuística e pessoalizada a interpretação dos casos; 4) o boicote empírico à realização das audiências do art. 334 do NCPC, em nome da celeridade processual; 5) o entendimento de que o consenso é pouco útil ao processo, pois posterga a decisão do juiz; 6) a percepção de que, não obstante o prestígio proporcionado pelo CPC aos meios consensuais de solução de conflitos, a cultura do litígio ainda prevalece; 7) a compreensão de que, apesar de tais métodos serem considerados formas mais humanizadas de administração de conflitos, as suas práticas parecem sugerir que, de fato, os institutos têm outra finalidade, voltada a colaborar majoritariamente com a gestão de um acervo inadmissível de processos.

Diante disso, ainda que seja uma inovação recente, com vigência a partir do ano

de 2016, conclui-se que já foi possível perceber contrastes no sentido de que a prática forense nem sempre é compatível com o discurso jurídico e, conforme relatado em caso concreto, eventualmente até confronta a previsão legal.



Agradecimentos:

À UFF e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, que permitiu meu primeiro contato com a pesquisa.

Aos interlocutores da pesquisa, que contribuíram para os seus resultados.



Ciências Sociais Aplicadas

Destituição de direitos e superexploração: uma análise das políticas do Banco Mundial para a Política Nacional de Assistência Social nos anos 2000

Maria Clara Sameiro de Almeida

Departamento de Serviço Social de Niterói

INTRODUÇÃO:

A atual proposta se pretende pensar as tendências da Política Nacional de Assistência Social brasileira, considerando que sua concepção, seu sentido e seu processo de implementação sofreram impactos da crise, das respostas dadas a ela no contexto do padrão de reprodução do capital no circuito das economias dependentes, que tem como um dos seus pilares a superexploração do trabalho e a influência das assertivas e negociações envolvendo os empréstimos do Banco Mundial e suas políticas voltadas para a pobreza no Brasil a partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Por isso, tem como objetivo geral analisar a influência do Banco Mundial na Política Nacional de Assistência Social a partir da implementação do SUAS. Para tal, buscará mapear as estratégias para pobreza do Banco Mundial para o país após a implementação do SUAS; mapear os compromissos e empréstimos setoriais para o país nesse período; e analisar os documentos da Política Nacional de Assistência Social comparando as categorias encontradas nos documentos do Banco Mundial.

Apresenta-se nesse projeto a hipótese de que a política social nas economias dependentes, por meio da centralidade das prestações de transferência de renda, e a Assistência Social no Brasil, ao invés de minorar os impactos da superexploração do trabalho, vêm assegurando as bases de reprodução da mesma nesse contexto recente de integração via especialização produtiva (OSÓRIO, 2012) na economia mundial financeirizada (CHESNAIS, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

1 - o primeiro envolve o debate sobre a categoria superexploração do trabalho, cujo acúmulo inicial foi necessário para dar sentido à

discussão sobre a funcionalidade da Política de Assistência Social no Brasil nessa etapa de ajustes neoliberais no capitalismo dependente, para isso utilizando categorias e fundamentos da Teoria Marxista da Dependência;

2 - o segundo eixo envolve a discussão que se acumulou ao nos debruçarmos sobre os documentos mais recentes dos organismos internacionais, os quais reafirmam princípios liberais e sociais-liberais de alinhamento das políticas sociais, reforçando uma restauração conservadora da Assistência Social no Brasil em direção à gestão e alívio à pobreza, reiterando princípios individualistas e subjetivistas;

3 - o terceiro eixo diz respeito à própria trajetória recente da Política de Assistência Social no Brasil e as contradições que a envolvem nesse contexto pós implementação do SUAS, tendo como referência as principais vertentes do debate presentes no Serviço Social. Tais resultados estão sistematizados no relatório final PIBIC entregue em agosto de 2017.

4 - as relações entre Estado e Assistência Social no contexto de financeirização e neoliberalismo, considerando as particularidades do capitalismo dependente e elementos da formação econômica brasileira. A conjuntura atual, pós golpe 2016, é vista a luz de tais conceitos e determinações;

5- nas considerações recentes do debate acerca das expropriações contemporâneas, direitos sociais e a política de Assistência Social.

CONCLUSÕES:

1 - A dependência pode ser entendida como um processo contraditório de acumulação de capital que tem seu alicerce na superexploração da força de trabalho, cujas características aguçam as diferenças específicas dos países dependentes com o capitalismo central. Assim, pensar os condicionantes histórico-estruturais da dependência, reforçados pela própria dinâmica de acumulação mundial, é pensar que a resposta periférica para o desenvolvimento

capitalista está baseada na superexploração da força de trabalho e, conseqüentemente, a distribuição regressiva da renda e da riqueza, e o aprofundamento das expressões da “questão social”. Diante disso, as formas de enfrentamento da questão social no Brasil, e dentro delas a política de Assistência Social, não podem estar fora dessa dinâmica da dependência e da sua base fundamental que é a superexploração da força de trabalho;

2 - A “face mais humana” que envolve o combate à pobreza e todo o aparato discursivo que o acompanha são definidos pela aquisição de atributos pessoais por parte dos indivíduos, pois pobreza é percebida como falta de renda, de capacidade, de “estado de espírito”, e sua superação estaria ligada ao aumento de liberdades individuais por políticas de capacitação e ampliação de oportunidades. Isso promoveria, em tese, o alargamento das possibilidades de escolhas pessoais e o potencial para sair de situações de carência (material ou simbólica). Esse discurso vem construindo uma verdadeira naturalização do capital, construindo barreiras ideológicas para impedir qualquer tentativa de crítica efetiva à visão de mundo subjacente à lógica que constrói e mantém os ajustes neoliberais.

3 - Os processos de expropriação que foram descritos por Marx, assumem novas formas na contemporaneidade. Entendendo a relação social que se constrói no surgimento da sociedade capitalista, onde o trabalhador é retirado dos meios de produção e agora, como trabalhador livre, precisa vender sua força de trabalho, pode-se perceber que esses processos permanecem e se atualizam. Para a ampliação do capitalismo, foi necessária a manutenção desses processos, na medida em que era necessária a obrigação dos trabalhadores permanentemente no processo de acumulação, que precisam de regulação contínua ainda hoje. O momento pós-crise de 70, com a quebra do Estado social, foi necessário se pensar em novas formas de exploração, de modo que se ampliasse a acumulação. O processo de reestruturação produtiva atualiza as formas de expropriação quando coloca como mercadoria, através das precarizações e privatizações, todos meios de sobrevivência do trabalhador.

4 -A Assistência Social não é apenas uma política de enfrentamento a pobreza. Sua centralidade na Seguridade Social acontece pela mercantilização e privatização das outras duas políticas que compõem o sistema de

proteção social brasileiro. Cada vez mais, fazem uso de políticas minimalistas que não compensam a superexploração, mas servem para regulação da superpopulação relativa.

5 - Todas essas questões nos instigam a afirmar a tese de que a Assistência Social no Brasil hoje expressa a tendência mais geral das políticas sociais nos países dependentes, de que a expansividade dessa forma de ser da Assistência Social colabora para a destituição dos direitos previamente conquistados e, conseqüentemente, agravando as condições de superexploração da força de trabalho, ao ajudar a minimizar direitos, o que significa usurpar elementos essenciais que comporiam o fundo de vida útil e total dos trabalhadores, ou seja, os destituem daquelas condições que prolongariam suas vidas.

6 - Estamos diante de processos de exploração redobrada, na medida em que se viola o valor da força de trabalho, aliada à retirada progressiva de direitos acobertada pela ampliação dos aparatos assistenciais, que de forma alguma podem funcionar como compensação necessária para a reprodução diária dos trabalhadores nas condições de precarização estrutural atuais. Dessa forma, se pode inferir que as políticas sociais nos países dependentes não protegem os trabalhadores das condições de superexploração, mas funcionam para obscurecê-las e reafirmá-las.

Agradecimentos:

Agradeço a Prof.^a Ana Paula Mauriel pela oportunidade de participar da pesquisa e por sua dedicação, paciência e compreensão em todo o processo da pesquisa, e também a UFF e CNPQ pelo apoio via concessão da bolsa que permitiu que o processo da atividade de iniciação científica.



Ciências Sociais Aplicadas / Comunicação Visual

Comunicação Visual em ambientes virtuais de aprendizagem: discurso midiático das vídeo aulas

Autores: Jéssica Riquena da Costa, Vinícius José Rodrigues Guahy, Mayara Aguiar Monica de Souza e Alexandre Farbiarz

Comunicação Social / Instituto de Arte e Comunicação

Social / Grupo de Pesquisa educ@midias.com – Educação para as Mídias em Comunicação

INTRODUÇÃO:

O uso da tecnologia na educação é um tema recorrente nas discussões sobre a educação presencial e a distância. Especialmente no modelo de educação a distância pode-se notar que o uso da tecnologia aparece presente de forma mais ativa através das vídeo aulas.

O *Youtube.Edu*, lançado dia 11 de dezembro de 2013, é a plataforma de educação, em português, do *Google*. No canal são apresentados vídeos de professores brasileiros voltados, especificamente, para o ensino básico. Os vídeos passam por uma curadoria em parceria com a Fundação *Lemann* e os que já estavam disponíveis na plataforma passam a integrar o Portal *Youtube.Edu*. O portal contava com vídeos registrados por canais de educação. Eles estão divididos em disciplinas do currículo tradicional: Língua Portuguesa, Matemática, Espanhol, Inglês, Biologia, Física, Geografia, História, Educação Física (Rio-2016), Ciências, Filosofia, Sociologia e Química, além de dicas e resoluções de provas antigas.

Iniciada em março de 2017, esta pesquisa dá continuidade ao trabalho desenvolvido por bolsistas anteriores. Possuindo como objeto de pesquisa o Portal *Youtube.Edu*, ela apresenta como objetivos o levantamento, a discussão e a produção de conhecimento sobre as relações entre recursos discursivos e tecnológicos e os métodos didáticos das vídeo aulas online. Desta forma, a pesquisa busca levantar conhecimentos que ajudam a pensar em estratégias para a educação a distância online.

ANÁLISE:

A primeira etapa da pesquisa consistiu na análise quantitativa dos mais de 61 mil vídeos inscritos no *Youtube.Edu*. Depois, observou-se, através da qualificação dos vídeos, que algumas disciplinas possuíam uma quantidade exorbitante de vídeos

em relação às outras. Matemática, por exemplo, possuía 19.950 vídeo aulas, enquanto Ciências possuía apenas 744 vídeo aulas. Neste aspecto, inicialmente, nossa hipótese de trabalho era que a quantidade de acessos indicava a preferência dos usuários do portal.

Na segunda etapa realizamos uma análise mais detalhada dos vídeos mais acessados no portal, que eram indicados como “favoritos” em cada disciplina. Foram analisados os 12 vídeos mais assistidos de cada uma das disciplinas, em um total de 180 vídeos. A definição das categorias de análise se deu através dos objetivos propostos, com base no discurso, planos usados, qualidade de vídeos e recursos pedagógicos.

A terceira etapa consistiu em um levantamento de dados juntos aos usuários a fim de entender sua preferência em relação ao portal. Para tanto, utilizou-se um formulário eletrônico estruturado com duas questões abertas e 11 fechadas. A pesquisa foi realizada entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018 com um total de 158 respostas. Os respondentes, em sua maioria, eram estudantes do Ensino Médio (45,5%) e tinham entre 16 e 19 anos (52,1%).

A quarta etapa da pesquisa foi um levantamento teórico que pudesse embasar os resultados encontrados. Assim, buscamos autores que focam seus estudos nas formas de educação e, principalmente, nas formas de educação a distância.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir do levantamento dos vídeos favoritos confirmou-se que 52% dos usuários não possuía enfoque em concursos públicos. Tendo isso relatado, passou-se a trabalhar com a hipótese de que os usuários que buscavam as vídeo aulas do portal ainda estavam em período escolar. Essa hipótese foi confirmada após o resultado do levantamento de dados da terceira etapa, onde

45,5% dos respondentes estavam cursando o Ensino Médio.

Ao observarmos os recursos pedagógicos utilizados nas vídeo aulas indicamos a presença de quadro branco, TV, materiais para realizar experiências (nos vídeos em que possuem experiências), microfone e mesa. No entanto, em 33% dos vídeos analisados não era usado nenhum material, sendo que o quadro branco estava presente em cerca de 17% das vídeo aulas. Em se tratando dos recursos pedagógicos virtuais, observamos o uso de fotos, legendas, vídeos, elementos visuais animados e animações. Novamente, 24% dos vídeos não apresentavam nenhum recurso, sendo que a legenda foi o recurso visual mais usado, presente em 33% das vídeo aulas.

Esse resultado divergiu dos resultados obtidos na terceira etapa. O levantamento com o público mostrou que 33,6% dos respondentes prefeririam que as aulas tivessem elementos visuais animados, sendo que 20,9% desejavam animações e somente 14,2% as legendas.

Na análise da representação do professor nos vídeos, reparou-se que em 62% deles ela era tradicional, do indivíduo retratado mesmo como um professor. O levantamento feito com o público do portal confirmou que essa é efetivamente a preferência de 82,1% dos usuários. Já a representação como cientista foi identificada em 23% das vídeo aulas, sendo a segunda maior.

Em relação à qualificação dos conteúdos expostos no portal, descobriu-se que 62% dos vídeos apresentam conteúdos teóricos, embora as visualizações de vídeo aulas de conteúdo prático sejam superiores. Além disso, percebeu-se que a divisão desse conteúdo não é uniforme. Enquanto Filosofia, História e Geografia possuíam apenas vídeos teóricos, outras disciplinas como Matemática, Física e Química não possuíam nenhum. O levantamento realizado com os usuários revelou que 31,3% preferem assistir vídeos com repetição e resolução de exercícios, 29,1% vídeos com conteúdo teórico e 27,6% com conteúdo prático. Conclui-se que os usuários consomem os vídeos teóricos e buscam uma complementação prática, assim como nas aulas presenciais.

O levantamento com o público indicou que as disciplinas mais procuradas são Matemática e Física, que são as que possuem mais vídeos no portal. Em segundo lugar estão Química e Biologia que ocupam o 4º e 6º lugar no levantamento qualitativo dos vídeos. Esse dado revela que existe uma divergência entre o que é oferecido no portal e a preferência dos usuários.

Em relação ao tom adotado pelo professor, a pesquisa quantitativa revelou que em 44% das vídeo aulas era usado o tom amigável, seguido

do tom formal (23%) e do tom técnico (22%). O levantamento com o público mostrou que 61% dos respondentes preferem o uso do tom amigável pelo “professor” nas vídeo aulas.

A partir desse levantamento, percebe-se que a representação do professor mais usada nas vídeo aulas é a representação tradicional do professor. E, além disso, a preferência, por parte dos produtores, pelo uso de legendas como recurso visual ou de nenhum recurso, assim como a discrepância entre conteúdo teórico e prático, ressaltam o quanto que o método tradicional de ensino se faz presente nas vídeo aulas.

Assim, o modelo de vídeo aulas presente no *Youtube.Edu* ainda apresenta uma forma tradicional de ensino, com bastante conteúdo teórico, poucos recursos gráficos, com a representação do professor e o tom adotado. E, esse modelo, mesmo que pareça inadequado ou convencional é, também, a preferência do público. Os respondentes, apesar de se mostrarem interessados em recursos visuais, preferiram em outros momentos o conteúdo teórico e a representação tradicional do professor.

Esses resultados apontam para um fenômeno que conhecemos como *virtualização da sala de aula* (VALENTE, 2002, p.29). Esse fenômeno define que “o processo educacional é centrado no professor, que detém a informação e passa para o aprendiz”. Ainda segundo o autor, a utilização dos recursos pedagógicos tradicionais nas vídeo aulas não traz benefícios ao sistema de ensino. Entretanto, percebemos que os usuários preferem esse tipo de aula, o que torna mais viável a produção e, no caso do portal, a visualização das aulas.

Contudo, em nossa pesquisa, percebemos que os vídeos do canal “Manual do Mundo” são os mais visualizados do site, com média de 5 a 10 milhões de visualizações. Nesses vídeos, em nenhum momento o apresentador é representado de forma tradicional, em um vídeo explicativo ou à frente de um quadro branco. No canal, o “professor”, que na verdade é um jornalista, é representado como um cientista, ou ainda, como um personagem.

Além disso, o segundo canal mais assistido, o “aulalivre.net”, embora possua uma representação tradicional do professor, faz uso constante de recursos visuais, além dos recursos convencionais. Ou seja, apesar da educação tradicional estar presente através da representação do professor, o uso de recursos visuais é um diferencial nesse canal.

A partir desta pesquisa, pode-se supor que o público tenha preferência por aulas apresentadas de um modo mais dinâmico. Entretanto, essa

suposição contrasta com o levantamento do público e a pesquisa qualitativa dos vídeos do portal, que indicou uma maior quantidade de vídeos teóricos. Também percebemos que o tipo de conteúdo dos vídeos também não é distribuído uniformemente. Enquanto os vídeos mais assistidos das disciplinas de História e Geografia possuem apenas aulas teóricas, as disciplinas de Matemática, Física e Química não possuem nenhum vídeo teórico. Além de que, há muita discrepância na quantidade de vídeos entre as disciplinas.

Essa nova pesquisa sugeriu uma nova hipótese, de que a distribuição desigual de vídeos estaria criando um resultado que não refletia as preferências do público, mas a preferência dos produtores. Assim, movidos por essa hipótese, aprofundamos as pesquisas em relação aos 12 vídeos mais assistidos de cada disciplina e descobrimos que, sozinhas, as disciplinas de Química, Matemática e Física representam 61% das visualizações do canal. As disciplinas de Matemática e Física apresentam, quase em sua totalidade, vídeos do canal “Manual do Mundo”. Por esse motivo, essas disciplinas apresentam vídeos com mais material inovador e mais recursos visuais.

Em parte, esse levantamento entrou em choque com os dados iniciais. Ele confirmou que os vídeos das disciplinas da área de exatas são os mais assistidos. Entretanto, a preferência relatada pelo público no formulário era para o conteúdo teórico. Tendo em vista essa divergência, partimos para uma hipótese secundária: acreditamos que o formato destes vídeos superou o interesse dos alunos pelos conteúdos que eles continham.

Para validar essa hipótese decidimos avaliar os 12 vídeos mais assistidos dessas disciplinas - não produzidos pelo canal “Manual do Mundo”. Analisamos que as aulas apresentadas por outros canais traziam mais conteúdos teóricos e voltavam a representar o professor de forma tradicional. De um total de 55 vídeo aulas assistidas, percebemos que 90% delas possuíam conteúdo teórico e 10% conteúdo experimental.

Esse resultado mostrou que no canal há pouca variedade entre os vídeos e que se o usuário tiver a opção de escolher entre um vídeo dinâmico ou teórico, ele escolha o primeiro. Esse levantamento validou a hipótese de que os resultados alcançados nesta pesquisa representam as preferências de quem produziu os vídeos e não, necessariamente, de quem os consumiu.

Como exemplo, destacamos a disciplina de Inglês, que tem nos seus vídeos, como método predominante, a repetição de exercícios. O canal “Inglês Winner” é o mais acessado, com 7 dentre

os 12 vídeos mais assistidos. Mesmo que o método de repetição de exercícios não apresente grande inovação, os produtores do canal utilizam de muita exemplificação e interação para explicar o assunto abordado no vídeo, deixando de lado o modelo de conteúdo teórico apresentado nos vídeos de exatas, por exemplo.

Notamos, também, que os vídeos mais antigos do canal “Inglês Winner” apresentam baixa qualidade de imagem e pouco uso de recursos visuais e, mesmo assim, possuíam número de visualizações semelhantes aos vídeos recentes. Por esse motivo, acreditamos que a estética do vídeo não é o mais importante para o usuário, que busca um conteúdo mais explicativo e uma linguagem atual e diferenciada.

CONSIDERAÇÕES:

Ao final da pesquisa chegamos a duas conclusões. A primeira é de que a quantidade de vídeo aulas com conteúdo teórico representa a preferência do produtor e não do usuário. A maioria dos vídeos do canal possuem uma linguagem teórica, sendo que estão concentrados nas disciplinas Português, Biologia, História e Geografia. Sendo que, as disciplinas mais assistidas do canal são Química, Matemática e Física, que possuem pouquíssimos vídeos teóricos.

A segunda conclusão é da preferência dos usuários pelo conteúdo e não pela estética, como percebemos no canal “Inglês Winner” que, mesmo os vídeos mais antigos possuem boa colocação entre os mais assistidos da disciplina.

Desta forma, acreditamos que possamos estar contribuindo para que produtores de conteúdo didático online, no formato de vídeo aulas, possam rever seus paradigmas e buscar ofertar, além de um conteúdo de qualidade, uma proposta pedagógica por meio de linguagem verbal e de linguagem visual que propicie um melhor resultado junto ao seu público assistente, composto predominante por jovens antenados nas novas tecnologias, novas linguagens verbo-visuais e novas formas de relações interpessoais online.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FARBIARZ, Alexandre & NOJIMA Vera Lúcia Moreira dos Santos. **O(s) lugar(es) do design(er) na construção de um curso a distância on-line**. Tese de Doutorado em Design. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil. 2007.

VALENTE, J. A. A espiral da aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação:

repensando conceitos. In: JOLY, Maria Cristina (Ed.) **Tecnologia no ensino**: implicações para a aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 15-37.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq e à UFF pelo apoio à pesquisa.



Ciências Sociais Aplicadas

Diante de Imagens Urbanas. Aproximações da Cidade Contemporânea

Autor: André Costa de Abreu

Departamento de Urbanismo/Escola de Arquitetura e Urbanismo/Laboratório do Lugar e da Paisagem LabLuPa

INTRODUÇÃO:

O trabalho tem como objetivo apresentar experimentação metodológica desenvolvida na pesquisa “Diante de Imagens Urbanas: aproximações da cidade contemporânea”, que se dedica à busca por outras formas de abordagem e compreensão da cidade contemporânea tendo como objeto central as imagens urbanas/imagens de cidades. A experimentação envolveu processos de articulação entre discursos sobre as cidades: escritos e desenhados nos campos das HQ’s e da Arquitetura e Urbanismo, justaposição panorâmica das produções de narrativas gráficas contemporâneas e da historiografia da cidade, como também outras formas de aproximação que colocam em movimento o pensar. Justifica-se a escolha destes dois campos por sua proximidade mais latente: a expressão principal destes ocorrer através do desenho, da imagem, e pela identificação da criação de imagens como narrativas, como discursos que vem acompanhando, reagindo, refletindo as transformações das cidades. Partindo da ideia de ROUCH de que as imagens são muito mais do que é visível, as ações de cartografia, montagem e colagem foram associadas como ferramentas em um esforço de pensar por imagens (WARBURG) e a partir de imagens (BENJAMIN), transpondo limites disciplinares e rompendo com as linearidades marcantes do pensamento dedutivo. Os gestos articuladores se sobrepuseram e se entrelaçaram resultando em imagens outras, criadas a partir de processos reflexivos e associativos com potencia interrogativa e que figuram como obras abertas (ECO), no sentido da multiplicidade de leituras que estas permitem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os produtos alcançados neste ano de pesquisa são: 1) cartografia das HQ’s com temática urbana lançadas entre 1980-2010; 2) identificação das temáticas mais recorrentes sobre a cidade abordadas dentro do campo da Arquitetura e Urbanismo: 2.1) mapeamento localização/ano/temática dos encontros e seminários ENANPUR/ ENANPARQ/ SHCU e grupos de pesquisa cadastrados no diretório CAPES (tendo como palavra-chave cidade contemporânea); 2.2) contabilização das terminologias utilizadas nos resumos e palavras-chave dos autores publicados nos anais de cada evento/ resumos e bibliografia dos grupos de pesquisa; 2.3) análise e contabilização das referências bibliográficas adotadas pelos autores dos artigos; 2.4) geração de verbetes-conceito baseados nas análises dos materiais anteriores. 3) colagens (ensaios imagéticos). O material referente aos discursos/vocabulário dentro do campo da Arquitetura e Urbanismo sobre a cidade, sendo compilado e analisado desencadeou discussões e reflexões sobre as abordagens, a persistência e a “marginalidade” de temáticas/ termos/ palavras ao longo dos últimos 30 anos. Em paralelo, a construção de um discurso imagético pelo campo das HQ’s de temática urbana, explorado na pesquisa tanto por compilações panorâmicas quanto temáticas, mostrou-se potencial como “visualidade” e de todo um discurso e debate sobre a cidade contemporânea que transpassa diferentes campos que tem como expressão principal, a criação de imagens. A repetição de imagens, a singularidade de outras e o processo de montagem possibilitou uma articulação intensiva resultando em composições visuais (colagens/ensaios imagéticos) variadas, materiais ricos e exemplares na confirmação da reatividade e proximidade das HQ’s urbanas e

das discussões contemporâneas sobre as cidades.

CONCLUSÕES:

O confronto e cruzamento dos verbetes conceito (resultado da análise dos discursos/ vocabulário / temáticas / referências bibliográficas apresentadas nos encontros e seminários de Arquitetura e Urbanismo e dos grupos de pesquisa) com as imagens urbanas das HQ's, intensificado por meio das colagens e processo de montagem, resultou em ensaios imagéticos/ colagens. A partir das colagens balizadas pelos verbetes conceito foi possível entender como o discurso de imagens vem criticando e por vezes denunciando, por vezes antecipando, ações, conflitos e práticas nos processos contemporâneos urbanos. A correspondência /confronto/ conflitos entre discursos (escritos) e imagéticos (desenhados), resultaram na percepção e reafirmação da importância da imagem nos estudos historiográficos e na utilização da colagem/ensaio imagético como provocação reflexiva. Pressupostos da pesquisa foram fortalecidos, sendo os principais: 1.

As imagens urbanas (virtualidades) criadas refletem discursos, posicionamentos, interrelações daqueles que a concebem (sujeitos produtores);

2. As imagens influenciam outras criações através da sua circulação (contaminações);

3. Suas criações são reações diretas a materialidade vivida, às formas de vida social urbana e aos processos urbanos.

A experimentação com as colagens delineou a composição de um plano de pensamento sobre a cidade contemporânea. Na medida em que frente a objeto tão complexo e dinâmico como o urbano, a abertura à possibilidade de mudança de posição mostrou-se fundamental para acompanhar as dinâmicas das cidades, práticas, discursos e relações que as envolvem.

Agradecimentos:

Ao PIBIC pelo apoio para desenvolvimento desta pesquisa, sem o qual esta não teria sido possível.

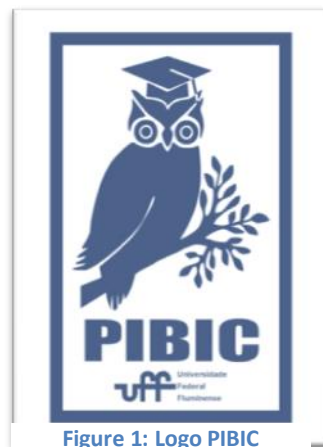


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

Acesso à informação nos municípios da Grande Rio: estudo de identificação das políticas públicas de gestão de documentos e transparência administrativa

Nádia Dévaki Pena Garcia; Thales Vicente de Souza; Ana Célia Rodrigues

Curso de Arquivologia / Departamento de Ciência da Informação / Instituto de Arte e Comunicação Social

INTRODUÇÃO:

O tema desta pesquisa insere-se no campo teórico da Arquivologia abordando as questões ligadas a identificação das políticas públicas arquivísticas desenvolvidas pelos municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”, como contribuição para a aplicação da Lei de Acesso à Informação. Trata-se de recorte temático do projeto de pesquisa “Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios da Grande Rio” (apoio JCNE2015/FAPERJ e Universal CNPq), desenvolvido pelos alunos Nádia Dévaki Pena Garcia e Thales Vicente de Souza, com bolsa PIBIC/CNPq/UFF no período de 2017/2018 que integra a produção do Grupo de Pesquisa “Gênese Documental Arquivística”, UFF/CNPq.

No Brasil, os dispositivos expressos na Constituição Federal de 1988, onde se afirma que “compete à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta aos quantos dela necessitem” (§ 2º do art. 216), ofereceu os fundamentos para dotar o país de uma legislação arquivística. A Lei nº 8.159, aprovada em 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, conhecida como Lei Nacional de Arquivos, possui características notadamente conceituais, fazendo referência à gestão e ao acesso aos documentos. Evidencia os princípios federalistas e de autonomia que definem os arquivos brasileiros, estabelecendo a rede de arquivos existentes nos níveis de governo. Estes princípios constitucionais fundamentaram a aprovação da Lei n. 12.527,

de 18 de novembro de 2011, com o propósito de regulamentar o acesso a informações no âmbito da administração pública brasileira e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Lei de Acesso à Informação vem fortalecer os instrumentos de controle da gestão pública, o combate à corrupção e a transparência dos atos administrativos. Com a entrada em vigor da LAI em maio de 2012, a demanda por documentos e informações que caracteriza o Estado Brasileiro ampliou-se cada vez mais. Todo cidadão passa agora a ter direito de solicitar cópia de qualquer informação contida em registros ou documentos produzidos ou acumulados pelos órgãos públicos.

Viabilizar a implantação de uma política pública arquivística, pressupõe uma dupla perspectiva: dotar os órgãos públicos de instrumentos de gestão que garantam o acesso a documentos e informações e dotar os arquivos de condições técnicas e legais para seu funcionamento, pois são requisitos básicos do acesso à informação que garantem a transparência administrativa.

Trata-se de uma questão emergente no âmbito do debate científico e profissional, na busca de soluções para superar os desafios impostos para a plena aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação e em especial, no âmbito municipal, onde se observam as maiores dificuldades no seu cumprimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A formação histórica dos municípios e do país define como se estabeleceu em cada um a administração pública municipal, representada pela Prefeitura Municipal, sede do poder executivo, e pela Câmara Municipal, sede

do poder legislativo. Dessa forma, as Prefeituras e Câmaras Municipais dos municípios da Região Metropolitana foram às fontes nas quais foram investigadas suas políticas arquivísticas e de acesso à informação. A pesquisa foi realizada nas páginas eletrônicas oficiais dessas instituições.

Em análise a essas páginas eletrônicas verificaram-se que todas possuem um Portal de Transparência, disponibilizando informações sobre finanças, licitações, contratos, remunerações, plano plurianual, prestação de contas, entre outros. No entanto, com relação ao atendimento aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Acesso à Informação, as análises dos dados sistematizados indicam que somente os portais da transparência das Prefeituras Municipais de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro atendem a todos os requisitos legais, e apenas os portais dos municípios de Itaguaí e do Rio de Janeiro disponibilizam rol das informações classificadas, nenhum dos portais apresenta rol de documentos classificados e todos apresentam estatísticas de atendimento, porém somente quantitativos, sem informações genéricas sobre os solicitantes, conforme determina o art. 30 da LAI.

No caso das Prefeituras, em nenhum dos portais acessados foram localizadas informações sobre a existência de um Arquivo Público Municipal, ou sobre como poderia se dar o acesso aos documentos públicos de fato. Nos portais das Câmaras Municipais, somente Itaguaí e Niterói disponibilizavam informações a respeito dos arquivos. Isso demonstra que, embora haja alguma preocupação com o atendimento à legislação aplicável, o acesso às informações públicas (e aos documentos públicos) pelos cidadãos não acontece de fato.

A implementação de uma política municipal de arquivos é fundamental para a gestão de documentos, a preservação e institucionalização dos arquivos municipais. Somente na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro foi localizada, de fato, uma política municipal de arquivos instituída. Na Prefeitura de Itaboraí existe legislação arquivística, considerando que a mesma Lei Complementar que cria o Arquivo Público Municipal estabelece as normas de acesso e sigilo, e conceitos de gestão de documentos.

Foram investigados os portais eletrônicos institucionais das Prefeituras e Câmaras Municipais dos municípios estudados, buscando informações sobre a existência

dessas instituições arquivísticas, e sua atuação como órgãos gestores das políticas públicas arquivísticas. Essa busca, no entanto, obteve poucas respostas positivas, considerando que foram localizados apenas cinco Arquivos Públicos Municipais, em um universo de vinte e um municípios.

Com relação à regulamentação da LAI no âmbito municipal verificou-se que dentre as Prefeituras Municipais que compõem o grupo estudado, somente Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaboraí, Mesquita, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro e São João de Meriti já publicaram sua legislação de regulamentação da LAI, ou seja, mais da metade dos municípios ainda não publicou esses instrumentos.

Sobre a existência de SIC presencial verificamos que Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Japeri, Maricá, Mesquita, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Tanguá dispõem desse serviço. Em contrapartida nas páginas eletrônicas institucionais dos municípios de Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Nilópolis, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Seropédica não foi possível localizar essa informação. Já sobre a existência de eSIC, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Seropédica dispõem de sistema para recebimento de pedidos de acesso à informação através da internet. Ao passo que Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, São Gonçalo e Tanguá não possuem essa ferramenta. Para essas Prefeituras foram enviados e-mails para as Ouvidorias ou Centrais de Atendimento.

Com relação ao atendimento aos pedidos de acesso à informação, verificou-se que entre os oito portais que não dispõem de e-SIC, a taxa de resposta às tentativas de contato foi bastante baixa, tendo havido apenas uma resposta por e-mail, e mesmo assim, sendo essa resposta insatisfatória. Entre os treze que possuem e-SIC o número de respostas foi mais alto, porém metade foi respondida fora do prazo estabelecido pela LAI para atendimento aos pedidos de acesso à informação, que é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.

Mesmo entre os requerimentos encaminhados via e-SIC, quatro municípios não forneceram resposta alguma, e um não foi enviado por problemas técnicos do sistema.

Entre as respostas obtidas, seja através de e-SIC, ouvidoria ou e-mail, verificamos que a maior parte não procurou responder aos questionamentos realizados, ao contrário, dificultando mais o acesso a essas informações ao estabelecer, por exemplo, que as respostas devem ser obtidas pessoalmente. Por esse motivo a quantidade de respostas não satisfatórias foi muito maior que aquelas que realmente procuraram fornecer as informações solicitadas, ainda que essas tenham ficado, de alguma forma, incompletas.

CONCLUSÕES:

No levantamento realizado neste trabalho verificamos que o quadro geral da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no que tange às políticas arquivísticas e de acesso à informação é preocupante. Apenas 24% dos municípios que compõem essa região possui Arquivo Público, e, mesmo assim, nem todas as instituições levantadas são comprovadamente atuantes. Verificamos também que apenas um município possui uma Política Municipal de Arquivos oficializada.

Com relação aos portais eletrônicos institucionais e ao acesso à informação, foi notável que existe alguma preocupação com o atendimento não só aos dispositivos da LAI, mas principalmente aos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pode-se inferir que essa realidade se deva ao fato de que ambas as Leis preveem multas e/ou sanções em caso de descumprimento de suas determinações. Verificamos que a maioria dos Portais da Transparência estudados não foram, de fato, pensados para facilitar e promover o acesso pelos cidadãos, mas sim para evitar penalidades provenientes dos dispositivos legais. Faz-se necessária a adoção de medidas que visem a comunicação entre os arquivos e o acesso à informação, para que os Portais da Transparência Pública e os websites institucionais das Prefeituras Municipais não tenham apenas uma função proforma de cumprir com os dispositivos legais, mas que possam, de fato, promover a transparência administrativa dos atos públicos e garantir o direito do cidadão ao acesso às informações públicas.

O atendimento aos requerimentos de acesso à informação realizados no âmbito desta pesquisa e a regulamentação da LAI nos municípios são quesitos que deixaram a

desejar, no que tange ao acesso efetivo às informações solicitadas.

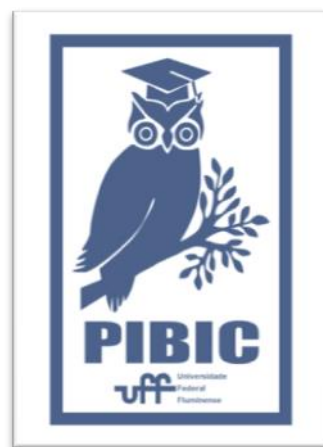
Os resultados da pesquisa demonstram que a maioria dos municípios ainda tem um longo caminho a percorrer no que diz respeito à garantia do acesso às informações públicas, e à transparência dos atos da administração pública municipal, e que, para atingir esses objetivos, é fundamental o envolvimento dos arquivos.

As prioridades das administrações municipais devem ser a regulamentação da LAI e a criação de Arquivos Públicos Municipais, que devem atuar como órgãos centrais e de coordenação da Política Municipal de Arquivos, implementando Programas de Gestão de Documentos, com o objetivo de normatizar e controlar a produção documental das Prefeituras e Câmaras Municipais e gerenciar e preservar os documentos em seus arquivos, possibilitando o acesso às informações que eles contêm.

Agradecimentos:

Agradecemos a nossa orientadora Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues pela oportunidade de fazer parte de sua equipe de pesquisa, do trabalho relacionado aos arquivos municipais e pelo apoio e orientação na pesquisa.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa “Gênese Documental Arquivística” pelo aprendizado proporcionado pelas discussões teóricas.





Grande área do conhecimento CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

TRANSCULTURALIDADE E ESTÉTICA DA RURALIDADE NAS PAISAGENS URBANAS – Transformações das Paisagens dos Bairros Do Rio Do Ouro e Maria Paula, Niterói, Rj.

PROFESSOR: Jorge Baptista de Azevedo

ESTUDANTE: João Pedro Gomes Boechat de Oliveira

Laboratório da Paisagem – Departamento de Urbanismo

INTRODUÇÃO:

O objetivo desta pesquisa é acompanhar a urbanização em três bairros no município de Niterói, observando o conflito entre a estética rural e a expansão da cidade sobre o território de Maria Paula, Muriqui e Rio do Ouro. Através da análise da paisagem, entrevistas e bases teóricas, dois temas principais serão abordados: a crescente urbanização dispersa como modo dominante de expansão das grandes cidades brasileiras contemporâneas; e os vestígios da história rural e natural, perceptíveis imediatamente através da paisagem. Diferentes valores e aprendizados entram em um conflito espacial e estético, econômico e cultural, material e subjetivo. Sendo estética a dimensão sensível do conhecimento, a estética da ruralidade é o campo que envolve o conhecimento dos universos rurais e seus elementos caracterizadores. Seu estudo investiga as formas, manifestações e símbolos do universo rural, enfim, tudo o que envolve sua dimensão sensível observada através da percepção. Assumindo que o crescimento das cidades sobre suas áreas periféricas é um movimento decorrente do modelo dominante de expansão urbana, como a estética da ruralidade se manifesta nesta nova paisagem?

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os três bairros estudados, Maria Paula, Rio do Ouro e Muriqui, encontram-se em graus distintos entre a ruralidade e a urbanização dispersa e medíocre. Os projetos residenciais mais novos ali implementados sobre antigas ruralidades estão principalmente ao longo da RJ-100, o principal eixo viário que conecta três municípios em direção a capital metropolitana. Estão em sua maioria destinados a atender a população que

busca um lugar mais calmo para se morar e outros que buscam lugares economicamente possíveis em termos de proximidade com Niterói. Em parte, para aqueles que ainda idealizam o subúrbio como lugar calmo, pode-se afirmar que este fenômeno se assimila a suburbanização americana, descrita por Tuan (1980) como um processo de reação a cidade, um degrau entre os estilos de vida urbanos e rurais.

Como ideal, o subúrbio sugere uma fuga do tempo rápido da cidade. Consequentemente, a idealização é de um estilo de vida mais saudável, adotando práticas relacionadas a sustentabilidade, desenvolvendo melhores relações sociais e relações com o lugar. Tuan (1980) comenta que dos múltiplos e variados motivos para mudar-se para o subúrbio, a busca de um meio ambiente saudável e de um estilo de vida informal estão entre os mais antigos. Como projeto “sustentável”, é questionável o ponto de partida de presumir um deslocamento diário utilizando transporte particular individual, visto os problemas atuais de emissão de carbono e formações de ilhas de calor. Os engarrafamentos cobram o preço da calma e do combustível, em uma das cidades de trânsito mais lentos do país. Os métodos construtivos nem sempre utilizam-se de materiais disponíveis na região, aumentando o custo do projeto e gerando deslocamentos de carga. A implantação requer muitas vezes cortes no terreno, desmatamento e implantação de infraestrutura urbana não presente na área. Além de todos esses problemas, existe uma contradição relacionada à paisagem e ao lugar que tais projetos acarretam. Se o que se vende é a paisagem, mas o que se faz do lote para dentro é justamente a destruição do meio ambiente, estes projetos não se fazem sustentáveis na medida em que, quanto mais

condomínios e prédios chegaram na região, menos paisagem sobrar. Em outras palavras, não existe uma responsabilidade presente para a preservação do meio ambiente a partir do momento em que as construções não fazem meras adaptações para a vida humana e sim grandes reestruturações de terreno, vegetação e das águas. O bairro, infelizmente também não conta com apelo turístico, como é o caso do Engenho do Mato no mesmo município, que poderá recorrer à isso para uma possível salvaguarda de suas lugaridades e identidade. Além disso, questões sociais articuladas com o aumento da violência, sistemas de venda e tráfico de drogas tornam diversas áreas perigosas e se unem com a degradação da paisagem, inclusive daquelas marcadas pela estética da ruralidade. O idílico dessas áreas gradativamente desaparece em substituição por uma urbanização precária.

CONCLUSÕES:

O que se vê na prática, enfim, são contradições e problemas que impactam toda a estrutura viária da cidade, perda de áreas verdes para construções e jardins e a destruição da estética da ruralidade, muito embora ambas sejam usadas e anunciadas como promessas de felicidade e promoção de vendas. Sendo verdade o tipo de suburbanização precarizante presente nos três bairros, a próxima pergunta que aparece é: por quanto tempo estes lugares e estas paisagem permanecerão com as características “positivas” rurais? A demolição da fazenda Maria Paula é um exemplo da memória local que aos poucos vai sendo apagada, e não se sabe por quanto tempo as hortas e os rios permanecerão ali. Mesmo com a atual crise econômica, empreendimentos de condomínio verticais continuam aparecendo e vendendo sempre a imagem idílica do bairro. Como reação da cidade, empreendimentos imobiliários como estes fazem sucesso. Por mais que termos como sustentabilidade e contato com a natureza sejam superficiais nessas formas e até prejudiciais, eles revelam a ânsia por um retorno ao tempo lento que permeia diversas classes sociais, principalmente aquelas inseridas no meio urbano. Enfim, o que esta pesquisa defende não é uma completa estagnação construtiva, e sim uma urgência para melhores projetos e planejamento urbano específicos que respondam as características ambientais e paisagísticas da área, bem como de outras situações urbanas

brasileira semelhantes, ao invés da promoção da destruição de suas qualidades e potencialidades.

Agradecimentos:

A todos as pessoas que de algum modo, direta, ou indiretamente contribuíram para eu chegar até aqui.

Meus pais, meus professores.

Sr. Nelson., Sra. Rita, Sra. Solange,
Sra. Ana Maria, Leandro, entre outros, pelas entrevistas.

Prof. Eloisa Araujo do Departamento de Urbanismo da EAU UFF. Prof. Breno Platais e ao orientador Prof. Jorge Baptista de Azevedo





Grande área do conhecimento

Título do Projeto: O desempenho das exportações brasileira no período recente (de 2005 a 2016).

Autores: Gabrielle de Andrade Souza, Raquel Pereira de Souza,

Departamento/Unidade/Laboratório: Engenharia de Agronegócios/ EEIMVR/ Laboratório de Gestão do Agronegócio

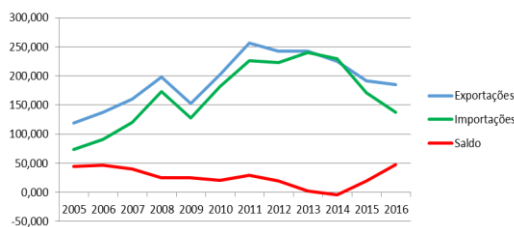
INTRODUÇÃO

A partir de 2002, o valor exportado brasileiro, principalmente de *commodities*, cresceu, porém, esse processo estaria sofrendo reversão a partir de 2012, decorrente da redução das exportações, mas também do aumento das importações. O desempenho das exportações está atrelado tanto à quantidade exportada quanto ao preço recebido pelos produtos. Intuitivamente, para as *commodities*, a quantidade exportada seria a variável determinante para o desempenho do valor exportado; e para os produtos diferenciados, seria o preço. O presente artigo traz o debate sobre a tendência do Brasil à “Doença Holandesa” durante o período de análise. Tal “doença” seria caracterizada pela sobrevalorização da taxa de câmbio do país, resultante da existência de recursos naturais abundantes e baratos que garantem rendas extraordinárias aos países que os possuem e exportam as *commodities* com eles produzidas, provocando um processo de desindustrialização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As exportações, principalmente, vinculadas às *commodities* agropecuárias sempre foram fonte de dinamismo econômico para o Brasil. Em período recente, entre os anos de 2005 até 2011, não foi diferente (Gráfico 1), com exceção de 2009, onde há uma redução das exportações decorrente da crise norte-americana. Contudo, a partir de 2012 as exportações passam a cair gradativamente até 2016.

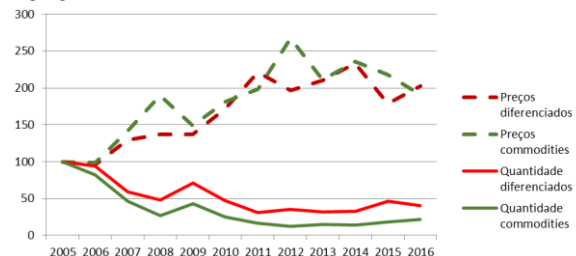
Gráfico 1 – Balança Comercial Brasileira – 2005-2016 (US\$ Bilhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC).

No período analisado (Gráfico 2), as *commodities* tiveram seu comportamento determinado pelos preços, sendo que o *quantum* tendeu à redução (exceto em 2009) até 2012. Da mesma forma, o comportamento das exportações dos produtos diferenciados foi explicado pela variável preço. Portanto, a partir de 2012, o índice de preços das *commodities* passa a declinar e o índice de *quantum* se mantém relativamente estável, indicando que a queda das exportações das *commodities* foi caracterizada pela redução dos preços.

Gráfico 2 - Índices de preços e quantum das exportações brasileiras, segundo produtos diferenciados e commodities entre 2005-2016.

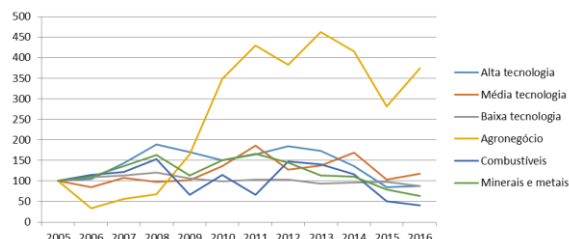


Fonte: AliceWeb

Dentre os grupos de produtos com diferentes intensidades tecnológicas (Gráfico 3) foram os produtos do agronegócio os que tiveram maior crescimento decorrente da variação de preços. Após 2012 também foram também os produtos

do agronegócio que tiveram a maior redução dos preços como determinante da queda das exportações.

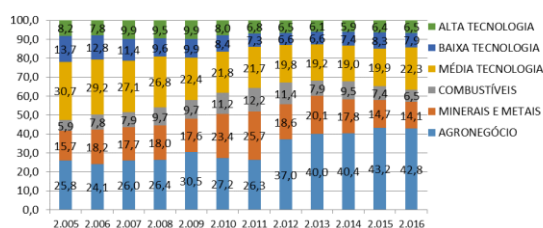
Gráfico 3 - Evolução do índice de preços das exportações brasileiras, segundo intensidade tecnológica - 2005 a 2016.



Fonte: AliceWeb

Apesar da redução das exportações, a partir de 2012, os altos níveis de preços a que chegaram as *commodities* elevaram a participação desses produtos nas exportações brasileiras aos níveis mais elevados durante o período analisado. Em 2005 (Gráfico 4) cerca de 47% das exportações brasileiras eram de *commodities*, percentual este que alcançou 64% em 2011 e 68% em 2013.

Gráfico 4- Segmentação das exportações brasileiras, segundo intensidade tecnológica - 2005 a 2016.



Fonte: AliceWeb

Assim, entre 2005 e 2011 o crescimento anual do valor das exportações (Tabela 1) dos produtos diferenciados cresceu a uma taxa bem inferior (0,7%) a das *commodities* (12,7%), indicando que neste período teria havido, considerando somente este indicador, o desenvolvimento (ou fortalecimento) da doença holandesa no Brasil.

Tabela 1 – Taxa de Crescimento Anual do Valor das Exportações (% a.a), por conteúdo tecnológico e períodos.

	2005-11	2012-16
Alta tecnologia	3,8%	-12,2%
Média tecnologia	1,5%	-10,1%
Baixa tecnologia	-3,6%	-8,3%
Total diferenciados	0,7%	-10,1%
Agronegócio	7,5%	-9,0%
Combustíveis	21,0%	-23,8%
Minerais e metais	16,4%	-18,2%
Total commodities	12,7%	-13,5%
Todos os produtos	7,2%	-12,3%

Fonte: AliceWeb

CONCLUSÕES:

A partir de 2005 as exportações cresceram decorrente do crescimento chinês. Essa realidade confronta-se com que, em geral, se espera do setor agroexportador, ou seja, que o valor das exportações respondam mais a estímulos das quantidades exportadas e não de preços como no caso de produtos diferenciados. Contudo, estamos diante de um período de um ciclo de preços altista, que mesmo diante de uma queda de preços a partir de 2012, ainda se apresenta em patamares relativamente elevados. Porém, essa alta dos preços tem acentuado o processo de reprimarização da pauta de exportações brasileiras, o que vai contra os esforços de desenvolvimento de setores de maior valor agregado. E essa tendência se fortaleceu ainda mais no período de queda dos preços a partir de 2012, o que poderia indicar que o ciclo altista ainda não se esgotou, uma vez que ainda são os preços altos que têm determinado o comportamento exportador das *commodities*. A tendência ao fortalecimento da Doença Holandesa foi identificada principalmente no período 2005 a 2011 a partir da elevada taxa de crescimento das exportações de *commodities* em detrimento dos produtos diferenciados. Contudo, para maior clareza sobre esse processo, seria necessária, uma ampla gama de indicadores que demonstrem e caracterizam a presença da Doença Holandesa e que não foram analisados no presente trabalho.



Grande área do conhecimento

CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS - DIREITO

Título do Projeto

O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autores JOÃO VICTOR SANTILLI / GILVAN LUIZ HANSEN

Departamento/Unidade/Laboratório UFF – FACULDADE DE DIREITO - SDV

INTRODUÇÃO:

O debate acerca do Direito ao Esquecimento no Brasil foi notoriamente impulsionado com a aprovação do Enunciado 531 da VI Jornada De Direito Civil do ano de 2013. De acordo com o documento discutido no evento, a tutela do princípio constitucional da proteção à dignidade humana, consagrado como fundamento do Estado Democrático de Direito no art. 1º, III da CRFB, perpassa pela efetivação do Direito ao Esquecimento.

Se por um lado o Direito ao Esquecimento é tradução necessária do respeito à dignidade da pessoa humana e de outros direitos fundamentais guardados pela carta magna como o direito à imagem, à honra, à vida privada, há de se pensar que, na lei maior, também encontramos óbices para a plena fruição do Direito ao Esquecimento, como por exemplo a resguarda ao direito de livre manifestação e do repúdio à qualquer tipo de censura, como previsto no art. 220 do documento, direitos estes pensados em um panorama de redemocratização do Estado Brasileiro, ressurgido do período totalitário da Ditadura Militar de 1964. De acordo com a Corte Suprema, intérprete máxima da Carta Magna, estes direitos efetivam o papel da imprensa como potencial difusora de pensamento crítico e de formação da opinião pública *per se*.¹

¹ADPF 130, rel. min. Ayres Britto, j. 30-4-2009, P, DJE de 6-11-2009. e Rcl 18.566 MC, rel. min. Celso de Mello, dec. monocrática, j. 12-9-

Estes dois aspectos indispensáveis à dialética de construção e manutenção do Estado Democrático de Direito, ora trabalhada em uma de suas perspectivas no presente artigo, se mostra muito evidente na legislação infraconstitucional brasileira quando contrastamos duas leis de relevante impacto para a sociedade. De um lado, onde merece curatela o interesse público sobre uma determinada informação, colocamos a Lei nº 12.527 de 2011, popularmente chamada de Lei de Acesso à Informação. De outro, momento este em que observamos uma valorização da privacidade do indivíduo, colocamos a Lei nº 13.706 de 2018, ou como denominada, Lei da Proteção de Dados Pessoais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A Lei nº 12.527 de 2011, ou Lei de Acesso a Informação, é um exemplo claro dos casos onde prevalece a necessidade da publicização em favorecimento aos interesses sociais. Muito além do que simplesmente obrigar a Administração Pública a dotar seus atos, em regra, de Publicidade, como prevê o art. 37 da Lei Maior, a referida Lei vincula os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – ao compromisso de dar ciência, prestar contas, de

2014, DJE de 17-9-2014 e Rcl 22.238, rel. min. Roberto Barroso, j. 6-3-2018, 1ª T, DJE de 10-5-2018 [ADPF 130, rel. min. Ayres Britto, j. 30-4-2009, P, DJE de 6-11-2009.]

todo o seu funcionamento, a fim de possibilitar um direto controle social sobre suas atividades. Publicidade de procedimentos licitatórios, acompanhamento do processo legislativo, quantidade de processos a serem julgados, são todos exemplos de dados que os poderes se comprometem a fornecer à sociedade.

É inegável a transição de um modelo antes inerte, onde haveria a necessidade latente de movimentação social para obtenção de informações do poder público, através do remédio constitucional do *habeas data*, para um modelo onde o próprio Poder Governante passa a disponibilizar tais preciosidades ao público através de domínios eletrônicos.

É também indiscutível a relevância social destas informações. Se é na esfera pública, como precogniza Habermas, a formação da opinião comum da sociedade, os participantes desta esfera devem estar munidos dos instrumentos necessários para que, com efetividade, produzam seu extrato de forma a possibilitar o progresso social efetivo. É necessário, por exemplo, para a população local saber sobre os dispêndios financeiros destinado ao custeio de equipamentos hospitalares na rede pública de saúde para que exerça, sobre a Administração Pública Municipal, seu poder de vigilância sobre os recursos alocados à sua cidade pelas Diretrizes Orçamentárias.

Nestes casos, como citado anteriormente, não há do que se falar em direito ao esquecimento para que se preserve o direito à intimidade de algum particular. Suscitar, por um presidenciável, o sigilo de informações sobre déficits ocorridos na ocasião de suas gestões anteriores, em nome de manter a integridade de sua imagem é inviável, neste entendimento, uma vez que aqui o interesse público faz-se preponderar sobre os direitos inerentemente individuais de um particular. Não há do que se falar, aqui, do direito ao esquecimento.

Por outro lado, coloca-se a Lei de Proteção de Dados Pessoais, de 14 de Agosto de 2018. Frente a um sistema mundial capitalista onde a comercialização de grandes volumes de dados se tornou uma atividade extremamente lucrativa para as empresas eminentemente virtuais, como o Google e o Facebook, e também onde a gestão destas informações tem especial valor estratégico para governos pretendentes a hegemônicos no contexto geopolítico atual, a

comunidade internacional viu-se obrigada a discutir uma regulamentação para que se efetive a proteção dos dados sensíveis aos particulares contra a voracidade deste pujante mercado. Com claras inspirações na Lei Europeia de Proteção aos Dados Pessoais, o legislativo brasileiro regulamentou o tratamento dos dados pessoais em 65 artigos distintos, dos quais restariam 59 após o processo de veto exercido pelo Poder Executivo. Além de privilegiar a ciência daquele que tem seus dados utilizados por entidades públicas ou privadas, através de consentimento manifesto do titular, como enuncia o inciso I do artigo 7º, a Lei entende em seu capítulo sobre o Fim do Tratamento de Dados que, salvo exceções em que o interesse público prepondera, o indivíduo titular do direito sobre aqueles dados pode requerer, permanentemente, o fim do manuseio daquelas informações, sob a penalidade de que o manuseador, caso cause dano àquele conseqüente deste tratamento, seja responsabilizado judicialmente.

Sobre este aspecto, vemos uma clara valorização da individualidade em contraposição a publicidade de dados. O direito do esquecimento, neste caso, pode-se fazer preponderar em casos da exposição de dados sensíveis², por exemplo.

Sem menosprezo da exposição puramente dogmática, acreditamos que através da exploração de dois acórdãos paradigmáticos sobre a aplicação do direito ao esquecimento, é possível vislumbrar faticamente os procedimentos através dos quais estes dois valores, de um lado o interesse público, representado pelo exercício da livre expressão, e de outro, da proteção à intimidade, são sopesados pelo Poder Judiciário, fazendo prevalecer, ou não, o Direito ao Esquecimento.

Casos paradigmáticos sobre o Direito ao Esquecimento: REsp 1316921/RJ (Maria da Graça Xuxa Meneghelvs GOOGLE) e REsp nº

²Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

1.707.948 (L A DE A vs Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro)

No primeiro caso a ser analisada pelo presente trabalho, Maria da Graça Xuxa Meneghel, ajuizou ação contra a empresa provedora do mecanismo de pesquisa online, Google, com fins de que a empresa restringisse os resultados mostrados aos usuários que veiculassem a imagem da apresentadora ao filme “Amor, Estranho Amor” produzido e lançado em 1982, onde a interessada interpretava um personagem que desenvolvia relações afetivas com um menor de idade. Em sede de primeira instância, o juiz deferiu o pedido de tutela de urgência da autora para que o réu deixasse de apresentar resultados que continham os termos “Xuxa” e “Pedofilia” ou qualquer termo relacionado, com ou sem aspas.

Interpostos os recursos cabíveis e tramitação necessária pela segunda instância julgamento, os autos chegaram ao Superior Tribunal de Justiça, de onde foi proferido acórdão alvo de análise deste trabalho, com voto dado pela Ministra Nancy Andrighi. De acordo com a jurista, a restrição das pesquisas relacionadas a estes termos é, além de faticamente impossível, contrária ao interesse público. Nos termos do voto da relatora³, a empresa detentora do mecanismo de pesquisa, além de ser juridicamente inimputável pelos resultados oferecidos ao internauta, ao cumprir a ordem liminar emitida pelo juízo, também restringiria notícias e entrevistas dadas pela própria autora relacionadas ao tema, uma vez que a própria é, conhecidamente, militante quando se trata da luta contra a pedofilia infantil.

Mesmo que apresentado de forma suscita, uma análise do voto proferido no caso nos mostra que aqui, prevalece o interesse público e o

³ Na hipótese específica dos autos, por exemplo, a proibição de que o serviço da recorrente aponte resultados na pesquisa da palavra “pedofilia” impediria os usuários de localizarem reportagens, notícias, denúncias e uma infinidade de outras informações sobre o tema, muitas delas de interesse público. A vedação restringiria, inclusive, a difusão de entrevista concedida recentemente pela própria recorrida, abordando a pedofilia e que serve de alerta para toda a sociedade. Curiosamente, a vedação dificultaria até mesmo a divulgação do próprio resultado do presente julgamento!

direito dos populares à informação em detrimento ao interesse da autora de obter indenização por danos morais sobre o material veiculado na internet.

Passando para a análise do segundo caso, debruça-se, desta vez, sobre o Recurso Especial nº 1.707.948. Neste, foi interposto recurso especial pelo Ministério Público para, além de ver reformada a sentença no tocante à condenação de, apenas, pagamento de importância ao numerário, que condenação transitada em julgado há mais de 20 anos, na data do julgamento, fosse utilizada como critério de fixação da pena base como mau antecedente, em sede de crime cometido sobre a égide da Lei Maria da Penha.

Neste caso, de acordo com o voto proferido pelo ex. relator Rogério Schietti Cruz, não haveria de prosperar o interesse do *parquet* neste caso. Mesmo que o Código penal defina como mau antecedente condenação transitada em julgado, ainda que sem referência a nenhum lapso temporal, através do exercício de ponderação deve-se aplicar o direito ao esquecimento sobre um de seus prismas para que o crime ao qual foi condenado ao réu não constasse mais como critério de fixação da pena-base. Ainda de acordo com o ilustríssimo, a punibilidade a ser perquirida pelo interesse público sobre aquele ato já havia sido extinta há muito tempo. Tal condenação, por fim, não poderia ter o condão de aplicar ao réu uma pena mais gravosa, com perigo de, caso acontecesse, seria lesado princípio precioso ao nosso direito penal constitucional da não imputação de pena perpétua.

CONCLUSÕES:

Como foi supracitado, em uma época onde a informação, mesmo que banal, no caso dos *memes*, ou até mesmo nocivamente inverdadeira, no caso do popularmente denominado *hoax*, se dissemina rapidamente através do uso da Internet, como é possível pensar na compatibilização do Direito ao Esquecimento e dos avanços da sociedade da informação sem ferir o núcleo essencial do que chamaremos, à título de compilação de todos os direitos que lhes são similares, da liberdade de expressão?

A resposta para essa pergunta tão pertinente nos tempos atuais, de acordo com Paulo R. Khouri⁴, se encontra na ponderação, caso a caso, dos direitos em conflito aparente. Deve-se questionar, na ocasião do exercício de ponderação destes direitos, se a informação suscitante do debate ora em tela é tão relevante ao interesse público que se sobrepõe ao direito de preservação da intimidade do indivíduo ora noticiado. Caso a resposta seja positiva, o direito ao esquecimento não atuará sobre esta informação, que merece publicização. Agora, caso negativa e a pessoa, como bem dita Gilmar Mendes, “deixa de atrair o interesse público”⁵, aquela informação é dispensável a sociedade e prevalece o Direito ao Esquecimento.

A parte dos critérios, mesmo que genericamente apresentados, de aplicação do Direito ao Esquecimento, é certo que este direito, como menciona o presidente do grupo de trabalho responsável pela elaboração do Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil, “não possibilita apagar o passado”⁶, certamente ele traz a esperança de um futuro para a preservação da intimidade do indivíduo frente a internet, que em seu ímpeto voraz de se consumir dados, propagada em velocidade inigualável informações que, muitas vezes, trazem prejuízos inestimáveis à dignidade do ser humano.

⁴ KHOURI, Paulo R. O direito ao esquecimento na sociedade de informação e o Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil. Revista de Direito do Consumidor, v. 89, | p. 463 e ss., set. 2013.

⁵ MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. – 7. ed.rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012

⁶

https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=9059



Ciências Sociais Aplicadas

A "pacificação" dos sentidos: uma análise do discurso telejornalístico sobre as favelas do Rio de Janeiro

Laís Rodrigues Cavalcante

GEC/IACS - Núcleo de Estudos de Violência e Comunicação

INTRODUÇÃO: O presente projeto de Iniciação Científica é um desdobramento da pesquisa realizada no ano anterior, quando a bolsista anterior analisou o discurso utilizado pelo programa de jornalismo televisivo RJ/TV da Rede Globo acerca dos conflitos sociais na cidade do Rio de Janeiro. Nosso recorte visa focar no discurso que faz enquadramentos sobre o tráfico de drogas nas favelas do RJ. A partir da análise de reportagens do RJTV de 2018, buscamos averiguar algumas estratégias discursivas, entre elas: Quem é o traficante em questão nas reportagens? Por que a origem das drogas é tida como problema menor na problematização sobre a violência realizada pelas reportagens? Vamos, nesse primeiro momento da pesquisa, verificar a hipótese de que o que parece importar é a "índole" do sujeito, que deve ser arrebatada pela polícia, bem como a possibilidade do discurso do telejornal romantizar a polícia através do enquadramento de herói que vem pacificar as favelas ocupadas pelos traficantes. Assim, também nos cabe desmistificar este termo ao pensarmos na simbologia da rendição escondida no DNA etimológico da palavra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Como estamos na fase inicial da pesquisa, uma vez que ingressamos no projeto neste mês de Setembro de 2018, ainda não temos resultados a apresentar, mas alguns eixos de discussões que serão desenvolvidos nesse ano de trabalho. Entre os principais tópicos, elencamos: I) O aspecto discursivo do que estamos chamando de americanização das narrativas, no qual as reportagens escondem brigas econômicas e a manutenção do poder/controlado das classes dominantes como também responsáveis pelo problema da violência urbana no Rio de Janeiro.

II) Ligado a esse processo, percebe-se o silenciamento das classes oprimidas através de coberturas armadas de tecnologias de fogo/discurso e poder. A classe oprimida pela legitimação da violência policial pelo telejornal tem origem no racismo iniciado pelos colonizadores do Brasil. Paulo Freire parece observar bem no que diz respeito ao sonho do oprimido é ser o opressor. III) Reprodução dos piores afetos do medo cultivados por uma sociedade que se repete historicamente, mas que apesar disso tem a possibilidade de se transformar pelas brechas, pelo potencial da resistência e pela força da sagacidade.

CONCLUSÕES:

Nesse momento de estabelecermos nossos objetivos e ações, defendemos que essa pesquisa servirá ao desengavetamento de algumas das vozes sufocadas de parcela importante de nossa população; Defendemos, por fim, que essa pesquisa serve à libertação do medo, esse afeto que deve ser reinterpretado nos nossos modos de operar e enxergar o mundo; serve à resignificação da vida, que tem sido reduzida a questões tão capitalistas; serve à curiosidade que não pode morrer mais; serve à coragem, porque sem ela não há o que haver; serve à multiperspectiva das miragens tão assediadas pelo hegemônico; serve, finalmente, ao carinho pelas descobertas da vida e serve, sobretudo, ao cuidado pelos encontros.



Turismo e Hotelaria

Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Análise da Governança Turística no Destino Turístico de Bonito no Estado de Mato Grosso do Sul

Autores: Paulo Vitor Gomes Pereria/ Professor Orientador: Fábila Trentin,

Departamento/Unidade/Laboratório: Turismo, Faculdade de

INTRODUÇÃO: O tema Governança e sua relevância têm adquirido paulatinamente reconhecimento público devido a necessidade de participação social nas instâncias públicas locais em diversos setores a fim de mitigar os problemas públicos do presente, bem como planejar o futuro do município. Neste sentido, o Estado exerce um papel importante, sobretudo, na atuação por meio de planos setoriais como o caso do Turismo, que no Brasil se tornou mais expressivo com a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003. No turismo o tema da governança esta associado à descentralização que ocorreu em um primeiro momento, por meio do Programa Nacional de Municipalização (PNMT) que introduziu os princípios de descentralização, da sustentabilidade, das parcerias, da mobilização e da capacitação, e, posteriormente, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que contemplou os princípios da descentralização, da integração, da participação e da sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica. A gestão pública do turismo seguia a tendência de descentralização administrativa com viés forte da participação social, sobretudo com a criação dos conselhos municipais de turismo, na década de 1990. Entretanto, a palavra governança e novas formas de se trabalhar a coordenação da gestão pública do turismo no turismo no Brasil, se oficializou a partir de 2004 com o Programa de Regionalização do Turismo. O PRT por meio do módulo operacional para a implantação da Instância de Governança Regional considerou a governança como conceito central, porém vinculado à ideia de descentralização, participação, cooperação, redes e parceria. Para Velasco González, (2013, p.508), a “governança do turismo ou a governança turística seria uma nova forma de liderar os processos de inovação, fortalecimento e

mudança das dinâmicas turísticas em um espaço determinado, incorporando os atores públicos e privados com a intenção de tomar decisões coletivas”. Este conceito reconhece novas maneiras de liderar os processos e as dinâmicas entre atores públicos e privados relativos à tomada de decisões coletivas em determinado território. Nesse contexto, o presente projeto de pesquisa busca analisar e caracterizar a governança turística no destino de Bonito, no estado de Mato Grosso do Sul com a finalidade de compreender a estrutura de governança local, a rede de atores e a cooperação. Elegeu-se Bonito, localizado no estado de Mato Grosso do Sul por ser um destino que teve o turismo organizado a partir da ação do PNMT nos anos 1990, e ter sido escolhido como um dos 65 destinos indutores que foram monitorados pelo Estudo de Competitividade. Entende-se que um destino que fez integrou diretamente determinadas ações governamentais no âmbito do turismo, pode ter aprimorado a gestão do turismo, sobretudo no que se refere a governança turística local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Relativo à rede de atores, buscou-se identificar sua existência e as características de sua institucionalidade, representatividade, diversidade de atores participantes, dados sobre os recursos disponíveis para o turismo, e informações sobre sua vitalidade, prioridade de ações e estabilidade. Os representantes do poder público, majoritariamente municipal, com participações esporádicas e indiretas dos poderes estadual e federal. Também há a participação da iniciativa privada nas tomadas de decisões dos assuntos relacionados ao turismo da cidade, através do Conselho

Municipal de Turismo (COMTUR), além de possuir maior representatividade no Conselho, e tem participação nas ações relacionadas ao Turismo de Bonito. A diversidade considera a heterogeneidade ou homogeneidade dos atores participantes e também a diversidade de opiniões sobre o turismo. Relativo à diversidade de atores participantes, a formação do Conselho se mostra expressivamente homogênea, com a presença majoritária da iniciativa privada.

As opiniões sobre a participação da comunidade local divergem. Alguns dos atores observam a participação da comunidade através da mão-de-obra, e parte justifica a apatia da comunidade pela pretensão do desenvolvimento geral do Turismo. A governança turística, instância na qual se busca o diálogo, é bem estruturada e há interação entre os atores, seja pelos setores representados no Conselho Municipal de Turismo, seja a sociedade que é informada sobre o que acontece ou não acontece no Turismo da cidade. Apesar de haver uma rede de atores ativa no turismo do município, foram encontradas poucas ações em conjunto. De ações vindas de decisões em conjunto, se têm a formulação do Calendário de Eventos do município, para o planejamento da alta e da baixa temporada turística.

A presença da iniciativa privada se resume ao aconselhamento nas tomadas de decisões, através do Conselho Municipal de Turismo. Apesar de ter ocorrido a mudança de um cenário onde o COMTUR tinha o poder de decisão, tendo a função deliberativa nas ações do turismo, para um cenário em que se torna um órgão de aconselhamento, sem poder de decisão sobre as ações ou sobre a Política, a entidade continua presente de maneira significativa nas ações de cooperação, como nas participações de feiras e outros eventos de promoção e comercialização.

Também foi possível perceber que apesar de algumas das atribuições do COMTUR serem claras, como a missão de formular a Política de Turismo, de acordo com a, elas não são cumpridas ou, mesmo, não são discutidas.

Foi possível perceber que algumas atribuições do COMTUR não são cumpridas ou mesmo não são discutidas, como a responsabilidade de “formular a política pública de turismo, visando criar condição para os incrementos e desenvolvimento da atividade turística no Município de Bonito” (BONITO, 2011)¹.

¹ Lei Municipal 695/95, art. 8º, parágrafo I (BONITO, 1995)

Os atores representantes no Conselho de Turismo conseguiram apontar quase que com unanimidade os membros mais entusiastas nas demandas do Conselho, apesar de também concordarem que o esforço para o desenvolvimento da atividade turística é unânime entre os entrevistados. No todo, as entidades apontadas foram a ATRATUR, o setor de hotéis, as agências e guias, ABRASEL, a Secretaria de Turismo e, com destaque, o Convention Bureau, que foi mencionado pela maioria dos entrevistados.

Observou-se que falta de clareza quanto ao papel do conselho municipal e da secretaria de turismo local quanto a formulação da política municipal de turismo.

CONCLUSÕES:

A caracterização do município revela que Bonito possui um ambiente propício para a realização da atividade turística de maneira plena, em termos de recursos naturais, em âmbitos políticos e de desenvolvimento, e em termos de infraestrutura que vem sendo aperfeiçoada ao decorrer dos anos.

A história do turismo bonitense contribuiu significativamente para que hoje se tenha o turismo bem estruturado que se encontra na região. A presença significativa de atores sociais relacionados diretamente com o Turismo participando das decisões da atividade no município, também é fator que contribui para que a governança possa atuar de maneira efetiva como pôde ser observada.

Relativo às entrevistas, as percepções encontradas revelam que, apesar dos ajustes necessários a serem feitos, o município de Bonito possui uma estrutura de governança turística construída e atores ativos nas decisões para o desenvolvimento da atividade, o que inclui discussões sobre as demandas que o turismo exige, tomadas de decisão em conjunto e ações de cooperação entre os atores.

Esse sistema de governança permite que os diferentes pontos de vista dos interessados do turismo de uma localidade possam ser apresentados e levados em conta para que se tenha a possibilidade de atender os interesses e necessidades dos atores presentes no local onde a prática do turismo acontece.

No entanto, foram encontradas algumas falhas no sistema de governança de Bonito, como a falta de participação de algumas figuras sociais

que não estão nas tomadas de decisões - como a população local - e que não estão tendo seus interesses representados de forma significativa.

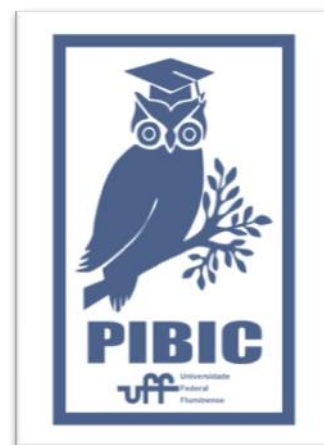
Entretanto, falhas e erros presentes podem ser aperfeiçoados com o tempo e com a lapidação do sistema de governança do município, para que a atividade possa continuar a se realizar de maneira plena e que possa ser benéfica para todos os atores envolvidos.

Por fim, com base nas pesquisas realizadas e nas respostas dos entrevistados, atinge os objetivos da pesquisa concluindo, a partir da análise das percepções dos entrevistados, e pela análise da caracterização feita é possível entender a dinâmica de governança e ações de rede estruturada dentro da área estudada.

Agradecimentos:

À Universidade Federal Fluminense. Ao CNPq.
À Faculdade de Turismo e Hotelaria e ao Departamento de Turismo.

Figure 1: Logo PIBIC





Ciências Sociais Aplicadas

CONSTRUÇÕES EM TAIPA NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RJ E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES: UM ESTUDO COMPARATIVO.

FOLLY, Viviane; HOLZER, Werther

Departamento de Urbanismo/ Escola de Arquitetura e Urbanismo, Laboratório da Paisagem e do Lugar, Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural

INTRODUÇÃO:

A pesquisa apresenta um estudo comparativo no campo da arquitetura vernácula construída no município de Nova Friburgo e nos municípios limítrofes tendo como marco temporal a colonização suíça e alemã ali implantada há exatos duzentos anos.

A partir do objetivo inicial de levantar e catalogar a arquitetura, de caráter popular, produzida por descendentes de suíços e alemães nas áreas rurais dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, visando a sua preservação (Holzer, 2014) concluiu-se que a técnica construtiva em taipa de mão utilizada naquela região tinha suas especificidades se comparada com a praticada nos municípios limítrofes.

A pesquisa concentrou-se, então a investigar as técnicas empregadas pelos descendentes de suíços e de alemães nas edificações onde o método construtivo empregado era a taipa de mão e a delimitar a sua ocorrência. Resultados preliminares desta pesquisa foram apresentados no TerraBrasil (Holzer et al., 2014).

Para comprovar a hipótese de que esse método construtivo apresentava peculiaridades e investigar as suas origens prováveis optou-se pelo estudo comparativo com outros tipos de casas de taipa de mão, em municípios limítrofes a Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, e a inquirir se haviam sido construídas por descendentes de suíços ou alemães. Simultaneamente foi feita pesquisa bibliográfica sobre as origens e a ocorrência da técnica da taipa, especificamente a taipa de mão no Brasil e sobre a ocorrência de utilização da taipa na Suíça.

Os resultados, tanto da pesquisa bibliográfica como da pesquisa de campo, serão apresentados resumidamente a seguir, com o objetivo de comprovar a hipótese de que os imigrantes suíços e alemães introduziram um método construtivo próprio em Nova Friburgo e seu entorno e que ele se restringe aos locais onde se assentaram.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A área de estudo objeto da investigação apresentada neste texto abrange o município de Nova Friburgo, situado no estado Rio de Janeiro e municípios limítrofes, estes utilizados como marcadores para a delimitação da abrangência do sistema construtivo objeto dessa pesquisa.

Nova Friburgo foi objeto do primeiro projeto oficial de colonização do governo brasileiro que trouxe imigrantes europeus, suíços neste caso, para o Brasil. Este projeto foi colocado em prática ainda no período colonial, com o patrocínio oficial da coroa portuguesa, representada por D. João VI. Essa experiência de colonização inicia-se em 1819 a partir de um contrato que estipulava a vinda de cem famílias católicas de língua francesa provenientes do cantão de Fribourg, Suíça (Sanglard, 2003).

Para receber essas famílias foi construído um vilarejo em Morro Queimado, distrito de Cantagalo, hoje sede do município de Nova Friburgo. Esse vilarejo, além das cem casas que abrigariam uma família cada, foi implantado com escola, igreja, hospital, armazém, açougue, moinhos, entre outras comodidades (Sanglard, 2003). No entanto, por razões que não cabem

comentar aqui, vieram para o vilarejo 260 famílias suíças. A estas se juntaram, em 1824, 80 famílias alemãs (Oliveira, 2012).

A ausência da infraestrutura para atender a um número imprevisto de moradores se somaram as dificuldades impostas pelo acesso precário, seja nas vias locais, seja na comunicação com o Rio de Janeiro (Witt, 2004), levaram uma parcela considerável dessas famílias a se dispersarem pelo território fundando pequenas localidades que hoje estão dispersas por Nova Friburgo e pelos municípios limítrofes. A muitos deles restou o isolamento, com o casamento sempre entre moradores vizinhos, a maioria descendentes de suíços e de alemães, o que propiciou a manutenção e a disseminação dos conhecimentos sobre a agricultura e também sobre a construção baseada sempre nos laços familiares.

Um dado importante para essa pesquisa é o de termos informação de que a taipa de mão estava presente desde o início desse processo de colonização e de dispersão pelo território: o primeiro templo luterano, edificado pelo pastor que liderava os imigrantes alemães, foi erguido em pau a pique (Oliveira, 2012).

A partir deste contexto histórico foi realizada pesquisa que procurava estabelecer paralelos entre a arquitetura vernácula do cantão de Fribourg na Suíça e do município de Nova Friburgo no Brasil. A hipótese de que as construções dos descendentes de suíços seguiam padrões culturais encontrados em Fribourg foi comprovada a partir de estudos comparativos que envolviam a apropriação da paisagem, a disposição das casas no terreno e a disposição de suas fachadas (Holzer, 2014; Holzer et al., 2014). No entanto a origem da utilização da taipa de mão e o método construtivo utilizada nessa arquitetura vernácula continuou incerta. Inicialmente, baseada na bibliografia disponível, citada acima, se depreendeu que se tratavam de saberes compartilhados por diversas culturas que foram adotados pelos descendentes de suíços e de alemães a partir de sua condição de isolamento e da disponibilidade dos materiais, no entanto o método construtivo se mostrava por demais sofisticado para afirmar as teses de Lemos (1993) e de Pisani (2004).

A pesquisa foi, então, direcionada para a pesquisa da ocorrência da técnica de taipa de

mão na Suíça. Esta técnica já era empregada nas imediações de Fribourg desde a Idade do Bronze, cerca de 3.000 anos A.P. (David-Elbiali, 1992), No cantão de Fribourg e arredores caiu em desuso no início do século XVI, quando a madeira foi sendo abandonada como material de construção em detrimento da pedra (Glauser, 2008). No entanto continuou em uso em outros cantões, associada ao método construtivo da estrutura em enxaimel (Maison à colombages ou Fachwerk) que se mantiveram até o século XIX em Berna e na Argóvia.

O que se encontra em Nova Friburgo é um tipo de construção com estrutura em enxaimel e vedação em taipa de mão, no que, para efeitos da pesquisa, foi denominado de “método suíço adaptado”, como descrito a seguir: A casa é suspensa do chão, muitas vezes tirando partido da declividade do terreno. A técnica construtiva para se elevar as casas é a de apoiar toda a sua estrutura sobre baldrames contínuos de madeira, no mais das vezes grosseiramente aparelhadas. Estes baldrames são apoiados sobre pedras retiradas do próprio terreno, que tem seu topo nivelado, ou sobre colunas de madeira simplesmente apoiadas no solo. Sobre esses baldrames são apoiadas colunas de madeira, que compõe as fachadas delimitando as portas, as janelas e a amarração das paredes internas, ali é apoiado também o tabuado corrido do piso. Nas seções mais amplas da estrutura são colocadas peças em quarenta e cinco graus, como contraventamento. As colunas apoiam o frechal, também grosseiramente aparelhado, onde se apoia o encaibramento dos telhados, alguns feitos em pau roliço, outros com madeira aparelhada à mão. Essas peças, nas casas mais antigas são encaixadas, ou fixadas com cavilhas de madeira. Essa descrição corresponde a uma estrutura em enxaimel, onde a vedação das paredes é preenchida com taipa de mão, aqui chamada de estuque, deixando claro que sua função não é autoportante. Essas paredes são construídas de modo tradicional um trançado retangular de madeira roliça e/ou de bambu. Segundo um dos entrevistados na pesquisa, “um joga o barro e o outro fica escorando assim, as ripas e fica acertando” (Holzer, 2014).



Figura 1 – Casa tipo em taipa de mão localizada no distrito de Lumiar, Nova Friburgo (Fonte: Laboratório do Lugar e da Paisagem/UFF)

esse tipo haviam sido construídas por descendentes de suíços ou de alemães.

Nos municípios limítrofes foram levantadas casas edificadas em taipa de mão utilizando método construtivo muito próximo ao descrito por Vasconcelos e reproduzido por Pisani (2004). A estrutura de madeira é montada com esteios enfiados no solo. Sobre estes esteios são assentadas as vigas baldrame, no entanto estas vigas não são apoiadas em baldrame de pedra ou, em alguns casos, mais recentes de concreto, muito próximas ao que foi observado por Canteiro e Pisani (2007) para remanescentes mineiros deste tipo de construção.

do Lugar e da Paisagem/UFF)

CONCLUSÕES:

Há muito o que se pesquisar sobre a arquitetura vernácula brasileira. No campo dos métodos construtivos tradicionais e no emprego de técnicas como o da taipa de mão a pesquisa de campo ainda é pequena e dedicada ao período colonial. No entanto a técnica foi intensamente em todo o Brasil, e continua a ser em alguns locais, com uma diversidade de variações que podem se remeter a origens ainda pouco estudadas ou sequer consideradas.

O caso do método construtivo utilizado em Nova Friburgo e municípios limítrofes aponta para a necessidade de pesquisas mais acuradas, que passam pela preservação das edificações ainda existentes. As influências da arquitetura vernácula suíça sobre a produzida por seus descendentes no Brasil ainda tem que ser melhor estudadas, mas a pesquisa pode comprovar que existem variações significativas nos métodos construtivos empregados em Nova Friburgo e municípios limítrofes que antam para um modelo suíço adaptado.

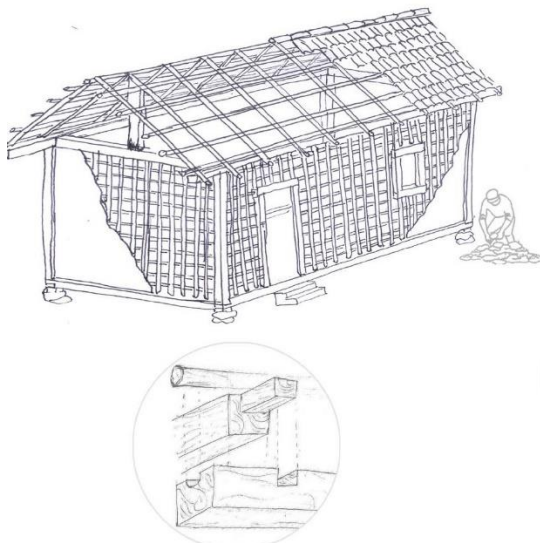


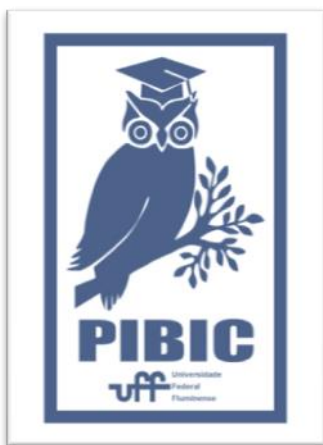
Figura 2 – O método construtivo (adaptado suíço) utilizado pelos descendentes de suíços e alemães em Nova Friburgo e municípios limítrofes (Fonte: Damasceno, A. V. (2016) Centro Experimental de Arquitetura Vernacular (TCC), EAU/UFF)

O método construtivo apresentado acima é característico e peculiar de Nova Friburgo e seu entorno. Todos as residências levantadas ao longo da pesquisa que se apresentavam como

Agradecimentos:

Agradeço a todos os moradores das casas de taipa que abriram suas portas para a pesquisa.

Figure 1: Logo PIBIC





Comunicação/Estudos Culturais e Mídia

Mídia e representações sociais de minorias: produção de sentido e disputas em torno das identidades culturais

Matheus Bibiano – bolsista de IC

Ana Lucia Enne - orientadora

GEC/IACS/LAMI/GRECOS

INTRODUÇÃO: O projeto de pesquisa agora apresentado se propôs a refletir sobre os discursos midiáticos, em seus múltiplos formatos, e a construção de representações sociais de minorias, em especial aquelas atravessadas por recorte de cor e gênero. Entendendo que os discursos operam como espaço central de disputas em torno da configuração das identidades culturais, consideramos fundamental compreender como determinados produtos midiáticos conformam narrativas sobre o que é ser “negro”, “mulher”, “homossexual” e outras categorias estereotipadas, bem como através de que mediações os receptores dialogam e se apropriam dessas narrativas para reconfigurá-las em outros sistemas de representação. Para realizarmos esta reflexão, trabalhamos com um aporte teórico acerca dos conceitos-chave dessa pesquisa, a destacar os conceitos de representação, produção de sentido, disputas narrativas, mediação e identidades, e desenvolvemos alguns estudos de caso, a partir de produções da mídia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

De início, nos esforçamos em desenvolver reflexões sobre a concepção de representatividade – em relação ao conceito de representação – nas diversas formas de movimentos sociais e suas respectivas minorias. Para isso, investigamos, principalmente, as relações raciais apresentadas na série norte americana *Dear White People*, pensando sob a perspectiva do papel dos estereótipos utilizados nos meios de comunicação, de forma geral, na composição do imaginário sobre o negro. Stuart Hall tem uma vasta contribuição para este debate em seus estudos acerca da representação e seus usos na dimensão cultural

e discursiva. Ele menciona uma frente de políticas de representação e, em especial, no caso dos estereótipos negros, tentativas de desmonte de um “regime de representação racializado”. Diante disso, podemos entender que a série provoca o debate racial ao centralizar a voz do negro como protagonista, desembocando em uma das primeiras reflexões sobre a representatividade: o estado, a qualidade e a relevância da representação.

A série se desloca do coletivo e mergulha nas individualidades propostas por cada personagem, mostrando-os tridimensionais, como sujeitos que partilham do bem e do mal, para além dos estigmas da cor e das estereotipagens que ainda persistem nas representações hoje. E para compor seus fins críticos, deseja realmente criar o incômodo de também racializar o outro.

A partir disso, o trabalho segue em outra perspectiva sobre as produções midiáticas. No contexto atual estadunidense, assistimos um grande paradoxo conjuntural em que discursos reacionários e fascistas coexistem aos reforços de outras representações sobre as minorias sociais.

Herman Gray disserta sobre essa conjuntura pensando as condições socioeconômicas que possibilitaram a incorporação, reconhecimento e legitimação das produções culturais negras nos EUA no século XXI. Ele afirma que o reconhecimento e a legitimação da produção cultural negra representa uma forma de articular disputas políticas, ao que batiza como *cultural moves*.

A inclusão do negro nas indústrias culturais norte-americanas—predominantemente brancas e masculinas—pode ser considerada um meio estratégico de incorporação do público negro que, por extensão, aponta para uma mudança de rumos nos padrões históricos da

deformação da imagem do negro nos meios de comunicação. Para o autor, essas são formas de estratégias, táticas e movimentos que, a partir de condições políticas e institucionais desta formação cultural, possibilitam o esforço de reconhecimento de profissionais negros no mercado do entretenimento.

Embora pareça um olhar otimista sobre essa conjuntura, é sabida a existência de uma persistência sobre os processos de captura de *outridades* por essa própria indústria. Ao que parece, essas representações contemporâneas sobre o corpo negro – desenvolvidas também por negros – procuram produzir respostas em prol de uma outra sensibilidade sobre estes corpos.

CONCLUSÕES:

Diante da discussão proposta durante o projeto de pesquisa, é possível compreender que existe uma confluência plural de reivindicações por estas políticas de representação. Por conseguinte, a dita *representatividade*. Vocabulário amplamente presente dentre os muitos movimentos sociais existentes na amplitude social.

Identificamos a necessidade da compreensão sobre as práticas sociais e os planos ideológicos que sempre os envolvem. Sendo, o uso do termo representatividade como uma forma de elaboração de uma imagem que proporcione autoestima nos processos identitários cotidianos, mas que também movimenta os tensionamentos sociais e ruma em direção à uma outra sensibilidade.

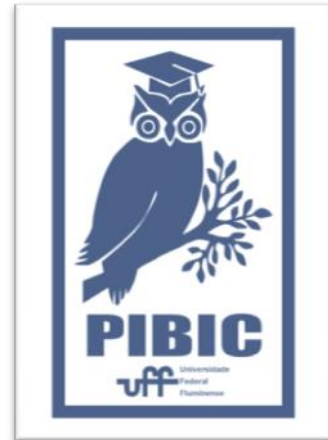


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: O gosto Neoclássico: Arquitetura residencial no Rio de Janeiro do Século XIX

Orientadora: Professora Ana Lúcia Vieira dos Santos

Autores: Rachel Moura de Almeida Ferreira (Bolsista Pibic)

Departamento de Arquitetura – Escola de Arquitetura e Urbanismo - Rua Passo da Pátria, 156 Bloco D, sala 564D – São Domingos – Niterói - RJ

INTRODUÇÃO: Este é o resultado de parte dos estudos da pesquisa “O gosto neoclássico: Arquitetura residencial no Rio de Janeiro do século XIX”, que tem como objetivo o estudo detalhado das residências da elite do século XIX, entender sua tipologia, localização, donos e decisões do arquiteto para a edificação, mesmo que a mesma não tenha sobrevivido à passagem do tempo.

Com o objetivo de melhor compreender o tipo de clientela disponível para os arquitetos do século XIX e como isto influencia na tipologia da edificação, foi feita pesquisa em fontes primárias como testamentos, venda e compra de propriedades e em jornais da época para entender como o patrimônio da elite se formou. Uma genealogia das principais figuras foi feita para compreender porque em algumas publicações algumas pessoas são apontadas como parentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Barão de Ubá, João Rodrigues Pereira de Almeida, foi o primeiro foco de pesquisa. Ao procurar a seu respeito na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, em todas as publicações de jornais, nota-se padrões como o forte comércio de couros vindos do Rio Grande do Sul. Seus negócios envolviam sua família, seu irmão Matheos que fazia parte das compras e seu outro irmão Joaquim, que dava nome à empresa familiar. Há também confirmação de atuação no ramo de escravos. Sua família tem pouquíssimas publicações em seu nome, indicando a possibilidade de que estes irmãos nunca mantiveram residência no país, atuando através da sede em Lisboa. Ao mesmo tempo, todas as fontes possíveis em Lisboa foram destruídas no incêndio após o terremoto de 1755. Então tomando uma nova abordagem, procuramos na Décima Urbana as propriedades

no Rio de Janeiro do Barão e seus sócios, e quem eram seus vizinhos com o objetivo de identificar os possíveis clientes de arquitetos

O Barão de Ubá tinha uma boa quantidade de imóveis alugados e alguns imóveis mais interessantes para a pesquisa, como a Chácara no Engenho Novo e residências em São Cristóvão. Conseguimos as informações referentes à numeração, lado da rua e em que lugar começava a rua para descobrir onde exatamente a edificação se encontrava nos antigos mapas.

Após isso, tomamos a frente de pesquisa na documentação primária no Arquivo Nacional, com fontes judiciais e cartoriais, e no Arquivo Geral da Cidade com fontes da décima urbana, a fim de conseguirmos todas as informações possíveis com os nomes das pessoas que tínhamos para pesquisar no banco de dados.

Foram realizadas também pesquisas em iconografias, transcrição de documentos manuscritos e tratamento de imagens do material. Realizamos também o redesenho de algumas plantas de imóveis que não tinham a resolução necessária ou o nível de detalhamento exigido para serem inseridas no site do projeto de pesquisa A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores.

Por último foi feita uma genealogia da família Ribeiro Avellar, para entender melhor como os bens, incluindo um terreno com edificações que são um dos focos da pesquisa, foram repartidos. Algumas das documentações encontradas contêm nomes repetidos e se referem a diferentes pessoas da parentela. Esta etapa contou com a colaboração do pesquisador Roberto Menezes de Moraes, descendente da família, que cedeu à pesquisa documentos de seu acervo pessoal.

CONCLUSÕES: Pela falta de registro das edificações, fez-se necessário a recuperação de informação por meios indiretos como testamentos, fotos não localizadas na cidade, entre outros. Esta pesquisa tem uma particularidade, uma vez que é necessário que se faça a pequenos passos para que todas as formas indiretas possíveis sejam checadas. No decorrer do ano foram confirmados e descobertos parentescos, vizinhanças e relacionamentos profissionais da elite carioca; são todos nomes que serão rigorosamente checados e pesquisados para encontrar possíveis informações das edificações.

Referencias bibliográficas:

Africa passado e presente : II encontro de estudos africanos da UFF [recurso eletrônico]/ org.Ribeiro, Alexandre; Gebara, Alexsander; Bittencourt, Marcelo – Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2010

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um Grupo mercantil da América Portuguesa; **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.20,nº39, p. 115-134. 2000

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Uma leitura sobre o Império do Brasil no contexto do século XIX: diálogo com Ricardo Salles. **Almanack**. Guarulhos, n.04, p.46-52, 2º semestre de 2012

Inventário do Falecido Antônio Ribeiro de Avelar, Juízo de Orfãos e Ausentes – ZN. Inventariante Antonia Maria da Conceição; Ano inicial 1774. Número 9606 Caixa 1135 Gal A – Judiciário.

Inventário do Falecido João Siqueira da Costa, Juízo de Orfãos e Ausentes – ZN. Inventariante Joaquim José de Siqueira ; Ano inicial 1811. Número 6288 Caixa 2762 – Judiciário.

Sequestro de João Rodrigues Pereira de Almeida, Vara Federal do Rio de Janeiro, 1-D8; Ano inicial 1822. Número 2593 Caixa 433 Gal A – Judiciário.

Agradecimentos:

Agradeço à minha orientadora por ter me dado a oportunidade de participar de uma pesquisa tão importante.

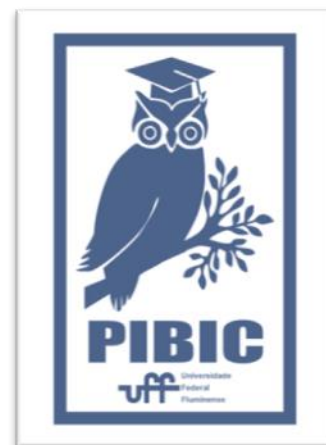


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Título do Projeto: O SISTEMA INTEGRADO DE METAS E OS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE VIOLENTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autores: ANNA CAROLINA MARTINS BOMFIM e ANA LUIZA

SAAD DE CARVALHO DA SILVA

Departamento/Unidade/Laboratório: DSP/INEAC/NECSO

INTRODUÇÃO:

O presente relato de pesquisa tem por objetivo apresentar alguns dos resultados, discussões e conclusões do estudo sobre o sistema integrado de metas (SIM), implementado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro (SESEG). Trata-se de uma política vigente, desde 2009, entre as polícias civil e militar do estado do Rio de Janeiro, cuja meta é a de redução dos chamados índices estratégicos de segurança pública (índices criminais que compreendem a letalidade violenta, roubo de veículos e roubo de rua – transeuntes, coletivos e celulares). A pesquisa estuda seus desdobramentos e os possíveis impactos na letalidade violenta no estado do Rio a partir de levantamentos de análise criminal e pesquisa de campo. Neste trabalho, serão relatadas algumas experiências da etapa da pesquisa de campo que compreendeu a observação de campo em uma delegacia de polícia da cidade do Rio de Janeiro, entrevistas com gestores públicos e policiais civis e a participação em reunião do SIM em nível operacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa encontrou dificuldades para realizar o campo em um Batalhão de Polícia Militar. Etapa que acabou não sendo cumprida. No entanto, a pesquisa de campo de cunho etnográfico em uma delegacia de polícia da cidade do Rio de Janeiro pelas bolsistas de iniciação científica desde novembro de 2017, findou por abrir contatos com policiais que atuam como pontos focais trabalhando com o Sistema de Metas no Batalhão da área.

Em pesquisa de campo, as bolsistas observaram as muitas discrepâncias entre a realidade dos fatos e o registro de ocorrência realizado na delegacia, o que levava a certa manipulação de dados e a uma reclassificação do crime na hora de ser registrado. Por exemplo, o roubo a transeunte é uma categoria com peso no sistema de metas e muito abrangente, essa abrangência abre brecha para o policial criar margem para uma desvinculação do sistema de metas, por exemplo classificando um roubo ocorrido no ponto de ônibus ou estação de trem como “roubo outros”, ao invés de roubo a transeunte.

A partir da observação de campo na delegacia de polícia, foram realizadas entrevistas com policiais civis e o delegado assistente da delegacia em questão, bem como a participação em uma reunião de nível três (operacional), entre o batalhão e as delegacias da AISP correspondente. Essa reunião serve para expor o percentual de metas atingidas ou não, planejar a alocação do efetivo policial e verificar casos recorrentes de delitos que possam ser monitorados pelos policiais. Também ocorreram entrevistas com a Major Claudia Moraes, Coordenadora dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, para esclarecimentos quanto aos dados produzidos pelo ISP e sua contribuição no SIM, além de entrevista com Roberto Alzir Dias Chaves, Subsecretário de Assuntos Estratégicos da Secretaria de Estado de Segurança, de modo a desvelar detalhes sobre a formulação, implementação e resultados do SIM, do RAS e do Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS).

A reunião de 3ª instância do Sistema de Metas, da qual as pesquisadoras de iniciação científica

participaram, contou com representantes do Batalhão de Área, e das 4 delegacias que fazem parte da área integrada de segurança pública. Durante a reunião puderam observar que os próprios agentes de segurança pública estão desacreditados em uma possível melhora nos índices de letalidade violenta na cidade do Rio de Janeiro, que vem aumentando de forma constante desde 2015. Os delegados e oficiais militares relataram que se sentem impotentes frente ao poder de fogo e violência dos criminosos, ao mesmo tempo em que vem ocorrendo a falta de investimentos nas polícias do Rio de Janeiro, com forte redução do efetivo policial (de 1500 para 300 policiais ativos no Batalhão de Área, por exemplo). Na reunião, havia um consenso entre os presentes, no que tange à ineficácia do sistema de metas, em especial com a crise econômica estadual, que dificultou o pagamento da remuneração extra como premiação pelo alcance das metas.

CONCLUSÕES:

O sistema de metas, desde sua implementação, foi uma alta aposta do governo do estado do Rio de Janeiro, tão alta quanto repleta de brechas, estas que possibilitam certa “ocultação” ou “alteração” de dados. Como, por exemplo, quando há roubo em ponto de ônibus ou no interior de uma estação de trem, estes não são classificados como roubo a transeunte – categoria que conta como meta – e sim como “roubo outros”, que não tem implicação na contagem de metas. Ou, até mesmo quando alguém é vítima de PAF (perfuração por arma de fogo) em local X, que tem a delegacia A como responsável, e acaba vindo a óbito, em hospital, da área Y, que tem a delegacia B como responsável. Nesses casos, geralmente, o registro se dá como se o local do fato fosse a área da delegacia B, ao invés de onde ocorreu o fato, nesse caso, a delegacia A.

A falta de cursos de capacitação e recursos para a gestão do SIM, somados às brechas no registro policial, acabam por implicar na qualidade do próprio sistema de metas. Apesar de haver ferramentas como as informações do Disque Denúncia no planejamento e redução de índices criminais, da diversidade de softwares envolvidos na coleta e organização de dados, os policiais civis pontuaram, nas entrevistas, que se o SIM fosse aplicado com os recursos

necessários, poderia ser de grande valia para a segurança pública do Rio de Janeiro.

Agradecimentos:

Gostaríamos de agradecer e parabenizar ao Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, nossos interlocutores e ao orientador professor doutor Daniel Ganem Misse, pela enriquecedora oportunidade de participarmos da presente pesquisa





Direito

TUTELAS DE URGÊNCIA E PROCESSO CIVIL: DECISÕES LIMINARES DIANTE DA RECUSA DE TRANSFUSÃO DE SANGUE EM TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Márcio Henrique Braga da Rocha Junior

Departamento de Direito Processual / Faculdade de Direito

INTRODUÇÃO:

O atual regime constitucional de 1988 trouxe consigo gama de princípios e garantias, arrolados em seu título II, que funcionam como verdadeiras pedras angulares para o bom desenvolvimento do plano jurídico nacional. Como trabalhado há décadas pela hermenêutica e teoria jurídica internacional, tais instrumentos normativos gozam do mesmo status dentro da ordem constitucional pátria, sendo, portanto, seu conflito em casos concretos problema que demanda o devido tempero analítico. A problemática que envolve as transfusão de sangue em testemunhas de Jeová confirma esta celeuma.

Com intuito de analisar a ponderação de princípios fundamentais pelo Poder Judiciário pátrio, este projeto de pesquisa buscou se aprofundar no modo como os magistrados operam os princípios da liberdade religiosa e da proteção à vida em casos concretos que envolvem Testemunhas de Jeová, mediante pesquisa empírico-quantitativa de coleta e análise de dados provenientes de julgados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Durante a pesquisa foi executada metodologia que incluiu revisão bibliográfica de obras que tangenciam a problemática da tutela de urgência. Posteriormente foram analisados os julgados oriundos das Cortes Superiores que atuam na matéria em comento, com competência para julgar ações cíveis acerca de transfusão de sangue em testemunhas de Jeová, a saber: Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Além destes, foram utilizadas decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sendo esta corte competente para o julgamento em sede local, no Estado do Rio de Janeiro, e em

segunda instância ordinária, onde a maior parte dos recursos são interpostos por cidadãos irredimidos com tutelas recebidas pelos juízes monocráticos.

Foram encontrados nos mecanismos de buscas oficiais dos Tribunais amostragem insuficiente de julgados quando da inserção dos termos “Testemunha de Jeová” e “Transfusão de sangue”, separadamente, razão pela qual foi utilizado o mecanismo de busca do site “Jusbrasil”, onde mediante a inserção do termo “Testemunha de Jeová” 124 julgados foram encontrados, sendo somente 6 deles relevantes à pesquisa, ou seja, julgados que tangenciassem a problemática de transfusão de sangue em testemunhas de Jeová, com decisões vinculadas à atuação do Poder Judiciário em matéria cível. Posteriormente, com a inserção do termo “Transfusão de Sangue” foram encontrados 759 julgados, somente 1 novo julgado possuía relevância. A análise se ateve às decisões de caráter colegiado, dada sua maior capacidade de geral uniformização jurisprudencial, as quais incluem, somados os três tribunais: Recursos Especiais (dois); Apelações (duas); Agravo de instrumento (um); Mandado de Segurança (um). Necessário destacar que o Supremo Tribunal Federal não possui, segundo os mecanismos de busca descritos, acórdão proferido sobre a matéria, ainda que já tenha apreciado a questão em sede de repercussão geral

Posteriormente houve tabulação dos dados encontrados, mediante divisão de trechos de cada decisão conforme categorias elaboradas a partir da análise dos discursos dos próprios magistrados, as quais foram: “questão etária”; “questão médica e de saúde pública”; “questão de liberdade de crença”; “questão infraconstitucional”; “questão constitucional”; “questão socioeconômica”.

CONCLUSÕES:

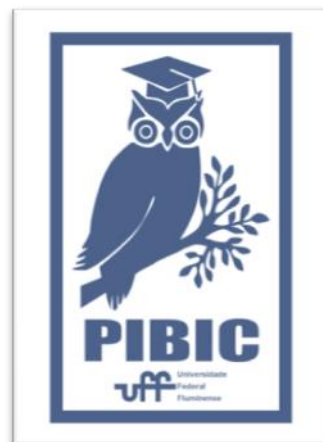
Nestes termos, foi realizada extensa análise bibliográfica relativa à nova sistematização da Tutela Provisória conforme o CPC/2015, de modo a melhor entender onde se situa a problemática de concessão de tutelas de urgência para transfusão de sangue em Testemunhas de Jeová. Posteriormente foram selecionados julgados relevantes à temática, em Tribunais estrategicamente selecionados, tendo sido aqueles alvos de análise minuciosa e posterior tabulação com viés quantitativo, mediante a utilização do método de “análise de conteúdo” proposto na seção de metodologia. Mediante a concessão de nova bolsa de estudos, dando continuidade a este projeto, houve remodelação da atual metodologia, sendo concebido rol de 20 perguntas, divididos por temática, a serem aplicadas com entrevistados representantes de entidades protetoras das testemunhas de Jeová e magistrados atuantes no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Por todo o previamente enunciado, é possível concluir que, de modo geral, a metodologia idealizada inicialmente logrou bons resultados, tendo o projeto contribuído no aperfeiçoamento das habilidades de pesquisa do aluno bolsista, principalmente no que tange à inventividade metodológica e à possibilidade de produzir trabalho relevante no campo de estudos do Direito Processual e do Direito Constitucional.

Agradecimentos:

Agradecimentos especiais ao professor Fernando Gama, pelo comprometimento e pela brilhante orientação, bem como pela oportunidade de aperfeiçoar os estudos em Direito Processual e permitir a evolução do aluno no contato com metodologia e método de pesquisa.

Agradecimento ao professor Felipe Borring Rocha, pelo auxílio nos estudos do instituto da tutela provisória no novo Código de Processo Civil.





Grande área do conhecimento: TURISMO

Título do Projeto: Turismo, Presença e Resistência Negra na Região Portuária do Rio de Janeiro-Rj

Autores: Andréa Tudesco da Silva Araujo (UFF - atudesco@id.uff.br); Ari da S. Fonseca Filho (UFF- arifonseca@id.uff.br)

Departamento/Unidade/Laboratório: Turismo

INTRODUÇÃO: O presente trabalho apresenta o resultado da pesquisa de Iniciação Científica, financiada pelo CNPq, que teve por finalidade estudar o turismo cultural na região portuária do Rio de Janeiro. Esta localidade passou nos últimos anos por diversas mudanças estruturais com o propósito de atrair turistas e investidores, tendo em vista que a cidade recebeu grandes eventos esportivos nos anos de 2014 (Copa do Mundo) e 2016 (Jogos Olímpicos Rio 2016), entretanto esta área central tem a sua história diretamente ligada à escravidão.

A criação do Cais do Valongo deu-se para ser o local onde desembarcavam os negros escravizados, de forma com que esse comércio saísse da área até então central da cidade do Rio de Janeiro (Praça XV). Após a abolição da escravatura, a presença marcante da cultura oriunda dos negros africanos e seus descendentes na região, tornou-a conhecida como Pequena África, no período de 1850 a 1930, lugar onde negros libertos de várias nacionalidades africanas viviam, trabalhavam e se estabeleceram na cidade, trazendo para aquela área, seus hábitos, cultura e convívio.

Lucio Grinover (2006) fala sobre a hospitalidade urbana, a relação de pessoas com a cidade e como essa relação influi na vida de moradores, turistas e migrantes. O autor nos traz a visão da cidade como agente influenciador de nossas percepções e sensações quando lidamos com a acessibilidade, legibilidade e identidade. Tendo como base esse contexto e visando associar cultura, educação e história ao turismo e à hospitalidade, o objetivo geral do trabalho foi compreender de que forma o turismo cultural e pedagógico pode ser realizado na área, de um jeito benéfico para a população local e para o turista ou visitante. Os objetivos específicos foram: realizar um estudo sobre a herança africana na região da Pequena África, tendo em

vista o processo de turistificação do local; investigar a hospitalidade local a partir das percepções de visitantes, turistas e moradores, com destaque para o aspecto identitário, tendo a herança cultural africana como foco de interesse pela visitação local; analisar a presença e resistência da herança africana em práticas de turismo na região da Praça Mauá e do Cais do Valongo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para a realização do trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa com abordagem direta; pesquisa bibliográfica com os temas turismo cultural, história do Rio de Janeiro e do Cais do Valongo; Hospitalidade urbana. Foi realizada pesquisa de campo por meio de visitas às exposições e atrativos culturais e educativos que elucidem a história e cultura da região. Foram realizadas entrevista informais com a comunidade local e a aplicação de questionários com turistas e visitantes que compunham grupos de estudantes universitários que realizaram estudos do meio na região portuária. A pesquisa bibliográfica buscou autores que abordavam a área estudada e a história local, bem como, autores que discutem o turismo cultural e a hospitalidade. Esta, é descrita por Grinover (2006, p.32) como: “[...] a hospitalidade supõe a acolhida; é uma das leis superiores da humanidade, é uma lei universal” e acrescenta que o acolhimento é incluir o outro no próprio espaço.

O andamento da pesquisa segue através de estudos realizados como o acompanhamento de uma visita guiada pela zona portuária com alunos da Licenciatura em Geografia da UNESP – Ourinhos e a realização de um questionário online via e-mail, com os estudantes para compreender suas visões sobre a região

visitada, a percepção da cultura negra e o interesse na história local. Houve também o acompanhamento da apresentação teatral no Centro Cultural José Bonifácio, de uma performance inspirada no poema “Padê de Exu, libertador” de Abdias do Nascimento.

Esta experiência cultural nos colocou em contato com artistas que trabalham na área, cujo intuito é manter a cultura africana presente na região. Outra atividade acompanhada foi uma aula pública sobre a história e a origem africana do Rio de Janeiro, realizada no cais do Valongo e outra sobre as relações geradas pelo conflito entre o projeto de “País tropical” e “cidade-terreiro” dada pelo historiador Luis Antônio Simas, realizada na Casa Porto-RJ.

Dentre algumas dificuldades para a realização da pesquisa, pode-se dizer que a busca por respostas para os questionários apresentados foi a maior dificuldade, tendo em vista que foram obtidas de um grupo apenas 7 respostas de um total de 40 esperadas (estudantes de Geografia da UNESP – Ourinhos). Com a finalidade de se complementar a pesquisa com turistas e visitantes estudantes, selecionamos um segundo grupo a ser pesquisado, os alunos da Faculdade de Turismo e Hotelaria da UFF, que realizaram pela disciplina Turismo e Educação um estudo do meio na localidade, obtendo-se também 7 relatos.

CONCLUSÕES: A Zona Portuária do Rio de Janeiro é historicamente uma região importante da cidade tendo em vista que a escravidão, uma parte da história que não nos orgulha, é diretamente ligada à região. É ali que está localizado o Cais do Valongo, onde desembarcaram milhares de negros africanos escravizados do que foi conhecido como a maior diáspora africana. Durante décadas, foi habitada por descendentes de africanos que chegavam libertos ao Rio de Janeiro e buscavam na comunidade o acolhimento e o reconhecimento dos seus semelhantes. Local onde podiam manter suas raízes africanas, suas tradições, religiões, cultura e dialetos, onde viviam e sobreviviam a uma sociedade que os marginalizava e discriminava.

Quando as obras do Porto Maravilha se iniciaram na região, com o propósito de reurbanização da área, e a descoberta do sítio arqueológico do Cais do Valongo, a história da região voltou a aparecer e com ela a necessidade de resistência e de valorização da

cultura de herança africana e das tradições da população remanescente.

Compreendendo a importância da região, aproveitando os projetos e investimentos governamentais, as novas descobertas relacionadas à escravidão e buscando estudar uma área de interesse particular, deu-se a ideia de iniciar a pesquisa sobre a hospitalidade e a resistência da herança africana como forma de turismo cultural e educativo. Com o intuito de responder à pergunta norteadora, buscamos através de pesquisas de campo, estudos dirigidos, pesquisas bibliográficas e entrevistas, analisar o meio, as pessoas que frequentam, trabalham e vivem na região e os turistas que de alguma forma se interessam pelo local, seja a parte histórica e cultural, a de eventos e destas ou ambas.

As intervenções urbanas na Zona Portuária e a preocupação com a hospitalidade urbana, tais como acessibilidade, identidade e legibilidade, como Grinover (2006) exemplifica, mostram a preocupação do Rio de Janeiro de também se adaptar as transformações para atração do turismo. Estudando o meio e a realidade social dos remanescentes moradores da região do Valongo, notamos que mesmo que a cidade não seja tão hospitaleira com a população negra e de baixa renda, há vontade do morador de receber bem o visitante, fazendo-o se sentir acolhido e a vontade, dentro da realidade de uma comunidade que não tem muito acesso à educação de qualidade. Procuramos fazer o estudo do meio, de forma diversificada, com o intuito de observar diferentes formas de utilização do espaço público. A participação em aulas públicas nos auxiliou na experiência do turismo educativo. A Zona Portuária do Rio, mesmo tendo a possibilidade e a capacidade de ser uma região turística de grande apelo na cidade, não é pensada ou estruturada para tal, apenas durante os megaeventos a região teve a visibilidade desejada.

Observamos que mesmo sem incentivos governamentais ou privados, diversas frentes independentes buscam valorizar a cultura afrodescendente como forma de empoderamento do povo e enaltecimento da arte e da cultura negra no Rio de Janeiro. Essa valorização é relevante para que a representatividade e a identidade da população negra sejam vistas e percebidas na cidade, auxiliando a busca pela igualdade social. Projetos de música, dança, teatro e poesia que buscam conservar a cultura negra podem de

certa forma corroborar para o turismo educativo e cultural na região. Desta forma, a herança africana se mantém presente e viva na região portuária do Rio de Janeiro e mesmo com os entraves entre os governos e os repasses de dinheiro, a população negra continua buscando manter viva e visível a cultura que veio com os escravos africanos.

Referências

BOTELHO, A. C. B.; IGREJAS, M.; BARTHOLO, R. A turistificação da zona portuária do Rio de Janeiro, Brasil: por um Turismo Situado no Morro da Conceição. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 2, p. 286-300, 2014.

GRINOVER, L. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. **Revista Hospitalidade**, v. 3, n. 2, p. 29-50, 2006.

GUIMARÃES, R. S. **A utopia da pequena africa: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

Agradecimentos: Ao Programa de Iniciação Científica da UFF, ao CNPq, à Faculdade de Turismo e Hotelaria da UFF, ao Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria da UFF.

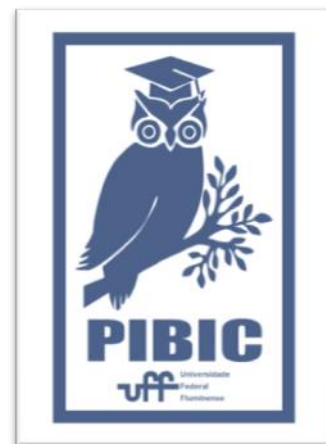


Figura 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: A condução da política de assistência social no estado do Rio de Janeiro: um estudo sobre a gestão estadual.

Autores: Brenda Luanda Silva Costa (bolsista PIBIC); Mônica de Castro Maia Senna (coordenadora/ orientadora); Janaína

Albuquerque de Camargo Schmidt (professora colaboradora); Laila Fernandes da Silva (aluna colaboradora)

Departamento/Unidade/Laboratório: Serviço Social Niterói/ Escola de Serviço Social/ Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar, sistematizar e examinar os resultados finais da pesquisa *“A condução da política de assistência social no estado do Rio de Janeiro: um estudo sobre a gestão estadual”* relativos à vigência 2017-2018. Do ponto de vista geral, o projeto de pesquisa busca analisar o processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no estado do Rio de Janeiro, tendo como foco a gestão estadual da política de assistência social.

Nesse trabalho a ser apresentado na Semana Acadêmica da UFF, nos dedicamos a apresentar uma reflexão sobre a produção de conhecimento do Serviço Social sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ressaltando o campo de estudos sobre a gestão estadual. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental na base de dados do BTDT – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, destacando as produções dos anos de 2012 a 2017. Privilegiou-se este período histórico, pois, a Norma Operacional Básica do SUAS/NOB-SUAS foi revista em 2012, imprimindo importantes responsabilidades aos entes federados no campo da gestão do SUAS. Compreende-se que os estudos sobre a gestão do SUAS precisam estar articulados aos processos de transformações no capitalismo contemporâneo que incidem nas formas de relação entre o Estado e Sociedade, o qual,

reconfigurou seu papel na ótica neoliberal de não investimento nas políticas sociais, transferência de responsabilidades para a sociedade civil, privatização das políticas públicas, e forte investimento público no capital financeiro. Associado a isso, torna-se necessário realizar as mediações junto às mudanças no mundo do trabalho, com a flexibilização das relações trabalhistas, precarização das condições de trabalho e desmonte dos direitos já adquiridos. Tal cenário tem sido acirrado pelos intensos processos de contrarreforma operados pelo atual governo brasileiro, que atinge todo o sistema de proteção social público, garantido pela Constituição de 1988.

Contraditoriamente, as crescentes demandas da população brasileira reclamam por políticas sociais que garantam a materialização do atendimento aos direitos sociais. É neste sentido que o SUAS foi concebido, como “sistema público não contributivo, descentralizado e participativo” (BRASIL, 2012) para promover um sistema de proteção social. E, conforme a NOB-SUAS (2012), um dos objetivos do SUAS é o de “consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva e garantem os direitos dos usuários”. Ratifica, deste modo, a

relevância dos entes federados na consolidação do SUAS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa realizada no acervo de dados do BDTD considerou em sua busca todas as Teses e Dissertações que continham em seus títulos a palavra Assistência Social, para a partir disso, identificar algumas questões: localização da produção por região e universidade; se envolvia Mestrado ou Doutorado; qual era a área de conhecimento do estudo, destacando o Serviço Social; as temáticas das pesquisas; e se continha algum estudo sobre o Rio de Janeiro (gestão municipal e estadual).

No que diz respeito ao total de produções mapeadas, em 2012 foram um total de 45 produções; em 2013, totalizaram 45 produções; em 2014, foram 52 estudos; em 2015, um total de 44 pesquisas; em 2016, 32 produções; e em 2017, 31 pesquisas.

Com relação à localização das produções por região, destacamos as três principais, identificando a seguinte configuração: no ano de 2012, Sudeste (16 produções), Sul (15), Centro Oeste (9); em 2013, temos Sudeste (20), Nordeste (12), Sul (11); em 2014, Sudeste (18), Nordeste (14), Sul (10); em 2015, Sudeste (24), Nordeste (11), Sul (6); em 2016, Sudeste (14), Sul (8), Centro Oeste (6); em 2017, Sudeste (13), Sul (7), Centro Oeste (6). Observa-se a grande representatividade da Região Sudeste neste cenário, sendo a principal região em todos os anos. Ressalta-se a pouca produção existente na Região Norte no campo do SUAS.

No que se refere às produções na relação Região/Universidades, verifica-se que, na Região Sudeste, em todos os anos, a PUC-SP se destaca como a principal Universidade. Este dado vem confirmar a trajetória histórica da PUC-SP na produção de conhecimento sobre a política de Assistência Social. Não foi identificada uma participação expressiva das Universidades do Estado do Rio de Janeiro em termos de produções sobre o SUAS. Na Região Sul, ressalta-se a PUC-RS, com produções em

todos os anos pesquisados, Na Região Nordeste, destaca-se a UFPB, também com pesquisas em todos os anos. E, no Norte, a expressividade é da UFPA, na realidade, a única Universidade desta Região que produziu estudos sobre a política de assistência social neste período (exceto 2017).

A principal área do conhecimento das produções sobre a Assistência Social em todos os anos foi o Serviço Social. Este dado revela a preocupação do Serviço Social em consolidar pesquisas sobre esta política pública.

Outra área que merece destaque é a Psicologia que aparece em quase todos os anos pesquisados (exceto 2016 e 2017).

Acerca dos temas mais estudados, identificou-se uma amplitude de temáticas, as quais se destacaram as duas maiores incidências por ano. No ano de 2012, os mais abordados foram sobre a própria assistência social, referindo-se sobre a sua concepção, sobre a política em si, em 6 produções; e 5 estudos acerca da implantação do SUAS. Em 2013, os mais pesquisados foram controle social/conselho (8 produções); psicologia e assistência social (4); serviço social e assistência social (4); assistência social (4).

No ano de 2014, ressalta-se 10 produções sobre a assistência social; 6 de proteção social básica; 6 de proteção social especial. Em 2015, tem-se a seguinte configuração: gestão do SUAS (4 produções); gestão do trabalho (4); rede socioassistencial (4); controle social/conselho (3); financiamento (3); proteção social básica (3); vigilância socioassistencial (3). Já em 2016, destaca-se a assistência social (8 estudos) e trabalho e assistência social (5 pesquisas). E, no ano de 2017, tem-se 10 produções sobre a assistência social; 3 acerca da transferência de renda; 3 de proteção social especial e 3 sobre controle social/conselho.

Embora seja identificado alguns estudos no campo da gestão do SUAS, em 2013 – 3 pesquisas, 2014 – 4, 2015 – 4, 2016-1 produção, não identificamos estudos sobre a gestão estadual e a relação com o SUAS. Até verificamos algumas análises sobre a gestão municipal, mas as produções sobre o ente

federado estadual são inexistentes, o que reforça a necessidade de análises que ressaltem o papel do gestor estadual no processo de implementação do SUAS.

No que se refere à realidade do Rio de Janeiro, verificamos análises que retrataram a questão municipal, mas foram em poucas produções, a título de exemplificação, em 2012, uma produção sobre um município da região metropolitana; em 2013, um estudo sobre a baixada fluminense e outro sobre o norte fluminense; em 2014, um estudo sobre o norte fluminense; e em 2015, um estudo sobre a região metropolitana, outro sobre Resende (sul fluminense) e outro sobre Cabo Frio, Campos e Itaperuna (noroeste fluminense). Os dados revelam a necessidade de maior sistematização em termos de pesquisas sobre o Sistema Único de Assistência Social na realidade do estado do Rio de Janeiro, bem como a ampliação desses estudos e produções para o âmbito da gestão.

CONCLUSÕES:

Faz-se muito importante e necessário continuar pensando o sistema de assistência social e discutir sobre as relações nele presentes, tendo como base a trajetória desta política para firmar-se no campo dos direitos. Esse sistema, que sempre esteve ligado a uma perspectiva de caridade e filantropia, hoje se tornou uma política nacional e possui suas particularidades, porém até hoje podemos deparar com visões voluntaristas relacionadas ao senso comum, como pôde ser visto em alguns momentos da pesquisa.

Como já discutido em etapas anteriores deste projeto de iniciação científica, a gestão estadual tem sido uma grande interrogação no processo de gestão compartilhada proposta pelo SUAS. Desta forma, estudos, pesquisas e produções sobre essa temática são de grande importância.

REFERÊNCIAS:

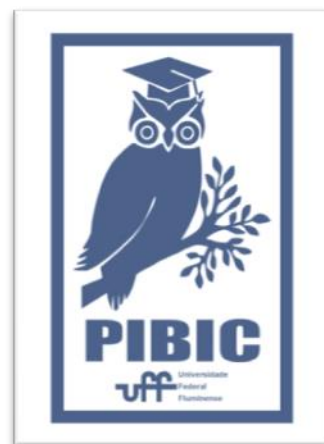
BEHRING, Elaine R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. BDTD. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 2017 e 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional De Assistência Social. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que dispõem sobre a organização da Assistência Social. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS. Brasília, 2012.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Política Social brasileira e mercado de trabalho para Assistentes Sociais nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense

Autores: Carlos Antonio de Souza Moraes (Orientador); Gabriela Mendes Moreira Schocair

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de Campos/ Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/ Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES).

INTRODUÇÃO:

A pesquisa, contemplada com auxílio financeiro do Programa de Fomento à Pesquisa (FOPESQ - UFF, 2017), discute os impactos da contrarreforma do Estado nas políticas sociais e no mercado de trabalho de assistentes sociais no Brasil na entrada do século XXI.

Recorreu ao Método fundamentado na Obra de Marx e, metodologicamente optou pela investigação bibliográfica em revistas acadêmico-científicas reconhecidas na área de Serviço Social, além de dissertações e teses disponíveis na plataforma CAPES a partir do ano 2000. Para a pesquisa bibliográfica, elegeu-se os seguintes descritores: “Mercado de trabalho do assistente social”; “Trabalho do assistente social”; “Profissão” e “Perfil profissional”.

Após identificação e seleção das produções acadêmico-científicas, o material coletado na pesquisa bibliográfica foi distribuído entre os pesquisadores participantes do projeto (aluna de Iniciação Científica, Professor Coordenador do projeto e aluna voluntária). Posteriormente, os pesquisadores leram, ficharam e apresentaram os principais resultados dos estudos em reuniões de pesquisa na sala do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES/UFF-Campos).

Articulado a estes processos, foi realizada a classificação e análise do material.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Quantitativamente foram mapeados os seguintes resultados nas Revistas na área de Serviço Social:

Revista Serviço Social e Sociedade: 03 artigos;

Revista Katálysis: 01 artigo;

Revista O Social em Questão: 01 artigo;

Revista Sociedade em Debate: 01 artigo;

Revista Em Pauta: 06 artigos;

Revista Textos e Contextos: 01 artigo;

Revista Teoria Política e Social: 01 artigo;

Revista Serviço Social e Realidade: 02 artigos;

Além disso, foram mapeadas 02 teses de doutorado e 09 dissertações de mestrado relativas aos descritores anteriormente mencionados e disponíveis na Plataforma CAPES.

A análise qualitativa destas produções bibliográficas identificou os seguintes eixos de discussão:

1. O modelo de reestruturação produtiva como resposta à crise do capital nos anos 1970 e as transformações no processo produtivo a partir de novas tecnologias e de um novo perfil de trabalhador requisitado pelo mercado;
2. O ideário neoliberal, o desemprego estrutural e a exponenciação da desigualdade social;
3. As implicações destas transformações globais para a sociedade brasileira a partir dos anos 1990, com o destaque para a contrarreforma do

Estado nas políticas sociais, especialmente nos eixos descentralização e focalização;

4. A expansão dos serviços sociais a partir dos anos 1990 (saúde, educação e assistência social) como forma de reprodução social e da força de trabalho;

5. A ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais e a precarização de suas condições de inserção e permanência no mercado, bem como a precarização das relações de trabalho, capazes de contribuir, inclusive para o adoecimento profissional;

6. O assistente social enquanto trabalhador assalariado e os impactos das condições precárias de trabalho na construção do seu exercício profissional;

7. A análise da autonomia relativa do assistente social fundamentada no projeto ético e político profissional em contraposição as requisições do mercado de trabalho e a chamada “nova cultura do trabalho”.

CONCLUSÕES:

Conclui-se, a partir de análise quantitativa do material coletado, que há um número ainda insignificante no que se refere a produção de conhecimentos a respeito do tema “Mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro”. Esta conclusão aponta, por um lado, para a relevância científica da proposta desta pesquisa.

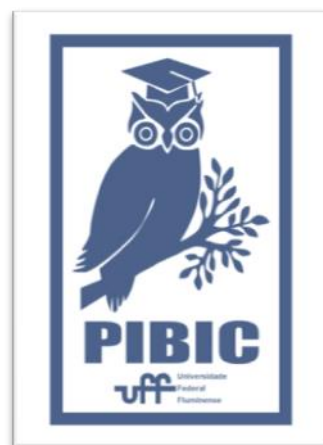
Além disso, a análise qualitativa do material indica que o mercado de trabalho para os assistentes sociais na entrada do século XXI pode ser caracterizado pelo “binômio ampliação – precarização”. Fator que pode ser analisado a partir do processo de municipalização das políticas sociais proporcionalmente desacompanhado de recursos necessários à sua construção em uma era de neoliberalização da economia.

Agradecimentos:

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal Fluminense;

Ao Programa de Fomento à Pesquisa (FOPESQ, 2017) da Universidade Federal Fluminense;

Ao Departamento de Serviço Social de Campos.





Grande área do conhecimento: Comunicação e Informação

Título do Projeto: Rupturas de intencionalidades performáticas: mapeamento de casos nacionais e estrangeiros em sites de redes sociais

Autores: Juliano Coelho da Silva Figueiredo

Departamento/Unidade/Laboratório: Universidade Federal Fluminense / IACS / UFASA (Campus Gragoatá)

INTRODUÇÃO:

Na sociedade contemporânea temos uma liberdade maior (ainda que não absoluta) de criarmos as nossas próprias narrativas de si (GIDDENS, 2002). As dinâmicas de autoapresentação do sujeito não são mais determinadas apenas por marcadores mais fixos de identidade, mas por processos complexos da performance de si, que envolvem a autorreflexão e a alorreflexão, atravessados pela esfera cultural e do consumo. Esta projeção do eu ocorre também *online*, sendo facilitada pelos sites de redes sociais que se tornam cada vez mais ubíquos.

Surge, a partir daí, uma tentativa de manter esta construção de *self online* e *offline* coerente, de buscar-se a chamada “coerência expressiva” (SÁ E POLIVANOV, 2012), ou seja, uma narrativa biográfica tida como consistente, em que as performances, aqui entendidas como as ações de comportamento expressivo (TAYLOR, 2013), contribuam para a construção deste ideal, conforme apontam Goffman (2009) e Giddens ao pensar as performances e narrativas de si no cotidiano – ainda que em contextos históricos distintos.

Tendo isso em perspectiva, este trabalho se propõe a analisar o processo de quebra desta coerência expressiva, em geral desejada pelos sujeitos (e especialmente importante para figuras públicas), no âmbito dos sites de redes sociais. Como exemplo de tal ruptura, podemos citar o caso da “influenciadora digital” no ramo da saúde / *fitness* Bianca Andrade, que teve sua performance enquanto tal invalidada, ou ao menos questionada, durante uma entrevista que deu a uma emissora de rádio, onde, sem saber que estava sendo transmitida ao vivo pelo *Facebook*, ela revelou que fez uma lipoaspiração, ao contrário do que dizia aos seus seguidores: que conseguiu emagrecer de maneira saudável e natural, proporcionando diversas consequências para a construção e a manutenção do seu *self online* e *offline*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No ano anterior de pesquisa haviam sido levantados cerca de quarenta “casos” ocorridos no Brasil, que foram analisados e categorizados numa proposta de taxonomia sobre com quem essas rupturas de performance acontecem, quais os agentes ali envolvidos e quais as principais consequências para estes sujeitos. Neste ano, no entanto, a proposta foi fazer uma tentativa de mapeamento de casos não apenas nacionais, como também estrangeiros para que os mesmos pudessem ser contrastados entre si e tendo também em perspectiva dar uma maior atenção ao chamado *Sul Global*. Tal conceito ainda não é consensual entre os pesquisadores, mas pode ser entendido como um termo utilizado em estudos pós-coloniais e transnacionais que pode referir-se tanto a países do chamado Terceiro Mundo quanto ao conjunto de países em desenvolvimento, de todo modo de fora de uma lógica produtiva dominante “do Norte”.

Fizemos, então, um novo levantamento de casos para análise exploratória, voltamos nossa atenção para procurar entender as particularidades dos mesmos com estas dinâmicas comunicacionais em seus contextos culturais.

Contudo, acabamos por nos deparar com diversas complicações ao tentarmos realizar tal mapeamento: uma grande dificuldade de se ter acesso a notícias sobre casos acontecidos no *Sul Global*. Este dado me possibilitou questionar sobre como os algoritmos dos mecanismos de busca influenciam e/ou são influenciados a construir uma “ponte” do Brasil com a Europa e a América Anglo Saxônica (onde casos de ruptura são mais facilmente encontrados) e afastar-nos, culturalmente, da América Latina, África ou Ásia, cujos casos, mesmo utilizando mecanismos de buscas que, teoricamente, nos permitiriam ter acesso a eles, são muito dificilmente encontrados. Apesar de não ser

objetivo direto desta pesquisa aprofundar-se nesta questão, não podemos ignorar o fato de estarmos inseridos numa cultura eurocêntrica. Foram selecionados então, através de amostra intencional (FRAGOSO ET AL, 2006), casos ocorridos na Espanha, México e África do Sul, além dos brasileiros, para tentarmos delinear as particularidades de cada um deles (por mais que saibamos que a Espanha não se enquadre no eixo do Sul Global).

CONCLUSÕES:

Ainda que existam particularidades socioculturais bastante distintas, pode-se notar que as mesmas não anulam alguns dos resultados obtidos no último ano de pesquisa como, por exemplo, o fato de os rastros digitais possuírem agência central em tais rupturas e que estes ainda possuem relação direta com a profundidade das consequências para os sujeitos ou que essas são bastante semelhantes às brasileiras. Ou, ainda, que o sujeito que possui um ethos prévio consolidado está mais suscetível para que haja mais rastros e maiores reflexos em sua construção do *self on e offline*. Dentre os casos espanhóis, apenas os ocorridos com sujeitos que possuíam ethos prévio consolidado se destacaram, o que deve significar que casos de pessoas não famosas tendem a deixar menos rastros do que no Brasil onde casos de pessoas não famosas constantemente viralizam. Além disso, este dado nos faz refletir que o principal foco de atenção para os espanhóis não seja o caso por si só, mas sim o sujeito com quem o mesmo ocorreu.

Ademais, outras particularidades podem ser percebidas, como, por exemplo, as profundidades das consequências destas rupturas nas construções dos *selves* dos sujeitos. No Brasil e no México, ao que parece, estas consequências se mostram mais profundas que na Espanha e na África do Sul. Na Espanha, as consequências têm se mostrado mais fortes apenas nos ambientes *online* e na África, tais consequências não puderam nem ser percebidas.

Agradecimentos:

Gostaria, em primeira instância, de agradecer à minha orientadora Beatriz Polivanov, pelo seu suporte, correções e incentivo. À Universidade Federal Fluminense e ao curso de Estudos de Mídia e todo seu corpo docente por me estimularem tanto no sentido de produção de conhecimento e ajudarem a formar o

pesquisador que sou hoje. Ao CNPq pelo financiamento, proporcionando, assim, essa experiência excepcional. E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração desta pesquisa. Meu muito obrigado.





Social (GETRAPS).

Ciências Sociais Aplicadas

Mercado de trabalho e espaços sócio ocupacionais do Serviço Social nas regiões norte e noroeste fluminense

Letícia Fonseca Piedade e Valter Martins

Departamento de Serviço Social de Campos – Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Trabalho e Proteção

INTRODUÇÃO:

As orientações neoliberais desenvolvidas na realidade brasileira a partir da década de 1990, promoveram políticas sociais orientadas sob o princípio da focalização para implementar o consumo. Essa nova configuração das políticas sociais rompe com a construção de políticas universais e afirmadoras de direitos para o conjunto da população. Nesse bojo, temos o tensionamento entre focalização e princípios de afirmação de direitos sociais universais, o que coloca desafios para os assistentes sociais. Tem-se percebido que as principais consequências para a atuação profissional são: a falta de autonomia técnica profissional, a padronização rígida dos critérios de seletividade, a desvalorização das competências profissionais. Em síntese, é a transformação de um profissional dotado de saber teórico e técnico em simples operador de sistema informacional. Essa tendência tem sido posta principalmente aos municípios de pequeno e médio porte em todas as regiões do país. Em alguns estados o quadro se agrava devido as particularidades sócio-históricas da região, como é o caso das regiões norte e noroeste fluminense.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O trabalho do assistente social vem gradativamente ampliando o espaço de discussões no âmbito das relações de trabalho nos espaços sócio ocupacionais. As mudanças operadas nas políticas sociais a partir dos anos 90 vêm apresentando um conjunto de novas demandas e exigências à profissão.

A partir desse desmonte e das transformações contemporâneas no sistema econômico de produção e do tensionamento do Estado e das políticas sociais na disputa pelo fundo público é desencadeado a origem de novas demandas,

novas requisições e respostas que exigem novas competências e habilidades do trabalho do assistente social por no trato do agravamento das expressões da questão social.

A classe dos trabalhadores como em qualquer processo de metamorfose do capitalismo sofre o maior impacto, o trabalho informal, a precarização das relações de trabalho, a reforma das leis trabalhistas toma grande espaço e, sendo assim, abre horizonte para o sucateamento de direitos, local de trabalho insalubre, flexibilização, baixa remuneração, exploração, alienação e afins. Essa precarização afeta também o trabalho profissional do assistente social por ser parte da classe trabalhadora e principalmente pela contradição que versa o Estado com os usuários das políticas. Por muitas vezes, ocorre o descrédito da legitimidade da profissão para com a atuação profissional do assistente social perante as ações públicas.

Findando a década de 1990 e dando início nos anos 2000, se intensifica a luta por direitos sociais e a implantação de políticas públicas que tem o intuito de responder as necessidades no enfrentamento das demandas.

É posto em debate atualmente a direção do trabalho social, colocando em questão os processos interventivos que visam à emancipação do indivíduo e o fortalecimento de direitos. É preciso ultrapassar alguns vícios como ações improvisadas e não planejadas.

Nos municípios de pequeno e médio porte é aonde se tem constatado situações mais críticas, especialmente pelas organizações de interesse de classe que se apropriam do espaço público para efetivarem seus interesses. Nesse bojo o trabalho do assistente social vem sendo subordinado a um processo crescente de restrição da autonomia técnica, rebaixamento salarial e contratações temporárias que

precarizam a prestação de serviços sociais aos usuários das políticas sociais.

A partir do contexto apresentado identificaram-se dois eixos que tem norteado a discussão na região norte e noroeste fluminense.

EIXO 1: Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho e no trabalho nos serviços, no âmbito das políticas sociais.

A discussão suscitada pela professora de Marilda Iamamoto (2008) problematiza o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Percebe-se, a partir do debate a necessidade de aprofundar questões que envolvem o trabalho profissional, mercado de trabalho e enfrentamento dos desafios postos à profissão, e de como o trabalho se concretiza, se materializa através dos diversos espaços sócio-ocupacionais. Para isto é necessário que o debate consiga ir além das questões teóricas.

EIXO 2: Demandas, requisições e atribuições do assistente social no âmbito das políticas sociais

As demandas postas na realidade e a tendência da categoria profissional a realização de uma prática tecnicista. Realiza-se o que está previsto na legislação profissional e nas políticas sem grandes estímulos em recriar sua ação profissional direcionada aos desvendamentos da realidade. Observa-se uma tendência a realização de uma prática sincrética do assistente social, mediante a tendência multidisciplinar impostas nas instituições. O trabalho do assistente social se insere numa nova lógica/morfologia.

CONCLUSÕES:

Dentre os aspectos observados até o presente momento, com base na análise dos dados e informações coletados, foi possível constatar a permanência do assistencialismo político-partidário e a restrição da autonomia no exercício profissional são como traços da cultura política que alimentam a forma de ingresso no mercado (convite/indicação), principalmente nas regiões mais pobres, onde a presença do coronelismo e do clientelismo é mais forte;

Novas demandas ao profissional que para atendê-las satisfatoriamente precisam estar capacitado do ponto de vista teórico, técnico e ético-político, o que nem sempre é possível devido à falta de incentivo por parte das instituições. As instituições empregadoras entendem que a educação continuada é uma

questão individual do próprio profissional e, diante da impossibilidade de conjugar a jornada de trabalho com tempo para estudo, além da ausência de recursos financeiros, visto que, principalmente, a formação profissional continuada exige disponibilidade de recursos financeiros para sua realização, o profissional acaba se afastando deste acesso que, hoje, é uma exigência do mercado de trabalho, cada vez mais seletivo e competitivo.

Sobre as condições do trabalho profissional, percebeu-se a imposição de metas de produtividade e desempenho; atuação em duas ou mais políticas sociais; exigências de múltiplas capacitações para trabalhar com diferentes áreas da política social ao mesmo tempo; trabalho solitário e individual; jornadas longas e intensivas; baixos salários; exploração e fragmentação do trabalho; acúmulo de funções e atividades (gestor, trabalhador); superposição das funções; “assistencialização”: rebaixa o direito do usuário e precariza as condições de contrato e das condições de trabalho dos assistentes sociais; Trabalho profissional é produtor de sofrimento e de desgaste emocional (assistência). Constatou-se ainda, um processo de degradação das condições de trabalho dos assistentes sociais e sobre as tendências do mercado de trabalho do Serviço Social.

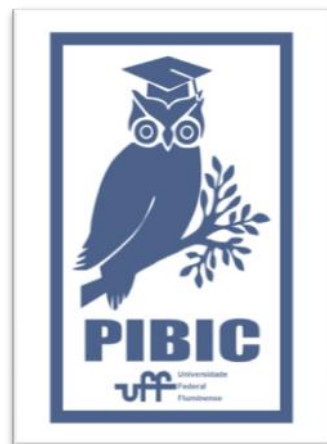
Agradecimentos:

Ao Conselho Regional de Serviço Social/Seccional de Campos dos Goytacazes pelo apoio operacional na coleta de dados.

Ao profissionais de Serviço Social das regiões norte e noroeste fluminense pelo preenchimento e retorno dos questionários da pesquisa.

A FAPERJ pelo apoio financeiro para execução da pesquisa.

A UFF/PROPPI pela concessão de bolsa de Iniciação Científica.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro

**Autores: Gabriel Verinaud Soares (bolsista)
Andréa da Rosa Sampaio (orientadora)**

Departamento de Arquitetura/ Escola de Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO:

Sob a perspectiva de um olhar contemporâneo sobre a cidade em sua espessura histórica, a pesquisa enfoca o processo urbano sob o viés da salvaguarda do patrimônio cultural, correlacionando as normas urbanísticas com a configuração espacial urbana, e particularmente com o patrimônio urbano da área central da cidade do Rio de Janeiro. A escolha pela produção de um Atlas que trace a evolução do processo urbano da área em questão pauta-se a partir de análises históricas, urbanísticas e também do patrimônio cultural, destacando os conflitos e impactos recorrentes dos projetos e normas urbanísticas incidentes no local através das décadas. Por meio da articulação da cartografia e da iconografia relativas ao tema, propicia-se leituras dinâmicas e sintéticas do processo urbano da área, pondo em questão o desenvolvimento urbanístico e o patrimônio cultural relacionados à formação e configuração da região central carioca. No contexto de uma cidade marcada por grandes intervenções urbanísticas ao longo da história, e recentemente catalisadas pelos megaeventos, entende-se ser essencial uma visão crítica, teoricamente fundamentada, e contextualizada historicamente sobre práticas que ameaçam nossas cidades e seu patrimônio. Nesse sentido, busca-se contribuir com estudos que documentem e consolidem a memória do Urbanismo e do Patrimônio Urbano da área.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A cada nova mudança urbanística, o patrimônio cultural é posto em risco, sofrendo pressões ora de origem higienista, modernista, ora do mercado imobiliário. A produção de cartografias temáticas, organizadas cronologicamente a partir da sistematização dos bens tombados por tipologias expressam mudanças na noção de preservação do patrimônio cultural, portanto, da

identidade da cidade, demonstrando a tomada de consciência acerca do valor que possuem o patrimônio construído, as ambiências históricas, bem como os seus bens culturais. No transcorrer do século XX, foi constituída a legislação que protege o bem cultural, um emaranhado normativo que às vezes permanece no papel. Há uma defasagem entre o ambiente Projetado e o ambiente Real, o papel *versus* o construído. Verificou-se que toda essa sobreposição de leis sobre a espacialidade urbana não consegue deter o abandono ou a subutilização de imóveis preservados.

A produção cartográfica demonstra os principais projetos urbanos impactantes no tecido urbano e no patrimônio cultural, bem como uma série de novos Projetos de Alinhamento, organizados por décadas, sobrepostos à malha urbana existente: várias escritas sobre o espaço urbano, tal qual um palimpsesto. A degradação do casario e do espaço público é uma das consequências dos fragmentos projetuais das intervenções, que se evidenciam na espacialidade do casario remanescente nas APACs (Área de proteção ao Ambiente Cultural) Catumbi e Cidade Nova, bem como na área que seria demolida pela Avenida Norte-sul.

Nessa fase da pesquisa, elegeram-se como caso emblemático a Rua da Carioca, diante de sua resiliência em subsistir à diversas intervenções urbanas que a colocaram em risco, conforme análise de sua evolução urbana, articulada aos diversos instrumentos de proteção ao patrimônio ali vigentes. A Carioca passou por um alargamento durante a Reforma Passos, no início do século XX, ficou perto de perder um trecho com o desmonte do Morro de Santo Antônio e também com a construção parcial da Avenida Norte-Sul (dec. 1950/ 1960). O que de fato colocou suas atividades em xeque, entretanto, não foi qualquer remodelação urbana, mas sim o mercado imobiliário, como se observa atualmente no cenário de instabilidade

comercial. Referência espacial histórica de local de negócios tradicionais da cidade, a rua teve 18 de seus imóveis vendidos recentemente em uma operação imobiliária, desencadeando o aumento excessivo dos aluguéis. Tal feito mudou drasticamente a diversidade comercial da rua, pois forçou alguns imóveis a passarem o ponto, bem como fecharem suas portas, como a centenária Guitarra de Prata.

Esses resultados têm sido difundidos em produção científica em eventos acadêmicos.

CONCLUSÕES:

A sociedade conforma o espaço urbano, com novos conceitos, visões, interações, sempre mantendo a cidade em constante transformação.

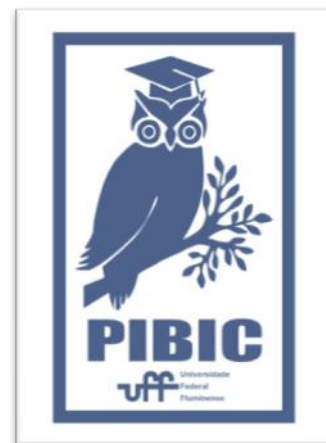
Ao pesquisar a legislação urbanística, entende-se não ser suficiente o mero conhecimento dos índices urbanísticos vigentes. O emaranhado de instrumentos normativos pode não ser efetivo para a requalificação de um bem ou de um conjunto urbano, incorrendo em uma perda para a sociedade. Já há algumas décadas, os cidadãos vêm lutando pela conservação de locais que tenham vínculo afetivo e memória social, visando sua preservação e readequação ao cenário urbano no qual ele se insere.

A produção de cartografias articulada à documentação e iconografia, constroem um panorama da história urbanística. Estudos sobre as obras realizadas e memórias sobre a cidade documentam o pensamento inerente à cada transformação urbana revelam os interesses políticos de cada época.

O estudo consolidará um produto que apresente as normas urbanísticas e patrimoniais no tecido urbano da área central ao longo da história, seus embates e impactos na configuração urbana e também suas resoluções. Diante do exposto, o presente projeto justifica-se pela pertinência de um olhar contemporâneo sobre a cidade em seu percurso histórico e pela originalidade dos resultados pretendidos.

Agradecimentos:

Ao CNPq pela concessão da bolsa e todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa até aqui, em especial a arquiteta e historiadora Juliana Oakim do IRPH (Instituto Rio Patrimônio da Humanidade) pela disponibilização de dados e também à professora orientadora Andréa Sampaio.





Grande área do conhecimento

Gestão Ambiental, Cadeia de Suprimentos Verdes, Ecodesign, Certificações e Rótulos Ambientais.

Título do Projeto

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE GERENCIAMENTO VERDE DA CADEIA DE SUPRIMENTOS (GREEN SUPPLY CHAIN MANAGEMENT) EM UM COMPLEXO SIDERÚRGICO.

Autor(a)

Maria Luiza Kanbach Baptista Lemos

Departamento/Unidade/Laboratório

Pólo Universitário de Volta Redonda/Campus Aterrado/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Departamento de Administração/Laboratório de Multi-Aplicações em Gestão/Grupo de Pesquisa em Finanças nas Micro, Pequenas e Grandes Empresas

INTRODUÇÃO:

Até o século XVIII, a produção mundial acontecia de maneira basicamente artesanal. Com a chegada da Revolução Industrial, o cenário se transforma. O progressivo desenvolvimento tecnológico e o surgimento das máquinas, aceleraram o ritmo e a frequência dessa produção. E, como consequência direta desse aumento do volume de produção, o meio ambiente foi drasticamente impactado.

O projeto busca apresentar os principais desafios enfrentados pelas organizações que buscam o avanço de produtos verdes dentro de uma cadeia de suprimentos sustentável. Assim, o estudo tem como foco central o desenvolvimento da ideia de Ecodesign integrada ao cenário das certificações e rótulos ambientais. Para alcançar essa perspectiva, utilizam-se os fundamentos da Gestão Ambiental.

O estudo tem como objetivo, levantar e analisar o atual estágio e envolvimento de uma multinacional do setor siderúrgico, nas questões associadas à sustentabilidade da sua cadeia de suprimentos, no que diz respeito a preservação do meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados deste estudo foram obtidos com base nos questionários aplicados na empresa e estão representados nos quadros que integram este estudo. Participaram do questionário um total de trinta colaboradores de diferentes áreas

do Complexo Siderúrgico como: área de produção, meio ambiente e qualidade. Assim, o estudo buscou analisar a opinião de colaboradores em diferentes áreas da empresa. O questionário foi dividido em cinco temas com o objetivo de facilitar o método escolhido para a contagem dos pontos, os temas (características) são: Gerenciamento Interno (Práticas de Gestão) – com oito perguntas, Política Ambiental – com sete perguntas, Desempenho Ambiental – com oito perguntas, Ecodesign (Projeto Ecológico) - com onze perguntas e Pressões Externas (Governo e Sociedade) – com cinco perguntas. Sendo assim, o questionário foi composto por trinta e nove perguntas relacionadas ao tema Gestão Ambiental com o foco em uma Empresa Siderúrgica.

Como resultado do projeto, nota-se que a empresa já começou a implementar atitudes sustentáveis dentro da sua cadeia produtiva, principalmente levando em consideração que a empresa faz parte de um segmento que é fornecedor primário de uma ampla gama de produtos que atendem diversos clientes e mercados. Existe, entretanto, um longo caminho a percorrer, que é de conhecimento dos seus gestores, a fim de crescer ainda mais e se tornar uma empresa ainda mais competitiva, criando diferenciais competitivos, aliados à constituição de uma sustentabilidade mais consistente, nos moldes das constantes mudanças do cenário global atual.

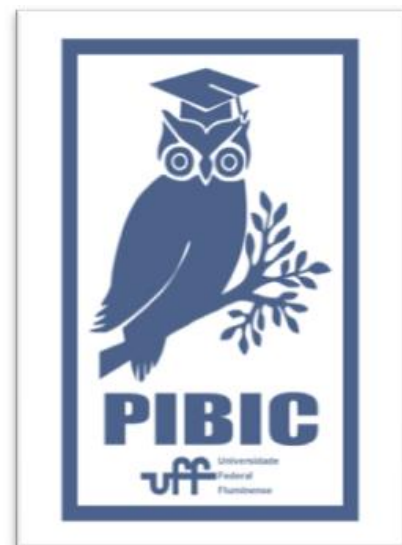
CONCLUSÕES:

A questão principal que conduziu o desenvolvimento desta pesquisa foi a necessidade de compreender as práticas de sustentabilidade mais utilizadas e valorizadas por uma cadeia de suprimentos do setor siderúrgico. Neste artigo foi apresentado, de forma simplificada, os conceitos de gestão da cadeia de suprimentos verde, a gestão ambiental no âmbito empresarial, as certificações adotadas pelas empresas e as diretrizes para implementação do design sustentável. Nesse sentido, foi apresentado como se encontra o cenário atual industrial e quais medidas têm sido adotadas pelas empresas do ramo. A utilização da metodologia quantitativa adotada na pesquisa se mostrou como a mais adequada para que o objetivo final pudesse ser alcançado, buscando contribuir com a atual literatura e, assim, direcionar novas pesquisas.

O resultado da pesquisa, constatou que dentre as práticas menos valorizadas, destaca-se o gerenciamento interno com foco na sustentabilidade, fazendo-se necessário que ocorra o desenvolvimento de educação e treinamentos aos colaboradores em relação aos aspectos ambientais. Dessa forma, apesar dos aspectos ecológicos ainda assim serem bastantes difundidos dentro da empresa, seu comprometimento e atitudes reais precisam ser mais intensos. Uma prática valorizada na empresa, conforme afirmam os funcionários, no aspecto de política ambiental, é em relação aos canais de comunicação sobre a política ambiental aplicada dentro do complexo siderúrgico. Sendo assim, a comunicação ambiental é uma prática ressaltada pela empresa.

AGRADECIMENTOS:

Finalizando, gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador, Uálison Rébula, pelo convite feito para participação nesta Pesquisa, me dando a oportunidade de vivenciar a carreira acadêmica. Obrigada pela confiança!





Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.

Título do Projeto: A LEI DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015) E SUA ADEQUAÇÃO ESTATAL.

Autor: Professor Pós-doutor David Augusto Fernandes, SIAPE: 1211036.

Departamento/Unidade/Laboratório: Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências da Sociedade/Departamento de Direito de Macaé.

INTRODUÇÃO

A dignidade da pessoa humana foi sedimentada no século passado, sendo que ela se apresenta de diversas formas e uma delas é a inclusão do deficiente, figurando neste rol aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Nos dias atuais, quando se verifica um grau maior de dependência entre as pessoas, devido às imposições da vida moderna, se mostra latente uma dependência de maior complexidade direcionada para a pessoa que necessita de um atendimento mais apurado, devido a uma deficiência, que o debilita para viver harmoniosamente no ambiente social de forma independente.

Antes da edição da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência tínhamos, no século passado, em 1975, a "Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes" resolução elaborada pela Organização das Nações Unidas, aprovada pela sua Assembleia Geral e mundialmente enfatizada em 1981 – o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), que teve como tema "Participação e Plena Igualdade".

Seguido a esta Resolução e acompanhando o movimento mundial, o Brasil, editou a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispoendo sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da

Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), instituindo a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplinando a atuação do Ministério Público e definindo crimes.

A evolução histórica demonstrou, assim, que o indivíduo julgou insuficiente a garantia de direitos pelo Estado (liberdade de expressão, liberdade de domicílio, liberdade de sigilo de correspondência), exigindo uma atuação efetiva daquele, ou seja, uma prestação positiva.

Ao lado, portanto, das liberdades negativas (comportamentos garantidos, sem ingerência do Estado), convivem as liberdades positivas (obrigações de o Estado comparecer para a prestação de certas tarefas).

Como pano de fundo a este aparato legal, no decorrer dos anos, temos a garantia ao direito à igualdade. Ou seja, a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência.

Ante ao alegado temos que o *direito à igualdade* surge como regra de equilíbrio dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e somente entendendo-se esse princípio é possível compreender-se o tema da proteção excepcional devida às mesmas.

O entendimento do princípio da igualdade pressupõe o conhecimento dos dois sentidos dessa palavra. Assim, no entender de Luiz Alberto David Araújo, a regra isonômica não admite qualquer privilégio, tratando igualmente as pessoas. Isto é o que se denomina igualdade formal ou igualdade perante a lei (ARAÚJO, 1997, p.82).

Continua o autor, afirmando que artigo 5º da Carta Magna, cuida de realçar certos valores, direitos de pessoas ou grupos, que necessitam de proteção especial, especificamente ou distinguindo tais situações. Conforme, portanto, o modelo adotado pelo constituinte, está-se diante de uma autorização para desigualar (ARAÚJO, 1997, p.82). Sendo isto denominado *igualdade material* ou *igualdade na lei*.

Logo, a igualdade de tratamento deve ser quebrada diante de situações lógicas que, obviamente, autorizem tal ruptura. É, portanto, razoável entender que a pessoa portadora de deficiência tem, pela sua própria condição, direito à quebra da igualdade, em situações nas quais participe com pessoas sem deficiência.

Sendo plausível afirmar que a pessoa portadora de deficiência tem direito a um tratamento especial de saúde ou à criação de programas de educação especial ou, ainda, ao acesso livre a qualquer local, por meio da eliminação das barreiras arquitetônicas, entre outros impedimentos (RIBEIRO, 2017).

A pesquisa ora relatada visava a investigar a(s) causa(s) que leva(m) a(s) pessoa(s) e o Poder Público a não atender aos princípios da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, delimitando este período de pesquisa nos dois últimos anos (2015/2017), nos quais se avaliam a pessoa pesquisada e o posicionamento do Judiciário, em Macaé-RJ, e junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Transportes de Macaé. Da primeira instituição buscava-se informação sobre o que tem levado ao descumprimento do estipulado no referido diploma legal e do órgão municipal, quais são as políticas públicas voltadas a este segmento, com cada vez mais representatividade no ambiente social, assim como as políticas de conscientização no respeito à pessoa portadora de deficiência conduzidas pela Secretaria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É importante evidenciar que a coleta de dados foi realizada através de questionário aplicado em dois grupos distintos. O primeiro grupo formado por deficientes físicos e visuais, e o segundo grupo formado por familiares de deficientes com comprometimento neurológico.

Com base nas amostras, é possível observar que em relação ao primeiro grupo, todos são unânimes em afirmar que a acessibilidade que é quase nula no município,

tanto para cadeirantes como para deficientes visuais. Neste mesmo grupo, 20% dos entrevistados, afirmam ter encontrado dificuldades para ter acesso à educação, no aspecto da inclusão. A escolaridade de 70% dos entrevistados é ensino médio completo e 50% dos entrevistados são casados.

Quanto ao segundo grupo que é composto de 100% pessoas solteiras, tendo 20% delas concluído somente o ensino fundamental, com a alegação, 90% dos entrevistados, de ter encontrado dificuldades para ter acesso à educação, devido a precariedade na sua inclusão no ambiente escolar. Do ponto de vista de assistencial médico-hospitalar, 80% dos entrevistados se queixaram da falta de atendimento médico adequado no município, o que faz com que eles recorram à capital do Estado em busca de exames e tratamentos específicos.

CONCLUSÕES

Com base nos dados da pesquisa, foi possível constatar que políticas públicas governamentais direcionadas aos deficientes são praticadas de forma singela, no município de Macaé, que traz em seus programas sociais uma tentativa de inserção e integração do deficiente com a sociedade, buscando melhorar a qualidade de vida, assim como elevar a autoestima do referido grupo, uma vez que os deficientes são muitas vezes marginalizados socialmente.

Fica evidente que se faz necessário uma visão mais atenta para às demandas das pessoas portadoras de deficiências, posto que podemos observar no nosso ordenamento jurídico diversas leis relacionadas ao tema em estudo. Contudo, para que essas legislações sejam efetivas, além da vontade política, se faz necessário assegurar as pessoas portadoras de deficiências sua dignidade, inclusão e saúde.

É necessário ressaltar que embora o município conte com inúmeras ações voltadas para a inclusão e ressocialização, se comparada a outros municípios brasileiros, há ainda um longo caminho para se percorrer, uma vez que o município não conta com acessibilidade plena em suas ruas, fator de maior crítica por parte das pessoas portadoras de deficiências, assim como uma rede hospitalar capacitada para os diversos tratamentos médicos, entre outros.

Considera-se que só através de um esforço contínuo e investimentos pontuais, através do qual o Poder Público ofereça

serviços acessíveis a essa camada populacional, é que poderemos falar em direitos assegurados às pessoas com deficiência, uma vez que direitos são garantidos através de ações, e não só de legislação.

Quanto aos objetivos desta pesquisa estes não foram totalmente atingidos, visto que quando da pesquisa realizada junto ao Poder Judiciário estas se apresentaram de forma ínfima, não conduzindo a uma conclusão sobre o estudo em comento.

Agradecimentos

À aluna Bruna de Azevedo Brandão que, com sua dedicação, atendeu as perspectivas depositadas, quando de sua escolha para aluna bolsista desta pesquisa.

A todos os órgãos do Município de Macaé, subvencionados pela Prefeitura local e listados neste documento, bem como ao Poder Judiciário de Macaé pela colaboração para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.



Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Humanas

PEQUENA PROPRIEDADE RURAL E DIREITO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: CUMPRIMENTO DA LEI Nº 11.947/2009 – ESTUDO DE CASO DAS ESCOLAS MANTIDAS PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Deiwison Sousa Machado/ Maria Goretti dal Bosco

Faculdade de Direito/ Departamento de Direito Privado

INTRODUÇÃO:

A Lei Federal 11.947/2009 estabelece que, pelo menos, 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser aplicado na compra de gêneros alimentícios produzidos em propriedades de agricultura familiar, de empreendedor familiar rural ou de suas organizações. A pesquisa é uma ampliação da iniciação científica realizada no ano letivo 2016/2017, no âmbito das escolas da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo da pesquisa agora é verificar o cumprimento, no âmbito das escolas públicas estaduais e/ou municipais, a nível nacional, considerando as 26 capitais dos Estados e o Distrito Federal. A garantia do direito à alimentação, consagrada pela Carta Constitucional, em seu art. 6º, e em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, se justifica por ser essencial à manutenção da saúde e, em consequência, assegurar a vida, devendo seu acesso ser proporcionado através de alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A primeira fase detectou descumprimento flagrante da Lei em muitos municípios do Estado do Rio de Janeiro. A partir da análise de dados estatísticos, obtidos através de bases de dados do governo federal, relativos aos anos de 2011 até 2015, constatamos que muitos municípios do Estado do Rio de Janeiro descumprem totalmente a Lei, não destinando sequer 1% dos

recursos repassados pelo governo federal à aquisição de alimentos para merenda escolar diretamente dos pequenos produtores rurais. Seguindo a mesma metodologia, agora a nível nacional, constatamos que, no quinquênio 2011-2015, o descumprimento da Lei Federal 11.947/2009 persistiu, inclusive em capitais de grande vulto econômico. A título de exemplificação, no ano de 2013 (quatro anos após a promulgação da Lei 11.947/2009), os municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Fortaleza e Recife destinaram 0% da receita oriunda do governo federal na aquisição de alimentos em conformidade com a referida lei, descumprindo flagrantemente, o diploma legal. O município do Rio de Janeiro apresenta timidamente o percentual de 1%. Por outro lado, algumas capitais, como Rio Branco, Belém, Palmas e Manaus extrapolaram o percentual mínimo legal e aplicaram mais do que 30% dos valores repassados na compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.

CONCLUSÕES:

Com base nos dados obtidos durante a realização da pesquisa, concluímos que há um flagrante descumprimento da Lei Federal 11.947/2009 e uma total assimetria entre as capitais estatais e o Distrito Federal. Provavelmente, existem fatores geográficos relacionados, mas acreditamos que o motivo determinante para o descumprimento da Lei 11.947/2009 esteja ligado às questões políticas, de acordo com as características e peculiaridades de cada cidade.

Agradecimentos:

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro mediante concessão de bolsa de iniciação científica. Agradeço também à minha orientadora, a Professora Doutora Maria Goretti dal Bosco, pelo apoio e por todo o trabalho desenvolvido ao longo da pesquisa.

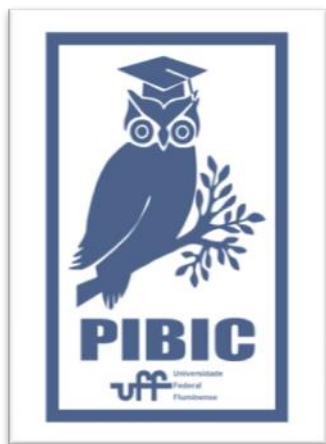


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

Conflitos Sociais e desastres ambientais em Morro do Coco – Campos/RJ.

**Paula Simão Sarmiento Alexandre¹
Antenora Maria da Mata Siqueira²**

¹ Departamento de Serviço Social de Campos/ Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional / Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais – NESA/UFF Campos

² PPG em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas e PPG em Defesa e Segurança Civil/UFF, Departamento de Serviço Social de Campos/ Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional / Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais – NESA/UFF Campos.

INTRODUÇÃO:

A conceituação o termo desastre não é consenso entre as diversas áreas do conhecimento. Há distância analítica entre as duas principais correntes que entendem o desastre ou como acontecimento físico ou como construção social (QUARANTELLI, 2005).

Os rumos são múltiplos e divergentes, para visar reduzir ou mitigar os desastres. No desastre entendido como acontecimento físico focam-se nas ameaças naturais tais como chuvas, terremotos, tsunamis e o tipo de providência a ser efetivada será em relação à previsão de tais ameaças. No desastre entendido como construção social o foco é na sociedade e as medidas para amenizar os desastres dirão respeito essencialmente às pessoas e seus lugares.

Este trabalho de IC faz parte de uma pesquisa mais ampla, Cartografias socioambientais e mapeamento das áreas de risco de inundações no Norte Fluminense. Mais especificamente se situa em seu eixo sobre a análise de conflitos sociais vivenciados por sujeitos sociais em desastres relacionados às inundações, identificados em pesquisas e registrados no ODA-Observatório de Desastres Ambientais do NESA, localizado na UFF/Campos.

A perspectiva metodológica teve por base a teoria crítica, permitiu analisar a produção e reprodução histórica dos processos sociais, considerando as suas múltiplas dimensões. As etapas de estudo envolveram pesquisa bibliográfica e hemerográfica, visita a campo e entrevistas com moradores atingidos.

Para análise mais específica dos conflitos em desastres, utilizou-se de matriz organizada a partir de base teórica sobre conflitos sociais (SIQUEIRA,2015) que os classifica em: a) conflitos preexistentes ao fenômeno físico que potencializam os desastres e b) os conflitos inerentes ao período de crise do desastre.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No âmbito desta pesquisa de IC, trabalhou-se como base empírica o desastre ocorrido na localidade de Morro do Coco. Enfrentado há mais de 10 anos pelos moradores, os conflitos foram intensificados pelos movimentos de massas ocasionados pelas chuvas intensas além da falta de infraestrutura que causaram os enormes danos materiais e simbólicos às famílias que lá residem.

Após as fortes chuvas houve movimento de massas e inundações, as famílias desabrigadas foram removidas de suas casas. Algumas delas foram encaminhadas e acolhidas em duas escolas locais onde receberam atendimento da assistência social e da defesa civil. Neste contexto, vários conflitos foram visibilizados.

PRINCIPAIS CONFLITOS IDENTIFICADOS

Habitantes de Morro do Coco – Bairros centrais	Defesa Civil municipal
Resistência dos moradores em permanecer mais tempo nos abrigos	
Habitantes de Morro do Coco, Km 28 (Posto Mangueira)	Concessionária da BR101 e polícia rodoviária federal.
Construção, pela concessionária, de uma ponte e limpeza regular das manilhas que perpassam a BR 101	
Habitantes de Morro do Coco, Km 28 (Posto Mangueira)	Defesa Civil
Os moradores alegam a falta de análise, pela Defesa Civil Municipal, das condições das famílias e casas após inundações.	

CONCLUSÕES:

As situações de vulnerabilidades não enfrentadas podem transformar-se em situações que perpetuam os desastres.

Foram identificados conflitos gerados entre moradores e órgãos públicos, alegando a necessidade de mudanças que evitem ou minimizem futuros desastres, como, por exemplo, a instalação de pontes ou manilhas que façam a água da chuva fluir e não inundar as casas. Outro conflito a destacar, recorrente na literatura e por nós evidenciado são os referentes às interdições realizadas pela defesa civil, o que obriga no reassentamento involuntário das famílias.

Os conflitos analisados demonstram que não são recentes, mas sim reproduzidos pelas diversas vezes em que o fenômeno físico ocorre e que encontra uma base material com problemas que não são resolvidos no cotidiano, mesmo antes do fenômeno e seus impactos ocorrerem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

QUARANTELLI, E. L. A Social Science Research Agenda for the Disasters of the 21st century: Theoretical, Methodological and Empirical Issues and their Professional Implementation. In: PERRY, R. & QUARANTELLI, E. L (Orgs.). **What is a Disaster? New Answers to Old Questions.** Lexington: Xlibris, 2005.

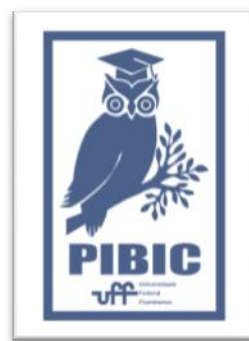
SIQUEIRA, A.M.M. Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas. In.: SIQUEIRA, A. M. M.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGOLI, M. A.S. (Org.). **Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos.** São Carlos: RiMa Editora, 2015.

SIENA, Mariana. **A atenção social nos desastres: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados.** São Carlos: UFSCar, Tese de doutorado, 2013.

SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata; MENDES, Juliana Nazareno; LEMOS FILHO, Alex José. **Desastres ambientais e conflitos socioespaciais no Brasil.** Geografares, Espírito Santo, n. 22, dez. 2016.

AGRADECIMENTOS:

A UFF e ao CNPq pelo apoio e financiamento da bolsa de Iniciação Científica. A Universidade Federal Fluminense pela inserção no campo científico e ao Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF-Campos), especialmente minha orientadora Antenora, por todo arcabouço teórico, orientação e estrutura oferecidos.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ESTÉTICA, ÉTICA, DIVERSIDADE, PROCESSO E JUSTIÇA: Da Legislação penal ao código de ética da Magistratura.

Juliana Sanches Ramos (PIBIC) e Nathália Coutinho (FAPERJ)

Departamento Direito Processual

INTRODUÇÃO:

A pesquisa analisou a questão que envolve tolerância e respeito à diversidade e suas expressões estéticas no sistema de justiça, tanto internamente (em relação aos membros do poder) quando externamente (no que tange ao tratamento dispensado aos jurisdicionados e administrados). Talvez tudo se inspire nas indagações do tipo: uma travesti pode ser juíza sem que isso viole o “código de ética” da magistratura? Juiz pode ser tatuado? Especificamente buscou-se desvelar no discurso jurídico as inspirações patriarcais, racistas, misóginas e LGBTfóbicas em regra estão camufladas. Ademais, buscou demonstrar que a normatividade vaga e imprecisa da Lei Orgânica da Magistratura e do Código de Ética da Magistratura favorecem interpretações intolerantes à diversidade estética interna e que a falta de pluralismo reflete na intolerância externa. A pesquisa pautou-se em revisão bibliográfica, realização de entrevistas e análise de discurso.

Como resultado, os levantamentos bibliográficos e a análise dos discursos subsidiaram a produção de artigo publicado em extrato Qualis B1, artigo a ser submetido à exame de periódico Qualis, bem como resumo apresentado em Seminário Internacional de Metodologia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

De início vale destacar a grande dificuldade encontrada para se obter contato com membros do Judiciário, especialmente em se tratando de juízes e desembargadores. Na grande maioria das vezes, era imediata a resposta, por parte dos assessores, no sentido negativo, alegando-se agenda lotada.

Por outro lado, todos os que se dispuseram a nos atender, uma boa parte por conta de

intermediários que nos recomendaram, foram extremamente gentis e solícitos, se dispôs a responder todo o questionário de forma paciente e, em geral, elaborando suas respostas de forma que as perguntas restassem satisfatoriamente respondidas.

É interessante esclarecer que optou-se por não interromper, complementar ou mesmo se posicionar durante a entrevista, evitando qualquer tipo de retórica. Essa estratégia mostrou-se majoritariamente satisfatória. É que, assim, os entrevistados sentiram-se à vontade para elaborar seu pensamento como quisessem, levando o tempo que precisassem. A ausência de reação às respostas visou não influenciar o entrevistado a guiar sua fala conforme a satisfação ou desconforto que eventualmente causasse.

A revisão bibliográfica nos permitiu sistematizar conceitos não raro estranhos ao ramo do direito, como sexo, gênero e orientação sexual. Após a revisão da literatura e o aprofundado estudo teórico sobre a temática da ética, estética e da diversidade, a parte final da pesquisa dedicou-se ao campo, através do contato direto com alguns atores do Sistema de Justiça Criminal, a fim de colher dados concretos sobre as percepções e atuações de cada um deles diante do novo cenário de pluralidade vivenciado por todos nós. O objetivo das entrevistas realizadas foi, então, através da análise do discurso desses atores, compreender os pontos de vista de juízes, desembargadores, chefes de serventia em cartórios criminais e diretores de varas criminais e se, de alguma forma, estes posicionamentos interferem no resultado dos processos judiciais criminais e no tratamento dispensado entre os próprios, advogados e partes.

CONCLUSÕES:

De acordo com as narrativas colidas e a análise das diferentes perspectivas apresentadas por magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foi possível perceber que os índices de tolerância à diversidade, de forma geral, evoluíram sim, mas, principalmente, no seu sentido formal e não no seu sentido prático. Esta conclusão é baseada pela percepção de que todos os discursos colhidos tentam se alinhar ao chamado discurso do politicamente correto, ainda que detalhes de suas falas demonstrem alguns preconceitos no raciocínio da pessoa entrevistada.

É perceptível que os entrevistados sabem e entendem que devem respeitar às diferenças e responderam no sentido de ser importante garantir a autonomia privada de cada indivíduo. Porém, foi passada a sensação de que o discurso apresentado é mais político do que uma posição que, de fato, seja refletida no cotidiano prático do Judiciário. Tal impressão é corroborada, por exemplo, pelos discursos dos servidores que não apontam o mesmo sentimento sobre a realidade do cotidiano forense, elaborado pelo discurso dos magistrados.

Assim, mostra-se imprescindível que sigamos buscando um Estado Democrático de Direito que seja, de fato, representativo e que assegure que a diversidade não seja determinante ou de grande influência nos resultados e decisões no âmbito do Sistema de Justiça Criminal.

Diante de uma diversidade identitária e, por conseguinte, estética tão rica como a que presenciamos atualmente, a interseccionalidade é um fator demasiadamente importante para compreendermos as relações sociais que se constroem. O Judiciário não pode quedar-se inerte em suas próprias tradições e deixar de abarcar a mudança que irrompe de toda parte, inclusive e, talvez, justamente, para ser capaz de promover justiça social. O pluralismo, a diversidade e a ideia de alteridade, devem sair do plano discursivo para integrarem a construção existencial da justiça para todos.

Agradecimentos:

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiar a minha pesquisa através do fornecimento de bolsa de Iniciação Científica - PIBIC, o que possibilitou que eu, enquanto graduanda em Direito pela UFF, pudesse dar início aos meus aprendizados em pesquisa e extensão, o que me ajudou a decidir em

ingressar no programa de pós graduação da UFF. Agradecemos ao orientador Prof. Doutor André Nicolitt por possibilitar que essa oportunidade de concretizasse e pela orientação e pelos ensinamentos prestados ao longo da pesquisa.

Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas/Planejamento Urbano e Regional

Título do Projeto: A GESTÃO URBANA E O EMPREENDEDORISMO NA CULTURA: O REGISTRO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS TRADICIONAIS E NOTÁVEIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Autores: João Domingues (docente) e

Matheus Saudino (discente)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Arte/Instituto de Arte e Comunicação Social/Laboratório de Estudos sobre Identidades e Políticas Urbanas (LAPIURB)

INTRODUÇÃO: O presente projeto de pesquisa coloca em questão, um novo modelo empresarial de administração das cidades, e como serão construídas as políticas culturais que serão praticadas pelo município, a partir de tal projeto. Visto que cresce o interesse do estado em transformar a cidade em uma grande empresa, mecanismos são acionados para torná-la cada vez mais competitiva mundialmente, com o objetivo de atrair turistas e grandes empresas dispostas a investir capital financeiro. Nesse processo, revitalizações urbanas aparecem como uma perfeita solução para o avanço da apropriação capitalista do espaço, a partir do impulso ao empreendedorismo na cidade. A cultura surge como uma forma de valorização da cidade pelo que ela apresenta de único, ou seja, particularidades que podem ser utilizadas na geração de capital quando inseridas dentro a lógica neoliberal, na construção de novos “empreendedores culturais”. Quando se está a discutir o espaço urbano, é necessário pensar no conceito de território, e em como se constrói a apropriação física e simbólica do mesmo por grupos sociais e agentes culturais. Tal pesquisa pretende analisar, o novo modelo de governança das cidades traduzido como “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2006), e em como se dará a gestão cultural a partir dele, isto é, como a prefeitura irá tratar das mais diversas manifestações culturais, que já

possuem uma forte ligação com determinado território, uma vivência espacial. A reflexão sobre o campo político-cultural está dimensionada sob aparatos metodológicos que ora acentuam a dimensão urbana das políticas culturais produzidas pelas instituições estatais,

ora acentuam a representação urbana de sujeitos sociais produtores de cultura. Assim, tendo a cidade do Rio de Janeiro como foco, investigou-se a Operação Urbano Consorciada Porto Maravilha, uma Parceria Público Privada que visa a reconstrução e revitalização da região do porto do Rio de Janeiro. Se faz necessário buscar as ligações que tal operação mantém com dois eventos esportivos de grande magnitude, reconhecidos internacionalmente, a Copa do Mundo de 2014, e as Olimpíadas de 2016. Coloca-se em discussão como a prefeitura do Rio de Janeiro lida com expressões, agentes e iniciativas culturais da região, visto a importância simbólica desse território, sua memória, heranças e histórias urbanas. É visível a maneira como a prefeitura (coalizão urbana) passa a estimular a racionalidade econômica e o empreendedorismo na região, não excluindo desse processo agentes culturais, sendo levados a atuar no empresariamento de si como formação subjetiva, no qual o empreendedorismo aparece como valor essencial à vida individual. A singularidade de nossa pesquisa incide em não apenas fornecer um enquadramento etapista do modelo de planejamento urbano carioca ao ciclo do capitalismo, mas em compreender que a “competitividade” é uma centralidade sob a qual repousa o ideário do neoliberalismo. Sob esta interpretação, pode-se especular que a realização desta dimensão empresarial da gestão urbana constrói também possibilidades de circulação de valores ativos da competitividade neoliberal na própria experiência urbana, articulando-se dialeticamente a outros campos da vida social. O que está em jogo, é se a prefeitura junto das empresas privadas, analisaram o quanto tais medidas poderiam ser para a região, visto a

possibilidade de inadequação de certos agentes culturais à essa “racionalidade neoliberal” (DARDOT, LAVAL, 216), e de descaracterização de um território que possui suas raízes na cultura de grupos minoritários. Tem-se como um dos objetivos entender em qual grau esse novo modelo empresarial de administração das cidades, focado no marketing urbano, pode contribuir ainda mais para exclusões territoriais, e um ambiente urbano mais desigual, a partir de movimentos chamados de “gentrificação”, no qual se prioriza a apropriação capitalista do espaço, com ênfase no empreendedorismo e na finalidade de criar uma renovação de economia urbana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Ao longo de todo processo de pesquisa, mantivemos uma coleta de dados regular, tendo como principal alvo as publicações encontradas no site www.portomaravilha.com.br. Todo o material coletado foi organizado e sistematizado em um total de 6 Planilhas Excel, são elas: Planilha Prêmio Porto Maravilha Cultural, Planilha Eventos no Porto Maravilha, Planilha Casa Porto, Planilha Cursos da Casa Porto, Planilha Agentes Criativos do Porto Maravilha.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. 1 ed – São Paulo: Boitempo, 2016.
- PASSOS, Flora d'EL Rei Lopes; Garcia, Fernanda Ester Sánchez. *Por um porto (in)corporado: políticas urbanas e territórios culturais na zona portuária do Rio de Janeiro*. Revista Geográfica de América Central, v. 2(n.47E), p. 1-14, 2011.
- DOMINGUES, João; ALBINATI, Mariana. *Espaço empreendedor e empreendedores da cultura: notas sobre a transformação urbana da Zona Portuária do Rio de Janeiro*. Políticas Culturais em Revista, Salvador, v. 9, n. 2, p. 437-458, jun/dez, 2016.
- DOMINGUES, João. *Marketing urbano e a dimensão da criatividade: colonização iminente do capitalismo flexível?*. Latitude, v. 6, n.2, p. 191-217, 2012.
- CZIMMERMANN, Fernanda Riviera. *O Projeto Porto Maravilha e a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro*. REVISTA DIGITAL DE DIREITO

ADMINISTRATIVO, v. 1, n. 1, p. 115-143, 2014.

- DOMINGUES, João. *O Porto Maravilha e a ênfase cultural dos novos projetos urbanos*. In: LAGES, Flávia; PRAGMÁCIO, Mario. *Dimensões Econômicas da Cultura: Experiências no campo da Economia Criativa no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2015.
- PINHO, Thiago Araujo. *O Capital Financeiro Imobiliário no Brasil: O caso da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha*. Dissertação (Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

PRODUÇÃO DE ARTIGOS:

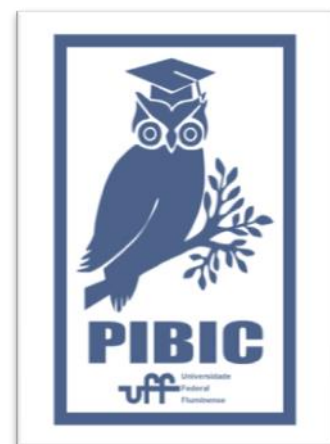
- DOMINGUES, João; OLIVEIRA, Kyoma; SAUDINO, Matheus. *Bares, botequins, restaurantes, gráficas, chapelarias e outros novos atores patrimoniais. Como as iniciativas de pequenos estabelecimentos comerciais sobreviverão no Rio de Janeiro empresarial?*. In: Inês Virgínia Prado Soares; Mário Pragmácio. (Org.). *Tutela jurídica e política de preservação do patrimônio cultural imaterial*. 1ed. Salvador: JusPodivm, 2018, v. 1, p. 535-573.
- DOMINGUES, João. *Os contratemplos do espaço: patrimônio cultural imaterial e o Livro de Registro Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis*. PRAGMATIZES- REVISTA LATINO AMERICANA DE ESTUDOS EM CULTURA, v. 1, p. 144-160, 2018.

DISCUSSÕES: Entramos agora numa nova fase, procurando adequar uma fração da lógica empreendedorista à produção de novos objetos de pesquisa. Assim, procuraremos nos próximos anos entender sopesamentos da noção de “flexibilidade” aplicada à administração urbana e à vida individual, tendo como foco a interlocução entre “economia criativa” e “cidade criativa”, “precarização do trabalho” e “precarização da vida”.

CONCLUSÕES: A atual fase da pesquisa está dedicada a construir metodologias de análise que mapeiem a circulação de valores

empreendedores na gestão urbana e possíveis efeitos objetivos e subjetivos, incorporações e estratégias de espacializações e representações de agentes sociais identificados com o universo das práticas produtivas da cultura em diálogo direto com as transformações espaciais operadas pelo modelo empreendedor. Para tanto, estamos agora em novo processo de construção de um corpus teórico, aproximando-nos de leituras da sociologia do trabalho, em especial àquelas que procuram entender as transformações posteriores à década de 1970. O enfrentamento deste conjunto hipotético realizar-se-á num âmbito objetivo de pesquisa, tendo como principal orientação: i) o mapeamento e análise das ações de instituições que estabelecem relações diretas com o modelo de intervenção urbana na área central do Rio de Janeiro e que incluem a gramática da “criatividade” – pode-se citar de imediato: a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP Porto Maravilha), e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); ii) o mapeamento e análise do conjunto de programas e projetos orientados pela Prefeitura e Governo do Estado do Rio de Janeiro que incluem a gramática da “criatividade”; iii) o mapeamento, interpretações de anseios, incorporações mercantis e estratégias de não-mercantilização de trabalhadores e trabalhadoras da área central da cidade que se autodenominam “criativos”.

AGRADECIMENTOS: Agradecimentos à Universidade Federal Fluminense, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo financiamento desta pesquisa, na forma de bolsa de iniciação científica, à Kyoma Oliveira e Gustavo Portella por todo auxílio nas discussões teóricas durante as reuniões semanais, e à Dora Motta e João Felipe que tanto nos ajudaram em discussões, produção de conteúdo e nas escolhas de quais caminhos tomar na pesquisa.





Ciências Sociais Aplicadas

SUBSÍDIOS PARA AÇÕES PARTICIPATIVAS NA ASSESSORIA TÉCNICA PARA APRODUÇÃO DE MELHORIAS HABITACIONAIS EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS

Ronado Brilhante, Ivo Mello Moraes e João Luis Koifman

Departamento de Arquitetura/EAU UFF/OPPHUS

INTRODUÇÃO:

A luta pelo acesso à assistência técnica em habitação popular, no Brasil, é algo que remonta a década de 1970. A percepção de que os esforços das pessoas mais pobres para construir suas casas poderia alcançar melhores resultados - em termos de custo e qualidade de construção - ocorre no mesmo instante em que o número de favelas nas grandes cidades brasileiras está aumentando. A aprovação, em 2001, do Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, representa uma nova perspectiva na produção da habitação social no país. Da mesma forma, a aprovação da Lei de Assistência Técnica, em 2008, confirma esse cenário favorável para a construção de novas estratégias de desenvolvimento urbano.

Apesar desse contexto não tivemos avanços significativos na implementação de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais, houve apenas uma experiência efêmera de um programa, entre 2007 e 2011, voltado ao financiamento de serviços de Assistência Técnica aos municípios. (Salazar; Stroher, 2014, p. 6). Quando observamos os gargalos para a implementação efetiva da Lei de Assistência Técnica, há a questão da formação dos arquitetos brasileiros.

Em nosso grupo de pesquisa (OPPHUS – Oficina de Projeto e Pesquisa de Habitação e Urbanização Social) trabalhamos, em contexto de extensão universitária, com a elaboração de projetos arquitetônicos com demandas distintas, procurando não só atender-las, como também, promover um debate sobre os limites, dificuldades e possibilidades do trabalho de assistência técnica. Além disso, investigamos sobre o papel da Universidade no processo de

construção de programas e ações de assistência técnica, através do desenvolvimento de metodologias que permitam um melhor diálogo entre moradores, arquitetos e estudantes.

Procurando dar suporte a essas atividades, esta pesquisa tem o objetivo de constituir uma base teórico conceitual necessária ao melhor desenvolvimento da dimensão didática das nossas atividades e investigar metodologias participativas capazes de gerar uma maior aproximação entre os saberes populares e técnicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Seguindo a metodologia desenvolvida nos casos anteriores em atividades de extensão, Tivemos uma primeira assembleia com os ocupantes para nos apresentar, conhece-los e ouvir suas expectativas e demandas. Depois, em uma segunda assembleia, apresentamos uma maquete física e plantas do estado atual da edificação que eles ocupam. Numa tentativa aproxima-los tanto da forma representação usada por nós, técnicos, quanto de convidá-los ao diálogo. Para entender a composição, a organização e a demanda por espaço de cada família, elaboramos um formulário socioeconômico, utilizado para o cadastramento das famílias. As entrevistas foram realizadas com, pelo menos, um representante decada família, no contexto da unidade ocupada. Dessa forma, as entrevistas também serviam como vistoria. Tanto para questões de saneamento e saúde quanto para questões estruturais. Os dados coletados nessas entrevistas serviram de diretrizes para a elaboração das propostas de projeto que alimentaram a discussão.

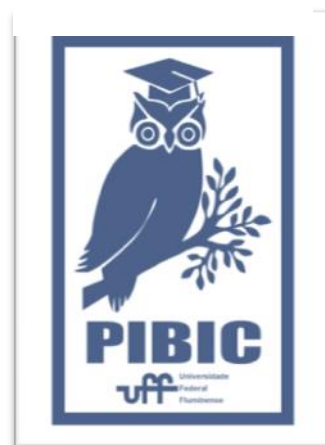
Apoiada nos formulários e em algumas discussões com os moradores, a equipe produziu propostas de organização espacial para o edifício e as unidades habitacionais.

Podemos perceber que nossas atividades na ocupação tem sido um fomento para os moradores. Eles colocam que a antecipação de como o prédio pode ficar depois de uma reforma é um estímulo e um conforto, em meio a todas as dificuldades de manter uma ocupação.

Com o que observamos no nosso caso de estudo e comparando com outros casos, pudemos tirar algumas conclusões: As entrevistas/formulários, além de coletar informações importantes, são uma forma eficiente de criar um laço de aproximação entre a equipe de assessoria e os moradores. O uso de meios de comunicação inventivos, mais lúdicos, por exemplo maquetes físicas, facilitam a comunicação entre os técnicos e os moradores; e é sobre esses pontos que acreditamos que devemos avançar, numa perspectiva dialógica entre grupos sociais de realidades distintas.

Agradecimentos:

Agradecemos aos sujeitos direta e indiretamente envolvidos, a nossa instituição e ao CNPq.





Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação
Título do projeto: Publicidade aparentemente social e consumo consciente

Título do projeto: Publicidade aparentemente social e consumo consciente

Autoras: Ana Paula Bragaglia

Isabela de Oliveira Evaristo

Departamento de Comunicação

Universidade Federal Fluminense

Instituto de Artes e Comunicação Social – IACS

INTRODUÇÃO:

Segundo Lena Castellón (2013), a revolução digital “transformou comportamento e ditou a necessidade de se redefinir estratégias de relacionamento” com o público, a fim de “promover maior proximidade”. As empresas deveriam se engajar em causas nobres para atender às demandas da sociedade moderna, ter um propósito que permearia toda a empresa, até as estruturas, as ferramentas de comunicação externas e internas, os funcionários, a começar pelo líder. Não podendo haver incongruência entre imagem e prática. Contudo, algumas marcas têm usado discursos que demonstram engajamento com causas sociais em suas ferramentas de comunicação, sem estarem de fato comprometidas, o que disfarça o real objetivo de aumentar participação de mercado. Nesta pesquisa, questionaremos se esta prática pode ser prejudicial à sociedade. Foi analisada a recepção da campanha pelos consumidores mediante a nova proposta da marca que mostra um aparente reposicionamento, através da propagação de ideais progressistas e, neste caso, feministas em seus anúncios. Observamos a interação do público com a marca, através de comentários feitos na publicação do vídeo Skol Reposter, e se perceberam ou não o fator ideológico da publicidade em questão. E, por fim, elucidamos as consequências desta apropriação com base em teorias e artigos científicos sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No período de 2017.2 a 2018.1, a pesquisa se concentrou em analisar a recepção da publicidade aparentemente social, tendo em vista especificamente a citada campanha Skol Reposter, cujo conteúdo foi estudado e problematizado na fase anterior deste projeto PIBIC (2016.2 a 2017.1).

Postada no Facebook em 08 de abril de 2017, a campanha teve grande alcance: 7,8 milhões de visualizações; e um número considerável de reação do público - aproximadamente 56 mil compartilhamentos, 216 mil reações, 22,4 mil comentários (dados de 13 de abril de 2018).

Foram analisados 353 comentários. O resultado foi: 58 elogios à marca; 23 elogios mesclados com crítica (tanto ao produto quanto a questão relacionadas à propaganda); 23 críticas ao produto; 10 críticas por acreditar no reposicionamento da marca; 20 críticas que explicitam a percepção de ideologias de consumo e 23 comentários que não problematizam antigas campanhas e/ou criticam essa “nova fase” da Skol. Não houve comentário algum dizendo que essa publicidade enfraquece a causa feminista. Os outros comentários foram descartados por estarem fora do contexto ou por falarem somente sobre feminismo (a favor ou contra), sem relacionar à campanha ou à marca.

Nota-se uma postura indiferente da anunciante frente a assuntos e discussões levantadas pelo público sobre a causa. Isso foi percebido por exemplo quando a marca se dedicou a responder comentários de elogio à campanha, porém ignorou diversos

comentários sobre o feminismo, a favor ou contra. Essa postura pode sugerir uma falta de comprometimento efetivo da marca.

O target principal da propaganda “Skol Reposter” era mulheres feministas. Já que o “radar crítico” dos consumidores comuns não detectaram muitos problemas, pesquisamos esse público específico. Procuramos saber se houve debates sobre o assunto e, se sim, o teor deles em fanpages de coletivos e comunidades feministas, totalizando 10. Desses coletivos, 2 publicaram o vídeo da campanha Skol Reposter: Feminista Sincera, que usou um tom desconfiado no post, e Mulheres que podem, que elogiou a influência do feminismo e reconhecendo que, apesar de ser feita com propósito comercial, a campanha merece elogio.

A expressiva repercussão positiva no público em geral, ou seja, que não atua diretamente como ativista da causa feminista, pode ser um indício do caráter manipulativo desse tipo de apropriação. Afinal, essa ampla adesão à campanha/marca pode significar uma recepção pouco reflexiva, isto é, crítica. Outros malefícios dessa apropriação são: individualização da luta e, conseqüentemente, esvaziamento e enfraquecimento da causa. A mensagem que fica dessas campanhas geralmente é a de que a solução do problema de opressão parte apenas de um empoderamento individual das mulheres. Além disso, ao fazer tal associação - entre o feminismo e a bebida - , atrela-se a causa ao consumo, o que a esvazia ainda mais e revela o caráter ideológico contido em propagandas com apelo social.

CONCLUSÕES:

Através da Análise de Conteúdo e das leituras realizadas para fundamentação deste trabalho, foi possível indicar o caráter ideológico, nocivo e manipulador de publicidades de marcas que usam causas sociais como estratégia para *redwashing* (e aumento de venda, justamente por apresentar uma proposta aparentemente boa, que envolve transformações sociais requeridas por grande parcela da população. Esse “véu de bondade” colocados sobre as marcas reduz o

senso crítico dos consumidores, para quem aspectos negativos e contraditórios delas se amenizam ou tornam-se ocultos. Pode, também, torná-las protagonistas de lutas nas quais sempre foram opressoras, tirando o protagonismo dos grupos oprimidos.

Ademais, esse tipo de publicidade é capaz prejudicar mais ainda as maiorias sociais minorizadas, ao apresentarem as causas sociais de forma superficial, rasa, e provocarem seu enfraquecimento. Mas, por persuadir e manipular de forma tão sutil, esses malefícios pouco são detectados e discutidos. Pelo contrário, a grande maioria nem percebe e o que mais se nota é apoio à marca pelo suposto reposicionamento. O público-alvo recebe bem a campanha. Por tanto, é necessário que o conhecimento acerca desses assuntos chegue aos consumidores para que se estimule a o consumo consciente e que estejam atentos para perceber esses mecanismos de persuasão. Esse entendimento pode aumentar a capacidade de resistir a estes estímulos que alimentam o consumismo.

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente a Deus. A minha família - meu pai Celso, minha mãe Samanta, minha irmã Gabriela e meu cunhado Matheus - por todo amor e apoio. Ao meu companheiro e incentivador Alexandre. E, por fim, à professora Ana Paula Bragaglia por ter me concedido essa oportunidade valiosa de participar do PIBIC.



Figura 1: Logo PIBI



Ciências Sociais Aplicadas / Comunicação Audiovisual

Documentário de temática rural no contexto da produção multiplataforma e popularização da ciência: a agroecologia (segunda etapa).

Autores: Filipe Pavão e Denise Tavares

Comunicação Social / Instituto de Arte e Comunicação Social / MULTIS (Núcleo de Pesq. Exper. Audiovisual. e Multimídia)

INTRODUÇÃO:

A agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende utilizar de forma ecológica os recursos naturais e, assim, reconduzir o curso alterado pelas intervenções humanas nas últimas décadas a partir da Revolução Verde em 1950. Essa “revolução” segue em um sentido contrário ao mundo ideal da sustentabilidade, pois é baseado no uso exacerbado de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, além de trazer a visão de negócios ao mundo agro e uma falsa ideia de progresso, contribuindo para uma crise socioambiental. Nesse contexto, a agroecologia (re)aparece nos anos de 1980/90 com o poder de assumir um papel estratégico na busca de soberania e segurança alimentar, com a missão de realizar a transição entre a agricultura convencional e a agricultura mais sustentável, ecológica, concretizando o desenvolvimento rural sustentável. Para chegar a isso, o enfoque agroecológico zela por seis dimensões de sustentabilidade relacionadas entre si: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética como apontam Caporal e Costabeber (2002).

Esta comunicação tem como objetivo discutir como os documentários brasileiros refletem o chamado “novo rural” do nosso país sob o viés da agroecologia. Proposto por Graziano da Silva (1997), o conceito de “Novo Rural” nos ajuda a entender como funciona a rotina do campo e suas novas atribuições. Em resumo, já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário, mas também com outras práticas econômicas.

Estereótipos permeiam o imaginário social e os meios de comunicação sobre o mundo rural e as pessoas que vivem nesse espaço. Em diversos vídeos, as marcas identitárias mostram o homem do campo de forma idealizada como se o tempo não tivesse passado. Além disso, as novas tecnologias do agronegócio são retratadas de forma sempre positiva, não havendo o encorajamento do pensamento crítico sobre as marcas negativas no meio ambiente. Em oposição a isso, é preciso

estudar como os documentários que refletem a agroecologia se comportam.

Para Silvio Da-Rin, o “documentário funciona como catalisador das questões historicamente partilhadas por uma comunidade de praticantes.” (pág. 19, 2004) Dessa forma, espera-se que os documentários que utilizam a retórica da agroecologia exibam, de forma mais verídica, a atual situação do meio rural brasileiro e defendam a preservação do meio ambiente e o bem-estar da população rural. Além disso, uma possível popularização da ciência agroecológica a partir dessas produções audiovisuais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Após levantamento bibliográfico sobre agroecologia, produção documental e popularização da ciência, realizou-se levantamento de obras na web a partir de palavras-chave como “agricultura familiar” e “agroecologia”. Em uma rápida pesquisa foi possível encontrar o seguinte número: existem 47.500 vídeos relacionados a palavra “Agroecologia” e mais de 300.000 relacionados a “Agronegócio”. A partir desse momento, dez documentários disponíveis na web foram agrupados em diferentes categoriais: agricultura familiar associada às técnicas da agroecologia, agricultura familiar associada à cadeia produtiva do agronegócio, popularização da ciência agroecológica, agroecologia urbana e agroecologia e questões sociais.

Em grande maioria, as produções audiovisuais assistidas constroem as suas narrativas a partir de experiências de agricultores familiares como forma de exemplificar uma agricultura ecológica e sustentável. “Agricultura Tamanho Família” de Silvio Tendler é um bom exemplo, pois a agroecologia é vista como alternativa ao agronegócio e o documentarista propõe o fortalecimento desse método de produzir através da consolidação da agricultura familiar.

Em contrapartida, é possível notar que documentários como “Terra e Sustentabilidade” e

“Expedição Agricultura Familiar” usam a agricultura familiar como forma de agregar valor ecológico ao modelo do agrobusiness. Essas produções utilizam um discurso raso de sustentabilidade para legitimar a cadeia produtiva do agronegócio e tudo o que ele representa como a concentração de renda. Para entender essa questão, é preciso observar quem está por trás das produções, seus financiadores e interesses.

“Terra e Sustentabilidade” é produzida pela John Deere, líder mundial na fabricação de equipamentos agrícolas e detentora do Banco John Deere, que financia a venda dos próprios equipamentos para mecanizar o campo. Logo, é de interesse da empresa que a sua venda cresça e, para isso, é importante que a empresa passe o valor de sustentabilidade mesmo que defenda um estilo de produção que não esteja em consonância com a preservação do meio ambiente. Já “Expedição Agricultura Familiar” é uma produção do Jornal Gazeta do Povo e, claramente, relaciona agricultura familiar ao agronegócio.

A popularização da ciência agroecológica não é o foco encontrado em grande parte dos documentários analisados. Apesar disso, a Agenda Gotsch é responsável por produzir curtas que difundem a ideia da agroflorestal que é um método de produzir agroecológico. “Life in Sintropy” possui teor mais técnico e específico de quem trabalha e estuda uma agricultura ecológica. Nessas produções, o homem rural não é estigmatizado, pelo contrário, é ele quem traz conhecimento ao vídeo mostrando suas tecnologias.

Apesar do número de hortas urbanas crescerem, a agricultura urbana é pouco difundida e conhecida pela população, sendo assim, nesse nicho de conteúdo há uma quebra de expectativa. O produtor agrícola não se encontra no campo, mas sim em grandes cidades. O Canal Saúde, selo da Fiocruz, mapeou diversas experiências agroecológica, inclusive na região metropolitana do Rio de Janeiro chamado “Roça na Cidade”.

Diversos documentaristas e produtores demonstraram interesse em debater questões sociais importantes. “As sementes” de Beto Novaes e Cleisson Vidal, por exemplo, debate o feminismo ao apresentar uma agricultura sustentável produzida apenas por mulheres. Já “Bioenergia: vida ou morte da agricultura familiar na Amazônia?” do Projeto Brasil Sustentável e Democrático evidencia a necessidade de uma reforma agrária no Brasil a fim de democratizar e desconcentrar as terras brasileiras, possibilitando uma agricultura mais sustentável e humanizada. Em ambas produções, é possível observar a desmistificação do indivíduo rural diferentemente do que ocorre em documentários que não trazem um olhar crítico sobre a produção de alimento, geralmente, filmes que legitimam o discurso do agronegócio.

CONCLUSÕES:

Podemos concluir que falta o lançamento de produções audiovisuais que reproduzam o diálogo da agroecologia e popularize suas conquistas científicas e novas tecnologias. Além disso, é importante inferir que há dois discursos sobre a agroecologia nos vídeos encontrados. Algumas produções se apossam de um discurso raso de sustentabilidade para legitimar o agronegócio como uma forma de produção sustentável ecologicamente. Enquanto isso, as produções que realmente dialogam com o discurso da agroecologia quebram essa falácia e retratam de forma mais fidedigna como é o novo rural brasileiro, seus habitantes e trabalhadores, além de valorizar o debate de uma produção alimentar mais saudável para a população e que esteja em harmonia com os valores da sustentabilidade.

É importante ainda questionar o papel da grande mídia para a construção do imaginário social sobre o homem rural e o agronegócio, pois ela age, quase sempre, atendendo aos interesses dos grandes empresários do agrobusiness. Enquanto isso, produções que não contribuem para estigmatização do indivíduo rural e representam o discurso da agroecologia são produzidas por diretores e produtores independentes e/ou ligados a grupos de pesquisa e universidades. É fundamental a articulação entre lutas populares e universidade no processo de consolidação da cidadania.

Agradecimentos:

Agradeço à professora Denise Tavares, quem me orientou ao longo de 12 meses para a construção de projeto de pesquisa. À Proppi e ao CNPQ pelo apoio à pesquisa, importante componente para o desenvolvimento de uma sociedade e da construção da cidadania.





Ciências Sociais e Aplicadas

O fenômeno de “escassez oculta” no mercado de trabalho de professores e seus desdobramentos sobre o aprendizado de alunos do Ensino Médio

Andrea Gama Santana

Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (CEDE) – Núcleo de Estudos em Educação (NEE)

INTRODUÇÃO:

O objetivo deste projeto é estudar o mercado de trabalho dos professores da educação básica e a qualidade da educação sob a perspectiva da economia. Especificamente investigar se a área formação dos professores da educação básica é significativa para o desempenho do aluno.

A função de produção educacional é uma ferramenta importante para entender os mecanismos e as relações entre os insumos da educação. Seu objetivo é elencar uma combinação de insumos que possibilita atingir um determinado resultado da forma menos custosa, e, possivelmente, encontrar uma relação de causa e efeito entre as variáveis. No caso da economia da educação, não há um modelo teórico que possa ser generalizado e que suporte hipóteses de causalidade entre insumos e resultados. Essa característica dificulta o desenho de políticas públicas, pois é preciso definir insumos e avaliar se uma combinação é a mais eficiente dentre as demais (RAMOS, 2015).

O professor é um insumo considerado importante para a qualidade da educação e o desempenho dos alunos, e é o mais relevante para este trabalho. O que leva um profissional a escolher a carreira docente e o que faz dele um bom professor? Resultados encontrados na literatura internacional mostram que os salários iniciais e perspectivas salariais têm relação positiva e significativa com a entrada e permanência de professores na profissão (ALVES *et al*, 2016; BRITTO; SATO; WALTENBERG, 2015). Existem evidências de que, quanto maiores os salários, maior a produtividade dos professores, o que, em teoria, significaria maior qualidade na educação. Isso

porque, se a carreira é atraente, então pessoas mais qualificadas a buscarão e ficarão nela por mais tempo (RAMOS, 2015).

A “escassez oculta” é um fenômeno que está associado à atratividade da carreira docente, possivelmente originado da carência quantitativa de professores. Alguns estudos alegam que professores, principalmente das áreas tecnocientíficas, apresentam níveis altos de evasão devido à diferença entre salários relativos em carreiras alternativas que exigem o mesmo nível de escolaridade. Assim, professores com outra formação são alocados para ministrar o conteúdo, possivelmente comprometendo a qualidade do ensino (BRITTO; SATO; WALTENBERG, 2015).

Para investigar se de fato isso pode ser observado na realidade brasileira, este trabalho propõe estimar o impacto da proporção de docências sem formação específica no desempenho dos alunos, medido pelo desempenho das escolas no ENEM. Ou seja, estimar uma função de produção educacional onde o insumo principal é a área de formação do professor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A variável de desempenho em teste padronizado (neste caso a nota no ENEM) como variável explicada é comumente usada na literatura, como em Silva Filho (2017) e Guimarães *et al* (2013), que são referências neste trabalho. É uma forma objetiva de medir o desempenho do aluno, pois não sofre interferência das escolas (COSTA, 2018). Foi calculada a partir da média de desempenho no ENEM por escola, para cada uma das quatro áreas do conhecimento e redação: Linguagens, códigos e suas tecnologias; Matemática e suas

tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias.

A variável explicativa, proporção de docências sem formação específica, é a variável de interesse que busca medir o impacto da “escassez oculta” sobre a educação. Seu cálculo é baseado no indicador de adequação de formação do docente da educação básica feito pelo Inep. Esse indicador de proporções foi calculado para as doze disciplinas, agrupadas nas quatro áreas de conhecimento consideradas pelo ENEM. A área de Linguagens, códigos e suas tecnologias englobam Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes e Educação Física; Matemática e suas tecnologias engloba apenas a própria Matemática; Ciências da Natureza e suas tecnologias engloba Biologia, Física e Química; e Ciências Humanas e suas tecnologias englobam História, Geografia, Filosofia e Estudos Sociais/Sociologia (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012).

O modelo de efeitos fixos foi estimado para cada uma das quatro áreas do conhecimento do ENEM para os anos de 2013 e 2015. Esse modelo é adequado para esta estimativa porque atenua a endogeneidade presente na relação das variáveis explicada e explicativa.

A discussão levantada sobre a atuação do professor fora da sua área de formação e sobre seus potenciais malefícios para a educação básica pode ser caracterizada dentro da realidade brasileira na Tabela 1 abaixo, considerando a amostra utilizada nesse trabalho. Entre 2013 e 2015 é possível observar uma pequena, mas generalizada, queda de docências sem formação específica no Ensino Médio. Vale destacar também que a área de Ciências Humanas apresenta maior proporção de formação inadequada dos docentes, seguida pelas Ciências da Natureza, que é apontada na literatura como uma área onde carreiras alternativas poderiam ser mais atrativas.

Tabela 1 – Proporção de docências sem formação específica (por área do conhecimento)

Proporção de docências sem formação específica	2013	2015
Linguagens	27,07	26,89
Ciências Humanas	43,97	42,92
Ciências da Natureza	30,73	30,58
Matemática	19,35	18,50

Fonte: Elaboração própria usando dados do Censo Escolar e ENEM por escola 2013 e 2015 – Inep.

Uma característica da base de dados usada é que a grande maioria das escolas da base é urbana e mais da metade é estadual. Além disso, estão localizadas, majoritariamente, no Sudeste, seguido pelo Nordeste e Sul. É importante destacar também que apenas 17% das escolas são classificadas com nível socioeconômico de médio baixo a muito baixo. Os professores da amostra, na sua grande maioria, são formados em licenciatura (90%), no entanto, como visto na Tabela 1, não significa que sejam licenciados em todas as disciplinas que lecionam.

Na Tabela 2 abaixo é possível observar as variáveis dependentes usadas para a regressão. Dessas, a nota das escolas em Redação apresentou a maior variabilidade e, ainda assim, a maior média.

Tabela 2 – Média das escolas no ENEM (por área do conhecimento)

Média das escolas no ENEM	Média	Desvio Padrão	Min	Máx
Linguagens	509,20	45,03	365,77	681,23
Redação	551,83	80,56	196,67	930,00
Ciências Humanas	549,09	49,91	384,74	738,79
Ciências da Natureza	490,42	49,45	382,43	734,03
Matemática	514,15	72,42	372,45	873,65

Fonte: Elaboração própria usando dados do Censo Escolar e ENEM por escola 2013 e 2015 – Inep.

De forma geral, os resultados encontrados para as estimativas encontraram que o coeficiente da variável de interesse mantém o sinal negativo conforme são adicionadas as variáveis de controle, o que é coerente com o resultado esperado a partir da revisão bibliográfica. No entanto, na maioria das áreas, os resultados perdem significância estatística com a adição dos efeitos fixos de ano e com a subsequente adição de variáveis de controle.

A proporção de docências sem formação específica tem impacto negativo no desempenho das escolas no ENEM apenas nas provas de Redação e Ciências da Natureza. Enquanto que para as áreas de Linguagens, Ciências Humanas e Matemática o resultado das estimativas não foram estatisticamente significativos.

No entanto, para interpretar esses resultados é importante levar em consideração as limitações da base de dados usada quanto a abrangência das escolas. Na verdade, levando em consideração que é nas escolas rurais e de nível socioeconômico mais baixo que mais se

observa o fenômeno do professor que atua fora da sua área de formação (COSTA, 2018; INGERSOLL, 1999), então mesmo os coeficientes pequenos e pouco significantes sinalizam quanto a relação entre formação do professor e desempenho do aluno, caso essas escolas fossem mais representativas na estimação.

CONCLUSÕES:

A economia da educação é uma área vasta e ainda tem muito a ser explorada, principalmente no Brasil. A função de produção de educação pode cumprir um papel importante no desenho de políticas públicas que visam a melhoria da qualidade do ensino no país. Ao longo da revisão bibliográfica foi discutido principalmente o papel do professor como insumo e fica evidente que um grande problema encontrado no mercado de trabalho de professores é o baixo salário que é incapaz de igualar oferta e demanda, comprometendo, possivelmente, a qualidade da oferta de profissionais.

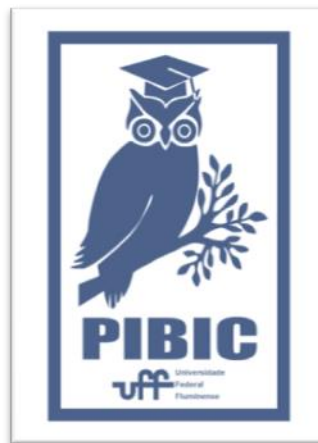
A qualidade do professor entra então em debate, tema este que carece de mais pesquisas no Brasil. A quantidade de variáveis não-observáveis presentes no trabalho do professor dificulta estabelecer conclusões robustas e consensuais. Uma possibilidade plausível é que um professor estará mais motivado e será mais capaz de ensinar uma disciplina no qual é especialista, bem como mais capaz de capturar o interesse do aluno (COSTA, 2018). Espera-se que o conhecimento aplicado sobre a área que leciona favoreça a atuação do professor (INGERSOLL, 1999) e sua influência sobre os alunos, especialmente em se tratando do ensino médio, onde a carga de conteúdo é maior em comparação com outras fases da educação básica.

A partir do estudo da literatura, foi possível interpretar a estimação do efeito da proporção de docências sem formação específica sobre a média das escolas no ENEM. Os resultados encontrados por área de conhecimento apontaram uma significância estatística apenas para Redação e Ciências da Natureza. Embora possa parecer desanimador, esse resultado indica que de fato há uma relação entre a área de formação do professor e o desempenho dos alunos apesar das restrições da amostra.

Pesquisas defendem que a melhor forma de aumentar o desempenho dos alunos,

principalmente de escolas públicas, é elevar o nível socioeconômico. Na verdade, a adequação entre formação e atuação do professor não é a mais significativa das variáveis para a qualidade do ensino, porém, é uma variável que tem apresentado efeito positivo e significativo em pesquisas. Assim, pode ser uma solução menos custosa para o Estado, contando com o esforço intensivo das escolas e redes de ensino (CARMO et al, 2015).

Agradecimentos:



Gostaria de agradecer aos meus orientadores, Fábio e Roberta, pela oportunidade de participar da pesquisa e pelo empenho e cuidado durante o período da iniciação científica. Obrigada pelos ensinamentos.



Ciências Sociais Aplicadas

Formação profissional do Serviço Social e Movimentos Sociais: Desafios ao Projeto Ético-Político

Karina Avelar da Silva

Departamento de Serviço Social/Escola de Serviço Social de
Niterói

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa está vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares – NEPFE. O núcleo tem como foco de seus estudos e produções a questão urbana, com ênfase nas diferentes dimensões da vida cotidiana nas favelas e nas formas de resistência e organização das(os) trabalhadoras(es), em especial os Movimentos Sociais Urbanos.

Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa possibilitou ampliar as discussões aprofundadas no decorrer dos anos no núcleo além de aproximar o processo da formação profissional em Serviço Social e as dimensões da discussão sobre Movimentos Sociais no decorrer da vida acadêmica com impactos diretos no entendimento do fazer profissional.

A pesquisa em questão ao se propor a analisar a **formação profissional em Serviço Social e a relação com os Movimentos sociais**, compreende que nessa articulação há desafios ao Projeto Ético-Político Profissional.

Nesse sentido, um dos objetivos centrais para compreender como esses desafios se materializam no processo de formação foi **analisar os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Serviço Social em Instituições de Ensino Superior Públicas vinculadas a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**.

Para além disso, fez-se necessário compreender que o Projeto Ético-Político da profissão se trata de uma construção coletiva e algo mutável. Ele é reflexo das relações sociais no tempo histórico, da conjuntura macrossocietária, das lutas sociais, e das disputas no interior da categoria profissional. O enraizamento do atual no Serviço Social demanda esforços da categoria para mantê-lo como hegemônico, visto que está em disputa.

Entendendo que esses esforços são colocados em tempos de retrocessos de direitos, avanço do conservadorismo e (contra)reformas do Estado, movimento de

retirada de direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora aprofundando as desigualdades sociais, pesquisar acerca da articulação entre o projeto ético-político do Serviço Social e a vinculação da formação/atuação em Movimentos Sociais torna-se de extrema.

O projeto ético-político se conforma enquanto antagônico ao neoliberalismo, uma vez que está aliado aos interesses da classe trabalhadora, e, portanto, aos direitos e lutas pela superação desta ordem societária. Em razão disto, pode-se afirmar que muitos são os desafios que se apresentam para o fortalecimento, e até mesmo a sobrevivência, do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Devem, portanto, ser forjadas estratégias de resistência pela categoria profissional, e, nesse sentido, um dos pilares mais importantes para o revigoramento do projeto profissional encontra-se na condução da formação profissional, que na perspectiva pesquisada tem grau significativo de importância compreender como se materializa o debate com os movimentos sociais.

Os movimentos sociais se constituem como sujeitos coletivos fundamentais no processo de luta pela democratização da sociedade e das relações sociais. Alguns se caracterizam por um perfil contestador e de enfrentamento com o instituído. Destacam-se pela organização de importantes segmentos da classe trabalhadora na luta cotidiana pela vida. Porém, vale destacar, que os movimentos sociais, não são homogêneos e guardam entre si, profundas diferenças teóricas, políticas de táticas e estratégias. Alguns com a marca da luta classista ou institucional, outros da luta imediata e outros ainda marcados pela cooptação.

Em certos momentos da luta algumas dessas características se entrelaçam, sem, contudo, influir na identidade do movimento. Nesta pesquisa não se busca dar uma definição para o que seriam movimentos sociais urbanos,

mas compreender sua importante relação para a atuação profissional de assistentes sociais no enfrentamento das expressões da questão social e por uma ação transformadora.

Assim, observamos de forma mais atenta a relação com os movimentos sociais, como este debate tem aparecido na formação, processo com papel fundamental para a construção de profissionais com ideário político contra-hegemônico e progressista. Para tal, realizar a apropriação do debate de movimentos sociais, como meio de aproximação com a classe trabalhadora, tal qual traz expresso no Código de Ética de 1993, entre seus princípios fundamentais: a “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero;” e “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;”

Entendendo que as diretrizes curriculares da ABEPSS materializam o código de ética profissional e adota uma direção social contra-hegemônica, a análise dos PPP das instituições de Ensino Superior (IES) vinculadas a ABEPSS, parte de um referencial teórico-crítico para assim entender qual a dimensão de articulação dos PPP e organização das Grades Curriculares dos cursos em relação aos movimentos sociais.

Esse olhar nos possibilitou ainda observar que tal como pressupõe as diretrizes curriculares da ABEPSS ainda temos muito a superar na elaboração dos currículos. Segundo as diretrizes estabelecidas com base nos princípios que fundamentam a profissão, ainda não superamos, no processo de formação profissional a fragmentação dos conteúdos na organização curricular, a aplicação de conhecimento indissociáveis para o enfrentamento da questão social, dentro outros aspectos que não serão abordados aqui, mas que consideramos não ser possível sem trazer como central o debate dos movimentos sociais e da questão urbana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No que tange a verificação do ementário das disciplinas e tentativa de compreender como as instituições estão dispendo a temática de Movimentos Sociais e Carga Horária destinada para tal, verificamos, nas instituições analisadas, que as disciplinas que se destinam a trabalhar com Movimento(s) Social(is) em sua centralidade são poucas.

Para conseguir analisar as ementas inicialmente traçamos uma busca por palavras-chave nos Projetos das instituições sendo elas: movimento(s) social(is); movimento(s) social(is) urbano(s); direito à cidade; território; política (social/pública) de habitação; questão urbana; lutas sociais. Encontradas as palavras destacadas analisamos cada ementa para conseguir mapear quais mantinham uma proposta de desenvolver a temática de movimentos sociais como central na atividade. Chegamos aos seguintes valores: **dos 20 Projetos político-pedagógico analisados identificamos 40 disciplinas que têm relação com as palavras chaves que selecionamos, dessas apenas 14 vão discutir especificamente movimentos sociais.**

Sistematizando os dados por região apresentamos o quadro a seguir (quadro 1) que traz a relação entre o número de disciplinas que, em sua ementa, sistematizam a proposta de versar sobre Movimentos Sociais em relação ao total de disciplinas analisadas a partir das palavras-chave estabelecidas:

Quadro 1: Relação de Disciplinas dos Projetos político-pedagógico por Região e relação com Movimentos Sociais

Região	Temática Específica de Movimentos Sociais	Disciplinas analisadas
SUL	1	6
LESTE	5	20
CENTRO-OESTE	2	8
NORDESTE	3	2
NORTE	3	6

Para realização desta análise partimos do entendimento de que a discussão de Movimentos Sociais deva conceber em seu direcionamento uma fundamentação histórica e abarcar, tal como propõe o projeto ético-político da profissão, a perspectiva para uma nova ordem societária, portanto, contra-hegemônico, que coadune com os interesses da classe trabalhadora. Com isso, reiteramos que não objetivamos conceituar Movimentos Sociais, mas analisar como aparecem na formação.

Vamos ainda observar que **73,6% da carga horária média dos currículos** das instituições de ensino são **destinados a**

atividades teórico-práticas mais TCC. Fizemos uma análise da carga horária, para compreender quanto dessa carga horária destina-se ao desenvolvimento da temática de movimentos sociais, e constatamos que apenas **1,4%** dessa carga horária vai cumprir esse papel.

Em síntese, a hipótese levantada de que o debate de movimentos sociais irá aparecer de forma muito secundarizado no currículo dos cursos de Serviço Social se confirma com esta pesquisa. Dos dados analisados temo que em média a carga horária total entre os 20 cursos das instituições analisadas é de 3206 horas, sendo em média 2359,52 horas destinadas as atividades teórico-práticas. **Conferimos que a formação do Serviço Social, dos cursos analisados, destina, em média, apenas 1,4% de sua carga horária teórico-prática para fomentar a articulação com os Movimentos Sociais, na discussões das disciplinas.**

CONCLUSÕES:

Torna-se perceptível que a articulação com a luta dos(as) trabalhadores(as), orientada no código de ética e diretrizes curriculares da profissão, não se materializa no processo de formação do Serviço Social, como demonstra o lugar secundarizado que o debate de movimentos sociais ocupa na formação profissional. O que avaliamos dificulta a vinculação com as lutas sociais e organização da classe trabalhadora tendo implicações posterior na atuação profissional comprometida com o projeto ético-político profissional

Reconhecemos que a construção dos Projetos Político-Pedagógico estudados, como citado anteriormente, consolidam na construção teórica e bases de fundamentação as diretrizes curriculares de 1996 e os princípios do código de ética de 1993. Entretanto, quando verificamos as ementas das disciplinas obrigatórias ofertadas pelos cursos, torna-se evidente que são pouquíssimas as disciplinas destinadas a realização de uma articulação a temática de Movimentos Sociais, tal qual a carga horária do processo de formação teórico-prática destas disciplinas.

Dos Projetos Político-Pedagógicos das instituições analisadas, que assumem o compromisso com o debate de movimentos sociais em sua centralidade representam ainda um percentual baixíssimo da carga horária ofertada nos cursos de bacharel em Serviço Social vinculados a ABEPSS. Fomentar este debate na categoria é imprescindível. E mais, é

necessário identificar as lacunas e problematizá-las coletivamente.

O Serviço Social encontra-se hoje circundado de grandes desafios para o enraizamento e fortalecimento de seu projeto ético-político, visto a conjuntura aguda de neoliberalismo e reestruturação produtiva que resultam na ofensiva aos direitos e movimentos de resistência dos trabalhadores. Uma vez que a conquista de direitos e o fortalecimento da organização política da classe trabalhadora são importantes basilares do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Assim sendo, torna-se fundamental no interior da categoria profissional a análise destes desafios e a problematização dos caminhos escolhidos para afirmar o projeto profissional.

Estar alinhado aos movimentos sociais é imperativo. A garantia da hegemonia do atual projeto profissional, que tem como marcos a ruptura com conservadorismo, vínculo real com a classe trabalhadora e o horizonte de superação desta ordem, não se dará de maneira linear. Entretanto, este nível de organização é precedido por movimentos ainda nos marcos do capitalismo, como apontava Gramsci (2000), é no interior da sociedade capitalista que irá se formar o germe de uma nova sociabilidade. São estes os processos de resistência nos quais o Serviço Social deveria estar associado, enquanto possíveis germes de superação deste modo de produção. Neste ponto encontram-se os movimentos sociais, constituindo-se enquanto espaços de combate às desigualdades engendradas pelo capitalismo e de negação ao status quo, e nos quais a formação deveria estar comprometida e inserida de forma significativa. Tais temáticas devem ser transversais durante toda a formação, para que efetivamente possa estar entrelaçada na prática profissional. Pode-se evidenciar, contudo, que não é uma realidade, mas deve-se caminhar para tal.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à Sabrina, colega de profissão e pesquisa, obrigada por toda disponibilidade e comprometimento. A minha orientadora, Eblin, pela Ética e engajamento profissional e político, aprendi e aprendo muito com você. As companheiras e companheiros do NEPFE e MTST. A pesquisadora e participante desse processo Thalyta.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas –Museologia

Título do Projeto: Levantamento preliminar de experiências de museologia compartilhada com povos indígenas em museus de Antropologia e Etnografia no Brasil

Autores: Adriana Russi Tavares de Mello e Gabriela Alves dos Santos

Departamento/Unidade/Laboratório: Campus Rio das Ostras / Instituto de Humanidades e Saúde / Departamento de Artes e Estudos Culturais.

INTRODUÇÃO:

Essa pesquisa tinha como objetivo o levantamento preliminar de dados sobre a museologia compartilhada no Brasil. Buscávamos identificar onde essa prática ocorre e qual o entendimento que algumas instituições sobre esse fenômeno. Compreendemos por museologia compartilhada esse movimento contemporâneo, que ganhou força nos últimos dez anos no território nacional. Mesmo que possamos identificar algumas ações que antecedam essa data, estudiosos apontam o ano de 2003, durante a gestão Gilberto Gil/Juca Ferreira no Ministério da Cultura. A articulação de políticas públicas na perspectiva da museologia social provocou uma nova conjuntura, possibilitando o progressivo desenvolvimento de práticas mais inclusivas como a museologia compartilhada. Reflexo se observa no Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) para o período entre os anos de 2010 a 2020. Esse document, debatido e aprovado no 4º Fórum Nacional de Museus (FNM) “Direito à Memória, Direito à Museus” em Brasília, teve a participação de agentes da museologia social. Estamos vivendo a constituição de uma nova doxa no campo cultural brasileiro, cuja se constrói com engajamento dos agentes nos debates e embates que se referem à elaboração das políticas públicas para o setor. Essas experiências de museologia compartilhada que envolvem museus e comunidades indígenas, empoderam esses grupos e ampliam o fenômeno museu, sendo essa uma das justificativas da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A etapa preliminar se deu com a construção de uma planilha *excel*, com todos os dados das instituições classificadas no Guia dos Museus

Brasileiros (IBRAM, 2011) na tipologia Antropologia e Etnografia. Do universo total de 3.118 museus no Brasil, chegamos a 457 museus nesta tipologia. Após isso, acrescentamos outras duas categorias à planilha: possuidores de artefatos etnológicos indígenas no acervo (sim ou não) e praticantes de museologia compartilhada (sim ou não). Para preenchermos essas lacunas coletamos informações por contato direto com as instituições via e-mail e/ou telefone, em alguns casos pelos sites institucionais. Restringindo o campo de análise aos equipamentos que preservam artefatos indígenas etnográficos, chegamos a 94 museus (28 na região Sudeste, 25 na Sul, 16 Nordeste, 15 Norte e 10 no Centro-oeste). Desse total conseguimos identificar que 21 museus se declaravam praticantes de museologia compartilhada com povos indígenas (sendo 7 da região Sudeste, 2 no Sul, 3 no Nordeste, 6 no Norte e 3 no Centro-oeste). Desses 21 estreitamos a conversa com 5 instituições: MCT Museu de Ciências e Tecnologia da PUC-RS, Museu Paraense Emílio Goeldi, MAI Museu de Arte Indígena e o Centro Cultural Jesco Puttkamer – PUC Goiás e o Museu do Ingá. Somente 1 equipamento dos 21, o MAI, afirmou que as práticas de parceria não tinham cunho social, mas sim um vies comercial, mas ficou clara a vontade por mudar esse cenário. Contudo, na maioria destes museus observamos que essa nova práxis, reflexo desse novo discurso museal e renovada doxa cultural, vêm se desenvolvendo de forma gradativa e com um forte viés social e, despontam em todas as regiões do país. Notadamente, retratam mudanças na forma como gestores e funcionários entendem a função social dos museus, o que decorre em parte, por demanda direta dos povos indígenas

que veem o fenômeno museu como uma plataforma potente para suas lutas politico-identitárias.

CONCLUSÕES:

Cultura e desenvolvimento são, cada vez mais, elementos de responsabilidade social onde se assenta a intervenção museal. E o papel dos museus é fundamental na condução do diálogo intercultural. Ao desenvolverem programas de diálogo através da museologia compartilhada, esses museus se ampliam e se fortalecem. Com isso, compreende-se com essa pesquisa a importância desta abordagem multidisciplinar, ancorada no princípio da participação e do compromisso coletivo. Tudo isso contribui para consolidar a museologia como recurso ao desenvolvimento sustentável da humanidade, assentada na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica. Enfim, esta pesquisa preliminar é imprescindível para futuras pesquisas relacionadas às apropriações dos povos indígenas em torno de coleções etnográficas. Buscamos uma compreensão de como ocorrem essas narrativas e o que os museus entendem por práxis compartilhadas. Pois nessa chave podem entrar variadas interpretações, por exemplo, o que para o museu é entendido como compartilhado, pelos indígenas pode não ser compreendido dessa forma. E, mais do que isso, permitirá identificar se os espaços etnográficos de salvaguarda de memórias indígenas estão se preocupando em atualizar e alinhar suas práticas museais ao contexto e problemáticas contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

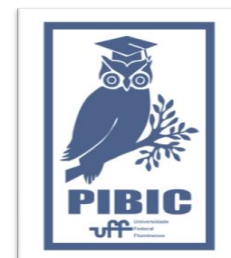
ABREU, Regina. **Museus etnográficos e práticas de colecionamento:** antropofagia dos sentidos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v.31, p.100-125, 2005.

CLIFFORD, James. **Museus como zonas de contato.** Trad. Alexandre Barbosa de Souza, Valquiria Prates. Periodico Permanente, nº 6, 2016.

CURY, Marília Xavier. **Circuitos museais para a visitação crítica:** descolonização e protagonismo indígena. Revista iberoamericana de turismo , v. 7, p. 87-113, 2017.

IBRAM. **Guia dos museus brasileiros.** Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

VELTHEM, Lucia van; KUKAWKA, Katia; JOANNY, Lydie. **Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. v. 12, n. 3, 2017.





Ciências Sociais Aplicadas

Cartografia dos gêneros televisivos e as estratégias de veiculação do YouTube

Ariane Holzbach (orientadora) e Caio Melo da Silva (bolsista)

Departamento de Estudos Culturais e Mídia (GEC) – UFF

INTRODUÇÃO

Considerando que a cultura televisiva está em processo de reconfiguração muito por conta da popularização da cultura digital, o projeto objetiva fazer um mapeamento dos gêneros televisivos encontrados no YouTube, o maior repositório audiovisual da história da humanidade, de modo a compreender a relação existente entre o site e a televisão contemporânea, com destaque para a televisão brasileira. A ideia é entender de que maneira esse conteúdo se relaciona com o site e quais as principais características das reconfigurações pelas quais esses gêneros estão passando. Uma das consequências da cartografia proposta é desenvolver uma metodologia de análise que dê conta do YouTube percebido como espaço midiático que reúne uma enorme quantidade de material em constante mudança e atualização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta primeira fase da pesquisa, foram produzidas grandes quantidades de dados sobre o funcionamento interno do YouTube, seu funcionamento e repercussão na sociedade, com especial atenção ao contexto brasileiro. Além disso, foram testadas e utilizadas diferentes abordagens metodológicas envolvendo o estudo sobre a plataforma. Inicialmente, dissecamos a ferramenta *YouTube Data Tools* no intuito de entender quantitativamente o sistema de busca do YouTube. Em seguida, realizamos uma análise qualitativa prévia para compreender como os curadores de conteúdo provindos do YouTube operam na divulgação de vídeos da plataforma. Na terceira fase do projeto, que ainda encontra-se em estágio inicial, selecionamos as ficções seriadas como primeiro gênero televisivo a ser analisado na plataforma YouTube. Fizemos, então, uma densa análise desse produto cultural tendo como referência a popularização das

webséries brasileiras presentes no YouTube vistas como uma nova expressão audiovisual que o site tem ajudado a distribuir e popularizar. Atualmente, além de prestarmos atenção aos conteúdos veiculados no YouTube, sentimos também necessidade de pensar a forma como a audiência é pensada nesse espaço, por meio de análise dos vídeos mais acessados e sua recepção na mídia legitimada.

Esses dados foram utilizados na produção e apresentação de três artigos científicos – um apresentado e publicado nos anais do I Congresso TeleVisões, outro publicado na revista científica *Temática* e um terceiro cujo resumo estendido foi aceito para apresentação no I Congresso Internacional em Humanidades Digitais Rio 2018. Sobre este último, no entanto, foi decidido que seria destrinchado em dois outros artigos futuramente escritos; um deles já teve resumo aceito e apresentação realizada na III Jornada Internacional GEMInIS. Neste evento, também foi apresentado outro artigo – os dois serão publicados em anais até o final de 2018. Nos últimos meses da pesquisa, o aluno participou ativamente dos encontros do grupo de pesquisa TeleVisões – Núcleo de Pesquisa em Televisão e Novas Mídias, onde discutiu temas como eventos televisivos e os novos desafios para os estudos do consumo televisivo.

CONCLUSÕES

A partir da pesquisa, foi possível chegar a algumas conclusões acerca do estudo sobre o YouTube e sobre webséries brasileiras. Destacamos, em particular, os itens elementos abaixo:

Sobre webséries brasileiras:

- De maneira geral, webséries brasileiras não seguem o padrão canônico de estrutura narrativa e estética descrito

em outros trabalhos sobre este produto cultural;

- há diversas produções que não seguem sequer o padrão temporal das webséries, possuindo episódios que chegam a sessenta minutos de duração;
- pesquisar webséries brasileiras através das categorias pré-estabelecidas do YouTube pode não ser o melhor caminho metodológico, uma vez que o escopo analisado figurava em categorias das mais diversas.

Sobre o funcionamento do YouTube:

- Na "busca por relevância", não surgiram produções do âmbito *mainstream* (aquelas que repercutem mais em outras redes sociais, por exemplo), então é possível argumentar que a relevância, para o algoritmo da plataforma, não leva em conta necessariamente o número de visualizações;
- a maioria dos vídeos que figuraram o escopo da "busca por relevância" é recente (quanto mais distante do presente da pesquisa, menos vídeos aparecem) e possuem alguma curtida ou descurtida;
- a "busca por relevância" do YouTube, então, prioriza primariamente os vídeos mais recentes e com interações, não os vídeos mais famosos;
- é necessária uma pesquisa empírica mais profunda para testar esta afirmação.

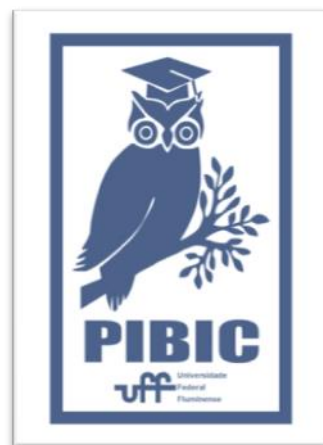
A partir dos estudos preliminares dos resumos enviados, que ainda serão transpostos em artigos, foi possível chegar à seguintes conclusões preliminares: (1) no artigo sobre recepção de webséries, percebeu-se público brasileiro de webséries tende a ser mais crítico ao conteúdo que assiste, enquanto o Europeu tende a se engajar mais com as histórias que estão sendo contadas; (2) já no artigo sobre grade televisiva no YouTube, os autores estão trabalhando com a ideia de que a grade é ressignificada de diferentes formas dependendo de quem controla o canal no YouTube – canais de grande porte e com grande financiamento se aproximam mais da lógica da televisão tradicional.

Agradecimentos

A Ariane Holzbach por não desistir de mim e do nosso PIBIC durante este ano, a Matheus, que sempre esteve do meu lado aturando meus devaneios e à UFF, que tornou este projeto possível.

Referências

- ANGELUCI, Alan César Belo. TV, segunda tela e o ecossistema de engajamento. Interin. Curitiba, v. 19. n.1. p. 24-39, jan./jul. 2015.
- ARONSON, L. Television writing: the ground rules of series, serials e sitcoms. Sydney: Australian Film Television and Radio School, 2000.
- BRUNSDON, Charlotte; MORLEY, David. The nationwide television studies. Routledge, 2005.
- BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. YouTube e a revolução digital. São Paulo: Aleph, 2009.
- BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. YouTube: Online video and participatory culture. John Wiley & Sons, 2013.
- CHELARU, S.V.. ORELLANA-RODRIGUEZ, C., ALTINGOVDE, I.S.: How useful is social feedback for learning to rank YouTube videos? World Wide Web. Volume 17, n.5, 2014
- COOK, Camila Isabel. Netflix: A Stepping Stone in the Evolution of Television. Journalism & Media Studies, University of South Florida St. Petersburg, 2014.
- COULDRY, Nick. Media rituals: A critical approach. Routledge, 2005.
- DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu; DAVIS, Susan G. Media events: The live broadcasting of history. Library Quarterly, v. 63, n. 1, p. 129-130, 1993.
- FONSECA, T. M. G. & KIRST, P.G. Cartografia e devires: a construção do presente. Porto alegre: UFRGS, 2003.
- GEHL, Robert. YouTube as archive: Who will curate this digital Wunderkammer? International Journal of Cultural Studies. V. 12, 2009.
- HERRMANN_LIMA, Letícia Salem. Práticas de Consumo e a Publicidade na Rede Social de Moda BYMK, Dissertação de Conclusão do Mestrado em Comunicação e Linguagens. Curitiba: UTP, 2011.
- LOTZ, Amanda D. The television will be revolutionized. NYU Press, 2007.
- MASSAROLO, João Carlos; MESQUITA, Dario. VÍDEO SOB DEMANDA: uma nova plataforma televisiva. In: XXV Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, de 07 a 10 de junho de 2016.
- ROMERO, Lloret; CENTELLAS, Fernando. New stages, new narrative forms: The Web 2.0 and audiovisual language. Hipertext.net, n. 6, 2008.
- SEKULA, A. (2004) 'Reading an Archive: Photography between Labour and Capital', in S. Hall and J. Evans (eds) Visual Culture: The Reader, pp. 181-92. London: SAGE.
- ZANETTI, Daniela. Webséries: narrativas seriadas em ambientes virtuais. Revista GEMInS, n. 1 Ano 4, p. 69-88, 2013.





Ciências Sociais e Aplicadas

A Remoção e a Modernização (1960 – 1965)

Bruna Bastos dos Santos; Maria Lais Pereira da Silva; mariana Campos Corrêa

TUR – Escola de Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO:

O trabalho aborda a sistemática dos processos de remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro estruturada na gestão de Carlos Lacerda (1960-1965). O estudo envolve o processo pelo qual se definiu a montagem de uma estrutura mais abrangente para as remoções, que historicamente acontecia de forma pontual e circunstancial, sob as formas de “despejo”, expulsão sumária, etc (VAZ, GALIZA, SILVA, 2016).

Nossa hipótese considera que o período representa o início de uma política habitacional que se volta à remoção das favelas dentro de um quadro discursivo de “modernização” da cidade mas que, na verdade, acentua seu caráter segregacionista que remonta ao passado (ABREU, 1987) e fortalece o estigma sobre a moradia da favela, agora amparado “teoricamente” pelas teorias da marginalização (PERLMAN, 1977) e de “integração” (GRABOIS, 1973).

No início da década de 1960, num contexto político balizado por intenso debate ideológico polarizado entre esquerda e direita, o governo federal passou por um momento conturbado, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e o processo de posse de João Goulart. Concomitantemente, dentro de uma proposta de ocupação e desenvolvimento do interior brasileiro, ocorreu a transferência da capital para a recém construída Brasília. Tal conjuntura política colocou em pauta na época o futuro da cidade do Rio de Janeiro, que deixou de ser capital e foi transformada em Estado da Guanabara

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em relação à questão habitacional, os debates eram impulsionados tanto pelos efeitos da lei do inquilinato (BONDUKI, 2014, 1998) e pelos despejos de favelados que se intensificaram com a realização de obras urbanas, e pela

ideologia da casa própria, que começa a se estruturar no âmbito dos debates e soluções do poder público. O processo de expansão industrial seguia em direção aos subúrbios, e, junto à precariedade dos transportes de massa populares, ferroviário e hidroviário, fazia-se sentir cada vez mais a pressão do mercado imobiliário, na zona sul e parte da zona norte da cidade. Estes fatores contribuíram para uma piora das relações habitação/ trabalho. Os dados apontam um crescimento populacional de 39% para a cidade como um todo e de 98% para a população das favelas, uma forma dos setores pobres se manterem próximos aos locais de emprego, entre outros aspectos. “O agravamento da crise habitacional, a pressão para os despejos, redução da oferta habitacional e alta do custo de vida construíram, mais uma vez o déficit que persistiu e se agravou no período” (SILVA, 2005).

Na primeira metade da década de 1960, desenvolveu-se um debate sobre a necessidade de uma política habitacional em âmbito nacional. No caso da Guanabara existiram dois momentos distintos. O primeiro, nos anos de 1961 e 1962, relacionado à proposta de José Arthur Rios, na qual a intervenção nas favelas ocorreria com a participação dos moradores. O segundo no final do ano de 1962, no qual se estrutura a política de remoção.

Esse primeiro momento vivido dentro das políticas habitacionais na Guanabara foi marcado por uma experiência inovadora, com a Operação Mutirão. Esta foi implantada por José Arthur Rios, que chefiou a recém criada Coordenadoria de Serviço Social, e tinha, como viés principal da proposta, que as intervenções nas favelas acontecessem por meio das associações de moradores. Assim foi estabelecida uma nova relação entre associação de moradores e o poder público que, além fortalecer a articulação e representação política dos favelados, também consolidou o conceito de que as favelas poderiam ser

urbanizadas.

Entretanto, no final do ano de 1962, com a demissão de Arthur Rios, se inicia o segundo momento das políticas habitacionais na cidade. Começaram a ser definidas novas políticas para erradicação das favelas - tendo como marco a criação da Companhia de Habitação da Guanabara (COHAB-GB) - quando são elaborados metodologias e critérios de remoção. A COHAB foi uma das grandes responsáveis pela construção de conjuntos habitacionais, com fundos provenientes do acordo do Fundo do Trigo e de recursos previstos no artigo 6 da constituição da Guanabara. Concomitantemente, é construído um discurso político em prol da casa própria, em que se sustentava que a cidadania era adquirida por meio do acesso à propriedade e habitação. Esse processo, evocado por Sandra Cavalcanti, tem como consequência, além da transferência dos favelados para a periferia, a liberação de terrenos muito valorizados e, segundo a lógica imobiliária, subutilizados pela ocupação de favelas (GONÇALVES, 2013).

CONCLUSÕES:

Concluímos que as visões e propostas identificadas nos pronunciamentos do governador e no histórico da questão habitacional entre 1960 e 1965 parecem não ter representado de fato uma mudança sócio espacial na estrutura da cidade. A estrutura com tendência segregacionista, já apontada por alguns autores, na cidade do Rio de Janeiro, parece ter sido acentuada pela “modernização” proposta como um avanço sócio espacial. Na verdade, o deslocamento compulsório da população favelada para os conjuntos habitacionais distantes dos seus locais de moradia, com ruptura de redes de sociabilidade e sobrevivência, levou a uma configuração urbana cujas marcas podem ser observadas até os dias atuais. Dessa forma, é possível identificar características do conceito da modernização conservadora dentro das políticas por parte do governo, principalmente relacionadas ao reordenamento urbano. Como já explicitado, a remoção das favelas no escopo de um discurso em prol da “ordenação” e da “modernização” da cidade, na prática, fortaleceu o estigma sobre a moradia da favela que mantinha e enfatizava uma estrutura segregacionista.

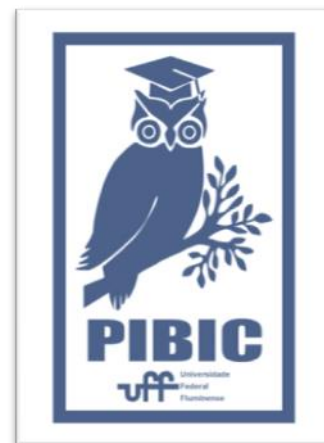
Agradecimentos:

Aos meus pais, João Rafael dos Santos e Monica de Oliveira Bastos dos Santos, e aos meus irmãos Bianca Bastos dos Santos e João Guilherme Bastos dos Santos, por contribuírem intensamente na minha formação enquanto pessoa, por todo apoio dado durante a minha vida pessoal e acadêmica, por fomentarem a minha formação política.

À minha orientadora Maria Lais Pereira da Silva e à pesquisadora associada Mariana Campos Corrêa pela minha formação enquanto pesquisadora, por todos os conhecimentos compartilhados.

Aos meus companheiros de luta no movimento estudantil na Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA) e no Diretório Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (DACA) pela minha formação política.

Figure 1: Logo PIBIC





Ciências Sociais Aplicadas

Avaliação socioeconômica de Centros Comunitários de Produção para a agricultura familiar

Ana Souza Pereira / André Augusto Pereira Brandão

SSN / ESS / Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social

INTRODUÇÃO:

Nossa pesquisa se volta para a avaliação dos impactos socioeconômicos de centros comunitários de produção voltados para a produção leiteira em contexto de agricultura familiar. Tomamos como objeto três centros comunitários (CCPS) situados nos municípios de Ponta Porã-MS, Pintadas-BA e Rurópolis-PA. Neste ano da pesquisa (2017-2018) foi possível analisar os dados referentes ao centro comunitário de produção (CCP) Ponta Porã-MS. Frente a grande massa de dados coletados em campo, não foi possível empreender nesta vigência a análise dos dados coletados em Rurópolis-PA, o que faremos na terceira e última vigência do projeto. Neste relatório da vigência 2017-2018, portanto, apresentamos a metodologia utilizada na coleta dos dados realizada junto aos agricultores familiares que se articulam em torno do centro comunitário de produção de Ponta Porã-MS, bem como os resultados da análise dos dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Um primeiro elemento importante é o perfil da população do assentamento que está vinculada ao CCP. Oriundos de diversas partes do Brasil e com diferentes vocações produtivas, em dado momento se encontraram sob um mesmo conjunto, com possibilidade de trabalho e geração de renda através da produção de leite. Os dados qualitativos coletados indicam que antes da distribuição dos lotes para cada produtor existia uma maior interação entre eles, uma vez que lutavam por objetivos comuns. Após cada um começar a sua própria produção esses laços acabaram se enfraquecendo, uma vez que as necessidades individuais suplantaram as coletivas. Se não existe por parte dos assentados interesse nessa participação, por sua vez, a associação não

programa nenhum esforço no sentido de tentar reverter esse quadro, resumindo sua atuação, junto com a cooperativa, à captação do leite produzido e sua venda para grandes empresas. O número ínfimo de cooperados e associados confirma esta situação. Qualquer produtor que entregue leite na cooperativa é considerado cooperado, mesmo que não seja de fato.

Nesse sentido, questões como confiança, participação e coletividade perdem espaço simplesmente para a garantia de venda da produção por um preço melhor do que era praticado no assentamento antes do funcionamento do CCP.

Os produtores não têm conhecimento nem do custo de produção do seu leite, o que poderia lhe garantir um melhor planejamento, além da possibilidade de dirigir um possível investimento nas etapas mais críticas do ciclo produtivo.

Se o CCP teve como resultado um incremento da renda de quase todas estas 16 famílias, este dado positivo atingiu poucas famílias no conjunto do assentamento, pois a adesão ao projeto se mostrou baixa. E isto não ocorreu somente no CCP Boa Esperança. Nos seis CCPs que compõem a área Nova Conquista os refrigeradores em conjunto possuem capacidade para agregar 568 famílias, mas estão sendo efetivamente utilizados por somente 81 (o que corresponde a uma taxa de adesão de aproximadamente 14%).

Com relação à participação das mulheres nestas instâncias de comando, verificamos que a mesma é inexistente. Elas estão vinculadas ao processo de ordenha e cuidado da terra, junto com o homem, mas sem atuação política ou organizativa. As mulheres dividem as tarefas de produção e em parte das famílias são responsáveis pela coleta e entrega do leite no CCP. Nos momentos em que a produção é escassa, os homens saem para procurar uma complementação de renda e as mulheres ficam

em casa cuidando das vacas e de uma eventual produção para a subsistência.

Sobre a assistência técnica os gargalos são enormes. Não existe apoio da prefeitura através da Secretaria de Agricultura. O órgão do Estado responsável, apesar de estar localizado em um prédio dentro do assentamento, não possui pessoal suficiente ou mesmo combustível para realizar as visitas necessárias.

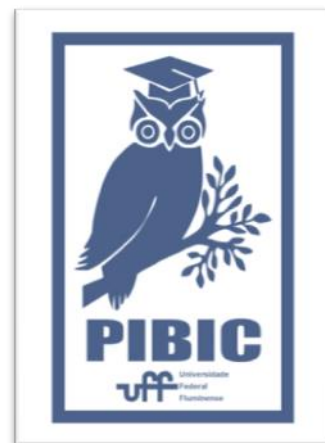
Não é por acaso que mesmo com o financiamento obtido através do Banco do Brasil, muitos produtores abandonaram a atividade leiteira e, como afirmou um técnico da AGRAER chegaram a “vender o PRONAF”, ou seja, se desfizeram do gado, dos trituradores de ração, das cercas e dos galpões.

CONCLUSÕES:

Apontamos que entre os dezesseis (16) produtores que atualmente estão vinculados ao CCP Boa Esperança, não há indicação de abandono da atividade. No entanto, nossa avaliação não encontra garantias absolutas de sustentabilidade para este projeto. Sem assistência técnica, a dependência total do produtor em relação às agruras dos ciclos naturais, bem como a inexistência de racionalização produtiva, podem gerar situações de descontinuidade ou paralisação da produção. Somando isto ao preço atrativo pago atualmente pela soja e ao histórico recente de diminuição drástica da produção leiteira no assentamento, temos um quadro de incertezas e preocupação.

AGRADECIMENTOS:

Ao CNPq pelo apoio.





Ciências Sociais Aplicadas

Games e imersão: as interfaces gestuais contemporâneas e seu papel na construção de *realidades híbridas* interativas

Lucas Pereira Barros

Departamento/Unidade/Laboratório

INTRODUÇÃO:

As mídias e sua rápida renovação na contemporaneidade provocam constantes revoluções informacionais e comunicacionais capazes de promover novas dialéticas entre corpo, espaço e virtual. Procuraremos imbricações possíveis entre todos estes agentes na busca por novas formas de comunicabilidade e sociabilidade, dando seguimento à pesquisa pelas potencialidades do virtual em práticas de vivência urbana. Neste caminho, culminaremos na proposição de uma nova cidade, a Babilônia Expandida, expansão da utópica cidade de Constant Nieuwenhuys (a Nova Babilônia), onde narrativas podem vir a ser fixadas e compartilhadas, numa plataforma onde é possível a constante ressignificação dos espaços pelas experiências de seus viventes e reunião de memórias múltiplas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As mídias e o espaço urbano

A cidade moderna, sempre atualizada, é marcada pelo contraste entre estruturas novas e velhas, e estímulos sonoros e visuais que aprofundam a autopreservação, prejudicam a espontânea auto-expressão e senso de participação de uma vida social integrada, culminando na noção de experiência vivida de Walter Benjamin (1975), de vivências interiorizadas e incomunicabilidades. Característica do indivíduo moderno, consiste numa experiência pautada cada vez mais na interiorização dos fenômenos, numa forma de vivência absorta que privilegia a consciência individualizada.

Ao propor uma etnografia crítica do espaço, compreende-se o atual panorama das grandes

cidades, com grupos fechados em pequenas existências, distantes do acaso e do outro; espaços cada vez mais domesticados, privatizados, condomínios fechando quilômetros de ruas, muros altos que escondem comunidades – discursos possíveis pelo controle midiático da informação que dissemina e alimenta a “periculosidade” do lado de fora.

O trabalho se encerra enquanto uma inquietude teórica que deseja apontar como o ciberespaço pode ser ferramenta para a promoção de novas formas de sociabilidade, de modos de consumo e de lazer, criando outras comunicabilidades e novas formas de linguagem. Em contrapartida às vivências obliteradas pelo espetáculo, tal qual proposto por Debord (1997), de um presente feito de memórias involuntárias que transformam o cotidiano numa corrida interminável feito de trabalho e pequenos prazeres, de realizações imediatistas e que conduz a uma atitude passiva diante da vida.

As diversas mídias – celulares, *smartphones*, videogames – compõem um vasto universo informático que são mecanismos de acesso às potencialidades do ciberespaço. Atualmente, um novo estágio se inaugura. Os espaços virtuais não são mais restritos a um universo a parte, mas “*pingam* nas coisas, como uma membrana, uma pele eletrônico-digital acoplada aos lugares, criando novas heterotopias (FOUCAULT, 1984 apud LEMOS, 2009, p. 3). Não se fecham em si, mas abrem um leque de possibilidades: novas formas de comunicação, aproximações e ludicidade – conectando pontos distantes, criando espaços de troca informacional e de afetos.

São as chamadas mídias locativas, “dispositivos, sensores e redes digitais sem fio e seus respectivos bancos de dados “atentos” a lugares e contextos. Dizer que essas mídias são atentas a lugares e contextos significa dizer que

elas reagem informacionalmente aos mesmos, sendo eles compostos por pessoas, objetos e/ou informação, fixos ou em movimento” (LEMOS, 2009, p. 2). Tais mídias locativas são como um par de óculos que nos deixa ver (e participar de) um universo plural. Temos acesso não só às novas formas de jogos (os jogos pervasivos), mas praças adaptadas com Wi-Fi, dispositivos de geolocalização que influenciam lugares, pessoas, restaurantes, bancos, que calculam trajetos e preveem outras inúmeras situações do dia-a-dia, constituindo verdadeiras realidades híbridas, ou espaços intersticiais, na definição de Santaella (2008).

Neste sentido, é preciso se valer destes espaços híbridos que vêm se multiplicando – a partir do entrelaçamento e afetação das tecnologias informacionais e espaço urbano – para criarmos novas formas de construção coletiva de discursos e vivências, como a chamada *inteligência coletiva*, proposta por Lévy (2003, p. 28) como “[...] uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. A inteligência coletiva seria a consciência do valor e importância dos saberes que não é restrito a um grupo de privilegiados, mas inerente a todo e qualquer indivíduo; sua comunhão seria um caminho para o desenvolvimento dos grupos. (BEMBEM, 2013).

Na medida em que a valorização da inteligência coletiva corresponde a uma valorização da importância de todas as vozes, cada qual com suas competências e saberes, seria possível um espaço virtual plural que, valendo-se da hibridização possível na atualidade entre virtual e físico, pudesse interferir nos territórios e construir novas práticas. Sugerimos a construção desse espaço a partir da expansão da ideia de Nova Babilônia desenvolvida por Constant Nieuwenhuys nos anos setenta, resultando no que chamaremos de Babilônia Expandida.

Constant e a Nova Babilônia

Constant foi um artista integrante da Internacional Situacionista (IS), um movimento fundado nos anos cinquenta reunindo adeptos de vários países - Itália, França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Holanda, Dinamarca e Argélia. O francês Guy Debord, o dinamarquês Asger Jorn, o belga Christian Dotremont e o

holandês Constant Nieuwenhuys, fundaram o pensamento urbano situacionista (JACQUES, 2003).

A IS procurou imergir no inconsciente urbano através de propostas práticas de pesquisa psicogeográfica. Uma teoria formal em torno do conceito da *dérive*, base do pensamento situacionista, surgiu um ano antes da criação do grupo, em 1956, com a “Teoria da Deriva” de Guy Debord. O conceito de deriva se liga ao reconhecimento dos efeitos de natureza psicogeográfica e à afirmação de um comportamento lúdico-constructivo (DEBORD, 2003).

Com o situacionismo, procurou-se revelar uma cidade lúdica e espontânea. O conceito de jogo serviu como instrumento para a construção dessas novas situações desejadas, pois seus integrantes viam neste a oposição ao sistema capitalista dominado pelo tempo de trabalho em detrimento do tempo livre. Buscava-se explorar o tempo não utilitarista através do jogo, uma construção de situações no explorar urbano capaz de suscitar nos indivíduos “novos comportamentos e de experimentar na realidade urbana os momentos do que teria podido ser a vida numa sociedade mais livre” (CARERI, 2013, p. 98).

A sugestão de jogos espaço-afetivos por parte dos situacionistas aproximou a ideia de jogo e experiência estética – não à toa Johan Huizinga já era referência para a Internacional. Huizinga (1993) aponta a importância do jogo enquanto função social, de forma que os situacionistas interpretavam o elemento da competição (ganhar ou perder) como uma manifestação velada da tensão de indivíduos inseridos em uma sociedade que buscam apropriar-se de bens.

Os situacionistas, dessa forma, defendiam um conceito mais amplo: a criação comum de ambiências lúdicas escolhidas, onde não se distingue o jogo da vida corriqueira; o jogo torna-se a própria vida, numa completa mudança que quebra qualquer ficcionalidade a seu respeito: “seu objetivo deve ser o de, no mínimo, provocar condições favoráveis para viver a vida de forma mais direta. Neste sentido, ele é também luta e representação: luta por uma vida à altura do desejo, representação concreta dessa vida” (SITUACIONISTA, 2003, p. 60).

Constant buscou a tridimensionalidade da “Teoria da Deriva”, criando paralelamente o projeto Nova Babilônia, uma cidade utópica que propõe um modelo de espaço urbano situacionista, porém, rejeitada por Debord e responsável pelo desentendimento entre ambos e desligamento de Constant da IS em 1960 (JACQUES, 2003). Resultado de suas visitas a um acampamento nômade, onde ele encontrou o aparato conceitual para propor a demolição das bases sedentárias da arquitetura funcionalista, o arquiteto imaginara a projeção de um campo nômade de escala planetária (CARERI, 2013).

Babilônia Expandida

A recusa da IS em relação à Nova Babilônia de Constant é explicada pela rejeição do movimento de propostas de cidades reais e seus integrantes passam à crítica feroz contra o urbanismo e o planejamento em geral, pois nestes enxergavam um monopólio discursivo que ignorava a possibilidade de construções coletivas das cidades (JACQUES, 2003). Os situacionistas perceberam que não seria possível propor uma forma de cidade pré-definida, pois, segundo Jacques (ibid.), esta forma dependia da vontade de cada um e de todos, e esta não poderia ser ditada por um planejador: qualquer construção dependeria da participação ativa dos cidadãos, o que só seria possível por meio de uma verdadeira revolução da vida cotidiana.

Se também os situacionistas vislumbraram a Nova Babilônia de Constant como um projeto que já vive nos interstícios que eles procuravam (re)descobrir, na contemporaneidade é possível um paralelo entre os interstícios dos situacionistas e os interstícios definidos por Santaella (2008) ao se referir às trocas possíveis entre espaço físico e virtual. A autora chama atenção para a dissolução das fronteiras antes rígidas entre o físico e o virtual, criando um espaço próprio que não pertence nem propriamente a um, nem ao outro: “Sem que os espaços físicos e os espaços digitais anteriores deixem de existir, cria-se, na verdade, um terceiro tipo de espaço, inteiramente novo que [...] configura-se em múltiplas camadas de conexões entre o físico e o virtual. (Ibid., p. 21-22).

A Nova Babilônia assume na contemporaneidade múltiplas formas, está no

meio, no escondido, no não-visível, na potência da comunicação entre rua e ciberespaço. É a Babilônia Expandida, existe nos espaços híbridos, informacionais, nos interstícios que conectam o espaço físico e virtual, um se alimentando do outro, camadas justapostas (e não sobrepostas) que dotam um ao outro de novos significados e transformam a experiência cotidiana.

Através da construção de uma *Babilônia Expandida*, é possível se quebrar o espaço asséptico da cidade contemporânea, através de fissuras no espaço que voltam a atenção à pluralidade das vozes, às memórias únicas e singulares dos grupos que vivem e transitam pelos territórios. A *Babilônia Expandida* busca novas formas de interação com o passado e presente, transformando o espaço urbano num terreno afetivo a partir de um jogo participativo que dá conta da fragmentária vida urbana, conecta suas zonas e espaços vazios, repletos de micro histórias a serem partilhadas.

Sugere-se a Babilônia Expandida como uma grande plataforma onde os espaços intersticiais provam suas potencialidades para a criação de ludicidades e experimentações urbanas e de um outro território conjunto, repositório de memórias e capaz de construir novas histórias e novas práticas narrativas. Talvez seja possível na Babilônia Expandida uma tradição do compartilhamento, criando um grande repositório onde todo lugar é acessível a um e a todos, onde cada canto guarda micro histórias e micro realidades que mudam constantemente, organismo vivo onde passado, presente e futuro não conhecem fronteiras.

CONCLUSÕES:

Neste trabalho, procuramos demonstrar novas atitudes perante os espaços, físicos e virtuais, em oposição a um cotidiano espetacular que promove vivências assépticas e onde as muitas vozes que compõem a vida são constantemente homogeneizadas, garantias de um sistema de manutenção de classes.

A fragmentação moderna não significa unicamente um processo de desencanto ou desagregação social (GAGNEBIN, 2011): está ligada a processos históricos relacionados a evolução dos meios de produção e domínio de discursos hegemônicos. Igualmente, é a fragmentação que abre portas para uma nova

atitude perante nossa linguagem e história, onde é possível o “tempo de agora” de Walter Benjamin que, para Gagnebin (Ibid.), propõe o surgimento do passado no presente, um evento do instante.

A Babilônia Expandida responde ao tempo de agora ao inaugurar uma nova forma de agenciamento com o espaço citadino e também com a história e a memória. Dá conta da fragmentação de pontos de vista, dos métodos particulares de rememoração de cada indivíduo. O resultado é uma estrutura diversificada, feita a partir da multiplicidade que é a vida cotidiana, mas onde cada peça prova seu papel primordial na construção de um todo: o decurso da atualidade como a troca entre muitos.

Futuros desdobramentos deste trabalho incluem aprofundar a relação entre comunicação e experiência a partir das considerações de Walter Benjamin sobre a ideia de experiências vividas e experiências autênticas. A dinâmica possível entre espaço e as diversas mídias expandem e trazem novas possibilidades de atuação coletivas para compartilhamento de informações. Cresce a ideia de uma democracia não mais representativa, mas participativa, possível através do vasto terreno virtual que se adensa e cresce.

Poderíamos sugerir as comunidades virtuais como terciárias, criando novas formas de existência coletiva da humanidade ao possibilitar tantas mudanças radicais na percepção sensorial e afetiva dos indivíduos. Cabe entender, neste vasto terreno, o quanto a quebra de limites geográficos é capaz de criar novas formas de aproximações, mas, paralelamente, criar aproximações também físicas entre seus integrantes.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao meu orientador Emmanoel Ferreira, que descortinou um universo linguístico que eu desconhecia, um outro ponto de vista e via de exploração dos temas que me interessam; a minha amiga e pesquisadora Luiza Amaral, presença inestimável que, onde haviam os espaços vazios que desconectavam as partes, criou pontes, deu mais palavras e mais possibilidades; e a própria Rua, porque ela também tem alma, e sem ela, a minha não seria.

REFERÊNCIAS DO RESUMO:

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Edições Tempo Brasileiro, 1975.

BEMBEM, Angela. Inteligência coletiva. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18. nº 4, out./dez. 2013.

CARERI, Francesco. **Walkscapes**. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBORD, Guy. Teoria da deriva. In: JACQUES, Paola Berenstein (Org.). **Apologia da deriva**: Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HUIZINGA, Johan. **Homo-Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

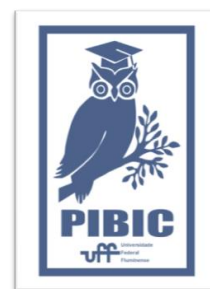
JACQUES, Paola Berenstein. Breve histórico da Internacional Situacionista. **Arquitextos**, Ano 03, nº. 035.05, abr. 2003.

LEMONS, André. Arte e Mídia Locativa no Brasil. In: **Anais do XVIII Encontro da Compós**.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Loyola, 2003.

SANTAELLA, Lucia. A ecologia pluralista das mídias locativas. **FAMECOS**, nº 37, dez. 2009.

SITUACIONISTA, Internacional. Contribuição para uma definição situacionista de jogo. In: JACQUES, Paola Berenstein (Org.). **Apologia da deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.





Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: A economia brasileira durante o milagre econômico (1968-1973): novas interpretações

Autores: Júlia Borges da Costa

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Economia (SEN), Faculdade de Economia

INTRODUÇÃO: O período conhecido como “milagre brasileiro”, por suas altas taxas de crescimento do PIB, equilíbrio externo e queda da inflação, aconteceu entre 1968 e 1973. Segundo a literatura tradicional, o êxito econômico foi consequência de medidas ortodoxas do período imediatamente anterior, especialmente o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), as reformas e a austeridade advindas do governo do ditador Castelo Branco. Portanto, o objetivo desta pesquisa é mostrar dados que ofereçam novas interpretações, heterodoxas, para este período de crescimento econômico. Para isso, foi analisado o comportamento dos índices macroeconômicos no período anterior, do “milagre” e posterior, a fim de compreender o contexto em que este se deu. Para mostrar as inflexões das políticas fiscal e monetária ocorridas no período e questionar a narrativa ortodoxa do “milagre”, utilizamos Boletins do Banco Central do Brasil, Anuários Estatísticos do Brasil, Relatórios do Banco Nacional de Habitação e Relatórios Financeiros do Ministério da Fazenda. Com a análise destes dados, objetiva-se demonstrar que houve medidas mais importantes para o desempenho milagroso do que as reformas do PAEG.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Uma vez que esta pesquisa já havia se iniciado, esta etapa consistiu na continuidade da coleta de dados em diversas bases como as Estatísticas Históricas do Brasil e Estatísticas do Século XX, ambas do IBGE; Relatórios do Banco Central do Brasil, Relatórios do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, entre outras. Os dados utilizados foram: i) taxas de crescimento do PIB, inflação, dados de balanço de pagamentos e mercado de trabalho, de forma a possibilitar uma visão sobre o desempenho econômico no período; ii) execuções orçamentárias do Tesouro Nacional, com suas respectivas taxas de crescimento real das Receitas e Despesas, a fim de mensurar a

política fiscal; iii) dados sobre a concessão de empréstimos dos bancos privados, federais e Banco do Brasil, de preferência por setores de atividade econômica, para mensurar a política financeira.

Com relação ao desempenho econômico do período, foram produzidos quadros que sintetizam os indicadores escolhidos. No âmbito da política fiscal, nota-se que esta assume caráter expansivo a partir de 1968. Para analisar o resultado fiscal do governo, coletado em valores correntes, foi necessário deflacionar os dados. Assim, calculou-se a taxa de crescimento real das receitas e despesas. No âmbito da política financeira, foram analisadas todas as resoluções do Banco Central desde sua criação, em 1964, até 1976 buscando quaisquer informações importantes para a regulamentação do sistema bancário nacional, particularmente a política referente aos depósitos compulsórios, que é o percentual que os bancos comerciais devem manter depositados no Banco Central, e ao tabelamento das taxas de juros. Nesta etapa encontrei e transcrevi em uma tabela valores do depósito compulsório, sinalizando as modificações ocorridas ao longo do período recortado na pesquisa. Além disso, também foram analisadas e tabeladas as resoluções por meio das quais o Banco Central limitava valores máximos para as taxas de juros para os tomadores de empréstimos em diferentes modalidades, bem como a evolução dessas taxas ao longo do tempo, até se tornarem livres, em Setembro de 1976. Essa liberação representa o fim da interferência do governo na manutenção da taxa máxima de juros para operações inferiores e superiores a 60 dias e nos empréstimos para pessoas físicas.

O setor da construção civil, por ser de extrema importância para o crescimento econômico do país, também foi objeto desta pesquisa. No caso brasileiro, este setor foi beneficiado principalmente pelo Banco Nacional de

Habitação (BHN), sendo o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço sua maior fonte de financiamento e por isso, busquei valores referentes ao FGTS. Dessa forma, transcrevi e montei tabelas que revelavam os fluxos e balanços deste fundo. Além disso, a partir do Sistema Financeiro Habitacional foi montada uma tabela com o número de habitações financiadas para os anos pesquisados, constatando a sua enorme importância para o período estudado, bem como a expansão ocorrida durante os anos do “milagre”.

O volume dos meios de pagamento entre 1964 e 1975 também foi analisado e calculado como percentual do PIB. Também foi calculada a relação dos empréstimos e o PIB, a fim de possibilitar uma ideia do montante de crédito na economia, partindo de 1955 até 1973. Assim, visualiza-se a variação dessa relação ao longo do tempo.

Ainda no âmbito da política financeira, finalmente, foi analisado o peso dos empréstimos para cada setor da atividade econômica, sua razão diante do valor agregado de todos os setores e, por fim, a taxa de crescimento real de cada setor entre 1968-1975. A análise e tabulação dos dados feita desta maneira possibilitou uma análise de quais setores mais “puxaram” a economia e qual foi a influência do crédito nesse crescimento. Além da divisão por setores, a análise foi feita para todos os bancos, para os bancos federais e para o Banco do Brasil. Destacam-se, no geral, a produção agropecuária e a produção industrial como maiores favorecidas destes empréstimos no período analisado. Foram construídos gráficos que permitem uma melhor visualização da trajetória da taxa de crescimento real dos empréstimos total; e por setores.

Em diversos momentos da pesquisa nos deparamos com dificuldade de continuidade nas fontes históricas, além da disparidade e às vezes inexistência de alguns dados, o que tornou o esforço de pesquisa mais minucioso e gerou a necessidade de busca em diversas fontes.

CONCLUSÕES: A coleta dos dados possibilitou uma interpretação de que houve inflexões nas políticas fiscal e monetária por parte do Estado, como proposto no Projeto. Ou seja, demonstrou qual o papel do governo para alcançar tais resultados econômicos para o período. Na política monetária, o Banco Central fez uma redução gradual do valor do compulsório, incentivando o crédito. Na política

financeira, houve alterações na regulamentação do setor bancário, principalmente com relação à taxa máxima de juros, que tornava o crédito mais barato e acelerava o crescimento da economia. É importante ressaltar o papel do BNH, que expandiu as atividades durante os governos Costa e Silva e Médici. A política fiscal tornou-se mais expansionista em seu viés. Essas intervenções viabilizaram as altas taxas de crescimento do PIB para o período em questão, divergindo da interpretação ortodoxa de que o “Milagre” foi consequência apenas das reformas austeras implementadas no período anterior, do governo Castelo Branco.

Agradecimentos:

Agradeço, primeiramente, ao professor Victor Leonardo de Araújo, orientador desta pesquisa acadêmica, pela oportunidade concedida, pelo intenso aprendizado durante a construção desse trabalho e por ser uma inspiração para mim. Agradeço à Universidade Federal Fluminense e ao programa de Iniciação Científica pela possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula e acender, em mim, a vontade de seguir na carreira acadêmica, ao entender a importância da pesquisa para os economistas. Agradeço também a oportunidade de ter educação pública, gratuita e de qualidade e desejo que, no futuro, isto deixe de ser um privilégio.



Grande área do conhecimento

Título do Projeto: TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO - a Região Norte Fluminense como cenário.

Autores: Profa. Dra. Érica Terezinha Vieira de Almeida,

Bolsista de IC (PIBIC- UFF) Crislaine Ribeiro de Sousa.

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, de Campos dos Goytacazes / Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD).

INTRODUÇÃO:

O mundo do trabalho, especialmente a partir dos anos de 1970 tem passado por várias transformações e, com ele, o modelo econômico que fornece a sua base. Ao modificar as relações e condições de trabalho, surgem novas expressões como os terceirizados, os contratados por tempo parcial e as outras formas precarizadas, fazendo com que, cada vez mais, a classe trabalhadora sofra os impactos do desmonte dos direitos trabalhistas e sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O mundo do trabalho é cada vez mais fragmentado e heterogêneo, segundo Antunes (2004). Neste novo estágio do capital, que data de 1970, é iniciado o processo de mundialização (IAMAMOTO, 2007), a qual a política, a economia, a cultura e a tecnologia sofrem intensas mudanças. A periferia capitalista vive um avanço que a mantém em um estado de subserviência aos grandes capitalistas, como produtora de matéria prima. O Brasil, neste momento de concentração de capital, atende a uma agenda neoliberal, e, deste modo, os direitos passam a ser mercantilizados, e os investimentos em gastos sociais são cortados. Nessa sustentação de análise, a ideia de aldeia global, pregada neste estágio de financeirização, pode até trazer em primeira instância uma concepção de unificação. Todavia, este não é o intuito real. Isto é, o grande objetivo é de sobrepor cada vez mais os países capitalistas centrais sobre os menos desenvolvidos. Como aponta Lowy (1995), o

desenvolvimento capitalista é cada vez mais desigual e combinado.

Os países periféricos sofrem, assim, alterações em todos os aspectos, subordinados à lógica do capital. E mais, há o novo padrão de acumulação redefine as relações de produção, subordinando atividades econômicas e territórios.

Sendo assim, interessa-nos como a Região Norte Fluminense, herdeira da hegemonia das elites agroindustriais vem se comportando com a chegada dos grandes investimentos na Região. Isto é, de que maneira tem se dado a integração dessa região ao processo de mundialização do capital. Cabe lembrar que a elite agroindustrial, através do “fechamento” da Região (CRUZ, 2003) constrói sua hegemonia subordinando a região ao seu modelo de desenvolvimento e de poder, assentados também na prática do clientelismo político que contribui para a sua reprodução enquanto classe.

Além disso, faz-se necessário lembrar que a doutrina neoliberal que acompanha a mundialização do capital trouxe perdas irreparáveis do ponto de vista dos direitos, mesmo com os movimentos de resistência. Na Região Norte Fluminense não foi diferente. Foram inúmeros e diferentes agentes presentes na esfera pública, com destaque para o movimento sindical, reivindicando seus direitos, sobretudo no que se refere às novas relações de trabalho precarizadas.

É isso que a pesquisa em tela procurou demonstrar: - o protagonismo dos movimentos sociais e as manifestações coletivas por direitos a partir de pesquisa hemerográfica no Jornal Folha da Manhã (JFM), no período de 2000 a 2017. Embora local, o JFM abarca a Região

Norte Fluminense (RNF), uma região marcada pela monocultura da cana-de-açúcar desde o século XVII e, posteriormente, pela produção de açúcar e álcool, até o fim de 1980. Mais tarde, a região será conhecida pela produção de petróleo e gás na Bacia de Campos, o que ocasionou a vinda dos Grandes Investimentos (GI's) para a Região trazendo um novo desenho e novos conflitos ao espaço regional.

O mapeamento no JFM demonstra o protagonismo dos sindicatos dos setores públicos e privados reivindicando seus direitos e protestando contra o avanço do neoliberalismo, contra a precarização das condições de trabalho, o aumento das terceirizações e contra o desemprego no país. Podemos observar, também, a mobilização de sindicatos, estudantes e outros movimentos sociais contra os cortes no financiamento das políticas públicas, em especial, contra os cortes de verba e o sucateamento das escolas e universidades, nas três esferas do governo. Observamos as lutas sociais pelo direito ao transporte público, em defesa da educação, da moradia e contra a insegurança no trânsito e na cidade de maneira geral, com o crescimento dos assaltos e homicídios.

Os trabalhadores rurais das usinas em processo de falência (São João, Santa Cruz, Sapucaia, Cupim e Barcelos, do Grupo Othon Bezerra de Mello e Paraíso), cobravam os salários em dia, além dos direitos trabalhistas.

No que se refere ao município de São João da Barra (SJB), surgem em cena os agricultores do 5º Distrito, em um posicionamento divergente a desapropriação sofrida de suas áreas para instalação do complexo Portuário do Açú.

No que tange aos movimentos sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no estado do Rio de Janeiro (FETAG), aparecem frequentemente em defesa da reforma agrária reivindicando o direito de permanecerem nas terras ocupadas. E suas manifestações tiveram destaque para as cidades vizinha a região Campos dos Goytacazes, como Conceição de Macabu, São Francisco do Itabapoana da RNF, e Bom Jesus do Itabapoana e Itaperuna da Região Noroeste Fluminense (RNOF).

Outro ator são os catadores de materiais recicláveis, que reivindica uma ação assistencial imediata, além de uma nova alternativa de trabalho tendo em vista que seu local de trabalho, o lixão, havia sido fechado sem

nenhuma alternativa de inclusão socioeconômica.

Também emergem em menor número as manifestações por reconhecimento cultural, étnico-racial contra o racismo, de gênero e de orientação social conta intolerância, acusando o prefeito Garotinho de ser homofóbico. Cobravam de um modo geral mais respeito e menos violência. Há manifestações de pescadores reivindicando drenagem e máquinas de sucção de areia, em Farol de São Thomé, Barra do Furado e SJB devido aos impactos sofridos pelos Grandes Investimentos (GIs) na RNF.

CONCLUSÃO:

As notícias sobre as mobilizações, protestos e atos traduzem, na verdade, um contexto de perda de direitos sociais e políticos no contexto da mundialização do capital, que segundo lamamoto (2007,p. 108) “está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação.”

O contexto de desregulamentação modifica tanto o plano econômico como também o mundo do trabalho e o campo dos direitos sociais.

De um modo geral as reivindicações são em torno de direitos considerados básicos e inerentes a vida humana, direito a educação infraestrutura a um trabalho em condições adequadas, situações que a população vive conseqüente deste capital financeiro que para se tornar hegemônico, se põe bem vincado em suas articulações.

Agradecimentos:

Em primeiro lugar a Deus autor da criação, à minha família, à minha mãe, ao meu irmão e minha cunhada. Também agradeço a minha amiga de pesquisa Pollyanna e minha orientadora e amiga Érica Almeida. E a todos os docentes, que de forma não vinculada a pesquisa, contribuem a cada dia para o meu crescimento.



Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: E-Vozes - Lições e Conquistas das Redes de Ativismo Digital de Favela.

Autores: Taynara Cabral da S. Antônio, Andrea Medrado

Departamento/Unidade/Laboratório: Comunicação Social (GCO)

INTRODUÇÃO:

O presente artigo é resultado de um estudo sobre ativismo digital de favelas, a partir da ampliação do olhar sobre tal iniciativa. Percebemos o ativismo digital de favelas como uma ferramenta de combate a opressão, a injustiça e o assassinato da juventude negra e favelada, ocorrida em diversas cidades brasileiras, tendo como foco o Rio de Janeiro. Partindo das intervenções e da militarização do cotidiano das favelas com a preparação da cidade para os megaeventos Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 como pontos precursores, analisamos como as vozes dos grupos oprimidos e marginalizados ganharam força e circularam no ciberespaço. Tais vozes transformam-se em um ambiente de resistência e sobrevivência, no qual os ativistas encontraram um lugar de denúncia e garantia de direitos. Eles se inserem, portanto, nesses espaços numa tentativa de mitigar os impactos da violência do cotidiano e denunciar opressões e abusos vividos. Com base nesse cenário, os objetivos da pesquisa englobam a análise do ativismo digital como ferramenta para combater a opressão; entender como funcionam as redes de ativismo digital de favela, apresentando algumas de suas características e táticas comuns. Por fim, gostaríamos de argumentar que, em um contexto de conflito, o ativismo digital de favelas representa uma forma de infraestrutura comunicacional urbana, sendo utilizado como importante recurso cotidiano e até de sobrevivência pelos moradores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

São ainda embrionários os estudos em torno das novas tecnologias de informação como ferramentas de mobilização social. Quando deslocamos essa prática para o cotidiano das favelas do Rio de Janeiro, percebemos que a apropriação dessas tecnologias por parte de ativistas de favela trouxe impactos significativos para os moradores de áreas marginalizadas. Ao longo do levantamento bibliográfico, percebemos que diversos pesquisadores destacam o potencial emancipador das tecnologias de comunicação e informação. Contudo, o tom celebratório dedicado a essas plataformas silencia todas as articulações por parte dos ativistas. De fato, elas potencializaram e viabilizaram a difusão de tais vozes emergentes, mas não são, por si só, responsáveis pela mobilização e empoderamento desses grupos sociais. Dessa forma, percebemos que as iniciativas de ativismo digital de favelas representam formas de mídia urbana. Diante da invisibilidade e da constante marginalização, tais iniciativas assumiram esses novos espaços midiáticos, conseguindo fazer valer o seu “eu” e retratar suas experiências a respeito da disputa de território. A partir da imersão na fanpage Maré Viver, notamos algumas das principais táticas utilizadas pelo coletivo, dentro de um contexto de ativismo digital de favelas. A primeira delas é a colaboração, em que todo o conteúdo compartilhado possui uma chamada que convoca os moradores a compartilharem informações. É o “nós por nós” na prática, em que os próprios indivíduos passam a ser narradores de sua realidade e vivência. A articulação online e offline também é um mecanismo de mobilização. Além das publicações, a página promove a divulgação de eventos e atividades da comunidade. O ativismo

digital de favela como infraestrutura urbana também é um ponto forte a ser destacado porque revela grande interdependência dos seguidores com a página. Percebemos as ruas ditando o ritmo de cada postagem publicada e as maneiras em que os moradores apoiam sua segurança e suas vidas em cada informação compartilhada. O ativismo de favela surge então como uma tentativa de preenchimento de lacunas deixadas pela constante marginalização e pelo silenciamento dos moradores de favelas e periferias por parte da grande mídia corporativa.

CONCLUSÕES:

Ao longo da pesquisa, percebemos que a Maré Vive vai além do Facebook, tornando-se um ponto de encontro para que os moradores compartilhem a dor e a angústia de viver um cotidiano militarizado, como também suas memórias, sua cultura e lazeres. Por meio das histórias e relatos personalizados, do compartilhamento coordenado, da ação coletiva, muitas vezes orquestrada em conjunto com outros grupos ativistas (BENNETT; E SEGERBERG, 2012) e do fluxo, por meio dos múltiplos territórios midiáticos, o ativismo digital obteve algumas conquistas significativas. Foi perceptível, por exemplo, um considerável ganho em termos de visibilidade midiática. O ativismo digital de favelas exerceu um papel fundamental neste processo. A grande questão então passa a ser: se o ativismo busca justamente a visibilidade, o que acontece após alcançar tal visibilidade? E quais são as possibilidades do ativismo digital de favela, especialmente em um contexto de alta comercialização do Facebook? Como infraestruturas comunicacionais urbanas, precisamos partir de pontos de encontro como a Maré Vive para pensarmos juntos nas possíveis alternativas. É importante também nos aliar à luta dos moradores por políticas públicas, para que possam obter, por meio do Estado, garantias aos seus direitos, muitas vezes tão básicos quanto o direito à vida.

Agradecimentos:

À UFF e ao Programa de Bolsas de Iniciação científica (PIBIC). À orientadora Andrea Medrado. Aos ativistas da página Maré Vive, que enriqueceram imensuravelmente esta

pesquisa. Ao professor Adilson Cabral e ao grupo EMERGE. À rede de pesquisas eVozes. Ao Arts and Humanities Research Council (Inglaterra), órgão que apoiou o estabelecimento da Rede eVozes.

